UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO
MESTRADO EM TURISMO

DIALÉTICA DA HOSPITALIDADE: CAMINHOS PARA A HUMANIZAÇÃO

Renata Soares Plentz

CAXIAS DO SUL - RS

março de 2007

DIALÉTICA DA HOSPITALIDADE: CAMINHOS PARA A HUMANIZAÇÃO

Renata Soares Plentz

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação para conclusão do Mestrado em Turismo da Universidade de Caxias do Sul, RS – UCS.

Professores Orientadores:
Dra. Marutschka Martini Moesch
Dr. Rafael José dos Santos

Caxias do Sul, março de 2007

AGRADECIMENTOS

Neste período de dois anos de mestrado foram inúmeros os aprendizados e também os conflitos internos; inúmeras colegas e amigos que conheci com similares buscas e angústias. Mas, ao longo do processo é alimentador e confortador perceber a evolução e superação da caminhada, o processo de interiorização do conhecimento e as mudanças no olhar o mundo, as relações, o outro.

Muitas pessoas que cruzaram em meu caminho neste período gostaria de agradecer... um sorriso de compreensão, uma palavra amiga, de conforto. Mas em especial agradeço:

À minha mãe, **Naira**, orientadora da minha vida, que amo, respeito e admiro por sua ética, determinação e exemplo de mulher. Obrigada pelo apoio constante.

Ao meu namorado, **Alexandre**, que me apoiou em todos os momentos angustiantes e conflituosos, que me ouviu sempre com muito carinho, amor e paciência.

À minha avó, **Edelweiss** pela confiança, atenção e apoio.

À professora **Marutschka Moesch** (Maru) que ao longo dos anos me ensinou e me ensina no exemplo e nas práticas a capacidade de lidar com as incertezas da vida, a superação do ser humano quando em busca de um objetivo humanizador, a esperança e, a valorização do sujeito nas relações.

Queria agradecer também à acolhida e atenção dadas pelos entrevistados desta pesquisa, à amiga **Vanessa Roveda** pela fundamental ajuda final, à psicóloga **Leize Melgaré** que profundamente me ajudou nas horas de conflitos nessa etapa da minha vida, à professora **Susana Gastal**, com a qual aprendi muito, ao professor **Jaime Paviani** e à professora **Cleodes Piazza J. Ribeiro** pela disponibilidade e ajuda, ao Professor **Rafael do Santos** pelas orientações na área da antropologia, à minha prima **Marina** pela disposição em ajudar e, também, ao meu avô **Nelson**, que a saudade não faz apagar sua força e carinho muito presentes em mim!

Finalizo com a vontade de saber mais, de buscar mais e sabendo que este é o início de uma longa caminhada!

Conviver com o fogo interior e com nosso projeto infinito torna a geossociedade menos dogmática e mais flexível, menos centrada sobre si mesmo e mais aberta para cima e para frente, menos materializada e mais espiritualizada, um espaço humano no qual seja menos difícil o amor e a alegria de viver.

Leonardo Boff

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1 OLHARES SOBRE A HOSPITALIDADE

1.1 O mito da hospitalidade 11

1.2 As trocas ritualísticas nas sociedades primitivas 14

1.3 Evolução das trocas humanas 22

1.4 O resgate das práticas hospitaleiras na história 35

1.5 Raízes de hospitalidade na história do Brasil 52

1.6 Etimologia, noções e denominações reducionistas de hospitalidade..... 58

1.7 Alguns conceitos holísticos de hospitalidade 68

2 RECONSTRUÇÃO DA ESSENCIALIDADE NO CONCEITO DE HOSPITALIDADE

2.1 O método: Dialética histórico-estrutural 74

2.1.1 Categorias da Dialética 80

2.2 Reconstrução provisória das categorias de análise 90

2.3 Estratégia metodológica 122

2.3.1 Movimentos básicos da investigação 126

3 HOSPITALIDADE: A DIALÉTICA DE SUAS PRÁTICAS

3.1 O mapa das práticas de hospitalidade 130

3.2 A reprodução do capitalismo e a construção da cidade 133

3.2 A consolidação da prosa em Caxias do Sul 145

3.3 O espaço da poesia em Caxias do Sul 150

3.4 O espaço de reprodução da poesia: A Festa da Uva 153

3.5 O processo histórico da hospitalidade de Caxias do Sul 176

PARA CONCLUIR: CAMINHOS PARA A HUMANIZAÇÃO DA HOSPITALIDADE.191

REFERÊNCIAS 203

SINOPSE

A presente investigação utiliza como método a Dialética-histórico-estrutural para analisar a apreensão teórica das práticas de hospitalidade. O estudo de caso escolhido é a cidade de Caxias do Sul -RS, incluindo a sua transformação histórico-social recorrente às mudanças na sociedade caxiense e, como recorte de análise, utiliza-se a Festa da Uva.

A hospitalidade é muitas vezes sinônimo de gestão hoteleira e de atendimento com qualidade no setor turístico, limitando, nesse contexto, a compreensão da complexidade estabelecida no tempo de encontro entre visitantes e visitados, como um processo de ênfase voltada a um saber-fazer humano. A hospitalidade é mais subjetiva e valoriza o sujeito nas relações. Ela pode ser vivenciada, mas dificilmente treinada, pode proporcionar o acolhimento e o convívio entre os seres humanos.

Palavras-chave: turismo; hospitalidade; dialética.

ABSTRACT

Theoretical apprehension of hospitality practices has minimized the way hospitality is treated. It has become a synonym for hotel management and quality service in the tourism sector. Consequently, these actions have limited the understanding of the complexity established during the time hosts and guests interact to an emphasis process focused on a human know-how. This research project investigates the hospitality conception in the city of Caxias do Sul, RS, Brazil, including its historic social transformation originated from changes in the city's society. The Grape's Festival is used as cross section for analisys.

Key-words: tourism; hospitality; dialetic.

INTRODUÇÃO

A hospitalidade é um fenômeno cujas manifestações são carregadas de aspectos subjetivos e mitológicos e, desta forma, aponta a sua complexidade e também o caráter interdisciplinar de seu estudo. Sua compreensão não deve ser minimizada, ao contrário, apreender seu processo requer cautela e preocupação, pois é uma prática social muito importante que compõe o saber-fazer do turismo.

As inquietações sobre o tema hospitalidade tiveram início no final do ano de 2002, através do trabalho de conclusão do curso de graduação em Turismo, da PUCRS, que abordou algumas práticas realizadas pela equipe do Porto Alegre Turismo – Escritório Municipal, da qual fazia parte, para receber o Fórum Social Mundial de 2003, na cidade de Porto Alegre, RS. Esse órgão foi o responsável pelo "preparo" da cidade e pela recepção dos turistas e convidados do evento, o que oportunizou o início de uma maior reflexão do "ato de receber" e o que poderia vir a ser as "práticas hospitaleiras".

Faz parte das muitas inquietações pessoais nesta investigação a diferença do resultado do problema quando se prioriza o sujeito nas relações. Infelizmente, na atualidade, essas relações estão sendo focadas sob uma ótica mais mercantilista, que tenta a toda hora separar o ser humano de suas funções sociais, familiares e profissionais, como se fosse uma máquina controlável e adaptável. No uso do termo hospitalidade, isso também vem ocorrendo, o que acaba empobrecendo o tema quanto ao seu estudo. Reduzindo sua capacidade de compreensão, reduz-se também sua importância. Uma vez que quem recebe são as pessoas, não basta somente uma ótima infra-estrutura física de acolhimento, mas também os sentimentos envolvidos na maneira como vai se dar o encontro. Ao não se reduzir a compreensão do tema, como vem acontecendo – como sinônimo de gestão hoteleira e treinamento de qualidade no atendimento –, não se reduz seu entendimento e, consequentemente, suas práticas.

Diante do exposto, o objetivo principal desta pesquisa é reconstruir fundamentos teóricos sobre a concepção de hospitalidade como um processo de ênfase voltada a um saber-fazer humano, contrapondo ao reducionismo estabelecido em suas práticas mercantis.

Além disso, procura-se demonstrar a importância, complexidade e abrangência da hospitalidade para o turismo; desvelar o reducionismo que é dado à

hospitalidade atualmente por meio de conceitos empíricos, sinônimo de gestão hoteleira, indústria e qualidade no atendimento e reconstruir as categorias constituintes da hospitalidade a partir da DHE e concepções da teoria da complexidade, através das práticas de hospitalidade na cidade de Caxias do Sul.

Isso será possível à luz da Dialética histórico–estrutural, metodologia da presente pesquisa, analisando e relacionando os fatos apresentados no quadro de referência teórico e estudo de caso escolhido, a cidade de Caxias do Sul, com o recorte da Festa da Uva como espaço de reprodução.

A concepção da Dialética histórico-estrutural é um modo de perceber a realidade e também a possibilidade de modificá-la e de transformá-la. O fato de sermos sujeitos históricos faz com que não se possa desvincular a existência de um fenômeno social, sem raízes culturais e históricas e sem ligação com a realidade social. Partindo desse pressuposto, pretende-se avançar sobre o tema hospitalidade, rompendo os limites impostos e contribuindo para um saber-fazer turístico.

As categorias de análise para a reconstrução da hospitalidade, utilizadas nesta pesquisa são: *valor de troca do sujeito, valor de troca mercadológica, acolhimento, convivência, imaginário e espaço*.

O referencial teórico foi baseado principalmente nos autores: Morin (2001 e 2003), Marx (2000), Boff (2005 e 2006), Mauss (2002), Polanyi (2001), Baudrillard (2005), Krippendorf (2000), Lemos (2005), Maffesoli (1996 e 2001), Moesch (1999 e 2002) e Santos (1982).

O capítulo 1 aborda a historicidade da hospitalidade, ou seja, o resgate das trocas humanas nas sociedades de economia primitiva à atual (capitalista), o mito da hospitalidade, as práticas hospitaleiras na história e no Brasil e conceitos e denominações da hospitalidade.

O capítulo 2 aborda a metodologia utilizada, a estratégia metodológica, os movimentos da investigação e a reconstrução das categorias de análise da hospitalidade.

O capítulo 3 traz a descrição do estudo de caso escolhido, a cidade de Caxias do Sul, e o recorte espacial reprodutor: a Festa da Uva. Além disso, aborda a análise de conteúdo das entrevistas da presente pesquisa.

O discurso de quem fala sobre turismo é feito, na maioria das vezes, sob a ótica do negócio, portanto, economicista, mas quem viaja é o sujeito. Como não se priorizar

o turismo como um ato social? Ninguém viaja preocupado em quanto contribui para o PIB (Produto Interno Bruto) do país que vai visitar. Isso é importante para a economia, gera empregos, mas não pode ser esse o principal foco de análise de estudo quando se pensa em turismo. Não é reproduzindo conceitos e práticas "desenvolvimentistas", uma vez que já é fato que o turismo não é tábua de salvação para nenhuma comunidade se não for pensado de uma maneira sustentável, sem dar a devida importância aos sujeitos que recebem e ao meio ambiente, que avançaremos em suas práticas e teoria. Fazemos parte de um todo, de um ecossistema complexo de multirrelações e a hospitalidade turística deve fazer parte dessa concepção.

Todo turista espera ser bem recebido no local que visita, e a hospitalidade estabelece a concepção desse encontro, pois envolve o ato de acolher um estranho.

Sem tentar entender as práticas que envolvem a hospitalidade, não se consegue avançar no pensar turístico, uma vez que não se "treina" hospitalidade. Como conseguir, então, modificar certas concepções impostas pelo senso comum e também aquelas que se vêm nas academias e livros que acabam empobrecendo seu conceito? Isso se constitui em motivação para se propor uma reflexão mais profunda sobre a hospitalidade e o que envolve suas práticas e teorias, visando à quebra de paradigmas petrificados que não colocam o sujeito como protagonista de um processo humanizador.

1 OLHARES SOBRE A HOSPITALIDADE

1.1 O mito da hospitalidade

Para dar início ao resgate do tema proposto, será utilizada a recente obra de Leonardo Boff (2005), Virtudes para um outro mundo possível, hospitalidade: direito e dever de todos, o primeiro de uma trilogia que tem como empenho teórico e prático resgatar a ética e a espiritualidade para a construção de um futuro mais humano e respeitoso com a biosfera e a sustentabilidade do planeta.

Boff resgata o sentido da hospitalidade fundamental através da transcrição de "um dos mitos mais belos da tradição grega", o mito de Báucis e Filêmon, retratado pelo poeta romano Públio Ovídio (43 – 37 d.C.).

Mito significa narrativa e enredo:

> A narrativa costuma ser viva e perpassada de emoção das coisas narradas. Não é algo meramente conceptual, embora use conceitos. É afetivo e obedece à lógica dos sentimentos [...] são atemporais e, ao mesmo tempo, válidas para todos os tempos, e principalmente para os nossos. (2005, p.85).

O mito expressa aquilo que nos afeta e tem significado para a vida. Por isso, os mitos comovem e tocam profundo as pessoas. O mito explica. O mito revela, pois não se possui apenas um olhar científico e objetivo das coisas. Dispõe-se também de um olhar subjetivo e simbólico acerca do que as coisas refletem em nós. O mito revela dimensões mais profundas do ser humano.

O Mito de Báucis e Filêmon, segundo Boff, retrata um pouco da hospitalidade humana, a hospitalidade intrínseca do ser humano:

> Júpiter, o deus criador, e seu filho Hermes, quiseram saber como andava o espírito de hospitalidade entre os humanos. Travestiram-se de pobres e começaram a peregrinar pelo mundo afora. Foram maltratados por uns, expulsos por outros.
> Depois de muito peregrinar tiveram que cruzar por uma terra cujos habitantes eram conhecidos por sua rudeza. As divindades sequer pensavam em pedir hospitalidade. Mas à noitinha passaram por uma choupana onde morava um casal de velinhos, Báucis e Filêmon. Qual não foi a surpresa, quando Filêmon saiu à porta e sorridente foi logo dizendo: Forasteiros, vocês devem estar exaustos e com fome. Entrem. A casa é pobre, mas aberta para acolhê-los.

> Báucis ofereceu-lhes logo um assento enquanto Filêmon acendeu o fogo. Báucis esquentou água e começou a lavar os pés dos andarilhos. Com os legumes e um pouco de toucinho fizeram uma sopa suculenta. Por fim, ofereceram a própria cama para que os forasteiros pudessem descansar.
> Nisso sobreveio grande tempestade. As águas subiram rapidamente e ameaçavam a região. Quando Báucis e Filêmon quiseram socorrer os vizinhos, ocorreu grande transformação: a tempestade parou e de repente a pequena choupana foi transformada num luzidio templo. Báucis e Filêmon ficaram estarrecidos. Júpiter foi logo dizendo: por causa da hospitalidade quero atender um pedido que fizeram.Báucis e Filêmon disseram unissonamente: o nosso desejo é servir-vos nesse templo por toda a vida. Hermes não ficou atrás: quero que façam também um pedido. E eles como se tivessem combinado responderam: depois de tanto amor gostaríamos de morrer juntos.
> Seus pedidos foram atendidos. Um dia, quando estavam sentados no átrio, de repente Filêmon viu que que o corpo de Báucis se revestia de folhagens floridas e que o corpo de Filêmon também se cobria de folhas verdes. Mal puderam dizer adeus um ao outro. Filêmon foi transformado num enorme carvalho e Báucis numa frondosa tília. As copas e os galhos se entrelaçaram no alto. E assim abraçados ficaram unidos para sempre. Os velhos até hoje repetem a lição: quem hospeda forasteiros, hospeda a Deus. (2005, p.78).

Segundo o autor, a hospitalidade se define sempre a partir do outro, – o desconhecido que bate à porta, o forasteiro que vem de fora, o outro enquanto classe social – ou seja, a hospitalidade, em moldes mais abrangentes, é incondicional, e ninguém resiste ao olhar suplicante sem ser afetado em sua humanidade. Aborda a hospitalidade como superação de preconceitos e confiança, e que, por sua natureza, a hospitalidade e a convivência supõem também generosidade, abertura de coração, sensibilidade pelo desamparo do outro. Implica a ultrapassagem daquelas atitudes, cheias de reservas e de receios, como Báucios e Filêmon, que simplesmente acolhem:

> Na narrativa do mito fica claro que a hospitalidade está relacionada com os mínimos cuidados humanos: ser acolhido sem reservas, poder abrigar-se, comer, beber e descansar. Sem esses mínimos materiais ninguém vive e sobrevive. Mas o mínimo material remete a um mínimo espiritual, mais profundo, que tem a ver com aquilo que nos faz, propriamente, humanos, que é a capacidade de acolher incondicionalmente, de ser solidários e cooperativos e capazes de conviver [...] A acolhida traz à luz a estrutura básica do ser humano. Existimos porque fomos acolhidos sem reservas pela Mãe Terra da qual somos filhos e filhas... pela natureza... pelos parentes e amigos... pela sociedade. Existimos porque, de uma forma ou de outra, fomos acolhidos. (BOFF, 2005, p.97).

Leonardo Boff classifica a hospitalidade por meio das diversas dimensões que ela assume no mito: a sensibilidade, a capacidade de sentir e de perceber imediatamente o outro em sua necessidade; a com-paixão, que é a capacidade de

esquecer-se de si e ir ao encontro dos outros com ânimo de acolher e de cuidar; a acolhida, quando Filêmon diz “venham, entrem na casa”; o convite para sentar-se, para descansar; oferecer água fresca, pois a água fresca mata a sede e devolve o bem-estar; acender o fogo que, além de ser o meio pelo qual se esquenta a comida, representa a luz e o calor do lar; lavar os pés, que significa supremo grau de acolhida e de serviço, coisa que os escravos faziam e que Jesus também o fez quando lavou os pés de seus discípulos, uma suprema expressão “de amor até o fim” (Jo 13,1), um sinal de hospitalidade inteira e um convite à convivência aberta; dar de comer, pois a hospitalidade se concretiza maximamente na comensalidade. Trata-se de um ritual, pois a comida é muito mais do que comida, é a participação de energias que dão vida ao universo, é a consumação de uma relação e de uma convivência, assim como beber o vinho, um representa outro gesto primordial ligado à comensalidade, um símbolo poderoso de vida, de festa, de alegria e de se estar junto. Servir superabundantemente é representado pela sobremesa que, mesmo oferecida pelos pobres significa a importância do momento, especial, algo que não se serve todos os dias. Oferecer tudo, como o teste da hospitalidade incondicional, representa o último pedaço de toucinho que Báucis e Filêmon oferecem aos andarilhos, assim como Abraão que manda sacrificar a única ovelha que tinha para atender a seus hóspedes. Enfim, tudo é colocado incondicionalmente para os hóspedes, significando a centralização no outro.

Compartir a comensalidade significa a expressão mais alta da convivência, é compartilhar a mesma mesa, o mesmo alimento, e Báucis e Filêmon, embora já tivessem comido, se colocam à mesa com os hóspedes e comem com eles para não constrangê-los. Boff relembra que esse gesto é, uma bela tradição na Ordem Franciscana, uma herança sagrada de São Francisco, pois segundo essa tradição, nunca se deve deixar o hóspede comer sozinho. Mesmo que já tenha comido, o irmão hospedeiro ou o próprio guardião – superior de um convento – come junto com os hóspedes para que se sintam totalmente à vontade e em casa, sem qualquer constrangimento. E, por fim, oferecer a própria cama, um gesto tão expressivo quanto lavar os pés, dar de comer e beber, completa ao máximo o sinal de benquerença e confiança no outro, alcançando a hospitalidade, sua culminância intransponível.

O mito, por fim, revela que, quando exercida em sua plenitude, a hospitalidade e a convivência revelam aquilo que ocultam: a lógica do universo e da

vida. O autor conclui que hospedar estrangeiros, forasteiros, pobres e necessitados e conviver, mesmo por um momento, com eles é realizar a estrutura básica do universo. Como diz Boff (2005, p.103), “Ela é feita de teias de inter-retro-relações e de cadeias de solidariedades includentes”, porque, complementa, todos os seres foram hospitaleiros uns com os outros, todos puderam chegar até aqui. O universo continua a se expandir e a criar ordens cada vez mais complexas, belas e carregadas de sentido porque todos se comportam como hospedeiros, “co-existem, com-vivem e cooperam para tal produção”.

O mito nos fala até os dias de hoje, inspirando valores e ideais para a construção de um mundo mais humano, onde exista lugar para todos, inclusive para a natureza, onde todos possam se sentir hóspedes uns dos outros, considerando-se uma grande família, a família humana que habita o Planeta Terra.

1.2 As trocas ritualísticas nas sociedades primitivas

De Marcel Mauss (2002), a obra O ensaio sobre a dádiva é considerada como o texto propulsor das atuais reflexões sobre a hospitalidade. O dar-receber-retribuir é analisado em diversas sociedades arcaicas, onde as trocas envolvidas nesses povos ignoravam a hospitalidade como fim comercial;

Em muitas civilizações primitivas, também chamadas de arcaicas, Mauss (2002) constatou que as trocas e contratos se faziam sob a forma de presentes, em teoria voluntários, mas “obrigatoriamente” dados e retribuídos. O autor dirigiu sua atenção para o regime do direito contratual e para o sistema de trocas e prestações econômicas entre os diversos subgrupos de que se compõem as sociedades que precederam as nossas. Para isso, utilizou uma série de pesquisas sobre as formas arcaicas do contrato, utilizando para sua análise sociedades da Polinésia, da Melanésia, do Noroeste americano e de alguns grandes modelos de direitos, como o romano, o hindu e o germânico.

A moral e a ética estão envolvidas no processo de obrigação de retribuir o que é dado. O compromisso interno, o de ser humano e de esperar gratidão, está ligado ao doar-se, ajudar e receber, assim como ao respeito entre as pessoas, à

solidariedade e à cordialidade que são reproduzidas no “fenômeno social total”. (MAUSS, 2002).

> Jamais encontrei homem tão generoso
> e tão pródigo em alimentar seus hóspedes
> que “receber não fosse recebido”, nem homem tão.... (falta o adjetivo)
> de seu bem
> que receber em troca lhe fosse desagradável.

Essa estrofe, retirada de Mauss (2002, p.185), corresponde à expressão evidentemente a um velho centão (composição poética formada de diferentes versos, dispostos de modo que formem um sentido diferente do que tem no original) que devia significar algo como “receber é recebido”. Ou seja, isso admitido, o verso faria alusão ao estado de espírito em que se encontram o visitante e o visitado, no qual cada um é suposto oferecer sua hospitalidade ou seus presentes como se eles jamais devessem ser retribuídos. Mesmo assim, cada um aceita os presentes do visitante ou as contraprestações do anfitrião, porque são bens e também um meio de fortalecer um contrato, do qual acabam fazendo parte de forma integrante. Uma coleção de ditados em antiqüíssimas literaturas – centões jurídicos – como “os que dão presentes são amigos”, “retribuir presentes por presentes”, “convém misturar tua alma à dele e trocar presentes”, “o avarento sempre teme os presentes”, “um presente dado espera sempre um presente de volta” são exemplificados pelo autor. (p.186).

Ainda não foi constatado, nos direitos e nas economias que precederam as atuais, um mercado estabelecido entre indivíduos que houvesse simples trocas de riquezas, de bens e de produtos. Mauss aponta que não são indivíduos, mas sim, coletividades que se obrigam mutuamente a trocar e contratar. As pessoas presentes ao contrato são pessoas morais: clãs, tribos e famílias que se enfrentam e se opõem seja em grupos frente a frente num terreno, seja por intermédio de seus chefes, seja ainda dessas duas maneiras ao mesmo tempo. Ademais, o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos. (MAUSS, 2002 p.190).

A “coisa dada”, segundo Mauss, não é uma coisa inerte. A prestação total não implica somente a obrigação de retribuir os presentes recebidos, mas supõe duas outras igualmente importantes: a obrigação de dar, de um lado, e a obrigação de receber, de outro. Essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma, sobretudo, voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam, no fundo, rigorosamente obrigatórias. Mas o sentido de “obrigatórias”, que o autor cita diversas vezes, é no sentido de doar-se, de reciprocidade, da importância que o ser humano dá para as relações com o outro, de ser importante, de ser prestativo e se sentir útil, e do sentimento de gratidão e cordialidade, mesmo que isso se reproduza, para muitos, inconscientemente.

> Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre as funções, os sexos e as gerações. (MAUSS, 2002 p. 203).

Sendo assim, a troca de presentes nessas civilizações ocasiona a produção da abundância de riquezas; são trocas voluntárias e obrigatórias de dádivas, de presentes e, por isso, essas trocas e esses contratos acabam se arrastando em seu turbilhão não apenas homens e coisas, mas sim seres sagrados que estão mais ou menos associados a eles. A finalidade é antes de tudo moral, ou seja, o objeto é produzir um sentimento de amizade entre duas pessoas envolvidas, e se a operação não tivesse esse efeito, “acabaria faltando tudo”. Mauss exemplifica isso quando constata que:

> Ninguém é livre para recusar um presente oferecido. Todos, homens e mulheres, procuram superarem-se uns aos outros em generosidade. Havia uma espécie de rivalidade de quem poderia dar o maior número de objetos de mais valor.” (p. 212).

Mesmo com uma conotação de quem poderia ser mais generoso, havia a competição, mas havia também o entendimento do que era ser competitivo. A razão por que isso era feito é que foi se modificando.

A vida material e moral, a troca, nessas sociedades, funcionavam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação, como Mauss nos mostra, até hoje se exprime de maneira mítica, imaginária ou simbólica e coletiva, pois assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas,

onde estas jamais se separam completamente de quem as troca. A comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis, ou seja, o ato da troca para essas civilizações tinha muito mais importância do que o objeto que estava sendo trocado. O ritual, a magia e o ato de dar e receber contagiava essas civilizações.

Com efeito, esse símbolo da vida social – a permanência da influência das coisas trocadas – apenas traduz bastante diretamente a maneira pelas quais os subgrupos dessas sociedades segmentadas, de tipo arcaico, estão constantemente imbricados uns nos outros, e sentem que se devem tudo. (MAUSS, 2002, p. 232).

Mauss coloca que, mesmo em tribos realmente primitivas como as australianas, o ponto de honra é tão melindroso quanto nas sociedades atuais, e as pessoas se satisfazem por prestações, oferendas de alimento, precedências e ritos, assim como por dádivas. Os homens, segundo o autor, souberam empenhar sua honra bem antes de saberem assinar seu nome.

O *potlatch,* um sistema de dádivas, de dar e receber, o precursor de uma análise sobre hospitalidade, foi suficientemente estudado por Mauss no que se refere à forma do contrato, em tribos do noroeste americano. Mas ele é bem mais amplo que um fenômeno jurídico, pois é um daqueles que se pode chamar de "total" (MAUSS, 2002). *O potlatch* ele é religioso, devido à relação com os deuses e espíritos que eles "trocam"; ele é econômico, do ponto de vista de que essas transações possuem valor e importância; e é também um fenômeno social, pois reúne tribos, famílias, clãs, ou seja, grupos que confraternizam e trocam.

Pode-se dizer, então, que o estudo do *potlatch,* ou sistema de dádiva, supõe três formas que estão interligadas e que dependem uma da outra: a obrigação de dar, a obrigação de receber e a obrigação de retribuir. A "obrigação de receber" não é menos constringente. Não se tinha o direito de recusar uma dádiva, de recusar o *potlatch, m*as, em princípio, toda dádiva era sempre aceita e mesmo louvada. O autor coloca que receber uma dádiva é como um "peso nas costas", é aceitar um desafio e, certamente, pode-se aceitá-la porque se tem a certeza de retribuir, de provar que não se é desigual. Abster-se de dar assim como de receber, é faltar a um dever, assim também como se abster de retribuir. A existência dessa obrigação constante e a preocupação em receber algo eram muito significativas, pois se sabia da importância de devolver. O sentimento que isso causava nas pessoas era algo

tão forte como uma cultura atribuída de geração em geração. Mas essa obrigação ao mesmo tempo também era um prazer.

Em todas essas sociedades, diz Mauss, as pessoas se apressam em dar. Não há um instante um pouco além do comum, mesmo fora das solenidades e reuniões de inverno, em que não haja obrigação de convidar os amigos, de partilhar com eles os ganhos de caça e de colheita que vêm dos deuses e dos totens; em que não haja obrigação de redistribuir tudo o que vem de um potlatch de que se foi o beneficiário; em que não haja obrigação de reconhecer mediante dádivas qualquer serviço, seja os dos chefes, seja os dos vassalos ou dos parentes; sob pena, ao menos para os nobres, de violar a etiqueta e perder sua posição social. (p. 245).

Na Polinésia, por exemplo, dois elementos essenciais do *potlach* propriamente dito são o prestígio e a honra, uma vez que para esse povo existe uma obrigação de retribuir as dádivas sob a pena de perder o *mana*, ou seja, a autoridade, o talismã e a fonte de riqueza que acabam sendo a própria autoridade.

A obrigação de dar e receber que Mauss aborda em seu texto não é no mesmo sentido que as chamadas obrigações da realidade atual. É no sentido da reciprocidade humana, com uma ética e moral do próprio ser humano em sua necessidade de dar e retribuir, em se sentir importante, e também em seu sentimento de gratidão que se recebe ao dar, como, por exemplo, um sorriso sincero junto com uma informação. Nas tribos estudadas pelo autor, isso era muito mais acentuado tanto por uma questão cultural quanto pelo contexto histórico em que estavam inseridos.

Quando Mauss expõe sobre o vínculo jurídico, deve-se compreender também que sua natureza é criada pela transmissão de uma coisa. O vínculo de direito e o vínculo pelas coisas são vínculos de almas, pois a própria coisa tem uma alma, é alma, e isso acaba resultando que a apresentação de alguma coisa a alguém é apresentar algo de si. Além disso, também aponta o fato de que fica mais clara a natureza mesma da troca por dádivas, de tudo aquilo que ele chama de prestações totais. Logicamente, nesse sistema de idéias, Mauss coloca que é preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância, pois aceitar alguma coisa de alguém é aceitar algo de sua essência espiritual, de sua alma.

Nos grupos estudados, o autor aponta que encontrou a forma arcaica da troca, ou seja, as dádivas oferecidas e retribuídas. Esse regime deve ter sido vivenciado

por uma grande parte da humanidade durante uma longa fase de transição, diz Mauss, e ainda subsiste noutros povos além dos que descreveu.

> [...] esse princípio de troca-dádiva, deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da "prestação total" (de clã a clã e de família a família), mas que ainda não chegaram ao contrato individual puro, ao mercado onde circula o dinheiro, à venda propriamente dita e, sobretudo, à noção de preço calculado em moeda pesada e reconhecida. (p. 264).

Além de ter estudado essas sociedades, chamadas por ele de "arcaicas", já citadas anteriormente, Mauss aborda também alguns direitos antigos e faz algumas relações que estão diretamente ligadas à hospitalidade como as relacionadas a questões de ética e moral. O autor esclarece ainda como as trocas foram sendo legalizadas, diferentemente das legalizações atuais, porque, para as civilizações anteriores, o que estava acima de tudo era uma responsabilidade ética.

A moral e as trocas praticadas pelas sociedades que precederam as nossas ainda conservam alguns princípios até hoje, e Mauss coloca que nossos direitos e nossas economias também se originaram de instituições similares às precedentes. Segundo o autor, vivemos em sociedades que distinguem fortemente os direitos reais e os direitos pessoais, as pessoas e as coisas. Essa separação é fundamental; ela constitui a condição mesma de uma parte de nosso sistema de propriedade, de alienação e de troca. Nossas civilizações, desde a semítica, a grega e a romana, distinguem fortemente entre a obrigação e a prestação não gratuita, de um lado, e a dádiva, de outro. Nesse sentido, como nos direitos mais primitivos há a dádiva e depois a dádiva retribuída.

No direito romano, os quatro contratos mais importantes são o empréstimo, o depósito, a caução e o comodato. Mas os contratos sem nomes na época, os da dádiva e da troca, eram igualmente intitulados também como contratos. Mesmo atualmente, o autor expõe que acaba se tornando inviável sair das mais antigas regras do direito: "[...] é preciso que haja coisa ou serviço para haver dádiva, e é preciso que a coisa ou o serviço obriguem". (p. 271).

Quase todos os termos do contrato e da obrigação e também um certo número das formas desses contratos parecem relacionar-se a esse sistema de vínculos espirituais.

Foram os romanos e os gregos que inventaram a distinção entre direitos pessoais e direitos reais, que separaram a venda da dádiva e da troca, isolaram a

obrigação moral e o contrato e, sobretudo, conceberam a diferença entre ritos, direitos e interesses. Foram eles que, por uma verdadeira e venerável revolução, ultrapassaram uma moralidade envelhecida e uma economia da dádiva, demasiadamente incertas, dispendiosas e suntuárias, atulhadas de considerações de pessoas, incompatíveis com um desenvolvimento do mercado, do comércio e da produção, e que no fundo, na época, eram também antieconômicas.

No direito hindu, a coisa dada produzia sua recompensa nesta vida e na outra. A terra, o alimento e tudo o que se davam eram personificados, eram seres vivos com os quais se dialogava e que participavam do contrato.

> Na recusa e na dádiva, na felicidade e na infelicidade, no prazer e no desprazer, é ao relacionar a si (a seu eu) (as coisas) que o homem as avalia, etc. O comentário de Nilakantha é formal e bastante original, não cristão: assim como alguém se comporta frente aos outros, assim (comportam-se os outros frente a ele). É sentindo como nós mesmos aceitaríamos uma recusa após termos solicitado [...] etc., que vemos o que é preciso dar. (MAUSS, 2002, p.277).

Outros princípios do direito hindu remetem à lembrança de alguns costumes polinésios, melanésios e americanos que Mauss descreveu. A maneira de receber a dádiva, segundo o autor, é curiosamente análoga. Esse povo tem um orgulho invencível. Primeiramente, ele recusa a ocupar-se, seja como for, com o mercado. Não deve mesmo aceitar nada que venha dele. Numa economia nacional em que havia cidades, mercados, dinheiro, o hindu permanece fiel à economia e à moral dos antigos pastores indo-arianos e também à dos agricultores alógenos ou aborígines das grandes planícies. Conserva inclusive a atitude digna do nobre que se ofende ainda mais com generosidades.

O vínculo que a dádiva estabelece entre o doador e o donatário é demasiado forte para os dois. Como em todos os sistemas analisados por Mauss anteriormente, um está demasiadamente ligado ao outro. O donatário coloca-se na dependência do doador. A dádiva, portanto, é ao mesmo tempo o que se deve fazer o que se deve receber e, o que, no entanto, é perigoso tomar. “É que a própria coisa dada forma um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de alimento.” (pg. 286).

Afirma Mauss que tudo faz parte da etiqueta; não é como no mercado onde, objetivamente, por um preço, adquire-se uma coisa. Nada é indiferente. Contratos, alianças transmissões de bens, vínculos criados pelos bens transmitidos entre

quem dá e quem recebe, essa moralidade econômica leva tudo em conta. A natureza e a intenção dos contratantes, a natureza da coisa dada são indivisíveis. Mauss (p. 287). Para o autor, é aí que estão bem expostos os cinco motivos da dádiva: o dever; o interesse; o temor; o amor e a piedade.

Já no direito germânico, explica Mauss, as sociedades não conservaram traços tão antigos e completos de sua teoria sobre a dádiva; elas tiveram um sistema tão claro e desenvolvido de trocas sob a forma de dádivas, voluntárias e obrigatórias, recebidas e retribuídas, que há poucos direitos tão característicos.

A civilização germânica existiu por muito tempo sem mercados. Permaneceu essencialmente feudal e camponesa. Nela, a noção e mesmo as palavras "preço de compra e venda" parecem ser de origem recente. Mais antigamente, ela desenvolveu ao extremo todo o sistema do *potlatch*, mas sobretudo o sistema das dádivas. Era sob a forma da dádiva e da aliança, por meio de penhores e reféns, festins e presentes, tão grandes quanto possível, que eles se comunicavam e se ajudavam.

Segundo Mauss, uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda um valor sentimental além de seu valor venal, se é que há valores que sejam apenas desse gênero. Restam ainda pessoas e classes que mantêm ainda os costumes de outrora e quase todos nos curvamos a eles, ao menos em certas épocas do ano ou em certas ocasiões.

A dádiva não retribuída, ainda complementa o autor, torna inferior quem a aceitou, sobretudo quando é recebida sem espírito de reciprocidade. Ela procura, cerca o indivíduo, num curioso estado de espírito no qual se misturam o sentimento dos direitos que ele possui e outros sentimentos mais puros – de caridade, de "serviço social", de solidariedade. Os temas da dádiva, da liberdade e da obrigação na dádiva e do interesse que há em dar reaparecem entre nós como um motivo dominante há muito esquecido.

> [...] é preciso mais preocupação com o indivíduo, sua vida, sua saúde, sua educação – o que é rentável, aliás - , sua família e o futuro desta. É preciso mais boa fé, sensibilidade e generosidade nos contratos de arrendamento de seviços, de locação de imóveis, de venda de gêneros alimentícios necessários. (MAUSS, 2002, p.298).

Assim, pode-se e deve-se voltar ao arcaico, ao elementar. Aí serão redescobertos motivos de vida e de ação que numerosas sociedades e classes ainda conhecem, como a alegria de doar em público, o prazer do dispêndio artístico generoso, o prazer da hospitalidade e da festa privada e pública, e também a previdência social, a solicitude das cooperativas e do grupo profissional.

1.3 Evolução das trocas humanas

A passagem do poder do Estado para as mãos de quem levava avante o desenvolvimento industrial e comercial não é de hoje. Esse processo só foi aumentando, pois, mesmo em séculos anteriores, o governo da coroa cedia lugar à classe de poder e desenvolvimento econômico. (POLANYI, 2000).

Segundo o autor, a Revolução Industrial do século XVIII trouxe um considerável progresso nos instrumentos de produção, mas também de uma catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns. Como define Polanyi: “Um moinho satânico que triturou os homens em massa, destruindo o tecido social.” (p.58). Um processo que poderia ter sido mais contido para salvaguardar o bem-estar da comunidade.

A arte de governar de forma tradicional refletida por uma filosofia social dos antepassados foi esquecida pelos governantes da época pela ação destrutiva de um crescimento inconsciente. O liberalismo econômico interpretou mal a história da Revolução Industrial, diz Polanyi (2000), pois insistiu em analisar os acontecimentos sociais a partir de pontos de vista econômicos. Não se privilegiou, de forma mais ampla, as comunidades da época devido a uma visão de um progresso econômico não regulado, e isso resultou, como na Inglaterra, cercamentos de terras comuns pelos “senhores” da época, com condados inteiros ameaçados de despovoamento.

Por mais benefícios que os cercamentos de terras trouxeram – pois nos lugares onde se continuou cultivando a terra não diminuiu o emprego e a produção de alimentos aumentou consideravelmente –, é somente numa economia de mercado que esses efeitos podem ser tomados como certos. O “progresso”

econômico foi feito à custa da desarticulação social, com violência, pelos senhores e nobres que tomaram as terras a custo deste progresso.

Segundo Polanyi, a idéia da economia de mercado e do mercado regulável surgiu quando as máquinas complicadas e estabelecimentos fabris começaram a ser usados para a produção numa sociedade comercial. A produção realizada com máquinas especializadas tornou-se elemento propulsor do ato de compra e venda. O que ocorreu, segundo o autor, é que o mercador continuou a vender as mercadorias da mesma forma como já havia vendendo outras àqueles que dela precisavam. A diferença é que ele não adquiria mais já pronta, mas comprando o trabalho necessário e a matéria-prima. Isso foi resultando em um novo produto, uma espécie de capitalismo industrial, seguido de importantes conseqüências para o sistema social.

Há, assim, uma transformação na sociedade implicando uma mudança na motivação do tecido social: a motivação pela subsistência passa a ser substituída pela motivação do lucro. Todas as transações se transformam em transações monetárias. Todas as rendas devem derivar da venda de algo e, sucessivamente. O que o autor chama de “sistema de mercado”. (p. 60).

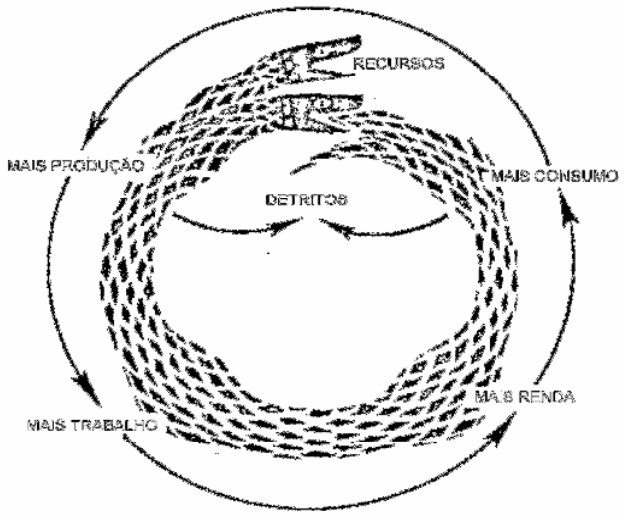
> A transformação da economia anterior para esse sistema é tão completa que parece mais a metamorfose de uma lagarta do que qualquer alteração que possa ser expressa em termos de crescimento contínuo e desenvolvimento. (POLANYI, 2000, p. 60).

Somando-se a isso, formou-se uma mentalidade de: quanto mais máquinas mais rentabilidade, mais compra de matéria-prima e mais pessoas para abastecerem as máquinas. A produção das máquinas numa sociedade comercial envolveu a transformação da subsistência natural e humana da sociedade em mercadorias, ocasionando, como cita Polanyi, “a desarticulação causada por tais engenhos deve desorganizar as relações humanas e ameaçar de aniquilamento o seu habitat”. (p. 61).

Há uma série de autores que abordam a questão da mudança dos valores da sociedade acarretada pelo “desenvolvimento” e pela visão economicista pós Revolução Industrial. Krippendorf (2000) foi um autor que defendeu idéias de mudanças da sociedade para um mundo melhor e para um turismo mais humano. Segundo sua visão, a economia reina, soberana, em nossa civilização, sendo ela a

força motriz do que nos cerca. A exploração dos recursos naturais, a escala de valores do homem e da política do Estado caiu sob seu domínio e a ela estão subordinados. O autor coloca que foi o progresso científico e técnico que lançou a sociedade industrial numa crise de sistema. Ele industrializou a economia do homem, ocasionando o que Krippendorf chama de "O Ciclo do Crescimento": mais produção proporciona mais trabalho, mais trabalho proporciona mais receita, mais receita permite mais consumo, mais consumo necessita de mais produção, etc. Ou seja, um ciclo sem fim, no qual a eliminação de resíduos é cada vez mais onerosa; é maior a despesa na luta contra a poluição do ar, da água, do solo e do ruído; mais acidentes de trânsito são causados; mais elevado é o número de doenças e dos hospitais; mais campos são regados com produtos químicos; mais remédios são ingeridos; mais aumentam os ataques sofridos pelo ser humano e mais aumentam as falências públicas e assim, sucessivamente:

> O sistema da sociedade industrial, cujo funcionamento foi tão perfeito durante um longo período, ameaça degenerar num círculo vicioso. O círculo mágico de outrora se torna uma serpente de duas cabeças. Uma das cabeças devora os recursos naturais sob a forma de matérias-primas e energia. A outra já começou a engolir o próprio rabo. Esta serpente devolve uma montanha crescente de detritos: matérias e energias que não podem ser recicladas, e que deixam de servir novamente de alimento à primeira cabeça da serpente. (KRIPPENDORF, 2000, p.32).



Por essa caracterização é que o autor afirma que a economia governa o sistema da sociedade industrial incontestavelmente. Ela dita as regras, e todo o restante é subordinado a ela: o uso dos recursos naturais, o sistema de valores dos homens, assim como a política de Estado, ou seja, o homem e o ambiente a serviço

da economia ao invés de a economia estar a serviço do homem e de o ambiente ser considerado como matriz para a economia e para o homem, com um maior grau de respeito e preservação.

O que tanto Krippendorf como Polanyi defendem respinga no modo de viver e pensar da sociedade, assim, e, dessa forma, os lazeres, o turismo e a hospitalidade não constituem um mundo separado, com leis próprias. Eles fazem parte de um processo e suas práticas são conseqüências do sistema social industrial capitalista, da organização e da civilização moderna dos seres humanos.

Polanyi aborda que o ganho e o lucro feitos nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana, pois, embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade da Pedra, seu papel era apenas incidental na vida econômica.

A história e a etnografia, ainda segundo o autor, conhecem vários tipos de economia, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados.

A descoberta mais importante em pesquisas históricas e antropológicas, segundo Polanyi, é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais.

> Ele não age dessa forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais; ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas. (2000, p. 65).

O autor exemplifica utilizando o caso de uma sociedade tribal através dos estudos do antropólogo Malinowski nas ilhas da Melanésia Ocidental, como já apresentado anteriormente com Mauss, onde, em termos de sobrevivência, o interesse econômico individual era raro, pois a comunidade velava para o sustento de todos e para a manutenção dos laços sociais, que era fundamental, como explica Polany:

> Primeiro porque, infringindo o código estabelecido de honra ou generosidade, o indivíduo se afasta da comunidade e se torna um marginal; segundo porque, a longo prazo, todas as obrigações sociais são recíprocas, e seu cumprimento serve melhor aos interesses individuais de dar-e-receber. Essa situação deve exercer uma pressão continua sobre o individuo no sentido de eliminar do seu consciente o auto interesse econômico, a ponto de torná-lo incapaz, em muitos casos (mas certamente não em todos), de compreender até mesmo as implicações de suas próprias ações em termos de um tal interesse. Essa atitude é reforçada pela freqüência das atividades comunais, tais como partilhar do alimento na caça comum ou participar dos resultados de alguma distante e perigosa expedição tribal. O prêmio estipulado para a generosidade é tão importante, quando medido em termos de prestigio social, que não compensa ter outro comportamento senão o de esquecimento próprio. O caráter pessoal nada tem a ver com o assunto... A execução de todos os atos de troca como presentes gratuitos cuja reciprocidade é aguardada, deve explicar, por si mesma, a ausência da noção de lucro e até mesmo de riqueza, a não ser a que consiste em objetos que ressaltam, tradicionalmente, o prestígio social. (2000, p. 66).

A ausência de objetivo de lucro e remuneração do trabalho, a ausência do princípio do menor esforço e, especialmente, a não existência de instituições com fins econômicos fazem pensar em como se garante a ordem de distribuição e produção nessas sociedades. Segundo os trabalhos de Malinowski, a resposta é dada por dois comportamentos: a reciprocidade e a redistribuição. O que ocorre nas sociedades estudadas, como nas ilhas Trobriand, na Melanésia Ocidental, é que a sociedade é organizada pelo sexo das pessoas que fazem parte de uma família ou pelo parentesco. A subsistência da família, mulher e filhos, é tarefa de seus parentes matrilineares. O homem assim, entregando o melhor de sua colheita, ganhará crédito pelo seu bom comportamento e, pelo princípio da reciprocidade, isso será revertido principalmente em benefício de sua mulher e filhos, compensando-o, dessa forma, economicamente, por seus atos de virtude cívica. O amplo princípio das trocas de reciprocidade ajuda a salvaguardar tanto a produção como a subsistência familiar, o que, na sociedade capitalista, foram substituídas pela troca monetária.

Quanto ao princípio da redistribuição, o que ocorre é que uma parte de toda a produção da ilha é entregue ao chefe da aldeia que a armazena e a redistribui igualmente além de utilizá-la nas festas e rituais das quais toda a aldeia participa.

Segundo Polanyi (2000), essas funções de um verdadeiro sistema econômico são inteiramente absorvidas pelas experiências intensamente vividas que oferecem uma superabundante motivação não-econômica em cada ato executado no quadro do sistema social como um todo. O que ocorre é que o

sistema econômico é mera função da organização social, na qual a idéia de lucro é vetada.

O circuito Kula, na Melanésia Ocidental, com base no princípio da reciprocidade, segundo Polanyi, é uma das mais completas transações comerciais já conhecidas pelo homem e parte considerável da população das Ilhas Trobriand gastam seu tempo com o "comércio" kula, (o autor descreve como comércio, mas explica que não há envolvimento algum de lucro, as mercadorias não são acumuladas nem possuídas permanentemente). Todo o processo é regulado inteiramente pela etiqueta e pela magia, ou seja, o que domina não é a propensão à barganha (transformação da hospitalidade inserida no processo histórico do capitalismo), mas à reciprocidade no comportamento social. O que ocorre no circuito kula é uma troca de colares e materiais preciosos que os moradores de uma ilha passam para outra, através de diversas expedições organizadas no sentido a favor e contra os ponteiros de um relógio. A troca desses objetos pode levar anos e tem uma grande importância na passagem deles de pessoa para pessoa. No *plotlatch,* dos Kwakiutl, torna-se ponto de honra o chefe distribuir as riquezas para os demais depois de exibi-las. Isso faz com que se crie um vínculo de obrigação e aqueles que recebem seus "apaziguados".

De acordo com Mauss e acentuado por Polanyi, todas as economias desta espécie, em grande escala, foram dirigidas com a ajuda do princípio da redistribuição. O reinado de Hammurabi, na Babilônia, o Novo Império do Egito, a antiga China, o Império dos Incas, os reinos dos Incas e também durante o período feudal possuíam esse tipo de sistema "econômico", que deu origem a uma complexa divisão do trabalho através do mecanismo da redistribuição. Isso demonstra como a redistribuição tende a enredar o sistema econômico em relações sociais.

Segundo Polanyi (2000), a necessidade de comércio ou de mercados não é maior do que no caso da reciprocidade ou da redistribuição, que é o que Aristóteles defendia há mais de dois mil anos, através da famosa distinção que ele fazia entre domesticidade propriamente dita e o ato de se ganhar dinheiro. O autor diz que o capítulo introdutório de sua política: "[...] foi provavelmente o indicador mais profético jamais feito no campo das ciências sociais". (p. 74). Aristóteles insistia na produção para uso, contra a produção que visasse ao lucro como essência da domesticidade propriamente dita. Por denunciar o princípio da produção que

visasse ao lucro como “não natural ao homem”, Aristóteles estava distinguindo esse princípio sustentando que os sistemas econômicos, que antecederam os nossos até o final do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade, redistribuição ou domesticidade. O lucro não ocupava lugar proeminente, mas sim os costumes, a lei, a magia e a religião que cooperavam para induzir o indivíduo a seguir as regras de comportamento no seu funcionamento no sistema econômico.

Polanyi coloca que, a partir do século XVI, os mercados começaram a ser mais numerosos e ter uma maior importância. O sistema mercantil se tornou alvo de preocupação dos governos. Os regulamentos e regimentos eram severos e estava muito longe a idéia de um mercado auto-regulável e de que os mercados passariam a controlar a sociedade humana.

Um relato breve sobre a história do mercado, feito por Polanyi, torna-se importante para a compreensão do que ocorre na realidade. Os acontecimentos fazem parte de um processo. Estudando o passado passa-se a compreender melhor o presente e tudo o que cerca a humanidade.

Segundo Polanyi, a permuta, a barganha e a troca constituem um princípio de comportamento econômico que depende do padrão de mercado para sua efetivação. Um mercado é um local de encontro para a permuta ou da compra e venda. Também coloca que o que ocorre é que em vez da economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico.

Para o autor, a ausência ou presença de mercados ou de dinheiro não afetaria, necessariamente, o sistema econômico de uma sociedade primitiva. Isso então desmistificaria a idéia pré-estabelecida (séc. XIX) de que o dinheiro foi uma invenção que transformava a sociedade, com a criação de mercados, forçando o ritmo da divisão do trabalho e liberando a propensão natural do homem à permuta, à barganha e à troca. Os mercados não são instituições que funcionam, principalmente dentro de uma economia, mas sim fora dela. Complementando, Polanyi defende a idéia de que os mercados são locais de encontro para um comércio de longa distância, ou seja, que pelo resultado da longa distância, a localização geográfica das mercadorias, a origem do comércio se baseia numa doutrina externa, não relacionada com a organização interna da economia, como, por exemplo, na obtenção de bens distantes, como a caça.

Embora as comunidades humanas nunca tenham deixado de lado inteiramente o comércio exterior, esse comércio nem sempre envolvia necessariamente mercados. Em sua origem, o autor explica que o comércio exterior esteve sempre mais voltado à exploração, guerras, caça, aventuras e pirataria do que à permuta. Assim, ele é baseado, habitualmente no princípio da reciprocidade e não da permuta.

Posteriormente, os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior, mas do ponto de vista econômico o mercado externo é completamente diferente do mercado interno e local. Além do tamanho, eles se diferem por suas funções e origens. O mercado externo é uma transação, e o que o envolve é a ausência de determinadas mercadorias numa região. Assim, tanto o mercado externo como o local dependem da distância geográfica, pois um é confinado às mercadorias que não podem superá-la, e o outro às que podem fazê-lo.

Segundo o autor, nem o porto, nem a feira e nem o empório foram o pai dos mercados internos ou nacionais:

> Por mais nebulosa que seja sua origem, ele nos coloca que essa instituição foi cercada por uma série de salvaguardas destinadas a proteger a organização econômica vigente na sociedade de interferência por parte das práticas de mercado. A paz do mercado era garantida ao preço de rituais e cerimônias que restringiam seu objetivo, enquanto asseguravam sua capacidade de funcionar dentro dos estreitos limites dados. O resultado mais significativo dos mercados – o nascimento de cidades e a civilização urbana – foi, de fato o produto de um desenvolvimento paradoxal. As cidades, as crias do mercado, não eram apenas as suas protetoras, mas também um meio de impedi-los de se expandirem pelo campo e, assim, incrustarem-se na organização econômica corrente da sociedade. (POLANYI, 2000, p.82).

A agricultura era suplementada pelo comércio interno, que segundo o autor era um um sistema de mercados relativamente isolados, inteiramente compatível com o princípio da domesticidade ainda dominante no campo. Polanyi coloca que, no estágio posterior à Revolução Industrial, a história da humanidade acarretou uma tentativa de estabelecer um grande mercado auto-regulável. A “libertação” do comércio levada a efeito pelo mercantilismo apenas liberou o comércio do particularismo, porém também, no mesmo momento acabou ampliando a regulamentação. Até então, o autor complementa que o sistema econômico estava submerso em relações sociais gerais, e os mercados eram apenas um aspecto

acessório de uma estrutura institucional controlada e regulada, mais do que nunca, pela autoridade social.

Mesmo quando os mercados cresceram muito, como ocorreu sob o sistema mercantil, eles tiveram que lutar com uma administração centralizada, o que complementa o fato de as regulamentações e o mercado crescerem juntos. O mercado auto-regulável era desconhecido.

Segundo Polanyi, uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados, nos quais a ordem na produção e a distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável, ou seja, a economia de mercado é assegurada somente pelos preços. Toda a produção é destinada à venda no mercado e todos os rendimentos derivam de tais vendas, ou seja, há mercados não somente para os bens da indústria (serviços inclusive), mas também para o trabalho, a terra e o dinheiro, sendo seus preços chamados de preços de mercadorias, salários, aluguel e juros.

Continuando, o autor complementa que um mercado auto-regulável exige a separação institucional da sociedade em esferas econômica e política e que nenhuma sociedade pode existir sem algum tipo de sistema que assegure a ordem na produção e distribuição de bens. Entretanto, isso não implicaria a existência de instituições econômicas separadas, pois normalmente, afirma o autor, “a ordem econômica é apenas uma função social, na qual ela está inserida” (p. 92). A sociedade do século XIX foi propulsora da idéia da atividade econômica ser isolada e imposta a uma motivação econômica distinta.

Uma economia de mercado deve compreender, ainda segundo Polanyi, todos os componentes da indústria, incluindo trabalho, terra e dinheiro. O que acontece, porém, é que o trabalho e a terra nada mais são do que os próprios seres humanos nos quais consistem todas as sociedades e o ambiente natural no qual elas existem. Por isso o autor coloca que incluí-los no mecanismo de mercado significa subordinar a substância da própria sociedade às leis do mercado. Os mercados são definidos empiricamente como contratos reais entre compradores e vendedores, e esses mercados que são numerosos, são interligados e constituem um grande mercado. Entretanto o autor coloca um ponto a ser analisado: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria, todavia eles não são mercadorias e nem podem entrar no mesmo parâmetro de que tudo pode ser comprado e vendido. Trabalho é uma atividade humana que acompanha a própria

vida. Terra é igual à natureza e não é produzida pelo homem, e o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e só adquire vida através dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para venda, por isso torna-se fictícia a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias.

Torna-se importante salientar a importância do estudo feito por Polanyi que "desmascara" o discurso do desenvolvimento econômico como sendo um desenvolvimento positivo para as sociedades. Para ele:

> Permitir que o mecanismo de trabalho seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da sociedade. (p. 94).

A força de trabalho usada indiscriminadamente, conclui o autor, também afetaria o indivíduo humano, e a extrema artificialidade da economia de mercado está enraizada no fato de o próprio processo de produção ser gozado sob a forma de compra e venda:

> Os mercados de trabalho, terra e dinheiro são, sem dúvida, essenciais para uma economia de mercado. Entretanto, nenhuma sociedade suportaria os efeitos de tal sistema de grosseiras ficções, mesmo por um período de tempo muito curto, a menos que sua substância humana natural, assim como a sua organização de negócios, fosse protegida contra os assaltos desse moinho satânico. (p. 95).

O padrão de organização do mercado de trabalho atual, na ótica do consumo e competitividade em que vivemos, minimiza o sentido de valores como a solidariedade, a lealdade e a confiança, que passam a ser entendidos numa lógica diretamente produtiva e positivista. E isso se dá também nas relações de hospitalidade e turismo, as quais são entendidas como um "fenômeno econômico". Muitas vezes, em sua compreensão, é esquecido o ponto de partida inicial, ou seja, o sujeito, os que recebem e os que são recebidos.

Como diz Lemos (2005, p.202), "bens e indústria são categorias genéricas e totalizadoras difíceis de serem aplicadas ao turismo". O autor explica que o espectro "econômico" é mais amplo que a análise descritiva do mercado de bens e serviços turísticos, nos quais o valor turístico é constituído pela produção humana em quase todas as suas formas de manifestação. Precisa de uma esfera mercantil, mas não se

estabelece nela. Ou seja, o economista defende a idéia de que o turismo realmente não é uma indústria como leigamente é entendido.

O conhecimento vem justamente para se entender um processo, já que a teoria dá acesso a uma melhor compreensão das coisas. Por isso é que se pretende analisar o surgimento do mercado, a passagem dos valores de uso e de troca da mercadoria à sua "fetichização", para compreender as razões pelas quais o entendimento de hospitalidade e turismo são reduzidos a uma ótica primeiramente economicista. O discurso do turismo por aqueles que muitas vezes o regem é feito a partir de uma ótica economicista e de desenvolvimento.

Já é fato que o processo de evolução capitalista não trouxe o processo de desenvolvimento como se afirma, ampliando, assim, a contradição entre um tipo de "desenvolvimento" que somente beneficia uma minoria, longe de ser um desenvolvimento sustentável que englobe a questão social como um todo.

> As matérias publicadas em jornais e revistas parecem indicar que exista quase um consenso de que o turismo é um filão inesgotável de novas oportunidades e que pode ser desenvolvido na maioria das localidades, com um nível relativamente baixo de investimento, resultando em alta geração de empregos. Em um país com as riquezas naturais do Brasil, essas possibilidades seriam ainda maiores. Ano após ano, previsão após previsão, governo após governo, o turismo continua aparecendo como fórmula milagrosa capaz de superar os problemas econômicos de regiões onde outras atividades foram incapazes de promover o desenvolvimento. O fato de serem inúmeros os registros de casos de degradação ambiental, problemas sociais e econômicos causados pelo turismo não parece abalar o discurso oficial sobre suas potencialidades. (DENCKER, 2004, p.15).

No turismo, há uma transposição de conceitos administrativos e econômicos para sua utilização como setor de desenvolvimento do capital. Podemos notar no desenrolar da teoria do turismo, ao longo das últimas décadas, o quanto é recente os autores que estão quebrando paradigmas de análise sobre o pensar do fenômeno, contrapondo a corrente do desenvolvimento da "indústria do turismo", concepção muito utilizada nas literaturas, sem preocupação teórica.

Lemos (2005, p.77) afirma que o objeto científico do turismo não se revela quando conceituado como indústria, – "que é representada pelo conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação manual de matérias-primas, ou com o auxílio de máquinas e ferramentas geradas pelo turismo, no sentido de fabricar mercadorias" – mesmo tendo atividades diversas indiretas e induzidas que atingem diversos setores da economia, como a indústria e também a

agricultura. O que ocorre, segundo o autor, não é uma crítica semântica, mas sim epistemológica.

Pode-se pensar também que o problema no discurso do turismo não necessariamente deve iniciar na discussão de sua teoria, porquanto é uma questão também ideológica. Torna-se "lucrativo" rotular o turismo como vem sendo usado. Há um interesse em não se avançar epistemologicamente, porque existe um interesse econômico.

A atividade turística, segundo Lemos, é uma atividade de serviços; as parcelas do produto turístico não podem ser estocadas como na indústria, como seria possível estocar lugares em um vôo? Em alguns bens turísticos encontram-se características comuns aos bens públicos, como o princípio da não exclusão, por exemplo, segundo o qual o consumo de um bem por um turista não o exclui do consumo por outros turistas. Outra justificativa, segundo o autor é que o turismo não pode ser confundido com uma indústria porque os serviços, principalmente os turísticos, acontecem por meio de contato direto entre os trabalhadores-produtores e consumidores-turistas, o que na indústria não acontece, ou seja, as *relações humanas*, segundo o autor, no turismo, possuem uma importância extremamente significativa. Também quanto à capacidade de geração de empregos é diferente, pois a atividade turística, que é de serviços, tem uma capacidade muito maior do que a indústria de gerar empregos. O que ocorre também é que na indústria a evolução tecnológica se dá na substituição do homem pela máquina e, no turismo, pela inovação de atrativos das localidades.

A definição do valor econômico para a indústria é também diferente para o turismo. Nos serviços, Lemos (2005, p.79) coloca que "elementos como a informação e o relacionamento humano (hospitalidade), em suas diversas esferas, assumem uma importância nuclear para sua definição". Quanto ao investimento e ao consumo, no turismo, são variáveis exógenas que são injetadas em um sistema econômico local, dinamizando-o, enquanto na indústria somente o investimento aumenta a renda gerada, e o consumo deriva dessa renda. Ainda segundo o autor, um processo de produção industrial transforma o trabalho em mercadoria, absorvendo, nessa esfera, o valor para gerar lucro. No turismo, além dos processos formais de trabalho mercantil, tem-se um processo amplo de agregação que envolve a produção humana material e abstrata por meio da historicidade espacialmente construída, da qual o capital se vale para obter maior realização de

lucros. E por fim, o autor complementa que o sistema turístico é aberto e seus componentes são instáveis e voláteis, que neles existem processos de produção que geram o *tour* de outros segmentos sociais distantes, e que essa é a economia do turismo que deve ser conceituada e investigada.

> Provavelmente, o termo "indústria do turismo" surgiu quando a indústria era o grande motor do desenvolvimento capitalista. Mas a realidade demonstra que a produção industrial vem diminuindo e a substituição do homem pela máquina, acelerando. O ritmo de crescimento das fábricas vem caindo e as sociedades modernas se encaminham para "sociedades de serviços", nas quais a complexidade é múltipla e há maior potencial de geração de empregos. Todavia, nem mesmo a classificação como serviços revela os processos de reprodução do valor turístico, dado que sua órbita de criação não se restringe somente à esfera mercantil. A produção humana na sociedade *et large* não se limita ao cômputo dos mercados, e a investigação sobre o turismo não pode se limitar a eles. (LEMOS, 2005, p.79).

Dentro das correntes que defendem o Turismo como fator social, Moesch se destaca consideravelmente por ter aprofundado estudos sobre a teoria do turismo, defendendo-o como um fenômeno científico e social.

Para Moesch (2000), o turismo é um fenômeno que avança para além das questões comerciais e econômicas. A posição economicista, segundo essa autora, significa um reducionismo em seu tratamento epistemológico:

> Se o turismo for entendido como mera atividade econômica, sua análise passa a vir recheada de índices estatísticos, projeções de crescimento, planos e projetos em nível macro e micro, estudos de demandas, viabilidade econômica de investimento, custo benefício entre produção e consumo, limitando-se a uma análise aparente do fenômeno. (p.12).

Segundo a autora, o epicentro do fenômeno turismo é de caráter humano, pois são os homens que se deslocam e não as mercadorias, impondo, dessa forma, complexidades ao esforço de uma argumentação sistemática dessa realidade. Quanto à produção do saber turístico, a autora coloca que, de modo geral e específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas do setor empresarial e menos das academias. O saber turístico produzido, assim, é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo, permitindo, nesse contexto, que o saber do turismo é um fazer-saber, e não um saber-fazer, ou seja, reproduzem-se suas práticas sem teorizar e analisar com mais ênfase anteriormente. A interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo, como fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico e subjetivo, avança as

fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber, pois o turismo, segundo a autora, é processo humano e ultrapassa o entendimento como função de um sistema econômico.

> Compreender a problemática do desenvolvimento crescente da atividade turística é relevante não só à medida que seus produtores, vendedores intermediários, consumidores continuam produzindo, vendendo e consumindo sem limites ou critérios, sem outro fim que o seu próprio benefício e a satisfação egoísta do consumidor, mas pela persistência do problema, disfarçado nas concepções implícitas destes conceitos. Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalista, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação com a realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados. (p.14).

Torna-se clara a posição da autora quanto ao comportamento mercadológico determinista, que utiliza o turismo como objeto de consumo no sistema econômico, desconsidera sua interdisciplinaridade, principalmente como relação intercultural entre os seres.

1.4 O resgate das práticas hospitaleiras na história

A contextualização histórica é indispensável em qualquer estudo e também para o do turismo, pois as sementes do crescimento futuro encontram-se no passado. Há um vasto legado de infra-estruturas de desenvolvimentos anteriores, que devem ser levados em consideração nesses estudos, embora seja um fenômeno recente. A palavra turismo era desconhecida na língua inglesa até o século XX, mas as palavras “viagem” e “viajante” eram respeitadas, refletindo a qualidade dos viajantes de antigamente, pois referiam-se a pessoas ricas e instruídas ou à aristocracia e líderes da sociedade. Nesse sentido, o conceito de viagem com o intuito de recreação e como uma atividade visando à diversão era totalmente novo até o século XX.

A história das viagens confunde-se com a própria história da humanidade, pois os deslocamentos sempre acompanharam o desenvolvimento humano, e a idéia de hospitalidade é tão antiga quanto a própria civilização.

Segundo Walker (2002), menções à hospitalidade – principalmente na forma de tavernas – são encontradas em textos anteriores à Grécia e à Roma, começando pelo código de Hamurabi cerca de 1700 a. C que dizia desde a obrigação dos proprietários das tavernas a denunciar quaisquer de seus clientes que planejassem crimes em seus estabelecimentos, até a proibição de adicionar água à cerveja para consumo.

> O homem pré-histórico se deslocava em busca de alimentos e proteção, respondendo ao instinto natural de sobrevivência e de defesa. Algumas vezes a fome era a principal responsável pela evasão dos indivíduos de sua sociedade. Para os que fugiam era a oportunidade de conseguir alimentos em outras paragens; para os que ficavam era o consolo de poder ter um quinhão um pouco maior na repartição dos alimentos que ainda existiam. (REJOWSKI, 2002, p.17).

Pode-se dizer que os sumérios (babilônios), em 4.000 a.C., contribuíram muito para as viagens. A invenção do dinheiro, o início do comércio e a invenção da escrita cuneiforme e da roda foram fatores fundamentais para o desenvolvimento das viagens de comércio.

No início da história, no Oriente Médio e no Egito, as viagens eram empreendidas por comerciantes que vendiam e transportavam seus produtos do local de origem até um mercado, ou pelas populações forçadas a mudar devido à fome, inundações ou guerras.

Segundo Goeldner, Ritchie e Mc Intosch (2002), é provável que, em 1480 a.C., a rainha egípcia Hatshepsut tenha feito a primeira viagem com propósitos de paz e ócio nas ilhas Punt, no leste da África.

A construção das pirâmides do Egito, em 2.700 a.C., já era motivo de atração para muitas pessoas no chamado Império Novo, que durou de 1.600 a 1.200 a.C.

Heródoto, geógrafo e historiador, relatou que os egípcios se encontravam para celebrar festas muitas vezes por ano, sendo que em diversas delas participavam homens e mulheres que se deslocavam juntos pelos rios. Ele viajava muito e registrava suas viagens, fato esse que o intitulou como o primeiro narrador de viagens.

Nessa época, não existiam estabelecimentos comerciais oferecendo alimentação ou hospedagem, as pessoas comiam e dormiam como podiam. Somente os funcionários do governo podiam se hospedar nos confortáveis templos estatais.

As primeiras referências à hospitalidade remontam à Grécia e Roma antigas, quando o incremento do comércio e das viagens fez que o aparecimento de alguma forma de acomodação para passar a noite se tornasse uma necessidade.

Com a invenção da roda e conseqüentemente das carroças, as estradas começaram a aparecer em torno de 2.000 a.C. Os assírios e mais tarde os romanos foram aprimorando-as principalmente para uso militar.

A história das estradas está relacionada à concentração de populações em cidades poderosas. Alexandre, o Grande, mandou construir estradas muito desenvolvidas na Índia em 326 a.C. E na época de Trajano, no Império Romano (98 a 117 d.C.), as estradas romanas abrangiam uma rede de aproximadamente oitenta mil quilômetros, cercando o Império e ligando-o a várias regiões.

Porém o desenvolvimento das viagens floresceu mesmo na antiga Grécia. A civilização grega soube aproveitar o benefício da cultura, do tempo livre e da disposição de seus cidadãos. O ócio ativo e a paciência foram conceitos que lhes serviram para chegar ao auto conhecimento tanto corporal como espiritual. Não é à toa que, no meio de tantos conflitos territoriais que marcou a história da humanidade, eles conseguiam atrair milhares de pessoas para os famosos Jogos Olímpicos. Tanto em Olímpia como em Delfos, cidades gregas, os estádios se tornaram parte dos santuários lá construídos e recebiam uma grande quantidade de pessoas para as principais festas e solenidades. Os ginásios possuíam, além de arquibancadas, arena, banheiros e vestuários. Também existiam salas onde eram ministradas palestras e cursos, porque, de acordo com a tradição, o espírito não podia permanecer ocioso devido a uma dedicação exagerada ao exercício físico.

Assim como a Grécia, a Ásia Menor também era destinação famosa devido aos banhos medicinais e aos *resorts* litorâneos. Era muito comum as pessoas se dirigirem aos santuários de cura, que possuíam instalações para descanso e diversão. Mas a demanda foi aumentando e criou-se a necessidade de construir locais para hospedagem e outros serviços, não somente para esses fins, pois as hospedagens gregas da época ofereciam pouco mais do que abrigo para a noite. O local do banho era público e situava-se, geralmente, do outro lado da rua de onde o hóspede estava instalado.

Um fato curioso, retratado por Goeldner, Ritchie e Mc Intosch (2002), era a existência do *proxeno* (do grego *pro*, antes ou para; e *xenos*, estrangeiro), uma espécie de cônsul atual, no qual tinha como dever básico ajudar e dar assistência a

seus compatriotas que estavam em alguma cidade estrangeira. Deviam garantir sua hospitalidade, obter empréstimos quando necessário e até mesmo comprar ingressos para peças de teatro, se fosse o caso.

Também nessa época, existiram, na Grécia, “guias de turismo”, os quais eram diferentemente denominados de acordo com a função que desempenhavam. Assim, os *periegetai* tinham como função principal orientar os viajantes ao redor dos sítios visitados, a exemplo do papel que hoje desempenham os guias de turismo numa excursão ou num *city tour.* Já os *exegetai* eram especialistas e conselheiros em assuntos religiosos e em rituais e sua permissão era prestar orientação religiosa aos visitantes.

As cidades romanas não eram responsáveis por muitos deslocamentos regionais dentro das províncias, ao contrário do que se passava nas cidades gregas. Era a população da vila que assistia aos espetáculos e participava das festas.

> As festas e os jogos formavam uma parte importante do lazer. As exibições teatrais e os combates de gladiadores tinham sua origem nos sacrifícios religiosos do culto devotado aos deuses da cidade e do Estado, e dedicados ao Imperador. (REJOWSKI, 2002, p. 28).

Segundo Rejowski (2002), os romanos podiam viajar até cem milhas por dia, usando várias mudas de cavalos fornecidos nas casas de etapa. Esses pontos eram encontrados a cada cinco ou seis milhas de distância um do outro.

Os mapas romanos, embora não mantivessem uma proporcionalidade com o espaço geográfico real retratado, possuíam muitas informações sobre o nome das cidades, a distância entre elas, rios, alguns acidentes geográficos e, principalmente, sobre os meios de alojamento existentes no percurso. Mas mesmo nas melhores acomodações, o mobiliário era extremamente simples, apenas uma cama e um candelabro. Quem tinha empregado, podia levá-lo para preparar sua própria comida.

Segundo Theobald (2001), a expansão das viagens nessa época foi possível graças a três condições que até hoje vigoram: lei e ordem, meios de comunicação e disponibilidade de acomodação.

O tempo livre nessa época era abundante e foi aumentando com a queda do Império Romano nos séculos IV e V. A partir daí surgiu a Idade Média (da queda do Império Romano do Ocidente, 476 d.C., ao início da era moderna), e os

deslocamentos se tornaram perigosos e difíceis devido à falta de segurança, aos saques, assassinatos e aos ataques dos bárbaros. A ordem deixou de existir e, em muitas regiões, as estradas foram destruídas, contribuindo assim para a redução das mobilidades individuais. O medo de percorrer longos percursos teve como resultado a realização de pequenos deslocamentos, feitos mais perto dos lugares onde as pessoas moravam.

A exceção mais notável, na Europa, foram as Cruzadas, ou seja, deslocamentos motivados pela religião e fé. No final da Idade Média, inúmeros peregrinos viajavam aos santuários, como Canterbury, em Kent, na Inglaterra, Santiago de Compostela, ao norte da Espanha, e a várias cidades de mosteiros na Itália.

Segundo Walker (2002), os romanos desenvolveram um sistema postal bem organizado, e os antigos persas criaram uma combinação de estábulos e pousadas chamadas de *khans* , com o propósito de atender às caravanas de viagem.

A Idade Média foi marcada pelo avanço do Cristianismo. Lentamente, foram sendo construídas cidades. A sociedade foi estabelecendo características próprias e costumes, como a fixação do homem à terra, a atividade econômica predominantemente agrícola, a auto-suficiência do feudo e a ausência de um comércio desenvolvido. Por isso, as pessoas raramente tinham necessidade de se deslocar para fora dos domínios de seus feudos. A vida religiosa ocupou uma parte importante do tempo livre do homem da idade média, e um exemplo disso foi a cidade de Veneza que, em meados do ano de 1300, foi, mais de uma vez, o ponto de partida de milhares de peregrinos rumo a Jerusalém.

> Criou-se assim uma democracia da viagem, na qual se reuniam pessoas das mais diversas ocupações e origens. Uma vez que nessa época o nacionalismo era desconhecido, havia nas viagens uma verdadeira mescla de povos, que compartilhavam a acomodação em estalagens e comiam juntos em hospedarias do trajeto. (THEOBALD, 2001, p.104).

Segundo Walker (2002), muitos dos valores da hospitalidade medieval ajustam-se aos dias de hoje, tais como o serviço amigável, a atmosfera amena e a abundância de comida. Também coloca que, se comparados à época atual, os padrões sanitários eram pobres e as acomodações primitivas. Durante a Idade Média, grande parte das estalagens distinguia-se pela diferença do tratamento dispensado a ricos e pobres. Essa situação levou à criação do comum (*ordinary*),

uma taverna que servia de menu fixo a um preço pré-estabelecido para as pessoas do povo.

Segundo Goeldner, Ritchie e Mc Intosch (2002), um guia de viagem do século XIV dava aos peregrinos instruções detalhadas sobre as regiões pelas quais iriam passar e os tipos de hospedagens disponíveis em rotas, muitas vezes inóspitas. Não existiam mais estalagens, exceto as tavernas locais e umas poucas espalhadas pela Europa. Geralmente eram locais sujos e infestados de animais. Na Alemanha e em outras áreas, os hóspedes tinham que compartilhar camas. No outro extremo, estava uma pousada de qualidade, como a descrita no guia de Mandeville. Ele cita a dona do estabelecimento: "Jenette acendeu o candelabro, conduziu-os ao quarto, no andar de cima, trouxe-lhes água quente para que lavassem os pés e cobriu-os". Os estabelecimentos na Espanha e na Itália ofereciam um quarto para cada hóspede.

Viajantes de todas as distinções eram servidos, entretanto, em castelos ou casas particulares. Esses locais prestavam serviços que iam muito além da cama e comida. Podiam oferecer um médico e fornecer remédios, substituir roupas gastas, oferecer um guia para mostrar o lugar ou até mesmo um empréstimo em dinheiro. Também ofereciam oportunidades para meditação e orações. A parada mais famosa era o albergue, nos Alpes Franceses, do Grande São Bernardo, estabelecido em 962 (os cachorros São Bernardo eram enviados para encontrar e resgatar viajantes).

As peregrinações foram cada vez mais influenciadas pela Igreja, aumentando progressivamente o fluxo das viagens. As abadias e os mosteiros acolhiam e alimentavam os peregrinos, e, como retribuição à hospitalidade cristã, as doações dos peregrinos eram bem aceitas. Um exemplo da hospitalidade dada aos peregrinos pode ser vista na ordem beneditina. No capítulo 53 da Regra beneditina, a Ordem de são Bento pede que todos os "hóspedes que chegarem ao mosteiro sejam recebidos como o Cristo, pois Ele próprio irá dizer: "Fui hóspede e me recebestes" (Mateus, 25, 35).

> No interior, passada a resistente e segura porta, se encontrava, em primeiro lugar o hospital, onde se acolhiam os peregrinos e hóspedes, e, passando este, a igreja [....]. (FUSTER, 1974, p.347).

Por volta do século XV, as peregrinações se tornaram um organizado fenômeno de massa, servido por uma grande rede de hotéis de caridade e um comércio florescente de venda de objetos religiosos.

Com o tempo, a prestação de serviços de hospitalidade para números cada vez maiores de pessoas foi se tornando difícil para algumas casas religiosas. Elas não podiam mandar embora os pobres, já que a caridade cristã era um elemento importante da missão da igreja, nem os nobres, que faziam contribuições generosas. Mas podiam indicar à classe média as tavernas, as estalagens e os locais de venda de vinho. Assim, a Igreja desempenhou um papel importante no desenvolvimento da "indústria" da hospitalidade durante esse período.

Os banhos públicos também eram motivo de atração. Tais hábitos eram comuns nas cidades, contribuindo para socializar a convivência dos próprios moradores e dos visitantes curiosos que por lá passavam.

Segundo as investigações de Lavaur (1974), em 1365, na França, havia vinte e quatro alojamentos, com capacidade para novecentas pessoas, cujos proprietários estavam organizados num tipo de corporação ou sindicato e deviam informar a cada três dias o nome e a procedência das pessoas alojadas. Antes, em 1254, Luis IX (San Luis), que dirigiu a sétima e oitava Cruzada, prescreveu que os alojamentos do país não poderiam abrigar pessoas que não fossem viajantes. Em 1315, seu sucessor Luis X ordenou que os estabelecimentos que se apropriassem de algo que fosse de algum estrangeiro lá morto deveria devolver o triplo e, em 1407, também na França, se tornou obrigação inscrever junto à polícia os nomes dos hóspedes que exploravam comercialmente o alojamento dos forasteiros. Estava implantado o regimento dos atuais sistemas de alojamento.

Com a vinda do Renascimento (período do século XIV ao século XVI), que foi o responsável por uma fundamental experiência cultural de projeção das artes, da literatura e das ciências, a expansão do comércio e a quebra do domínio da religião sobre o homem, encorajou-o à satisfação pessoal e ao desejo de entender e explorar o mundo. Nessa época, surgiu o novo empresário burguês que administrava seu tempo livre adquirido a cada trabalho. O humanismo renascentista soube unir o dinheiro e o intelecto, influenciando a vida urbana e o lazer, mas não as viagens de grande distância, porquanto não se desfrutava de "conforto". Cada viagem era uma aventura, pois não existiam mapas e era perigosa devido aos saqueadores da época. Somente as principais rotas tinham estabelecimentos a

cada vinte e cinco quilômetros para comer ou mal dormir, levando-se dias para chegar nas cidades mais próximas.

A chegada de forasteiros em grande e crescente número nas cidades criou problemas de alojamento, sobretudo quando esses viajantes pertenciam a classes mais abastadas e viajavam acompanhados de familiares, servos e cortesãos. Nem sempre os palácios urbanos, que na França denominavam-se "hotéis", podiam abrigar todos os convidados, por isso acabaram criando casas especialmente para acolher patrões e empregados, sendo que as primeiras dessas casas foram construídas na Itália.

O início do século XVI surge como uma nova era de curiosidade e exploração, culminando com a popularidade do *grand tour*, que se estendeu pelos séculos XVII e XVIII. O *grand* tour era caracterizado como uma viagem de estudos e complementação da formação do jovem inglês, pertencente à nobreza e depois à alta burguesia. O conceito elisabetano (Elisabete I, da Inglaterra) era o de desenvolver, por meio de uma educação acurada, uma nova classe de estadistas profissionais e embaixadores. Dessa forma, eles começaram a viajar para o exterior, especificamente a prole masculina, para vários países da Europa, acompanhados de um tutor. O ponto alto da viagem para o *grand tourist* era o conhecimento das cidades de Roma, Florença, Nápoles e Veneza, e o viajante tinha que provar ser um estudante para conseguir descontos sobre taxas, entradas francas e pedágios. Era comum o uso de cartas de crédito, porque não podiam ser utilizadas em caso de roubo.

Segundo Theobald (2001), a influência que essas viagens tiveram nos grandes centros da Europa foi quase desprezível, pois o viajante privilegiado normalmente ficava nas vilas dos amigos ou em apartamentos particulares e, além de visitar um ou dois museus ou igrejas, conviviam apenas com seus iguais. O contato com a população nativa tinha o mesmo teor da relação amo-criado e se limitava aos lacaios, cocheiros e prostitutas.

Os sentimentos desses viajantes com relação ao país que visitavam não eram muito diferentes dos experimentados pelos ingleses da época de Shakespeare, que o bardo registrou nas palavras de *Parolles* em *All`s Well that Ends Well:* "A França é uma espelunca". Uma opinião compartilhada por Tobias Smollet, em 1768, quando ele se queixou de que "Neste país as pessoas não têm nem sequer objetos de limpeza". Essa atitude arrogante dificilmente incentivava a

comunicação e a compreensão sociais, mas explicava-se pelo fato de que uma grande parte das cidades européias visitadas pelos *milords* ingleses eram constituídas de casebres da população pobre, no meio das quais se erguiam os grandes palácios dos ricos e poderosos.

> A prodigalidade do viajante não era desperdiçada com o público em geral dos países visitados, sobretudo quando esse público era constituído pela pobreza, e logo se disseminou a crença de que todos os viajantes ingleses eram *milords* e faziam o que queriam sem ligar para as leis. Essa crença continuou pela Inglaterra (que já significara toda a Grã-Betanha, mas estava começando a ser reconhecida como apenas uma parte dela) implicando, com o avanço da indústria, a possibilidade de as pessoas da classe média industrial e mercantil empreenderem viagens. (THEOBALD, 2001, p.105).

Ainda no século XVII, Boullón (1990) relata a influência que as casas de campo, com seus jardins de diversões, exerciam sobre aqueles que somente as conheciam, mas não as vivenciavam. Assim, aparece em Londres a primeira dessas instalações, a chamada Ranelang Gardens. Esse lugar e suas posteriores imitações por toda a Europa eram geralmente constituídas por um espaço central, onde se celebravam grandes festas e bailes. Em seu entorno, encontravam-se grama, canteiros de flores e bosques para que os participantes pudessem passar um dia ao ar livre, ao estilo das classes mais abastadas.

Os palácios do período barroco, continuando a tradição renascentista, foram implantados rodeados de jardins. Entre 1723 e 1726, Roma começou a modificar sua fisionomia urbana, criando numerosas praças com igrejas e edifícios. Para que uma praça cumprisse com sua função social, devia ser algo a mais do que apenas um espaço aberto. Devia abrigar multidões e ganhar com sua qualidade estética a admiração de seus visitantes**.**

Desde essa época já se tinham noções de como “preparar” um espaço para se tornar agradável e acolhedor, sinal que havia a preocupação no “planejamento urbano” dos espaços quanto ao bem receber.

O melhoramento dos mapas náuticos e dos meios de navegação, unidos com a vontade do homem em construir seu próprio destino, e ainda a doutrina do progresso (não para conquistar, mas sim para conhecer o mundo) impulsionaram algumas viagens importantes.

> Embarcações comerciais já transportavam passageiros, além de mercadorias, nos canais da Inglaterra, em 1772. O Duke de Bridgewater deu início a esse serviço entre Manchester e London Bridge (perto de Warrington). Cada barco tinha uma sala para café, onde a esposa do capitão vendia pequenas refeições. (GOELDNER; RITCHIE; MC INTOSCH, 2002, p.51).

Paralelamente aos *grand tours* e até meados do século XIX, começaram a se desenvolver os centros termais e balneários por recomendações médicas para tratamentos terapêuticos que enalteciam as propriedades curativas da água. Os *spas* estiveram muito em moda entre os membros de setores mais altos da sociedade, não apenas por seus aspectos curativos, mas também pelos eventos sociais, competições, danças e jogos que eles ofereciam. Goeldner, Ritchie e Mc Intosch (2002, p. 50) citam que "...os *spas* rapidamente se tornaram centros de entretenimento, recreação e jogo, atraindo os ricos e elegantes, doentes ou não".

Rapidamente surgiram cidades como Bath e Buxton, na Inglaterra, e posteriormente a concorrência das áreas litorâneas:

> Ofereciam aos hóspedes alojamento e refeições durante sua estada, posteriormente complementadas por atividades que aliavam tratamento com entretenimento (teatros, bibliotecas, jogos,etc.). Tais atividades surgiram para preencher o tempo ocioso dos usuários, uma vez que se dedicavam ao tratamento por períodos de 15 a 25 minutos diários. (REJOWSKI, 2002, p. 45).

Esses estabelecimentos, freqüentados em princípio pela família real e pelas classes mais altas da sociedade, logo atraíram uma clientela formada pela classe média. A preocupação no acolhimento e nas “atividades de conforto” para passar o tempo nestes *spas* reflete também o espírito de acolhimento e bem-estar que era oferecido aos hóspedes.

O século XIX foi marcado por profundas mudanças. Houve a implantação e o desenvolvimento da atividade turística como um grande negócio, em decorrência de inúmeros fatores, dentre os quais se destacaram as transformações econômicas, sociais, e as novas tecnologias. Foi também um período de revoluções, guerras, agitações populares, independências e proliferação de novos inventos. A criação de uma classe média, o aumento do tempo livre e a procura das viagens recreativas declinaram à popularidade, as grandes viagens turísticas da elite. Porém o fato mais marcante, sem dúvida, foi o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor inserido no processo provocado pela Revolução Industrial.

A primeira ferrovia para passageiros (Liverpool e Manchester) foi inaugurada em 1830. Iniciou-se um surto de serviços de transporte que durou cem anos e deu às viagens comerciais e de lazer um impulso formidável. O grande número de viajantes criou uma demanda de locomoção e acomodação e fornecia um novo campo para o empenho dos empresários. Muitos trens luxuosos, que ofereciam carro-leito e restaurante, se tornaram famosos, como o Expresso do Oriente, o Trem Azul (Paris - Riviera) e o São Petesburgo- Lisboa.

Em 1860, o americano George Mortimer Pullman inventou os chamados *wagons-lit*, vagões de instalações (dormitórios, restaurantes e lugares para não fumantes) dos trens da época. Esse fato impulsionou, mais tarde, o nascimento dos Grandes Expressos, trens especialmente dedicados a uma clientela de luxo, que aumentava a cada ano.

Segundo Rejowski (2002), entretanto, ao mesmo tempo em que esses meios de transporte ofereciam seus serviços com muito luxo, as ferrovias também eram responsáveis por um grande fluxo de passageiros sem oferta de serviços luxuosos. Como conseqüência desse desenvolvimento e para atender a esse fluxo, começaram a ser implantados hotéis de ferrovias. Chamados de *terminus hotels*, situavam-se próximo aos terminais ferroviários e eram normalmente operados e financiados pelas próprias empresas ferroviárias, garantindo assim a demanda constante de viagens. Esse tipo de empreendimento hoteleiro substituiu os antigos hotéis e pousadas que atendiam aos viajantes nas rotas das diligências. A primeira estação com um hotel de ferrovia foi a de Euston, em Londres (1838), posteriormente seguidas por outras.

> Embora magníficos para os padrões da época, esses hotéis eram destinados apenas a acomodar os viajantes quando utilizavam o trem como meio de transporte. (REJOSWSKI, 2002, p.61).

À medida que crescia o número dos viajantes, aumentavam também as instalações para lhes proporcionar conforto e protegê-los das sórdidas realidades dos países pelos quais eles passavam. Isso impedia qualquer contato efetivo do viajante com a vida local, sendo a relação do viajante com a população nativa do tipo senhor-criado. Theobald (2001) relata que os viajantes não falavam línguas estrangeiras e só podiam comunicar suas opiniões por meio de intérpretes. Além disso, o viajante era protegido por guias e condutores de excursões que mantinham

afastados os nativos inoportunos.

> Na Grã-Betanha, os especuladores compravam terrenos e construíam grandes hotéis para os ricos e casas para estalagens, que alugavam quartos e preparavam a comida comprada pelos visitantes mais pobres. Criados inicialmente para informar aos hóspedes dos hotéis quais eram as famílias que estavam no local e onde elas se hospedavam, os jornais locais prosperavam. Jardins de inverno e teatros foram construídos para os níveis mais educados da sociedade, e o populacho tinha quiosques de comida, salões de dança e *vandeville*, além de centenas de comediantes de rua. (Theobald, 2001, p.106).

Aproximadamente, em 1870, na época de Napoleão III, a classe média despreocupada, começa a viver a fase *Belle Epoque* . Principalmente em Paris, onde se desenvolveram a atividade gastronômica e hoteleira nos centros urbanos, dando início aos famosos cafés e restaurantes, lugares que atraíam mais pelo ambiente do que pela própria comida. Destaca-se nessa época, a criação de entretenimentos noturnos, como os cabarés de luxo Moulin Rouge e Follies–Bergére. Um fato que impulsionou esses acontecimentos foi o surgimento da iluminação a gás ou elétrica, que se expandia pelas cidades.

A dinamização das "estruturas urbanas", como hospedagens, meios de transporte, locais de encontro, como restaurantes e cafés foram propiciando às cidades opções de lazer ocasionando o bem-estar e acolhimento dos seus cidadãos e visitantes. A "urbanização" dessa época propiciou a hospitalidade desses locais.

> No século XIX se criaram as bases da sociedade de consumo [....] muitos centros comerciais completavam sua oferta com cinemas, bares, restaurantes, cafés e centros noturnos. E ao mesmo tempo se adaptavam ao costume de abrir nos feriados para aumentarem suas vendas. A Galeria Mall, em Houston, é um complexo comercial que conseguiu unir a idéia de comércio e recreação com tanto êxito, que posteriormente incluíram ao conjunto um hotel para abrigar os turistas nacionais e estrangeiros que visitavam essa cidade atraídos pela grande oferta comercial que dispunham. (BOULLÓN, 1990, p.42).

Nesse contexto de mudanças do século XIX, surgiram os pioneiros do turismo e as primeiras associações na área, além da realização de grandes eventos, dando início, assim, à organização, estruturação e inovação do setor.

Durante a segunda década do século XX, que se tornou conhecida como a época vitoriana, os ingleses eram o povo que mais viajava, dentro e fora da

Inglaterra, e, como decorrência, impuseram aos outros países muitas de suas idéias liberais. Eles exigiam cortesia e respeito daqueles com quem se encontravam, demonstravam desagrado e indignação pelos costumes que desaprovavam, como, por exemplo, a escravidão (que ainda era adotada em muitos países), a exploração de mulheres e crianças, a idolatria e a falta de higiene. Theobald (2001) cita que, uma vez que as pessoas do local dependiam do seu dinheiro, as opiniões que eles manifestavam tinham um peso e influenciavam as sociedades com as quais entravam em contato, uma influência que continuaria durante o século XX.

O inglês Thomas Cook (1808-1892), mais conhecido como o pai do turismo moderno, foi o primeiro operador profissional e fundador das agências de viagens. Estabeleceu os principais fundamentos das viagens organizadas, introduzindo o conceito de pacote turístico, desenvolvendo o cooperativismo entre as empresas e outros componentes do mercado turístico, como hotéis, transportadoras, restaurantes, atrações, etc.

> [...] de uma atividade necessária e nem um pouco aprazível, de uma tarefa árdua e voltada para a educação, para um prazer, um entretenimento e um novo conceito-férias. (JENKINS e LICKORISH, 2000, p.30).

Segundo Theobald (2001), a Suíça reagiu rapidamente às exigências dos novos turistas e não levou muito tempo para que, em lagos e montanhas, surgissem áreas preparadas para o turismo, com conforto, limpeza e comida saudável ao gosto dos visitantes. Assim, a Suíça se converteu no principal destino dos turistas de todo o mundo, com a reputação de ter um nível de hotelaria e de gastronomia insuperável.

Outro ícone importante na história do turismo, mais precisamente da hotelaria, foi o suíço César Ritz (1850-1918). Considerado o pai da hotelaria moderna, Ritz construiu o primeiro hotel na história da hotelaria a possuir apartamentos com banheiro próprio, pois os de anteriormente possuíam somente um no andar. Segundo Fuster (1974, p.49), os “quartos de banho” possuíam banheira de mármore e paredes cobertas por azulejos, fazendo com que os hóspedes se sentissem num império futurista. Por isso, também, foi considerado o promotor da higiene moderna.

Também foi o primeiro que organizou um reservado banco de dados de seus hóspedes, de tal modo que a cadeia Ritz possuía as referências pessoais da maior parte do mundo elegante da época. Segundo Fuster (1974), ele foi o precursor das atividades relativas aos "relações públicas", como, por exemplo, nunca esquecendo das datas comemorativas de seus hóspedes, os aniversários, bodas, etc. Em qualquer de seus hotéis (chegou a dirigir simultaneamente doze), cada cliente novo era tratado como um antigo. Fuster (1974, p. 334) relatou um exemplo de uma ficha feita na época: "Lord B. Gosta de camélias brancas. Bebe uma dose de run às dez da noite. Não suporta ouvir música enquanto come. É inimigo do Conde C. O quarto de seu secretário deve estar ao lado do seu, etc".

Ritz foi também o primeiro que soube aplicar a psicologia de forma excepcional em seu trabalho, principalmente na forma de tratamento tanto com os clientes e com o pessoal do hotel, tratando-os com maior amabilidade e boas relações públicas e humanas. A hospitalidade na hotelaria ficou marcada pela preocupação de Ritz em atender a todos os desejos de seus hóspedes, mesmo sem terem sido solicitados.

O desenvolvimento da atividade turística apresentava um crescimento contínuo ao longo do século XIX, e um início da profissionalização do setor foi surgindo. A época caracterizou-se pelas novidades implementadas e por grandes transformações, que teve nas feiras mundiais seu grande reflexo.

Outro evento importante do final do século XIX foi a reedição dos Jogos Olímpicos. Segundo Rejowski (2002), na primeira delas, realizada em Atenas (Grécia), em 1896, participaram 13 países e 285 atletas. Na segunda, que ocorreu em 1900, em Paris, participaram 20 países e 1.066 atletas. Desde então, as Olimpíadas têm sido realizadas a cada quatro anos, excetuando-se os períodos das duas guerras mundiais. A idéia concebida pelo barão francês Pierre de Coubertin era que:

> A reedição dos jogos poderia se construir em um fórum internacional onde o cavalheirismo e a camaradagem entre os participantes contribuiriam ao desenvolvimento moral e ético. (KATCHIKIAN, 2002, p.169).

Esses eventos criados na época até os dias atuais podem servir como um encontro entre visitados e visitantes, propiciando trocas hospitaleiras e ocasionando trocas humanas para o bem e a paz das diferentes nações, conforme exemplo

relatado por Katchikian.

Até a Primeira Guerra Mundial (1914- 1918), havia uma infra-estrutura sólida de *resorts* servidos por ferrovias em toda a Europa. Atrações, organizações e práticas de *marketing* eram bem desenvolvidas. O movimento turístico que se expandia foi bruscamente interrompido pela guerra. Katchikian (2000) cita que, durante o conflito, muitos hotéis luxuosos foram utilizados para hospedar tropas militares ou para abrigarem quartéis generais e hospitais.

Ao término da guerra, a fabricação em série do automóvel e do ônibus e a retomada da construção dos dirigíveis permitiram que as viagens e o turismo voltassem a crescer. As nações começaram a captar receitas oriundas do turismo e passaram a reconhecer sua importância econômica tanto nos países europeus quanto em outros países. Os transatlânticos que, anteriormente, abrigavam acomodações coletivas, foram utilizados para a instalação de cabinas de turistas.

> Os sóbrios navios onde os ricos viviam agradavelmente em suas cabinas luxuosas passaram por uma transformação, com jogos no convés, piscinas e orquestras de jazz, inclusive bandas de músicos negros. (THEOBALD, 2001, p.109).

A aviação se tornou um meio prático de transporte. Foi o início da era da mobilidade e das comunicações, completando o ciclo de mudanças de uma visão de comunidade estática para outra mais dinâmica, com efeitos ainda maiores nas comunidades e nos países. Havia também um interesse pelos aspectos sociais do turismo e das férias, com a intervenção do governo.

A recuperação estava no seu auge quando começou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, como conseqüência, o desenvolvimento foi cruelmente interrompido. Além disso, uma grave recessão econômica levou à paralisação do turismo. Assim, devido às dimensões do conflito, a retomada do desenvolvimento turístico ocorreu aproximadamente após cerca de cinco anos desses acontecimentos.

Este fato constata que o sujeito nas relações do turismo e hospitalidade são as pessoas que visitam e são visitadas. Uma vez estabelecidos conflitos, como guerras e terrorismo, o processo de troca paralisa e os encontros, que poderiam promover intercâmbios culturais e sociais, estagnam.

Os Anos Santos de Roma atraíram multidões de peregrinos e, por isso, por

volta do ano de 1950, foram adotadas medidas excepcionais para atender a essa demanda. Fuster (1974) relata que foi feita uma preparação de alojamentos econômicos com grande capacidade, o que se permitiu reunir, nesse data, 7.469 leitos. Não sendo, porém, suficiente esse reforço à hotelaria tradicional, dedicaram uma especial atenção ao alojamento em casas particulares. Foi fundada, dois anos antes do Ano Santo, a O.R.A.S (Ospitalita Romana Assistenzia Stranieri), uma organização privada que realizava inventário, controle e inspeção dos domicílios que receberiam hóspedes, das características das habitações, idiomas falados pelos proprietários, etc., além da complexa tarefa de reserva e inscrição de estrangeiros.

Em 1958, a França celebrou o centenário das aparições de Nossa Senhora Bernadete, humilde camponesa de Bigorra, na Gruta de Massabielle. Não se tem dados certos sobre o fluxo dos peregrinos por essa causa, mas, mesmo assim, as autoridades fizeram por ocasião do centenário da aparição uma autêntica promoção turística e religiosa.

> O grande problema de alojamento devido ao Centenário não podia ser resolvido pela hotelaria tradicional de Lourdes, que naquela época contava com mais de 300 hotéis e pensões, totalizando 35.000 leitos, número esse que chegava a 50.000 com o auxílio das casas particulares. Teve-se que montar sobre as ruas barracas de todos os tipos, bem como cozinhas que ofereciam alimentação econômica. (FUSTER, 1974, p. 334).

Em 1965, na Espanha, foi construído o chamado Burgo das nações, um grande projeto que resolveria o problema de alojamento das multidões de peregrinos esperados todo ano. O complexo era composto de 47 edifícios para a instalação de peregrinos e turistas. A classe turística possuía habitações com banheiro e eram construídas em número significadamente menores. Contava também com uma central de café e serviços gerais, como, por exemplo, lavanderia. Possuía uma enorme recepção, o setor administrativo e a maior cozinha da Espanha com funcionamento de auto-serviço. Segundo Fuster (1974), o Estado espanhol desenvolveu, nessa época, um grande trabalho de promoção turística, apoiando-se em seus suportes, como os hotéis, os centros de informação, o aeroporto de Santiago, etc.

Do pós-guerra, até os dias de hoje, foi um período de revolução tecnológica. A atividade turística tomou novos rumos, consolidou-se, expandiu-se e profissionalizou-se. Houve um grande crescimento das viagens nos países mais

ricos e industrializados do mundo. A televisão favoreceu a expansão do turismo, com propagandas constantes sobre países estrangeiros. As viagens aéreas aumentaram em nível ainda mais acelerado, devido à introdução de aeronaves maiores e de equipamentos mais eficientes no mercado turístico. O turismo passou a ter uma nova e modificadora característica: as viagens de massa.

> Deve-se considerar todas as características da sociedade contemporânea, que incorporou a busca pelo prazer de forma coerente com o sentido hedonista (doutrina filosófica que procura no prazer a finalidade da vida) que se outorgou à vida. O período iniciado em 1950 constituiu-se em uma nova era cultural, onde a recreação e o lazer tiveram um impacto determinante na formação de uma moral coletiva orientada ao prazer. (KATCHKIAN, 2000, p.247).

Segundo Theobald (2001), os empreendedores tinham oportunidade de fazer surgir áreas de férias a partir do nada, construindo cidades onde antes havia apenas pedra e vegetação pobre. A acelerada demanda de acomodação significava que as áreas de férias – com todos os seus serviços: esgotos, abastecimento de água, eletricidade, etc. – tinham de ser providenciadas rapidamente.

A primeira região costeira a ser desenvolvida pelos turistas que se deslocavam de avião foi no sul da Espanha, próximo a Málaga. Onde anteriormente havia uma costa desabitada, despontaram cidades turísticas.

Segundo Rejowski (2002), a partir do “boom” do turismo, que ocasionou a sua exploração desenfreada e muitas vezes pouco responsável perante o meio ambiente em sentido amplo, foram surgindo, progressivamente, posturas mais críticas e preocupadas com a “experiência turística” sob a ótica de todos os agentes e atores que comandam o processo. Era preciso satisfazer não só o turista e o empresário, mas também o residente, o poder público, etc. O turismo passou de uma prática elitizada a um direito de todo e qualquer cidadão. Assim, ao lado do turismo de massa, em plena evolução, apesar de crises e recessões no período, progrediu o discurso em prol do desenvolvimento sustentável, no contexto de que usufruir o turismo no presente significa poder usufruí-lo no futuro.

> Os últimos decênios do século XX, de 1974 a 2000, mostram a verdadeira complexidade e abrangência do turismo num mundo em constante mutação, onde tudo é questionado, inovado, criado e reformatado. Duas forças impõem-se e novos cenários surgem: a sustentabilidade e a globalização. Desafios constantes levam à importância do planejamento e gestão estratégica, à formação e capacitação de recursos humanos de

> qualidade, e ao desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos. (REJOWSKI, 2002, p. 112).

1.5 Raízes de hospitalidade na história do Brasil

Para resgatar brevemente um pouco do histórico da "hospitalidade" no Brasil foi utilizada a obra Raízes do Turismo no Brasil, de Mário Jorge Pires (2002). São diversas as questões abordadas, como, por exemplo, quando o autor questiona se a precariedade presente nos serviços e em boa parte da infra-estrutura ligada ao turismo foi resultante da crise brasileira nas últimas décadas ou se tem raízes mais profundas. Muitas perguntas quanto aos primórdios do turismo no Brasil ficam sem respostas, pois ainda não há pesquisas na área.

O autor se reporta ao início do Turismo no Brasil: Quando e de que maneiras novidades surgidas na Europa, envolvendo acomodação, motivações de viagem, fluxos, entraram no Brasil? Trata-se de uma questão abrangente cuja resposta envolve o estudo de muitas fontes que levam a outras perguntas. Uma delas, segundo Pires, é a concepção do país do bizarro: Por que perdurou a idéia do Brasil exótico no espírito do estrangeiro? Isso pode, ainda hoje, ser facilmente verificado em entrevistas de personalidades estrangeiras à imprensa.

> O brasileiro foi descrito como "cordial". Nossa gente é boa, afetiva e alegre, insistia – até hoje insiste – boa parte da imprensa. Mas existe, de fato, a cordialidade brasileira? De que forma ela se manifestaria na hospitalidade? [...] os viajantes estrangeiros do século XIX foram alvo dessa hospitalidade e, nos seus relatos, transparecem muitas coisas de interesse para nosso estudo: a maneira como se dava a hospitalidade espontânea e, ao mesmo tempo, o péssimo atendimento das hospedarias e a má prestação de serviços [...] pela observação empírica pode-se constatar que existem ainda muitos fenômenos no turismo brasileiro cujas raízes remontam a um passado relativamente distante. (PIRES, 2002, p.XIX).

Segundo Pires (2002, p.211), as grandes transformações ocorridas no século XIX atingiram também o ato de viajar, que se modificou substancialmente após a revolução dos transportes e com o surgimento de muitas novidades ligadas à prestação de serviços concernentes às viagens. Essas mudanças, que coincidem temporalmente com as resultantes da vinda da corte e da abertura dos portos,

atingiram o Brasil de forma significativa, em virtude das novas condições que então se delinearam.

Ficou o Brasil, nessa época, mais exposto à curiosidade mundial, porém a idéia de um reino exótico no espírito estrangeiro é anterior ao século XIX. Escrevendo relatos sobre uma monarquia na América, que ainda se utilizava de mão-de-obra escrava, repleta de florestas e animais selvagens, contribuíram os viajantes do século passado para reforçar, nos seus países de origem, a noção corrente de um Brasil bizarro.

Foram também esses viajantes alvo da hospitalidade brasileira, que realmente existe, mas que se expressa segundo determinados parâmetros. Havia o orgulho de hospedar superiores hierárquicos ou quem quer que fosse desde que, de alguma maneira, isso pudesse conferir prestígio ao hospedeiro. Hospedaram-se os iguais, e esse ato pode representar uma útil troca de favores.

> Há nos relatos uma nítida distinção entre a excelência da hospitalidade espontânea e aquela oferecida mediante pagamentos: as chamadas hospedarias. Essas visitantes, por viajarem nas mais diferentes condições, muitas vezes seguindo tropas de mulas, souberam registrar tal diferença. Embora não haja unanimidade quanto aos péssimos serviços prestados, pode-se dizer com segurança que a precariedade delas não era simplesmente fruto do mau humor desses escritores. Deve-se ter presente, contudo, que tais estrangeiros não eram exigentes em excesso, mas estavam acostumados a um outro padrão nessa espécie de serviço.
> Da falta de hábito de lidar com pessoas finas e educadas, resultaram narrativas nada lisonjeiras à figura do dono da hospedaria, uma vez que a grosseria e petulância parecem ser a marca registrada desses improvisados hospedeiros. (PIRES, 2002, p.142).

Pode-se dizer, assim, que as hospedarias primavam pela improvisação, pelos péssimos serviços e, principalmente, pelos preços exagerados:

> Viajando pelas cidades e pelos sertões, relataram como péssimos os serviços das hospedarias. Esses estrangeiros, contudo, vinham com o referencial de seus países, que estavam mais desenvolvidos no oferecimento de tal prestação de serviço, daí a contundente comparação. Os tropeiros, por outro lado, não apenas não possuíam outro referencial, como, em grande medida, estavam enquadradas no mesmo universo cultural dos hospedeiros que, comumente, encontravam ao longo do caminho. Acostumados que estavam com as agruras das viagens, para esses o serviço não era péssimo. (PIRES, 2002, p.212).

Porém, o autor coloca que não se pode dizer que toda hospitalidade baseava-se exclusivamente em interesses materiais, políticos ou mesmo no desejo

de crescer seu prestígio. No caso dos viajantes estrangeiros, parece que havia certo orgulho em recebê-los, ou por serem homens da ciência, ou talvez por serem simplesmente estrangeiros, todos em grande consideração por terem vindo de famosas e prestigiadas nações do globo.

Sendo geralmente bem recebidos por onde quer que passassem, teceram os viajantes estrangeiros fartos elogios à hospitalidade brasileira. De fato, não foram encontrados viajantes que não a gabassem; alguns chegavam mesmo a estranhar a existência de tal hábito em um país tão distante. É o caso de Ribeyrolles (apud PIRES, 2002, p.133) que, em determinada altura do seu relato, escreve:

> Coisa estranha: em Londres, em meio de três milhões de homens, Chateaubriand teve fome. Neste país deserto, imenso, num canto desses bosques, humilde viajor, podeis entrar. A fazenda se abrirá para o pão e para o teto. Onde estão os verdadeiros civilizados?

Segundo Pires, tudo leva a crer que a má acolhida, pelo menos a dos viajantes estrangeiros, representava muito mais a exceção do que a regra, o que fez Richard Burton declarar que o viajante tornava-se tão acostumado com a amabilidade e hospitalidade dos brasileiros, que sentia vivamente as pequenas manifestações de incivilidade, que passariam despercebidas na França ou na Inglaterra.

> A maneira por que nos receberam nessa habitação correspondeu à excelência de seus donos e a essa franca hospitalidade de que os nossos bons lavradores fazem uma verdadeira religião e que surgem com tão generoso escrúpulo. Mesa lauta, serviço pronto, agasalho cordial e a grata independência da vida campestre são os preceitos desse culto, a quem por mim sem grande relutância me sujeito. Acrescente-se a isto um magnífico piano harmônico dos mais modernos de Debain, destros e delicados dedos para nele interpretarem algumas das mais diferentes composições dos grandes mestres, a conversa amena e espirituosa do salão, e terás feito uma idéia dos agradáveis momentos que passamos na fazenda. (ZALUAR apud PIRES, 2002, p.34).

As cartas de apresentação, recomendação ou portarias de autoridades ajudavam os viajantes a se hospedarem nas cidades, ao passo que no campo quase nunca eram requisitadas.

Afora os antológicos casos de hospitalidade, o relato de alguns viajantes e, principalmente, a literatura, mostram que havia o compromisso de se abrigar parentes, recomendados de parentes e estranhos. Significativo, nesse aspecto, é

certo trecho da citada obra do Visconde de Taunay, pois o personagem da obra, Pereira, já havia recebido o zoólogo alemão Meyer como hóspede.

Havia o compromisso, como comentado anteriormente, de abrigar parentes caídos em desgraça por tempo indeterminado e entende-se melhor esse costume ao salientarmos a figura do agregado, pois a hospitalidade se estendia a essa figura, bastante comum na história e na literatura.

Se a literatura mostra o costume de se abrigarem parentes ou por estes recomendados, bem como agregados sem nenhum laço de sangue, por outro lado expressa também o perigo que o hóspede corre ao quebrar, por qualquer motivo, o código cultural do hospedeiro. Passagem ilustrativa dessa situação encontra-se no mesmo romance de autoria de Visconde de Taunay:

> Depois de ser recebido por Pereira com grande consideração, o alemão Meyer, por ingenuidade acabou transgredindo o estreito código cultural do sitiante que o havia abrigado. Isso se deu pelo excesso de elogios à sua filha Inocência, que fora interpretado, segundo os valores do pai, como petulância inominável. Não havia por parte do zoólogo alemão qualquer intenção de conquista ou simples flerte para com a filha de Pereira, mas sua atitude foi o suficiente para deixar de ser grande hóspede recomendado pelo irmão mais velho de seu hospedeiro e se tornar odiado, visto com desconfiança e mau quisto a ponto de se desejar ardentemente sua partida. (TAUNAY apud PIRES, 2002, p.143).

Segundo Pires, também há relatos que inferem que a hospitalidade se dava de bom grado aos superiores e aos iguais na escala social. Isso fazia com que as pessoas de certa condição sempre encontrassem abrigo, ainda que desconhecidas dos donos da casa. A estalagem, normalmente junto com a casa de pasto, era para o almocreve ou para o comerciante desqualificado. Mesmo os fazendeiros de café do Vale de Paraíba, tidos sempre como modelos de hospitalidade pelos viajantes, quando muito, cediam aos tropeiros partes secundárias das instalações da fazenda, mas raramente esses eram recebidos na casa-grande.

Para o autor, a “cordialidade” do brasileiro é, antes, uma conseqüência da maneira como este se relaciona com a sociedade, reduzindo o indivíduo à sua parcela social. É um viver nos outros, pelo pavor que sente em viver consigo mesmo. Disso resultou uma verdadeira aversão ao ritual social que tivessem suas bases assentadas apenas numa frívola polidez. Isso não quer dizer que o brasileiro não admita fórmulas de reverência, pois essas quase sempre são aceitas de bom

grado, desde que não seja suprimida de todo a possibilidade de um convívio familiar.

Outra maneira de estabelecer intimidade nas relações, conforme Buarque de Holanda apud Pires (2002, p.128) seria a tendência para a omissão do nome de família no tratamento social. Em regra é o nome individual de batismo que prevalece. Seria talvez plausível relacionar tal fato à sugestão de que o uso do simples prenome importa em abolir psicologicamente as barreiras determinadas pelo fato de existirem famílias diferentes e independentes uma das outras.

> O desejo de estabelecer intimidade seria, na visão de Buarque de Holanda, uma das formas como se expressaria a chamada "cordialidade brasileira". No que pese a verdade ou não dessa hipótese, os documentos que coletamos mostram que nem sempre esse afã de intimidade esgotava-se em si mesmo, sem outros interesses, muitas vezes camuflados de diversas maneiras. (PIRES, 2002, p.129).

Ainda segundo Buarque de Holanda, o brasileiro desconhece qualquer outra forma de convívio que não seja ditada por uma ética de fundo e motivo e esse aspecto é de difícil compreensão para os estrangeiros: foi um exemplo disso a surpresa de um negociante da Filadélfia ao verificar que, para se conquistar um freguês no Brasil, tinha primeiro que conquistar sua amizade.

> Afora pouquíssimas exceções, os viajantes estrangeiros do século XIX surpreenderam-se com a hospitalidade brasileira. Embora esta, mais a generosidade e a afabilidade no trato, represente um traço definido do caráter brasileiro, na visão de Sérgio Buarque de Holanda, salienta esse historiador que não se deve confundi-la, entretanto, com "boas maneiras" ou civilidade. Isso significa que a decantada "cordialidade" brasileira não abrange apenas sentimentos positivos. Pode-se ser cordial, igualmente na inimizade, posto que todos esses sentimentos nascem do coração e se expressam a partir de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. As lutas de família na história do Brasil mostram que a passagem das rivalidades políticas para o âmbito puramente emocional fazia-se naturalmente e, a julgar pela duração, pediam-se os primitivos motivos enrolados num novelo de rancor onde quase não importava mais, dada a seqüência de atitudes tomadas por impulso passional. (BUARQUE DE HOLANDA apud PIRES, 2002, p.127).

Segundo Pires, o Rio de Janeiro, tendo o seu desenvolvimento urbano acelerado após a vinda da Família Real, teve a primazia no oferecimento de serviços de hotelaria, mas essa, em poucas décadas, foi diluída em virtude das mudanças que o café provocara em São Paulo. A expansão dessa lavoura em terras paulistas, acentuando o crescimento de cidades e fortalecendo a capital da

província, provocou uma quase concomitância no surgimento de hotéis de categoria e, em certo sentido, deu a São Paulo o pioneirismo na instalação daquele que foi considerado o melhor hotel do Brasil.

> O aparecimento de hotéis é um fenômeno que se prende diretamente à urbanização e ao aumento da classe média. Só em certo sentido, os fazendeiros de café utilizaram esse novo serviço. Hospedar-se em um hotel, durante décadas, foi uma atitude de forasteiros destituídos de grande importância. Os potentados rurais, porém, prestigiaram outros serviços por eles oferecidos, como os almoços e jantares. A utilização de todos os serviços oferecidos pelos hotéis de categoria se deu com a classe média que, crescendo, ganhou importância econômica em ocupações antes escassas ou mesmo inexistentes. (2002, p.213).

Esses diferentes relatos apontam algumas questões ligadas à "hospitalidade brasileira" no século XIX, relacionando o estudo às diferenças de classe e às estruturas físicas de receber pelo relato das hospedarias. O receber o diferente, e às vezes o mais desenvolvido, "trazia conflitos" uma vez que ficava retratada a diferença de "civilização" dos povos europeus com ados brasileiros na época.

Não se sabe a raiz dos sentimentos envolvidos nessas trocas humanas e nos serviços, mas o presente autor relata em seu livro diferentes relatos de estrangeiros na época que descreviam como eram recebidos e como eram as estruturas e o atendimento das hospedarias na época.

O resgate desses relatos tem como tema as raízes do turismo brasileiro, mas ficam restritas às regiões do país (RJ e SP) que se encontravam em desenvolvimento na época. Devido à grandiosidade de diferenças existentes no país, onde cada estado possui peculiaridades distintas, deve-se pensar em diversas referências do "povo brasileiro". Uma vez considerado que o Brasil representa vários brasis, e que o estudo dos antepassados de uma cidade como Caxias do Sul - estudo de caso para a presente pesquisa e que será abordado no segundo capítulo - difere dos demais estados por questões de ocupação imigratória, clima, práticas culturais, modos de produção, entre outras, não se pode limitar a compreensão do receber brasileiro em estereótipos iguais, muitas vezes marketeiros.

As transformações ao longo dos séculos foram grandiosas. O turismo passou a ser analisado sob diferentes olhares, mas entendido cada vez mais sob uma ótica mercantilista, ou seja, um negócio. Assim, com o enfoque da análise do fenômeno

turístico e de hospitalidade em números e projeções de chegadas, a concepção de receber, das trocas humanas presentes no turismo e impactos sociais nas comunidades são diminuídas, reduzindo a concepção de hospitalidade do ato humano de encontro e acolhimento a um serviço de atendimento turístico que deve ser administrado, computado, contabilizado, divulgado e treinado.

O estudo dos acontecimentos passados e de como se deu a organização das sociedades, bem como a evolução da economia humana se tornam importantes para o entendimento das práticas da realidade. A hospitalidade não pode, obviamente, ser idealizada por meio de uma sociedade que não tivesse interesse de lucro, como em algumas sociedades primitivas relatadas. Ao mesmo tempo, também não pode passar de um culto, de uma prática cultural e social para apenas relações comerciais, de mercado, como a compra e venda de mercadorias. Reduzindo sua concepção, reduzimos suas práticas. Como então, adequar o estudo da hospitalidade à realidade turística atual sem nos confrontarmos com as relações de trocas simbólicas e trocas mercantis?

A análise da etimologia da palavra, acrescida ao que está sendo estudado sobre o tema e ainda uma concepção de hospitalidade que vem sendo utilizada atualmente, tornam-se fontes importantes para a continuação desta pesquisa.

1.6 Etimologia, noções e denominações reducionistas da hospitalidade

A palavra hospitalidade, que deriva do latim *hospitalitate,* tem seu conceito incluído em diversos dicionários e enciclopédias e também tem sido aprofundado por uma série de autores de diferentes áreas do conhecimento. Também da palavra latina *hospitalitas-ati*, a noção de hospitalidade traduz-se como o ato de acolher, hospedar; a qualidade do hospitaleiro; boa acolhida; recepção; tratamento afável, cortês, amabilidade; gentileza. Já a palavra *hospes-itus*, segundo Dias (2002), traduz-se por hóspede, forasteiro, estrangeiro, aquele que recebe ou o que é acolhido com hospitalidade; o indivíduo que se acomoda ou se acolhe provisoriamente em casa alheia, hotel ou outro meio de hospedagem; estranho.

O dicionário Universal Português (1958) traz uma série de derivações da palavra hospitalidade, assim como exemplifica na história seu surgimento: hospeda, do latim

hospita, de *hospes*: mulher que vive temporariamente em casa d'outrem. Mulher que dá pousada; hospedeira, *estalajeira*. *Hospedança*: reunião de hóspedes. Hospedar: do latim *hospitari*, receber por hóspede. Dar hospedagem a (geralmente mediante retribuição), instalar-se como hóspede em casa particular ou hospedaria; alojar-se, tomar aposento. Hospedaria: de hóspede, casa em que se admitem hóspedes mediante retribuição. Hospedoso: hospitaleiro, que abriga. *Hospitalário*: o mesmo que hospital. Diz-se de certas ordens religiosas estabelecidas outrora para receber os viajantes e hoje para cuidar dos doentes: irmãs hospitalárias. Hospitaleira: mulher religiosa ou caritativa que trata de enfermos, sua retribuição é por obediência aos regulamentos de sua comunidade. O mesmo que hospitalária. Hospitaleiro: aquele que pratica a hospitalidade, o mesmo que hospitalário, aquele que serve nos hospitais.

Ainda segundo o dicionário, de um modo geral, o nome hospitalários designava os religiosos voltados ao serviço dos viajantes, dos peregrinos ou dos doentes. A primeira Ordem que teve esse nome foi o de Nossa Senhora de Scala, fundada em Siena, nos meados do século IX. A partir da época das Cruzadas, as congregações de hospitalárias foram instituídas em grande número na Palestina e na Europa. As mais célebres Ordens hospitalárias foram: Cônegos e Cavalarias do Santo-Sepulcro, Hospitalários de São João de Jerusalém, Cavaleiros Hospitaleiros de São Cosmo, Cavalarias de Santa Catarina do Sinai e também a Ordem do Hospital de Malta, além de várias outras espalhadas pela Europa (mais particularmente França, Espanha, Portugal e Itália). Quase todas as Ordens hospitalárias extinguiram-se ou foram supridas. Dentre as que ainda existem, destacam-se a das Hospitalárias de São João de Deus e a do Monte de São Bernardo, ambas na Europa.

O dicionário Universal Português (1958) também cita que casa hospitaleira é o lugar onde se exerce a hospitalidade, e que hospitalidade é ato de hospedar, receber, dar hospitalidade. Qualidade de quem é hospitaleiro. Liberdade que se pratica recebendo e hospedando gratuitamente alguém. Acolhimento afetuoso, refúgio, abrigo, asilo. Entre os gregos e os romanos, a hospitalidade, verdadeira instituição, era o direito ou o dever recíproco de se alojarem uns nas casas dos outros quando viajavam. Uma hospitalidade recíproca era de uso entre as principais famílias das diferentes cidades, e a casa que dava hospitalidade era inviolável e sagrada. Já o dicionário espanhol Vox (2002) traz que hospitalidade é a liberdade de

acolher e prestar assistência aos necessitados, ou, bom recebimento que se faz aos visitantes, e também atenção aos doentes em um hospital. O dicionário inglês Britannica (2002) sinonimiza hospitalidade a tratamento hospedoso e às palavras recepção e disposição. O dicionário Michaelis (2002) traduz hospitalidade por bom acolhimento dispensado a alguém, ou ainda agasalho dado a hóspedes e, de acordo com o Oxford English Dictionary (2002), hospitalidade significa a "recepção e o entretenimento de hóspedes, visitantes, estrangeiros", derivada de "hospício", casa de repouso para viajantes e peregrinos da Idade Média.

O termo é interdisciplinar, mas muito facilmente reduzido como sinônimo de hotelaria. Os países anglo-saxões utilizam a denominação de hospitalidade (também porque em inglês nem mesmo há uma palavra correspondente à hotelaria), e os países latinos adotaram simplesmente o termo hotelaria. Segundo Camargo (2002), a noção de hospitalidade é ambígua, pois sofre contágio semântico de outros termos etimológicos, e o termo, na prática social, é usado também como: hospício, hospital, hostilidade e hóstia. Hóstia, para o autor, ainda guarda do latim o significado de vítima. Hostilidade, no dicionário, possui um conceito totalmente contraditório, pois uma pessoa hostil é quem tem aversão, e caracteriza também quem anuncia, ou caracteriza um inimigo, ou ainda o adverso. Comparar com hospício só distanciaria ainda mais a formação de um novo conceito. Por isso, o autor defende que, do ponto de vista prático, de uma adoção do termo hospitalidade ou do termo hotelaria, na atualidade, é mais fácil manter a segunda, e incorporar, ainda que acessoriamente, a discussão sobre hospitalidade do que assumir a designação da mesma e explicar o que teria a ver com os termos conceituados acima. Além disso, o termo hotelaria é mais conhecido e aceitável pelos profissionais envolvidos com a operação de hotéis e restaurantes e pelos interessados em aprofundar seu conhecimento no campo. Também cita que o termo hospitalidade é mais heurístico, ou seja, mais complexo. A análise desse assunto propicia uma discussão mais ampla, pois ao mesmo tempo em que se aproxima do termo hotelaria, também dele se distancia criticamente.

O distanciamento permite analisar os segmentos empresariais da hospedagem e restauração mais amplamente, abrangendo o conjunto de valores, modelos e ações que dizem respeito ao receber humano. Isso faz com que novos termos surjam imprescindíveis a uma reflexão que se desloca de um termo a outro, tais como a festa, o cerimonial, a conversação, a postura social, em suma, os ritos da hospitalidade. A aproximação permite perceber todas as características concretas

envolvidas com o receber humano no plano da recepção turística, e também as circunstâncias do fazer humano objetivamente envolvidas com o ato de receber pessoas.

Montandon (2004) esclarece que, na escola americana, o termo simplesmente passou ao reducionismo atual do mercado da hotelaria, como se da antiga hospitalidade restasse apenas a sua atual versão comercial.

Assim, h*ospitality,* em inglês, é muito utilizado para a denominação de cursos da área de gestão hoteleira, e, por isso quando se fala em hospitalidade, para muitos está se falando em práticas da hotelaria, ou em gestão de hospitalidade, pois há uma substituição do termo *hotel management* para *hospitality*. A palavra é também muito utilizada para definição de turismo receptivo, hotelaria, gestão hoteleira, serviços hoteleiros. Ocorre uma tradução "automática" da palavra do inglês para o português, e também são inúmeros os autores que utilizam a palavra hospitalidade para designar serviços de recepção, atendimento com qualidade, hospedagem, alimentos e bebidas, gestão de recursos humanos na hotelaria, marketing e gestão da "indústria da hospitalidade".

Webster (2000) em seu livro: *Environmental nanagement in the hospitality industry – a guide for students and managers* discute algumas questões sobre desenvolvimento e gestão responsável da "indústria da hospitalidade" focadas na preservação do meio-ambiente. Temas como ecossistema, transportes, energia, poluição, água e indústrias são abordados e relacionados à gestão hoteleira. Há na obra um subcapítulo intitulado "indústria da hospitalidade", termo utilizado pela autora como demonstram as passagens a seguir:

> A indústria da hospitalidade estaria perdida sem a grande disponibilidade do uso extensivo de todos os negócios. (2000, p. 49).

> A indústria da hospitalidade é um usuário intenso de detergente; isto porque clareza e brilho estão associados à limpeza (resultados de agressivas promoções de companias de detergente). (2000, p.105). Tradução da autora.

Na obra *Careers in Travel,Ttourism and Hospitality*, de Eberts, Brothers e Gisler (1997, p.1) a frase introdutória do tema é: "*Today, the largest industry in the*

world is the travel, tourism and hospitality industry". A obra aborda o crescimento da "indústria" da hospitalidade nos dias atuais e como podem ser treinados recursos humanos para trabalharem e se especializarem na área de hospitalidade e turismo: agentes de viagens, pilotos, comissárias de bordo, atendentes dos atrativos turísticos, hotéis e restaurantes, guias de turismo, entre outros.

Explicam os autores que muitos cursos de graduação e escolas técnicas possuem programas de preparo e treinamento para os jovens conquistarem posições administrativas de destaque na área de hospitalidade e turismo, o que demonstra claramente a igualação da hospitalidade às áreas de gestão na hotelaria e a outros serviços turísticos:

> Muitas faculdades de duração de dois e quatro anos, universidades e escolas técnicas têm programas de hospitalidade e turismo que prepara jovens para assumirem postos gerenciais. (p.1). Tradução da autora.

O livro *Developing Hospitality Properties and Facilities* de Ransley e Ingran (2004) retrata os "produtos" da hospitalidade, ou seja, da hotelaria relacionada à gestão, planejamento, design de espaços, marketing e finanças de hotéis.

Na introdução, os autores já relatam as radicais mudanças do século XXI na área da "indústria da hospitalidade":

> Estas mudanças ajudam a indústria da hospitalidade a se tornar um provedor de hospedagem e serviços relacionados para oferecer produtos de consumo num mercado desenvolvido e altamente sofisticado. (p.XXI). Tradução da autora.

No livro: Hospitality World! An Introduction de Lane e Dupre (1996), o autor também conceitua hospitalidade como uma indústria e negócio podendo ser composta por serviços de alimentação, transporte, entretenimento, etc. como se pode constatar abaixo:

> A seção 1 introduz o conceito do mundo da hospitalidade como uma indústria de dimensões globais e mostra o perfil de seu desenvolvimento histórico e presente. Cada um dos cinco capítulos nesta seção tem a intenção de dar uma visão geral do negócio da hospitalidade. O Capítulo 2 identifica os principais componentes desta grande indústria como serviços

> de hospedagem, serviços de alimentação, diversão, canais de distribuição de viagens e transporte. (p.1). Tradução da autora.

A enciclopédia *VNR'S Encyclopedia of Hospitality and Tourism* de Khan, Olsen e Var (1993) trata principalmente de assuntos na área de alimentos e bebidas, restaurantes, gestão hoteleira e variados assuntos sobre turismo.

Quando citado o termo *"hospitality"* é relacionado à industria e negócio da hospitalidade: *"Hospitality Business Law Relations"* (1993:33), relatando os diferentes contratos e leis de proteção do cliente. Também é relacionada a estruturas organizacionais, segurança para a "indústria da hospitalidade", ocupação hoteleira entre outras:

> Como muitas companhias nos Estados Unidos, uma grande proporção das firmas de hospitalidade inicia com uma simples estrutura onde o proprietário/fundador tem o poder sobre todas as decisões tomadas na empresa. (p.348).

> Seguro para indústria da hospitalidade abrange mais do que uma consideração sobre segurança ou liberdade... esta tem sido uma evolução do pensamento para uma total preocupação com a proteção e segurança dos ativos. (p.522). Tradução da autora.

A obra Gestão da Hospitalidade e Comportamento Organizacional de Mullins (2004), que tem como título original em inglês: *Hospitality Management and Organisational Behavior,* trata de assuntos como "indústria da hospitalidade", aplicações à gestão, análise de operações e aplicações na "indústria da hospitalidade", teoria da administração, ambiente organizacional das empresas, setor de serviços, lucro, metas, operações, perfil da personalidade dos gerentes de hospitalidade, capacitação, RH, liderança e garantia da qualidade, motivações e comportamentos humanos nas organizações, administração de pessoas, etc.

O autor esclarece que o termo "hospitalidade" tornou-se cada vez mais popular como substantivo genérico que abrange uma vasta gama de setores das empresas de hotelaria, *catering* e outras do ramo. E que o setor da hospitalidade pode também ser dividido em serviços comercias (acomodação, refeições, *trade*, turismo e viagens) e em serviços industriais e públicos (também pensões e hospitais). (p.23). Coloca também que a hospitalidade pode ser a relação entre

indivíduos que atuam como administradores do setor hoteleiro e hóspede e que é um processo que inclui a chegada, a acomodação confortável, o atendimento dos desejos do hóspede e sua partida no final da estada, citando King.

Reduz o entendimento da hospitalidade quando ligada somente à gestão hoteleira e serviços:

> Em termos gerais, o setor hoteleiro também possui maior variedade no que diz respeito às características organizacionais e de seus funcionários do que aquelas que encontramos em outras áreas da indústria da hospitalidade. (p.26). Tradução da autora.

Também coloca que um aspecto significativo dos sistemas de controle gerenciais, de importância particular para o ramo da hospitalidade, é aquele relativo a processos que garantem a qualidade:

> No capítulo 2, vimos que o lucro pode ser considerado um incentivo para a organização executar suas atividades eficazmente [...] A organização de hospitalidade deve, portanto, como uma questão política, estar constantemente buscando oportunidades para melhorar a qualidade de seus produtos, serviços e processos. (p. 313). Tradução da autora.

Mesmo o autor sugerindo a intangibilidade, muitas vezes, do setor de serviços – onde pode ser considerado como o "encaixe" da atividade turística –, o estudo da hospitalidade voltada ao treinamento com qualidade torna-se confusa caso se partir do pressuposto que seu estudo envolve aspectos subjetivos, do sujeito e muito além da aparência da gestão hoteleira e de outros serviços turísticos.

> As características dos serviços apontam que é difícil estabelecer indicadores específicos para o desempenho eficaz. A natureza intangível dos serviços, juntamente com as demandas individuais dos clientes, indicam que a prestação de serviços pode ser muito variada. Os benefícios oriundos dos serviços estão associados aos sentimentos e às emoções. A qualidade dos serviços em uma organização de hospitalidade é em geral identificada com a cultura geral e com o ambiente, bem como com a disposição e atitudes do grupo de funcionários. (p. 314). Tradução da autora.

Segundo Kotler, Bowen e Makens (1999, p.7), na obra: Marketing for Hospitality and Tourism, a "indústria da hospitalidade" é uma das maiores indústrias do mundo, e o marketing assumiu extrema importância neste setor.

> A indústria da hospitalidade é uma das principais indústrias do mundo. Nos Estados Unidos é a segunda maior geradora de empregos, fornecendo trabalho para aproximadamente 12 milhões de pessoas. Em mais da metade dos 50 estados é a maior indústria. As rendas totais da indústria da hospitalidade, atualmente, ultrapassa os U$$ 500 bilhões por ano.

> O marketing tem assumido um papel de importância crescente no setor de restaurantes da indústria da hospitalidade. A entrada de empresas gigantes no mercado da hospitalidade transformou-a de uma indústria familiar, onde a regra era hotéis e restaurantes com propriedades particulares, numa indústria dominada por redes. Estas redes operam num ambiente altamente competitivo onde ferramentas de marketing agressivo são necessárias para conquistar clientes. Tradução da autora.

Thomas (1996:X), em seu livro *The Hopitality Industry, Tourism and Europe,* relata que a "indústria da hospitalidade" pode ser designada para estudos na área do turismo conforme passagem inicial:

> Para evitar qualquer ambigüidade é conveniente explicar porque "turismo" aparece no título do livro apesar do amplo foco na indústria da hospitalidade. Como ficará claro lendo os vários capítulos, é impossível explorar o impacto das políticas públicas européias na indústria da hospitalidade sem uma referência considerável ao turismo; iniciativas oficiais tendem a não distinguir diferentes tipos de empresas de turismo, e a maioria das medidas afetam o negócio do turismo e as firmas de hospitalidade de forma similar. Tradução da autora.

Para Foley, Lennon e Maxwell (1997, p.XII), a hospitalidade também é considerada sob o foco da indústria e da qualidade como relatam a seguir:

> A compreensão da indústria da hospitalidade fornece uma base sólida em um exemplo ilustrativo para entender o macro – questão do desenvolvimento do lazer e do turismo. A hospitalidade fornece, em muitos casos, o exemplo prático de como a indústria lida com questões de sustentabilidade, concorrência, qualidade e globalização. Tradução da autora.

Mary Tanke (2004) retrata a administração de recursos humanos em hospitalidade, relatando sobre o mercado de trabalho e a falta de mão-de-obra para o setor e recrutamento e seleção dos profissionais para a hospitalidade.

Para Chon e Sparrowe (2003, p.IX) a hospitalidade também é denominada fortemente como uma indústria:

> A indústria da hospitalidade possui suas raízes na vida social e cultural. Ao longo da história, a indústria foi moldada pelas sociedades e culturas nas quais se desenvolveu. Atualmente, a sociedade e a cultura continuam a moldar a indústria de diversas maneiras, como, por exemplo, por meio das questões ambientais, das mudanças econômicas, do aumento no número de mulheres que viajam a negócios ou de leis referentes ao ato de fumar em restaurantes.
>
> A indústria da hospitalidade compreende uma grande variedade de negócios, todos dedicados a prestar serviços a pessoas que estão longe de suas casas. Hoje, como no passado, os principais componentes da indústria são aqueles que satisfazem a necessidade de abrigo e acomodação e aqueles que fornecem alimentos e bebidas a seus clientes. (p.3).

Walker (2002), em sua obra Introdução à Hospitalidade, subdivide a "indústria da hospitalidade" em: viagens e turismo, alojamento, alimentos e bebidas, eventos, convenções e exposições, lazer e recreação. Discute também marketing, recursos humanos, liderança, gerenciamento e consumo aplicados ao gerenciamento da hospitalidade.

Powers e Barrows (2004) focam também a hospitalidade na área de administração hoteleira:

> Hospitalidade não apenas inclui hotéis e restaurantes, mas também se refere a outros tipos de instituições que oferecem hospedagem, alimento ou ambos às pessoas que estão fora de seus lares.
>
> A administração da hospitalidade é uma das poucas oportunidades remanescentes em nosso crescentemente especializado mundo do trabalho que requer generalistas amplamente capacitados. (p.24).

Conforme constatado nesta pesquisa, além do relatado, obras como: Marketing Turístico e de Hospitalidade de Edmir Kuazaqui; Supervisão em Hospitalidade, de Raphael Kavanaugh e Jack D. Ninemeier;; *Interpersonal skills for hospitality management* de Mona Clark; *Understading the hospitality consumer* de Alistair Williams; *Service quality management in hospitality, tourism and leisure* de Jay Kandampully*; Managing the guest experience in hospitality* de Roberto C. Ford;

Human resource management for hospitality services de Alistair Goldsmith; *Hospitality financial management* de Robert E. Chatfield; *Hospitality sales* de David C. Bojanic entre outras, utilizam o termo hospitalidade e "indústria da hospitalidade" para intitular as obras com conteúdos como: histórico das viagens e hotelaria, gerência hoteleira e em alimentos e bebidas, recreação, recepção, higiene, segurança do hotel, teoria geral da administração, marketing, recursos humanos – recrutamento de pessoas – estilos gerenciais, etc. Nota-se constantemente também palavras como *management* que, no português, pode se traduzido por gestão, *quality* de qualidade, *industry* de indústria, associadas ao termo hospitalidade. São obras interligadas à área da administração e do marketing, ou seja, teorias e práticas envolvendo basicamente um olhar administrativo sobre um hotel ou empresas no setor turístico e nenhuma abrangência mais epistemológica ou social da hospitalidade.

Quando utilizada a palavra hospitalidade ou "indústria da hospitalidade" como filtro da pesquisa bibliográfica, inúmeras obras surgiram, dentre elas a maioria voltada também à gestão hoteleira e serviços de garçom, manuais de atendimento técnicos, guia de profissões hoteleiras, como cozinheiro, recepcionista e guias de segurança e vigilância.

Os materiais de divulgação do Senac (2003) indicam o turismo como um negócio, e turismo e hospitalidade designam cursos técnicos de guias de turismo, agenciamentos de viagens e operações turísticas, cursos de organização de eventos, hospedagem e alimentos e bebidas e também cursos de nível básico de qualificação e aperfeiçoamento de atendentes para trabalhar com o turismo.

Quanto ao Instituto de Hospitalidade (2000), da Bahia, as obras publicadas na área da hospitalidade são basicamente guias de como atender ao hóspede na recepção do hotel, a arte de servir bem no restaurante, manuais técnicos de *front office* e governança, porteiro e mensageiro, *barman*, segurança alimentar e higienização, higiene pessoal, camareira, *concierge* do hotel, etc**.**

Livros e cursos de "treinamento", que têm sua importância para o setor hoteleiro, não podem ser reduzidos às únicas práticas e teorias sobre hospitalidade; a um fenômeno onde o encontro entre os sujeitos (visitante e visitado) é complexo e que envolve saberes e práticas muito além das que explicitadas nas bibliografias citadas. Portanto, há um constante reducionismo do tema e, reduzindo a teoria, consequentemente reduz-se o pensar a as práticas sobre hospitalidade.

A apreensão teórica das práticas de hospitalidade aponta um reducionismo no seu tratamento, conforme anteriormente exposto, no qual a hospitalidade é muitas vezes sinonimizada à gestão hoteleira, à indústria e ao atendimento com qualidade no setor turístico, limitando a compreensão da complexidade estabelecida no tempo de encontro entre visitantes e visitados. Ela também pode ser vista e analisada por diferentes olhares, nesse sentido, como se demonstra a seguir.

1.7 Alguns conceitos holísticos de hospitalidade

Como visto anteriormente, na escola norte americana, o termo hospitalidade simplesmente passou ao reducionismo atual do mercado da hotelaria como se da antiga hospitalidade restasse apenas a sua atual versão mercadológica.

O enfoque da ”indústria da hospitalidade” e do “treinamento para a prestação de serviços com qualidade”, fortemente presente nas concepções abordadas, mostra o desvio do foco de estudo dos sujeitos para os “resultados” economicistas, pragmáticos, uma vez que se torna difícil “treinar” hospitalidade num ser humano se ela é complexa e subjetiva. A hospitalidade não está presente em cursinhos e manuais. É no entendimento de sua grandiosidade como algo social e humano e na vivência e na convivência com o “outro” que se pode entender o que pode vir a ser hospitalidade.

A hospitalidade não pode ser ensinada, mas sim vivenciada e construída. É ciência humana. O turismo e a hospitalidade não podem ser vistos como uma indústria, pois estaria refletindo a impessoalidade nas relações humanas. A hospitalidade está presente na Bíblia, tradições judaicas cristãs, clássicas, tradições do oriente pelo relato de que o viajante estrangeiro precisa ser acolhido, por isso ela é uma relação de encontro dentro de um processo de respeito entre os homens e o ambiente.

Pode-se pensar em planejar alguns aspectos objetivos da hospitalidade, como, por exemplo, ações na cidade, mas é improvável que possamos geri-la, administrá-la, calculá-la e industrializá-la.

No Brasil, a hospitalidade já vem sendo abordada sob um enfoque e dimensão mais humanista, como nos mostra alguns autores como Ada Dencker, Célia Dias, Luis Octávio de Lima Camargo, Senia Bastos, e também o corpo docente e de alunos do Mestrado em Hospitalidade do Anhembi Morumbi em São Paulo. Leonardo Boff também estuda a hospitalidade sob foco humanístico, mais religioso, conforme também já retratado, e na sua recente trilogia lançada: Virtudes para um Outro Mundo Possível, na qual resgata a hospitalidade, a comensalidade e a convivência entre os seres humanos.

Dencker (2004) enfoca a hospitalidade mais voltada às práticas humanistas e menos aos objetos estratégicos direcionados unicamente ao mercado, pois, por ser o homem um ser social, é a partir das ações de dar, receber e retribuir que as relações formadoras das sociedades tradicionais se estruturam. Também afirma que o resgate da noção de hospitalidade penetra no campo das idéias, da religião, da filosofia, da ética, tendo como embasamento a diversidade cultural.

> A hospitalidade manifesta-se nas relações que envolvem as ações de convidar, receber e retribuir visitas ou presentes entre os indivíduos que constituem uma sociedade, bem como formas de visitar, receber e conviver com indivíduos que pertencem a outras sociedades e culturas; desse modo, pode ser considerada com a dinâmica do dom. Todas as sociedades têm normas que regulam essas relações de troca entre as pessoas, o que parece demonstrar que, de alguma maneira, elas atendem a uma ou mais necessidades humanas básicas. (DENCKER, 2004, p.189).

Camargo (2002) também expõe que hotéis e restaurantes são apenas a "ponta do iceberg" da hospitalidade, pois esta engloba a totalidade do chamado receptivo turístico de uma cidade. Talvez por isso ele defenda a idéia de que um curso de hotelaria centrado em questões da hospitalidade é preferível a um curso de hospitalidade, mas restrito aos temas que cercam a hotelaria. Assim sendo, o profissional da hospitalidade não é apenas o do hotel e do restaurante, mas também o que atua em todo o sistema receptivo turístico de uma cidade e o que atua em órgãos e empresas que, de alguma forma, acolhem os habitantes da própria cidade.

> [...] o fenômeno digno de estudo é bem mais abrangente do que o crescente número de pessoas que buscam hospedagem e alimentação em suas viagens. Na verdade, é a nova visibilidade adquirida nos tempos atuais pela hospitalidade humana, que extrapola não apenas os negócios ligados à hospedagem e à restauração, como o próprio campo do turismo. Isso equivale a dizer que a noção de hospitalidade enriquece, enquanto a

> noção de hotelaria empobrece o campo de estudo. (CAMARGO, 2002, p.7).

Ainda, segundo esse autor, a hotelaria é uma ocupação moderna herdada de antigos modelos servis de trabalho, e essa origem, queiramos ou não, aceitemos ou não, confessemos ou não, se traduz socialmente em preconceito e desperdício. Além disso, existe a idéia de que a ênfase humanista, seja no campo da hotelaria, ou seja, no campo da hospitalidade, vem sendo ofuscada pela pressão do mercado de negócios e de trabalho.

Segundo Dias (2002), as palavras hospício (do latim *hospitium-i*, lugar em que viajantes podiam obter alimento e repouso temporiamente) e hospital (também do latim *hospitale-icum*, hospedaria ou casa de hóspede) eram correntes na Europa a partir do século XI e serviam para designar locais, às margens das antigas estradas romanas, destinados a abrigar peregrinos (muitos eram estabelecidos anexos a mosteiros), oferecendo assistência variada, inclusive tratamentos médicos. Nessa época, eram utilizados para abrigar pessoas em viagem, doentes, loucos, sãos ou pobres, indiscriminadamente. Com o tempo, esses locais foram perdendo o sentido arcaico, passando a refletir o conceito atual de instituições destinadas, respectivamente, a abrigarem loucos e enfermos. Juntamente com *hostel* e hotel, da mesma raiz, essas duas palavras conservam a idéia latina de acolhida: todas oferecem um lugar onde se fica abrigado. Dessa origem, a hospitalidade ocidental tomou a noção de ligação à casa; especialmente, no caso do hotel, uma casa bastante confortável.

A hospitalidade pode também ser concebida num contexto social, antropológico e filosófico mais amplo, segundo discussões surgidas no encontro de Nottingham, em abril de 1997, relatados por Lashley e Morrison (2004, p.5):

> A hospitalidade pode ser concebida como um conjunto de comportamentos originários da própria base da sociedade. A partilha e a troca dos frutos do trabalho, junto com a mutualidade e a reciprocidade, associadas originalmente à caça e à coleta de alimentos, são a essência da organização coletiva e do senso de comunidade. Embora evoluções posteriores possam se preocupar com o medo em relação a forasteiros e a necessidade de contê-los, a hospitalidade envolve, originalmente, mutualidade e troca e, por meio dessas, sentimentos de altruísmo e beneficência.

Os autores também associam a hospitalidade às atividades ligadas ao ato de comer e beber, pois os alimentos e bebidas desempenham um papel importante na definição da identidade de grupos, comunidades e sociedades, bem como na definição do relacionamento entre os indivíduos e o contexto social mais amplo.

Segundo Montandon (2003), a hospitalidade é uma maneira de se viver em conjunto, regida por ritos, regras e leis. O autor cita que Homero havia estabelecido regras fixas da hospitalidade e o seu desenvolvimento, desde o instante em que um visitante chega à casa do anfitrião até o momento de sua partida. Tal cena se decompunha em uma série de microcenas, incluindo, entre outras: a chegada, a recepção, o ato de se acomodar, festejar, dizer seu nome e sua pátria, se deitar, se banhar, a entrega dos presentes e a despedida. Tudo isso é altamente significativo em termos de um ritual bem-estabelecido, de acordo com as fórmulas e em uma ordem bem-determinada.

Segundo o autor, também, uma das primeiras coisas que marcam a atitude do anfitrião é o gesto de oferecer bebida e comida:

> Sabemos como o copo de água ou a xícara de café nos países mediterrâneos é o gesto de hospitalidade mais espontâneo e mais imediato, e como a mesa e o banquete são o centro, o local principal ao redor do qual se organiza a hospitalidade. Porém, a hospitalidade não se reduz apenas a dar de beber e comer e à acomodação livremente consentidos, pois a relação interpessoal instaurada implica uma relação, um elo social, valores de solidariedade e sociabilidade. (MONTANDON, 2003, p.132).

Camargo (2004, p.30) coloca que a origem da hospitalidade surge, portanto, não de alguém que convida, mas de pessoas que necessitam de abrigo e buscam calor humano ao receber o estranho.

> A hospitalidade, como resultado de um convite, é provavelmente uma inovação mais tardia da civilização e suas primeiras manifestações são registradas entre os gregos, para quem visitar e ser visitado constituía uma obrigação, carregada de rituais, de alguma forma coordenados pela sombra de Héstia. (CAMARGO, 2004, p.30)

Ou ainda:

> Héstia, a deusa da hospitalidade, está em permanente interação com Mercúrio, o deus da viagem, e cuida do fogo aceso do lar para iluminar e aquecer moradores e hóspedes. Na Bíblia, Abraão foi obsequiado com um filho da sua idosa e estéril Sara como recompensa a um gesto de hospitalidade, o mesmo gesto de hospitalidade, o mesmo gesto que salvou Lot da destruição de Sodoma e Gomorra. (CAMARGO, 2003, p.20).

O autor sugere o estudo da hospitalidade na vertente do interresse moderno e das leis não escritas que regulam o ritual social e cuja observância não se limita aos usos e costumes das sociedades ditas arcaicas ou primitivas, pois continuaram a operar e até hoje se exprimem fortemente nas sociedades contemporâneas. Para as leis não escritas, o autor buscou em Marcel Mauss as leis do dar, receber e retribuir e do fenômeno social total, conforme já descrito anteriormente, que podem permitir, segundo Camargo (2004) um melhor entendimento de fenômenos correlatos com a sociedade, a liderança e a solidariedade humana.

Para o estudo do Dom e da Dádiva, o autor utiliza também os autores Alain Caillé e Jacques Godbout desmembrando a dinâmica do dar-receber-retribuir em seis leis da hospitalidade: a hospitalidade começa com uma dádiva, a dádiva implica sacrifício, toda dádiva traz implícito algum interesse, o dom deve ser recebido, aceito, receber significa aceitar uma situação de inferioridade diante do doador e, quem recebe deve retribuir.

Mas, para Camargo, o mais importante a ressaltar é que:

> A retribuição da dádiva não encerra o processo da hospitalidade humana. Ao contrário, neste sentido, a hospitalidade assume sua face mais nobre na moral humana, a de costurar, sedimentar e vivificar o tecido social e colocar em marcha esse processo sem fim que alimenta o vínculo humano. (CAMARGO, 2004, p.24).

Segundo Lashley e Morrison (2004, p.5) há a necessidade de uma definição de hospitalidade mais ampla, que permita a análise das atividades relacionadas com a hospitalidade, das atividades relacionadas com a hospitalidade nos domínios “social”, “privado” e “comercial”:

> Colocando de modo simples, cada domínio representa um aspecto da oferta de hospitalidade, que é tanto independente como sobreposto. O domínio social da hospitalidade considera os cenários sociais em que a hospitalidade e os atos ligados à condição de hospitalidade ocorrem junto com os impactos de forças sociais sobre a produção e o consumo de alimentos, bebidas e acomodação. O domínio privado considera o âmbito da questões associadas à oferta da “trindade” no lar, assim como leva em consideração o impacto do relacionamento entre anfitrião e hóspede. O domínio comercial diz respeito à oferta de hospitalidade enquanto atividade econômica e inclui as atividades dos setores tanto privado quanto público.

Camargo (2004, p.52) traduz a hospitalidade privada, social e comercial de Lashley e Morrison relatadas para a hospitalidade doméstica, pública e profissional.

Para melhor explicar as práticas sociais que se inserem no processo de hospitalidade humana, Camargo (2004) cria dois eixos: o dos tempos sociais da hospitalidade humana: o receber/ acolher pessoas; hospedá-las; alimenta-las e entretê-las; e dos espaços sociais nos quais o processo se desenrola: o doméstico, o público , o comercial e o virtual.

Para Bueno (2003, p.1), entre as várias tentativas de definir hospitalidade, o ponto comum seria a abertura para o acolhimento:

> Esse acolhimento, que já foi um dever sagrado, moral e social, sempre teve aspectos diversos. Por isso, pode-se falar em hospitalidade como virtude burguesa associada à idéia de bem-receber – uma iniciativa próxima da amizade -, ou pode ter uma dimensão coletiva e um caráter de obrigação e, nesse caso, estaria associada à idéia de caridade, que hoje seria de domínio do serviço público e da proteção social.

Derrida (2000) liga a hospitalidade a uma "ordem incondicional" em ter que, incondicionalmente, dar as boas vindas ao outro, seja ele ou ela ou quem for, sem pedir um documento, um nome, um contexto ou um passaporte. "Este é o primeiro momento de abertura de minha relação com o outro: abrir meu espaço, meu lar – minha casa, meu idioma, minha cultura, minha nação, meu estado, e eu mesmo."

O autor também invoca os sentimentos que esse abrir representa para as pessoas:

> Eu não tenho que abri-la (a casa), porque está aberta; ela foi aberta antes que eu tomasse qualquer decisão a respeito disso: então, eu tenho que mantê-la aberta ou tentar mantê-la incondicionalmente aberta. Mas, naturalmente, este "incondicionalmente" é algo que amedronta, ele é aterrorizante. (2000, p.10).

No segundo capítulo será trabalhada a Dialética Histórico - Estrutural visando a reconstrução de categorias de análise para construção da hospitalidade na busca de sua essência.

2 RECONSTRUÇÃO DA ESSENCIALIDADE NO CONCEITO DE HOSPITALIDADE

2.1 O método: a Dialética histórico-estrutural

A dialética, na Grécia antiga, era a arte de diálogo, passando a ser a arte de, no diálogo, demonstrar uma tese por meio da argumentação, capaz de definir e distinguir os conceitos envolvidos no debate.

Segundo Blackburn (1997), não há uma certeza de quem foi o fundador da dialética: para Aristóteles, foi Zênon, de Eléa (490-430 a.C). Outros consideram Sócrates (469-399 a. C), que, ao interrogar sem cessar, abalava, implacavelmente, as falsas pretensões ao conhecimento dos seus contemporâneos, na busca da verdade, expondo as contradições e as dificuldades da posição adotada por um oponente.

Segundo Platão (429-347 a. C) (apud MOESCH, 199), após a morte de Sócrates, em seus diálogos, do segundo período, preocupa-se em mostrar que o método dialético era algo mais que um jogo e defende que as formas são um conceito central; são independentes, reais, invisíveis, imutáveis e divinas. Apresenta dimensões ontológicas e metodológicas, cuja preocupação fundamental está na realidade divina e no modo de alcançá-la.

Segundo Blackburn (1997, p.180), a dialética torna-se a totalidade do processo de iluminação, educando o filósofo de modo a atingir o conhecimento do bem supremo. Mas uma dialética que pensa as contradições da realidade, o modo de compreendê-la, como essencialmente contraditória e em permanente contradição, teria sido encontrada em Heráclito, de Efeso (540 – 480 a. C).

Ainda segundo Blackburn, os gregos acharam Heráclito muito abstrato, muito unilateral, tanto que o chamaram de Heráclito, o Obscuro. A Metafísica, ensinada por Parmênides, prevaleceu sobre a dialética, de Heráclito. A Metafísica se tornou hegemônica, mas a dialética não desapareceu. Conciliando-se com a metafísica pôde manter espaços significativos nas idéias de diversos filósofos.

Segundo Cheptulin (apud MOESCH, 1999), Aristóteles, nascido a mais de um século depois da morte de Heráclito (384-322 a. C), reintroduziu princípios

dialéticos, conseguindo impedir que a concepção de movimento fosse considerada um aspecto superficial da realidade, não abandonando, completamente, o estudo do lado dinâmico e mutável do real, criticando o ponto de vista pitagórico e platônico relativo à natureza das categorias.

Bornheim (apud MOESCH 1999, p.118) diferencia Platão e Hegel apontando como a diferença fundamental não ser de ordem metodológica, mas de teor ontológico, e todas as modificações se dão como que à sombra das transmutações de ordem ontológica, comandadas por esta. Hegel persegue a realização plena da realidade pela supressão da dicotomia. Para Platão, se restringe a um processo espiritual, limitado à alma. Para Hegel se estende a toda realidade finita que tende a converter-se à transfinitude, justamente porque o finito em si mesmo não é, e, enquanto não-ser, torna-se redutível ao ser, à idéia Absoluta.

A suprema suspensão se aproxima da perfeita reconciliação. Nesse sentido Hegel, chama de Idéia Absoluta a todo o processo de "toda a verdade". Sempre subsiste a relação da verdade com a inverdade. Tenta vencer a oposição entre sujeito e objeto, ou vencer a sua contraposição ou sua contradição.

Ainda segundo o autor, a síntese que Hegel almeja consiste em ir além do real, no sentido de que ela se propõe a vencer a superação característica de toda a realidade finita. A síntese tende a dar as costas para o real, ela enfrenta o finito tão somente para superá-lo. Hegel quer ir além da separação, e justamente, nesse ponto, está a alma que permite entender a sua acepção da dialética. Para ele, só a Idéia Absoluta é ser, vida eterna, verdade que se sabe a si própria e é toda a verdade. O homem deve sobrepujar a sua particularidade e a sua finitude para alcançar o universal. Pretende, assim, a reconciliação entre o espírito finito e o espírito infinito, e nessa reconciliação situa-se o saber absoluto. O saber absoluto é aquele saber no qual o Absoluto e o finito coincidem, o espírito finito busca transcender a sua finitude para reconciliar-se com o Absoluto.

Segundo Demo (2000, p.98), o marxismo teve o mérito de colocar a dialética com os pés no chão, já que a hegeliana andava de pernas para o ar. Foi este o significado maior do "materialismo" – a infra-estrutura econômica condiciona, em última instância, os outros níveis da dinâmica histórica, não idéias, ideologias, vontades políticas ou a consciência.

Marx superou, dialeticamente, as posições de seu mestre Hegel, criticando sua concepção idealista. A concepção da dialética materialista, segundo Demo

(1995), entende a realidade histórico-social como uma totalidade: um todo integrado, no qual as partes (o social, o econômico, o cultural, o político, o local, o individual, o internacional, o nacional, o objetivo, o subjetivo, etc.) não podem ser entendidos separadamente, senão numa relação com o conjunto. É uma totalidade vista como a soma aritmética das partes, senão como a articulação interna de todas as múltiplas relações.

Essa concepção materialista de Marx, segundo Demo, caracteriza a realidade em permanente movimento: uma realidade histórica sempre em mudança, nunca estática nem uniforme, devido à tensão que exercem, incessantemente, as contradições entre seus elementos. Em todo o processo histórico, se geram tendências contraditórias, cuja confrontação gera uma mudança e o movimento. A origem das transformações se encontra, assim, no interior dos próprios processos históricos em cujo seio se estabelece uma relação de oposição recíproca entre aspectos ou pólos contraditórios, que, ao se vincular entre si, tendem a excluir-se. Busca conhecer, quer dizer, "reproduzir intelectualmente" esta realidade múltipla, dinâmica e contraditória, em pleno processo de constituição.

Pode-se deduzir que o método dialético não é formal, uma mera aplicação de um esquema interpretativo a priori e de fora da experiência do próprio conhecimento, como se apenas um tivesse já a chave da leitura do todo e, unicamente, pudesse aplicá-lo em cada caso. Isso tem impedido, segundo Moesch (1999, p.120) que alguns o utilize desse modo.

Segundo Demo (1995:88), a dialética é a metodologia mais conveniente para compreender a realidade social, e para além das condições objetivas, a realidade social é movida igualmente por condições subjetivas.

Para o autor, não existe "a" dialética, pois na prática existem dialéticas diferentes, divergentes e até mesmo contraditórias, como em qualquer campo metodológico. Se assim o fosse, este fenômeno seria muito pouco dialético.

> Dialética única negaria sua própria identidade, ou seja, a unidade dos contrários. Mais que outras metodologias, sabe apontar para o caráter contraditório e ambíguo da realidade e de si mesma. Como todas, é lógica, ou seja, também representa a intenção da catar padrões na complexidade, mas dentro de perspectiva essencialmente dinâmica. Todavia, é múltipla, como todos os produtos também culturais. (DEMO, 2000, p.98).

A dialética histórico-estrutural equilibra a contento o jogo das condições objetivas e subjetivas da realidade histórica, onde o ponto próprio da dialética é o horizonte da historicidade, por isso o autor classifica que só é tratável dialeticamente, o fenômeno tipicamente histórico. O que justifica a escolha do método para análise da hospitalidade, pois busca em suas raízes históricas o entendimento para os processos da realidade.

Na dialética histórico-estrutural combinam-se história e estrutura, mas, segundo Demo (2000, p.105) aposta mais nas transformações históricas do que nas estruturais, ainda que os termos possam ser ambíguos. Por vezes, complementa o autor, chamamos de mudanças estruturais aquelas que são profundas, que vão até as raízes do fenômeno, mas, mesmo assim, trata-se do âmbito histórico, sendo impossibilitado de ser concebido sem sujeito.

> [...] não podemos imaginar sujeito totalmente consciente, racional, clarividente, porque em grande parte faz história de modo inconsciente, levado por razões que a razão desconhece, realizando o contrário do que planejara fazer, acertando sem querer e, por vezes, conquistando também o que bem queria que ocorresse. Sendo aberta, não concebe fim da história. Nisso, ao mesmo tempo em que preserva sua dinâmica, também a formaliza relativamente, porque tudo passa, mas a dialética como método, não. Para ser consentânea com realidade extremamente dinâmica, precisa dinamizar-se, flexibilizar-se, mas, no fundo, é rede formal para captar a realidade. (DEMO, 2000, p.106).

Complementando, para Demo, a dialética é lógica e não veleidade à toa. É a lógica da abertura, sobretudo das estruturas históricas. O desafio da dialética, para o autor (1995, p.120) está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser. História não é apenas acontecimento, vicissitude, mas gênese que, além de contextualizar, explica. De outro, não pode introduzir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico. Precisa de um horizonte de ordenação da história que a torne manejável cientificamente, pelo menos em termos de regularidades, tendências típicas. Isso, complementa Demo, se encontra de modo geral no conceito de forma, estrutura, tidas como invariantes. Essa combinação entre horizontes invariantes e variantes é o desafio propriamente dito, desde que se queira atribuir a cada um o lugar devido, sem subordinações simplificadoras. Por

isso, Demo (1995, p.121) argumenta que a dialética histórico-estrutural se propõe precisamente esta visão: considera a história movida por formas – necessárias, independentes da vontade humana –, mas formas que fundam as transformações, o que permite dizer que o histórico é estrutural. O histórico como produção imorredoura de conteúdos novos, dentro de formas invariantes. A dialética reconhece formas frias, como as da lógica, mas sobretudo reconhece formas quentes, que são as históricas, que fazem da revolução um processo histórico intrínseco. Toda formação social, movida por conflitos estruturais, produz, necessariamente, ou vem a formar uma nova história.

Conforme exposto, a dialética histórico-estrutural tenta apanhar a dimensão intrinsecamente dinâmica da realidade objetiva e subjetiva. Visualiza o ser humano limitado, mas que é capaz de reagir; por ser limitado, não tem poder de inventar toda e qualquer reação, mas as limitadas; entretanto, sabe fazer dos limites, desafios, bem como perceber que os desafios não desfazem limites. Ela capta as dissonâncias no esforço de compreender uma realidade complexa, tentando formalizar, de maneira mais flexível, na expectativa de que o ordenamento menos rígido é mais justo com a realidade, ainda que seja bem mais difícil conviver com a incerteza. Sabe também que a mente humana, em sua emoção e racionalidade, complexíssima por natureza, não consegue dar conta de toda realidade, porque também sequer consegue dar conta de si mesma. Por isso, esclarece o autor, a dialética histórico-estrutural aposta na questionabilidade, inclusive como corretivo permanente de seus desacertos nas aproximações sucessivas. Acredita menos em dicotomias estanques do que na convivência de contrários, tanto na realidade quanto na mente humana.

O sistema da dialética consiste em ultrapassar a contradição entre tese e antítese por meio da síntese que, por sua vez, é contradita, e o processo se repete até que se atinja a perfeição final.

Segundo Bornheim (apud MOESCH, 1999, p.117), cada movimento da dialética se revela como sendo a verdade do momento anterior: a síntese termina manifestando uma inverdade, na medida em que instaura um novo processo Dialético.

Para Moesch (1999), o modelo triático, inspirado na Dialética hegeliana do conhecimento, põe em relevo três momentos fundamentais: o primeiro é o da imediatez indeterminada pela sensação, o que se pode apreciar a simples vista,

sendo o universal vazio e a totalidade abstrata, que alguns poderiam chamar também como o momento da tese, pois começa por afirmar o que vê, o que sente e o que percebe.

O segundo momento é a negação do anterior: assim se passa à análise das múltiplas determinações essenciais, que se escondem atrás das aparências das coisas e fenômenos. Esse seria o momento da antítese do precedente, por meio da análise e desagregação das causas ou relações internas. A contradição começa a partir de uma diferença não-essencial e passa, em seguida, ao estágio da diferença essencial. Nas condições adequadas, as diferenças essenciais tornam-se contrários. A partir desse estágio e em seu desenvolvimento, as contradições chegam ao estágio dos extremos, em que os contrários entram em conflito, passam um no outro, tornam-se idênticos e, exatamente por isso, condicionam a resolução das contradições.

O terceiro momento do processo dialético é chegar à síntese, portanto, à totalidade concreta, supondo a superação dos momentos anteriores, que é quando se realiza a resolução dos opostos. É a negação da negação, porque se está negando ao segundo momento, que já negou o primeiro. Portanto, se ascende a uma espécie de síntese, podendo chegar a resultados satisfatórios: é a totalidade concreta, reproduzida no e pelo pensamento.

> Toda tese, por força da historicidade intrínseca, desenvolve dentro de si a dinâmica contrária, que a leva a gestar as condições necessárias e suficientes para sua superação. Superando-se determinada fase, entramos numa formação seguinte, dita síntese, em vários sentidos: de um lado, porque é superação por elevação, de outro, porque traz em si o resultado da superação de conteúdos específicos da estrutura do conflito social, o que permite dizer que nenhuma síntese apenas repete a tese; ademais, porque sugere a idéia de totalidade histórica, particularmente no sentido da unidade de contrários a síntese não os destrói, antes neles se repõe, revive, reinventa. (DEMO, 1995, p.92).

Para Moesch (1999, p.127) tudo depende de saber caracterizar os momentos do processo real que autorizam entender o sentido do processo, pois a Dialética tem por objeto de estudo as articulações do real, isso significa que a realidade em si mesma é Dialética.

A dialética rechaça em ir em frente, de maneira apressada e imediatista, aos resultados finais, a totalidade, sem ter em conta seus distintos componentes e

movimentos de configuração, porque a dialética reconhece que a realidade é movimento e também aceita que o conhecimento é um movimento que se constitui paulatinamente e não como um resultado morto.

A dialética evita dizer que "a realidade é assim", porque isso seria proporcionar uma lista de resultados e não um verdadeiro conhecimento. A única maneira de conhecer é tratar de captar a vida como um todo, que abarca seu *devir*, e que a realidade é um movimento de complexização incessante.

A alma da dialética é a antítese, pois toda a realidade social gera, por dinâmica interna própria, seu contrário, ou as condições objetivas e subjetivas para sua superação.

A maior traição à dialética, ainda segundo a autora, é considerá-la saída única na história, método exclusivo, bíblia autoritária. A Dialética é um convite insistente à discussão e à prática, à criatividade, ao diálogo crítico e produtivo.

2.1.1 Categorias da Dialética

Segundo Triviños (1987), as categorias existem objetivamente, isto é, não são expressões subjetivas nem apriorísticas da consciência humana. Elas se formaram no processo de desenvolvimento histórico do conhecimento e da prática social, características do *devenir* da humanidade.

Elas são formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo, que refletem as propriedades e leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento. (TRIVIÑOS, 1987, p.55).

O autor também coloca que, para o marxismo, as categorias se formaram no desenvolvimento histórico do conhecimento e na prática social, ou seja, significa que o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, e movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência.

As categorias não possuem um número definido. Aparecem novas categorias em razão das atividades que desenvolve o homem atuando sobre a natureza e a sociedade, em seu afã de conhecer e transformá-las. "O conteúdo mesmo das

categorias muda e se enriquece com os progressos do conhecimento". (TRIVIÑOS, 1987, p.55).

As categorias refletem as leis universais do ser, as ligações e os aspectos universais da realidade objetiva, constituindo um tipo de conceito.

A categoria essencial da Dialética histórico-estrutural, segundo Triviños (1987), é a contradição que se apresenta na realidade objetiva e se estabelece na interação entre aspectos opostos, distinguindo os tipos de contradições (interiores e exteriores, essenciais e não-essenciais, fundamentais e não-fundamentais, principais e acessórias). Além disso, a Dialética determina o papel e a importância que ela tem na formação material e ressalta que é a origem do movimento e do desenvolvimento.

Há uma diferença entre autores que exemplifiquem essa categoria como equívocos de linguagem, conforme Demo (2000, p.109) explica: "O termo correto é contrário, não contraditório, embora na linguagem comum usemos o termo contraditório com sentido de contrário". O conceito de contradição não seria dinâmico, porque se aplica a uma exclusão estanque, mas ambos a conceituam de formas similares.

Segundo Demo (2000, p.108), a categoria *unidade de contrários* significa o reconhecimento de uma realidade intrinsecamente dinâmica, porque atravessada por forças polarizadas de componentes que, ao mesmo tempo, formam e instabilizam o todo. Trata-se de um modo de inclusão, maneira de fazer parte, mas sempre de teor polarizado.

Essa categoria funda, ademais, o reconhecimento de que as mudanças provêm de dentro das coisas. O ser humano não torna a realidade dialética, porque esta já o é, inclusive o próprio ser humano. Toda formação da natureza e mais visivelmente as sociais são suficientemente contrárias para que gerem mudanças mais radicais.

Seria contraditório dizer que a realidade é e não é ao mesmo tempo, mas é dialético afirmar que é e não é contrariamente, referindo-nos a suas incompletudes, complexidades e ambivalências.

Segundo Triviños (1987, p.69), o materialismo dialético reconhece que a fonte do desenvolvimento das formações materiais está em seu interior, mas não quer dizer que rejeita a modificação dos objetos pelas forças externas. No desenvolvimento, existem elementos chamados contrários que, no processo de

transformação, são opostos, embora não possam existir um sem o outro, mesmo possuindo algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Não é possível, por exemplo, conceber a existência da hospitalidade sem a não-hospitalidade. Ou seja, os opostos estão em interação permanente, constituindo a luta dos contrários. Por isso, segundo o autor, a contradição é a fonte genuína do movimento e da transformação dos fenômenos. O fato de que os contrários não podem existir, independentemente de estar um sem o outro, constitui a unidade dos contrários. Dialeticamente, tanto na unidade como na luta existe movimento. Os contrários interpenetram-se, porque em sua essência têm alguma semelhança, alguma identidade, que se alcança quando se soluciona a contradição, quando se realiza a passagem dos contrários de um para o outro.

A identidade, segundo o autor, é importante, mas também o é a diferença, pois nesta pode estar a origem da contradição dialética. Explica também que nem todas as diferenças são contradições dialéticas. Quando se atinge a identidade dos contrários, na interação, surge um novo objeto, um novo fenômeno, com qualidades diferentes das que apresentavam os fenômenos opostos. É o desenvolvimento, a transformação.

A historicidade, segundo Demo (2000, p.110), relembra-nos sempre de que a história continua. As sínteses são novas teses que, por sua vez, recriam seus contrários. Mostra-nos também que as mudanças não chegam a seu ponto final, porque apenas conclamam novas fases, sempre também provisórias.

Demo (1995, p.91) cita Marcuse para ligar a dialética à historicidade da realidade social, pois a condição fundamental para se empregar essa construção metodológica é de ser histórico, pois “A existência humana em sua realidade, no seu acontecer dentro de um mundo que se movimenta e se desenvolve”. Por isso, não haveria sentido aplicar a dialética para algo que não fosse histórico, ou que não estivesse embebido de historicidade. Complementa o autor que se a dialética se baseia na historicidade e se só o ser humano é propriamente histórico, de tal forma que somente existe como concreto – histórico, isto é, sempre determinado por uma situação histórica concreta, então a dialética só pode encontrar seu pleno sentido na história concreta do ser humano. Não caberia, assim, perguntar-se pela antítese de uma pedra. Uma pedra não é um ser histórico marcado pelo conflito social.

A categoria pressuposto do **conflito social**, segundo Demo (1995, p.89), é inicialmente explicada pela idéia: toda formação social é suficientemente contraditória, para ser historicamente superável.

Para o autor, formação social é a realidade que se forma processualmente na história, indigitável como fase que, de um lado apresenta um nível de organização social, como por exemplo, a fase feudal, capitalista, colonial, industrial; e, de outro lado, apresenta o aspecto formativo histórico, sempre dinâmico, na unidade dos contrários, ou seja, gesta dentro de si as condições de aparecimento da nova fase.

Para Demo (1995), toda formação histórica está sempre em transição, o que supõe uma visão intrinsecamente dinâmica da realidade social, no sentido da produtividade histórica. O que acontece na história é historicamente condicionado, e por isso não se produz o totalmente novo que não tivesse condicionamento histórico. A história produz transformações radicais, de extrema profundidade.

O conflito social, para o autor, é tomado como estrutura da história, no sentido de que não começou, um dia, inventado por qualquer artifício histórico, nem vai acabar superado por uma mágica qualquer.

> Não se produz fase final, definitiva, que já não tivesse razão histórica de superação. Dialéticas que forçam um "porto seguro" traem concepção conjuntural de conflito social, tomando-o como manifestação histórica passageira, o que redunda geralmente na montagem de impunidade para determinadas fases, definidas contraditoriamente como não antagônicas. Se a dinâmica provém do antagonismo, cassa-lo da história significa inventar uma história aposentada, que não passa de proteção suspeita de regimes e privilégios. (DEMO, 1995, p.90).

A dialética possui maneira interessante de retratar a totalidade do real, que não se capta, segundo Demo (1995, p.93), bem repartido em pedaços, como quer a análise positivista.

A realidade concreta, segundo o autor, é sempre uma totalidade dinâmica de múltiplos condicionamentos, onde a polarização dentro do todo lhe é constitutiva. Por isso, indivíduo em si não é realidade social, porque é gerado em sociedade, educado em sociedade, socializado em sociedade. Isolar é artifício ou patologia. É possível, por artifício metodológico, isolar um componente, para vê-lo em si, desde que não se perca a perspectiva de que o todo é maior do que a soma das partes.

A totalidade, para Demo (2000, p.108), não é totalmente lisa, com partes tranqüilamente justapostas, estática, mas incompleta, aproximada, imprecisa; forma

um todo porque existe dinâmica comum, mas mostra rachaduras constantes, por onde sempre pode entrar a antidinâmica da mudança.

Assim, para o autor, a totalidade não possui apenas a dinâmica circular, que é sempre a mesma e lhe permitiria recuperar-se eternamente. Ao contrário, a dinâmica é feita de dinâmicas contrárias, feitas de convergências e divergências. Sobrepondo-se as convergências, a totalidade continua; do contrário, se tem outra totalidade.

A dialética, por entender que a realidade é complexa e ambivalente, não estabelece, como regra, categorias dicotômicas, mas preferentemente complementares, como**: teoria e prática, objetivo e subjetivo, qualidade e quantidade, linear e não linear**. (Demo 2000, p.111).

Para o autor, teoria necessita de prática e vice-versa, embora cada termo tenha sua lógica; teoria tem pretensões universalizantes, enquanto a prática é localizada; esta, ao mesmo tempo em que diminui a teoria, tem a possibilidade de realizá-la. Toda prática carece em retornar para a teoria, onde descobre que sua prática é sempre incompleta. A pretensão de completude da teoria é apenas pretensão, mas como utopia negativa exerce o papel de crítica permanente às histórias concretas, pois elas nunca encerram a riqueza disponibilizada na teoria.

> [...] a dialética liga-se em particular com a *práxis,* detonando as práticas históricas com sentido de mudança de baixo para cima, como, por exemplo, que é sempre possível enfocar mais uma ou outra, para fins de análise, mas teoria que nada tem a ver com a prática nunca foi sequer teoria, e prática que jamais volta à teoria desanda em ativismo cego. (DEMO, 2000, p.111).

Demo (1995, p.100) coloca que prática é condição de historicidade, e teoria é maneira de ver, não de ser. Para transformar a história, a prática é condição fundamental, pelo menos tão importante quanto a crítica teórica. Uma das marcas mais centrais da dialética é a de reconhecer a essencialidade da prática histórica ao lado da teoria, não aceitando a disjunção entre estudar problemas sociais e enfrentar problemas sociais.

Uma das características fundamentais da prática, segundo o autor, é de ser sempre uma opção da teoria que está por trás. Possui traço concreto, ao contrário da teoria, que é generalizante.

Prática é condição de historicidade. Caso contrário, não acontece. Apesar de suas limitações, aí está sua maior grandeza: entra-se na história por ela. A história concreta nunca é o que a utopia sonha, o que a teoria constrói, mas é o possível concretamente, a maneira de acontecer.

Triviños (1987, p.63) também esclarece a relação da teoria e prática, como segue:

> A teoria e a prática são categorias filosóficas que designam os aspectos espiritual e material da atividade objetiva sócio-histórica dos homens: conhecimento e transformação da natureza e da sociedade. A teoria é resultado da produção espiritual social que forma os fins da atividade e determina os meios de sua consecução e que existe como noções em desenvolvimento sobre os objetos da atividade humana. Diferente dos pontos de vista empírico e positivista, a filosofia marxista não enfoca a prática como experiência sensorial subjetiva do indivíduo, como experimento do científico etc., mas como atividade e, antes de tudo, como processo objetivo de produção material, que constitui a base da vida humana, e também como atividade transformadora revolucionária das classes e como outras formas de atividade social prática que conduzem à mudança do mundo.

Segundo Demo (1995, p.94), a dialética histórico-estrutural tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições **objetivas e subjetivas.** Visualizam-se estruturas na história, que são formas do acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade é pelo menos regular. A realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendenciais e regulares do seu acontecer.

As condições objetivas, segundo o autor, são aquelas dadas externamente ao homem, ou dadas sem sua opção própria (ex: desigualdade social, divisão em dois sexos, necessidades materiais, existência de recursos naturais, déficit público etc.).

Consideram-se condições subjetivas aquelas dependentes da opção humana, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições objetivas. Não se entende por condições objetivas a supervalorização do homem político no sentido de que faz e muda o que quer, pois o ator político também é condicionado. Não inventa sua consciência de qualquer maneira. Assim, Demo explica que estar dotado de consciência é uma condição objetiva, porque é um dado da condição de existência humana na história. A condição subjetiva está aí

contextualizada, pois não inventa a possibilidade de consciência, mas a realiza nos seus conteúdos possíveis.

Condições objetivas se aproximam das estruturas formais da natureza e do homem, invariantes, dentro das quais se sucedem conteúdos variáveis, mais e menos radicais.

Ainda segundo o autor, a distinção entre condições objetivas e subjetivas alcança aproximar-se da dimensão **quantitativa e qualitativa** da realidade social, como componentes de um mesmo todo. No campo das quantidades estão mais facilmente condições objetivas historicamente dadas, também mais acessíveis à captação científica, porque mais adaptáveis a formalizações. A dimensão qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico, mas é o reino mais próprio da conquista humana, sobretudo se se faz coincidir com o processo participativo.

> A história tem sujeito, mesmo precário, pouco consciente e quase sempre atabalhoado; quer dizer, a interferência do sujeito faz parte da história, ainda que essa tenha também suas estruturas que se impõem; esta imposição é mais bem entendida como "condicionamento"do que como "determinação"; podemos aceitar que a capacidade de conduzir a história tem aumentado muito com o conhecimento e a tecnologia, para o bem e para o mal; em grande parte, quando nos referimos à "sociedade do conhecimento", queremos significar que, cada vez mais, a fazemos por nossa própria conta, e não apenas acontece como fenômeno à revelia; impossível, entretanto, é fazer a história toda, como se fosse nossa obra particular, pela razão maior de que nós mesmos não nos fazemos por completo; por mais que sejamos seres reconstrutivos, não criamos do nada; a dimensão subjetiva também aponta para a complexidade do ser humano, cuja lógica é também profundamente emocional, ou seja, é dotado de razão por vezes muito pouco racional, mas, precisamente por isso, tanto mais alternativa, sensível e criativa; entretanto, este pode ser visto como o grande desafio emancipatório da dialética: estender sempre mais a capacidade de conduzir a história, deixando de ser massa de manobra da natureza ou da sociedade. (DEMO, 2000, p.111).

A ciência tem a tendência, segundo Demo (2000, p.112), de considerar a qualidade como complexificação da quantidade, ainda que essa expectativa seja equivocada, se for linear; as teorias do caos estruturado revelariam que o complexo jamais é soma simples de partes, e que tanto partes simples podem provocar resultados complexos, como o contrário; se o cérebro é montão de neurônios, que juntos criam pensamento, nem por isso o pensamento é neurônio; ocorre aí um salto não linear; por outra, é mister reconhecer que, por trás do pensamento, está o cérebro fisiológico, cujas quantidades são absolutamente essenciais; enquanto a quantidade indica o horizonte da extensão, a qualidade representa a intensidade

das coisas, tal qual a diferença entre “maior” e “melhor” – o primeiro tem mais quantidade e o segundo melhor qualidade; é próprio da dialética não reduzir um termo ao outro, mas manter entre eles um relacionamento polarizado tipicamente não linear;

Para Triviños (1987, p.65), à simples vista, os objetos, as coisas e os fenômenos se distinguem entre si pela sua qualidade, isto é, pelo conjunto de propriedades que os caracterizam. Dessa maneira, a qualidade representa o que o objeto é.

O objeto, além da qualidade, tem a quantidade. Ambos têm expressão numérica: as dimensões, o peso e o volume, a intensidade das cores que lhes são próprias e dos sons que produzem etc. A quantidade é expressa por um número. A quantidade e a qualidade estão unidas e são interdependentes. Como por exemplo, o autor argumenta que a passagem das mudanças quantitativas às qualitativas é uma lei geral do desenvolvimento do mundo material. Já sabemos que tais mudanças se realizam quando se rompem os limites da medida. Mas as mudanças qualitativas, por sua vez, produzem mudanças quantitativas.

Uma das categorias fundamentais da dialética histórico-estrutural é a **matéria**, que possui a propriedade geral de ser objetiva, ou seja, de existir, independentemente de nossa consciência e sendo refletida por esta. A matéria engloba todas as formas de realidade objetiva.

> A noção de matéria como categoria filosófica é muito ampla. Mas é preciso determinar que ela não se refere a determinado grupo de fenômenos, a objetos, coisas etc., nem se refere às qualidades, propriedades, relações ou interações dos mesmos. Uma idéia diferente sobre o particular poderia representar um materialismo ingênuo. A categoria de matéria refere-se ao geral que caracteriza, como o mais importante, esses fenômenos e objetos. E isto é, como diz Lênin, a objetividade desse mundo de objetos e fenômenos, total independência de sua existência em relação à consciência do ser humano. (TRIVIÑOS, 1987, p.57).

Segundo o autor, a realidade objetiva, ou seja, a matéria, está integrada por infinidade de objetos e sistemas que existem no mundo real. A matéria é incriada e indestrutível, eterna. É capaz de autodesenvolver-se e, em condições favoráveis, permitiu o surgimento da vida orgânica e, mais tarde, depois de milhões de anos, dos seres capazes de ter idéias, de pensar.

A matéria não se encontra isolada no universo. Sempre se apresenta organizada, sob a forma de sistemas. E, por meio da evolução dos estudos científicos, podemos reconhecer formas fundamentais da matéria como: sistemas da natureza inorgânica (átomos, moléculas, corpos macroscópicos), sistemas biológicos (toda biosfera, desde os microorganismos até o homem) e sistemas socialmente organizados (homem, sociedade). Mas por ser extremamente complexa, não se pode negar a possibilidade da existência de outras classificações e variações qualitativas da matéria, a exemplo do objeto de estudo, a hospitalidade

Transpondo para nosso objeto de investigação – a hospitalidade –, o debate entre a forma (matéria) e sua essência ficou no nível superficial, onde o termo hotelaria é mais conhecido e aceitável pelos profissionais envolvidos com a operação de hotéis e restaurantes e interessados em aprofundar seu conhecimento no campo, enquanto que o termo hospitalidade é mais heurístico, ou seja, mais complexo. Propicia uma discussão mais ampla, pois, ao mesmo tempo que se aproxima do termo hotelaria, também dele se distancia criticamente. O distanciamento permite analisar os segmentos empresariais da hospedagem e restauração mais amplamente, abrangendo o conjunto de valores, modelos e ações que dizem respeito ao receber humano. Isso faz com que novos termos surjam imprescindíveis a uma reflexão que se desloca de um termo a outro, tais como a festa, o cerimonial, a conversação, a postura social, em suma, os ritos da hospitalidade. A aproximação permite perceber todas as características concretas envolvidas com o receber humano no plano da recepção turística, e também as circunstâncias do fazer humano objetivamente envolvidas com o ato de receber pessoas.

O tempo e o espaço são duas formas gerais de existência da matéria considerados pelo Materialismo Dialético como formas gerais de existência objetiva, isto é, elas existem independentes da consciência.

A consciência é uma propriedade da matéria, a mais altamente organizada que existe na natureza, a do cérebro humano. Segundo Triviños (1987, p.62), essa peculiaridade surgiu como resultado de um longo processo de mudança da matéria.

A base para transformação da realidade e aprofundamento do conhecimento podem ser norteados pela relação entre a prática e a teoria. A relação entre aspectos subjetivos e objetivos amplia a análise do objeto a ser estudado.

A escolha da concepção metodológica da Dialética para esta investigação mostra ser a mais pertinente, pois na Dialética histórico-estrutural também se encontra, como relata Moesch (1999, p.134), a fundamentação do caminho metodológico particular, que se deveria seguir em qualquer exercício de pesquisa: partir da prática social que exercemos; organizar um processo de interpretação crítica dela, que vai do descritivo ao reflexivo; realizar de forma rigorosa – entretanto que seja sensível – a análise, síntese, indução e dedução; situar o fazer nas tensões e contradições de fundo e obter conclusões teóricas e ensinamentos práticos. Trata-se de um método e procedimentos concretos que sejam coerentes com sua fundamentação filosófica e que permitam fazer da pesquisa, efetivamente, uma interpretação crítica de nossas experiências e uma ferramenta transformadora e criadora.

> Prática e teoria, sensibilidade e imaginação, pragmatismo e utopia, rigorismo e flexibilidade, sentido comum e ética, lucidez e paixão, são componentes indispensáveis e inseparáveis desta maneira de ser-no-mundo, de viver criteriosamente, denominada DHE, e ela é fundamento que possibilita e dá sentido à investigação das experiências cotidianas. (MOESCH, 1999 p.135).

Complementando, a autora esclarece que, a rigor, nenhuma necessidade humana pode ser catalogada como mais ou menos relevante. Baseando-se no homem como totalidade, todas as necessidades são relevantes, mesmo que, na realidade, umas possam ser mais ou menos valorizadas. A produção econômica tem relevância histórica, mas não se pode universalizar mudanças sociais, como lazer, viagens e tempo livre, ditas superestruturais, como decorrentes das ditas infra-estruturais.

Da mesma forma também não se pode deixar que modelos de gestão e necessidades do mercado supram a teoria e a concepção de hospitalidade, reduzindo seu conhecimento e consequentemente, suas práticas.

Para Demo (1995, p.97) as totalidades históricas se mantêm processo e por isso se transformam, porque contêm dinâmica interna essencial, baseada na polarização. As realidades sociais não são apenas complexas; são sobretudo complexidades polarizadas. São campos magnetizados, onde qualquer presença provoca ação e reação, e mesmo a ausência é maneira de polarizar.

Termos contrários são especificamente dialéticos, porque constituem os componentes essenciais das totalidades históricas. Formam um todo dinâmico de

repulsa e necessitação. O autor exemplifica que subdesenvolvimento é o contrário de desenvolvimento: no que se afastam, porque exploração de um sobre outro; necessitam-se, porque um não se faz sem o outro.

A contradição histórica, segundo o autor, refere-se a seu caráter conflituoso, dicotômico, antagônico, mas no sentido da unidade dos contrários. O conflito vem de dentro, pois é marca essencial da realidade social. A mudança é endógena. Pode ser retardada, por influência externa, como a vida pode ser prolongada pela medicina. Mas por mais que se viva, um dia se morre, naturalmente, como parte integrante do processo. A morte é precisamente o contrário da vida.

A dialética refere-se à **historicidade** da sociedade e da natureza, segundo Demo (2000:109), que tradicionalmente podem ser visualizadas por fases: tese, a formação vigente, que sendo unidade dos contrários, gera seus contrários, ou seja antíteses. Estas, tornando-se prevalecentes, acarretam nova síntese. Por sua vez, toda síntese é apenas próxima tese, que de novo, vai gerar seus contrários. Essa é a roda-vida da realidade dialética, representada num esquema simplificado se comparado à sua complexidade.

Na dialética da natureza, pode-se avistar o seu longo processo evolucionário que, ao contrário de esticar sempre a mesma coisa, introduziu saltos notáveis como a própria vida.

A historicidade alega que a história não só expressa a trajetória do fenômeno, mas contém também sua explicação, como ocorre também na evolução. Ela não dilui a idéia de estrutura, pois acredita em estruturas históricas que, ao final das contas, permitem análises históricas.

2.2 Reconstrução provisória das categorias de análise

> Durante toda minha vida, nunca pude resignar-me ao saber parcelado, nunca pude isolar um objeto de estudos do seu contexto, dos seus antecedentes, da sua evolução. Sempre aspirei a um pensamento multidimensional. Nunca pude eliminar a contradição interior. Sempre senti que verdades profundas, antagônicas umas às outras, eram para mim complementares, sem deixarem de ser antagônicas. Nunca quis esforçar-me para reduzir à força a incerteza e a ambigüidade. (Edgar Morin).

> Reproduz-se e não se pensa, muitas vezes, nos ambíguos sentidos que o que se "prega" significa. Sob a ótica capitalista de mercado, "industrializam-se" as relações produzidas pela hospitalidade e se despreza toda uma rede de impactos eco-sócio-culturais. É justamente por esta forma de pensar, ou seja, de "geração de lucro a todo custo" e de "crescimento econômico", que permite o acirramento de problemas de desigualdade, violência e degradação das relações humanas e dos ecossistemas existentes.

Para avançar no entendimento do que venha a ser hospitalidade, suas relações e peculiaridades, precisa-se quebrar paradigmas fragmentados. A teoria da complexidade proporciona um melhor entendimento, uma vez que ela "agrega" e não reduz concepções, é humanizadora e prioriza o sujeito nas relações. Essas questões são um ponto de partida e de crucial importância para se pensar em turismo e hospitalidade.

Segundo Morin (1990), a doença da teoria está no doutrinarismo e no dogmatismo que fecham a teoria sobre ela própria e a petrificam. Afirma ainda o autor que a humanidade vive ainda cega perante o problema da complexidade, que se estamos na pré-história do espírito humano, e que apenas o pensamento complexo permitirá que o nosso conhecimento seja civilizado. Se forem concebidos quaisquer objetos ou situações como sendo fechados, ocasiona-se uma percepção do mundo de forma classificatória, reducionista e de uma causalidade unilinear. O pensamento complexo vem justamente para clarear um entendimento mais profundo sobre a realidade, a vida e sobre o que se pode teorizar.

A abertura teórica, ainda segundo Morin, permite a abrangência, no seu próprio campo, do que tenha sido até então rejeitado fora da ciência: o mundo e o sujeito. Para ele, o sujeito emerge ao mesmo tempo em que o mundo, sobretudo a partir da auto-organização, em que a autonomia, a individualidade, a complexidade, a incerteza e a ambigüidade se tornam quase caracteres próprios do objeto. O termo "auto" traz nele a raiz da subjetividade. "O sujeito e o objeto aparecem, assim, como as duas divergências últimas inseparáveis da relação sistema auto-organizador/ecossistema". (1990, p.58).

> A sociologia do conhecimento permitir-nos-á relativizar os nossos conceitos, situar-nos no jogo das forças sociais, mas nada nos dirá de seguro sobre a validade intrínseca de nossa teoria. Morin (p.68).

Segundo Santos (2003), os homens, ao estruturarem teorias, fazem com que tais teorias iluminem as atividades cotidianas e organizem sua leitura do mundo,

mas correm os riscos de encerrarem-se em suas próprias teorias, quando estas não são recicladas e realimentadas na interação com o meio. Quando isso acontece, corremos o risco de vivermos numa provocação de desajustes mentais e emocionais.

Um paradigma, para Morin, "é constituído por um certo tipo de reação lógica extremamente forte entre noções mestras, noções chave e princípios chave".(p.85). Para compreender o paradigma da complexidade, é importante sabermos que existe um paradigma da simplicidade. O paradigma da simplicidade é um paradigma que põe em ordem no universo e expulsa dele a desordem. A simplicidade vê, quer o uno, quer o múltiplo, mas não pode ver que o uno pode ser ao mesmo tempo múltiplo. "O princípio da simplicidade quer separa o que está ligado (disjunção), quer unifica o que está disperso (redução)". (p.86).

A ciência ocidental fundamentou-se em conceitos positivistas e cartesianos, nos quais, por meio do paradigma da simplicidade, o sujeito é excluído de análises e o objeto existe independentemente do sujeito, podendo serem observados e explicados como tais. O sujeito e o objeto são insuficientes se vistos isoladamente. A idéia do universo puramente objetivo priva não apenas o sujeito, mas o meio e o além. A visão do sujeito sob a ótica positivista é atrofiada ao nível empírico, no qual o sujeito é desprovido do meio ambiente, "aniquilando o mundo". (MORIN, 1990, p.61) e fechando-se em si mesmo.

Para se reconstruir/construir criativamente, precisa-se de fundamentos apropriados, assim como, ao se pensar em hospitalidade, necessita-se de categorias de análise que se tornam fundamentais e de eixos norteadores no processo de construção do conhecimento.

A importância de se desenrolar um saber-fazer permite que se volte para uma análise mais profunda das coisas. A preocupação em desvelar categorias de análise para o estudo da hospitalidade, a partir da teoria da complexidade, se justifica para demonstrar a grandiosidade dos eixos norteadores e humanos que a estruturam.

O uso da Dialética-histórico-estrutural torna-se relevante devido à utilização das categorias instrumentais à priori: historicidade, contradição, teoria e prática, objetividade e subjetividade, qualidade e quantidade, matéria, conflito social e totalidade, possibilitando a reconstrução das categorias constituintes do objeto de análise – a hospitalidade.

Categoria, segundo Moesch (2002), é a maneira como um corpo é feito de outros e pelo qual deve sua extensão à deles. São as qualidades advindas das disposições das partes constituídas, das propriedades espaciais e temporais e de suas relações.

Para análise da hospitalidade, nesta pesquisa, foram escolhidas categorias a serem reconstruídas – seja em nível das contradições seja de relações –, que são: *valor de troca do sujeito, valor de troca mercadológica, imaginário, espaço, acolhimento e convivência,* conforme anteriormente esclarecido.

A categoria *valor de troca do sujeito,* é baseada nos autores Mauss (2002), Benveniste (1995) e Morin (1990 e 2003). A categoria *valor de troca mercadológica* é fundamentada a partir dos autores Marx (2001), Lemos (2005), Polanyi (2001), Krippendorf (2000) e Baudrillard (2005). A categoria *imaginário*, pelos autores Gastal (2005) e Maffesoli (1996 e 2001). A categoria *convivência,* pelos autores Boff (2006) e Marías (2003). A categoria *acolhimento,* pelo autor Boff (2005) e a categoria *espaço,* pelos autores Castells (1997) e Santos (1982).

Para Polanyi (2001), houve uma transformação na sociedade que implicou uma mudança na motivação do tecido social: a motivação de subsistência passa a ser substituída pela motivação do lucro. Todas as transações se transformam em transações monetárias.

Segundo Krippendorf (2000), a economia é que governou o sistema da sociedade industrial incontestavelmente. Ela dita as regras e todo o restante é subordinado a ela: o uso dos recursos naturais, o sistema de valores dos homens, assim como a política de estado relativa ao homem e ao ambiente a serviço da economia ao invés da economia a serviço do homem. Nesse contexto, o ambiente é considerado como matriz para a economia e para o homem, exigindo, assim, um maior grau de respeito e preservação.

Essa concepção respinga no modo de viver e pensar da sociedade, influenciando as relações e entendimentos sobre o lazer, o turismo e a hospitalidade, pois, não constituindo um mundo separado, com leis próprias, eles fazem parte de um processo, e suas práticas são conseqüências do sistema social industrial capitalista, da ótica da supervalorização do consumo, da organização e da civilização moderna dos seres humanos.

> As corporações multilaterais e globais controlam os mercados nacionais. Uma cultura homogeneizadora ocidental desfibra as culturas regionais. Um único modo de produção, o capitalista, se faz hegemônico. Assentado

> sobre a concorrência, destrói os laços de socialidade e de cooperação. O pensamento único, neoliberal, se estende sobre todos os quadrantes da Terra. O mais grave, entretanto, é o fato de se ter feito da Terra uma banca de negócios onde tudo nela é mercantilizado, metais, plantas, sementes, água, genes, tudo vendido e feito objeto de lucro. (BOFF, 2005, p.59).

Karl Marx (2001), no início de sua obra O Capital, traça um paralelo entre as mercadorias, seus valores de uso e de troca com o dinheiro, no início de um momento da sociedade humana, que se pode chamar de Capitalista.

Para o autor, a riqueza das sociedades, a partir de uma concepção de produção capitalista, configura-se em "imensa acumulação de mercadorias". Os valores-de-uso são, ao mesmo tempo, os veículos materiais do valor-de-troca.

O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores-de-uso de espécies diferentes e na proporção em que se trocam. Daí o valor-de-troca parecer algo casual e puramente relativo e, portanto, uma contradição em termos, um valor-de-troca inerente, imanente à mercadoria. Qualquer mercadoria pode ser trocada por outra, nas mais diversas proporções. Esses produtos passam a representar apenas a força do trabalho humano gasto em sua produção, o trabalho humano que neles se armazenou.

> O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias. O desenvolvimento histórico da troca desdobra a oposição, latente na natureza das mercadorias, entre valor-de-uso e valor. (MARX, 2001, p.111).

O que se evidencia comum na relação de permuta ou no valor-de-troca é, portanto, o valor das mercadorias, e o que determina a grandeza do valor, para Marx, é a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de uso. O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio de troca. Mas também coloca que valores-de-uso idênticos não se trocam.

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.(p.68).

O autor evidencia também que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula

as relações de troca. Daí ser esta a forma que primeiro relaciona as mercadorias como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, como valores-de-troca.

> A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra, através de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, evidencia que o caráter social específico desse mundo é constituído pelo caráter humano geral do trabalho. (MARX 2001, p.89).

Marx coloca que somente como valores-de-troca estabelecemos relações umas com as outras. O economista, o intérprete da alma da mercadoria, assim fala:

> Valor (valor-de-troca) é propriedade das coisas, riqueza (valor-de-uso) do homem. Valor, nesse sentido, implica necessariamente troca, riqueza não. Riqueza (valor-de-uso é atributo do homem; valor, atributo das mercadorias. Um homem ou uma comunidade é rico, uma pérola ou um diamante é valioso. [...] Uma pérola ou um diamante tem valor como pérola ou diamante. (p.92).

O valor-de-uso, para o autor, se realiza para as pessoas sem troca, por meio de relação direta entre a coisa e a pessoa, enquanto o valor só se realiza através da troca, isto é, por meio de um processo social.

A mercadoria é misteriosa, diz Marx, por encobrir características sociais do próprio trabalho dos homens e, por essa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, “coisas sociais”, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. Isso é o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias, como Marx chama: o “fetichismo” que está sempre grudado aos produtos do trabalho quando são gerados como mercadorias, ou seja, é inseparável da produção das mercadorias. (p.94).

As mercadorias só encarnam valor na medida em que são expressões de uma mesma sustância social, o trabalho humano. Seu valor é, portanto, uma realidade apenas social, só podendo manisfestar-se, evidentemente, na relação social em que uma mercadoria se troca por outra. O autor considera que se parte do valor-de-troca ou da relação de trocas das mercadorias, para chegar ao valor aí escondido.

Marx, citando Aristóteles, diz que “a troca não pode existir sem a igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade”. (MARX, 2001).

A forma simples do valor de uma mercadoria se mede pela sua relação de valor ou de troca com outra mercadoria diferente, e ela assume expressão fora dela, ao manifestar-se como valor-de-troca. Evidencia também que não é a troca que regula a magnitude do valor da mercadoria, mas, ao contrário, é a magnitude do valor da mercadoria que regula as relações de troca. Daí ser essa a forma que primeiro relaciona as mercadorias, como valores, umas com as outras, fazendo-as revelarem-se, reciprocamente, como valores-de-troca.

Ao contrário do que foi visto no estudo de Mauss, o processo e a importância do ritual da cultura da troca se tornaram algo mecanizado, no qual a importância real da troca já não está mais em seu significado, mas sim no valor comercial e no valor de uso do que está sendo trocado. As relações com o Capitalismo vão esfriando no sentido dos rituais das trocas. O trabalho mecanizado da indústria vai aos poucos enrijecendo as populações nas quais os valores do ser se impõem aos valores do ter. A “obrigação” da troca nas civilizações que antecederam a nossa, tinha um sentido cultural, de reciprocidade, de alma. Mas isso não se perpetuou e, com o tempo, abriu-se espaço para o valor econômico, a compra e a venda, nos quais o valor do mercado está, muitas vezes acima do valor humano. Não se pretende condenar esses processos qu,e já estão dados, mas sim entendê-los, para que, no caso da hospitalidade, possa se resgatar as práticas do dar e receber e mostrar o entendimento do que ela vem a ser, representar, e a importância de não a reduzirmos aos valores do mercado.

Os trabalhos privados, segundo Marx, atuam como partes componentes do conjunto do trabalho social, apenas através das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio desses, entre os produtores. Por isso, para os últimos, as relações sociais entre seus trabalhos privados aparecem de acordo com o que realmente são, como relações materiais entre pessoas e relações sociais entre as coisas, e não como relações sociais diretas entre indivíduos em seus trabalhos.

Só com a troca, adquirem os produtos do trabalho, como valores, uma realidade socialmente homogênea, distinta da sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Essa cisão do produto do trabalho em coisa útil e em valor só atua, na prática, depois de ter a troca atingido tal expansão e importância que se produzam as coisas úteis para serem permutadas, considerando-se o valor das coisas já por ocasião de serem produzidas. Desde

esse momento, manifestam, efetivamente, os trabalhos dos produtores duplo caráter social. De um lado, definidos de acordo com sua utilidade, têm de satisfazer determinadas necessidades sociais e de firmar-se, assim, como parte componente do trabalho total, do sistema da divisão social do trabalho que, espontaneamente, se desenvolve. Por outro lado, só satisfazem as múltiplas necessidades de seus próprios produtores na medida em que cada espécie particular de trabalho privado útil pode ser trocada por qualquer outra espécie de trabalho privado com que se equipara. A igualdade completa de diferentes trabalhos só pode assentar-se numa abstração que põe de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho, de trabalho humano abstrato.

Marx também coloca que o produtor particular apreende esse duplo caráter social dos trabalhos particulares apenas sob os aspectos que se manifestam, praticamente, no intercâmbio, na troca de produtos. Assim, percebe o caráter social de seus trabalhos particulares sob o aspecto de o produto do trabalho ter de ser útil, e útil aos outros, e o caráter social da igualdade dos diferentes trabalhos apresenta-se a ele sob o aspecto da igualdade de valor que se estabelece entre essas coisas materialmente diversas, os produtos do trabalho.

Na prática, o que interessa aos que trocam os produtos é saber quanto de outras mercadorias podem receber pela sua, ou seja, em que proporções, os produtos se trocam.

> A polêmica monótona e estulta sobre o papel da natureza na criação do valor-de-troca, além de outros fatos, demonstra que uma parte dos economistas está iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência material que encobre as características sociais do trabalho. Sendo o valor-de-troca uma determinada maneira social de exprimir o trabalho empregado numa coisa, não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio. (MARX, 2001, p.103).

Segundo Marx, para relacionar coisas, umas com as outras, como mercadorias, têm seus responsáveis de comportarem-se, reciprocamente, como pessoas cuja vontade reside nessas coisas, de modo que um só se aposse da mercadoria do outro, alienando a sua, mediante o consentimento do outro, através, portanto, de um ato voluntário comum. Se torna “mister”, por isso, que reconheçam, um no outro, a qualidade de proprietário privado. Essa relação de direito, que tem o

contrato por forma, legalmente desenvolvida ou não, é uma relação de vontade em que se reflete a relação econômica.

O autor coloca que todas as mercadorias têm, portanto, de mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e essa troca as relaciona umas com as outras como valores e realiza-as como valores. As mercadorias têm de realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores-de-uso.

Cada proprietário de uma mercadoria só a troca por outra cujo valor-de-uso satisfaz uma necessidade sua. Assim, a troca é, para ele, um processo puramente individual. Além disso, o proprietário quer realizar sua mercadoria como valor, em qualquer outra mercadoria do seu agrado, com o mesmo valor, possua ou não sua mercadoria valor-de-uso para o proprietário da outra. A troca passa então a ser para ele, um processo social.

Marx também diz que a troca de mercadorias começa nas fronteiras da comunidade primitiva, nos seus pontos de contato com outras comunidades. Mas, ao se tornarem os produtos mercadorias na vida externa da sociedade, por contágio, também se tornam mercadorias dentro dela. De início, sua relação quantitativa de troca é inteiramente casual. São permutáveis por mútua vontade de seus possuidores de aliená-los reciprocamente. Nesse ínterim, arraiga-se, progressivamente, a necessidade de objetos úteis vindos de fora. A repetição constante da troca torna-a um processo social regular. Por isso, com o tempo, passa-se a fazer para a troca, intencionalmente, pelo menos uma parte dos produtos do trabalho. A partir desse momento, consolida-se a dissociação entre a utilidade das coisas destinadas à satisfação direta das necessidades e a das coisas destinadas à troca.

Os povos nômades são os primeiros a desenvolver a forma dinheiro, porque toda a sua fortuna é formada por bens móveis, diretamente alienáveis, e seu gênero de vida os põe constantemente em contato com comunidades estrangeiras, induzindo-os à troca dos produtos. Os homens, freqüentes vezes, fizeram de seu semelhante, na figura do escravo, a primitiva forma dinheiro, mas nunca utilizaram terras para esse fim. Essa idéia só podia aparecer numa sociedade burguesa já desenvolvida. Data do último terço do século XVII, e só se tentou concretizá-la em escala nacional, um século mais tarde, na revolução burguesa da França.

À medida que a troca de mercadorias rompe os laços locais e que se cristaliza cada vez mais o trabalho humano em geral no valor das mercadorias,

passa a forma dinheiro a localizar-se nas mercadorias que, por natureza, se prestam à função social de equivalente universal, os metais preciosos.

> Ouro e prata já saem das entranhas da terra como encarnação direta de todo trabalho humano. Daí a magia do dinheiro. Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, tranformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche mercadoria em forma patente e deslumbrante. (MARX, 2001, p.117).

Avaliando as trocas colocadas por Marx, constata-se que a importância da troca em si não é considerada e nem mesmo seu ritual, como visto na descrição de Mauss sobre as civilizações que antecederam as nossas. A troca, na sociedade capitalista, é vista como um consumo e é medida pelo valor da mercadoria que está sendo trocada, é uma apropriação do outro encarnado na mercadoria.

As trocas humanas, e daí as de hospitalidade e relações no turismo, acabam ocorrendo também como valores-de-uso, valores-de-troca confundidas e misturadas às relações entre sujeitos que visitam e são visitados com relações pessoas – coisas, onde as mercadorias acabam sendo seres humanos olhados diretamente como valores-de-uso ou consumo.

Sinonimizar a hospitalidade à gestão hoteleira e serviços com qualidade permite que as relações humanas daí estabelecidas no processo de encontro signifiquem meramente transações monetárias, sobrepondo o valor de troca mercadológica às trocas de convívio humano.

Para Lemos (2005), provavelmente, o termo “indústria do turismo” surgiu quando a indústria era o grande motor do desenvolvimento capitalista. Mas a realidade demonstra que a produção industrial vem diminuindo enquanto a substituição do homem pela máquina vem acelerando. O ritmo de crescimento das fábricas vem caindo, e as sociedades modernas se encaminham para “sociedades de serviços”, nas quais a complexidade é múltipla e há um maior potencial de geração de empregos. Todavia, nem mesmo a classificação como serviços revela os processos de reprodução do valor turístico, dado que sua órbita de criação não se restringe somente à esfera mercantil. “A produção humana na sociedade *et large*

não se limita ao cômputo dos mercados, e a investigação sobre o turismo não pode se limitar a eles". (p.79).

O consumo, segundo Baudrillard (2005), surge como modo ativo de relação não só com os objetos, mas ainda com a coletividade e o mundo, como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo nosso sistema cultural. Vivemos numa ausência mútua uns dos outros, nos tornamos funcionais, vivemos o tempo dos objetos.

> Chegamos ao ponto em que o consumo invade toda a vida, em que todas as atividades se encadeiam do mesmo modo combinatório, em que o canal das satisfações se encontra previamente traçado, hora a hora, em que o envolvimento é total, inteiramente climatizado, organizado, culturalizado. Na fenomenologia do consumo, a climatização geral da vida, dos bens, dos objetos, dos serviços, das condutas e das relações sociais representa o estádio completo e consumado na evolução que vai da abundância pura e simples, através dos feixes articulados de objetos, até ao condicionamento total dos atos e do tempo. (BAUDRILLARD, 2005, p.19).

Para o autor, a mentalidade do consumo presente na sociedade é regida por um pensamento mágico, no qual a opulência não passa da acumulação e manipulação dos signos da felicidade, cuja esperança louca alimenta a banalidade cotidiana. Na prática diária, os benefícios do consumo não são vividos como frutos do trabalho ou dos processos de produção, mas são vividos como milagres. O que caracteriza a sociedade de consumo é a universalidade na comunicação de massa, na qual toda informação política, histórica e cultural é acolhida sob a mesma forma, "simultaneamente anódina e miraculosa", (2005, p.24), ou seja, vive-se dessa maneira ao abrigo dos signos e na recusa do real. Ao nível do vivido, o consumo faz da exclusão maximal do mundo real o índice máximo de segurança, tendendo para a felicidade por defeito, eliminando as tensões.

> A pressão psicológica e social da mobilidade, do estatuto, da concorrência a todos os níveis (rendimento, prestígio, cultura, etc.) torna-se cada vez mais pesada para todos. Necessita-se de mais tempo para se recriar e reciclar, para recuperar e compensar o desgaste psicológico e nervoso causado por múltiplos danos: trajeto domicílio/trabalho, superpopulação, agressões e "stress" contínuos. Em última análise, o preço mais elevado da sociedade de consumo é o sentimento de insegurança generalizada que ela engendra. (BAUDRILLARD, 2005, p.35).

Para o autor, no sistema atual, a dilapidação espetacular deixou de ter o significado simbólico e coletivo determinante que podia assumir na festa e no

potlatch primitivos. O consumo prestigioso também acabou por personalizar-se e comunicar-se através dos meios de massa. Os objetos se ordenam não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia, manipulando-se como signos que distinguem o indivíduo a um determinado grupo social.

Misturam-se e reduzem-se, assim, valores-sentimentos a valores-monetários, relações subjetivas a relações objetivas, complexidades a simplicidades, sujeitos a mercadorias e, o diferente a inimigo, minimizando o ser às questões do poder e da mente, subjugados pelo medo generalizado que causa uma sociedade enclausurada em seus próprios sentimentos. São normas inconscientes de padrões criados que reproduzimos, muitas vezes, sem questionar. Paradigmas da sociedade assim como aqueles que levaram e levam às guerras e chacinas, à distinção de raças superiores, da inferioridade do papel da mulher na sociedade, da arrogância e imposição de religiões e políticos pregando doutrinas muito longes de um bem comum.

Segundo Baudrillard (2005), todo o discurso sobre as necessidades assenta-se numa antropologia ingênua: a da propensão natural para a felicidade. A felicidade constitui a referência absoluta da sociedade de consumo, revelando-se como o equivalente autêntico da salvação. Questiona, também, que felicidade seria essa que assedia com tanta força ideológica a civilização moderna? Para ser o veículo do mito igualitário, é preciso que a felicidade seja mensurável, que se trate de bem-estar mensurável por objetos e signos do conforto, distanciando-se ainda mais de toda a "festa" ou exaltação coletiva, já que, alimentada por uma exigência igualitária, "se funda nos princípios individualistas, fortificados pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que reconhecem explicitamente a cada um (ao indivíduo) o direito à Felicidade". (p.48).

A facilidade da inconseqüente degradação do meio ambiente, do não respeito ao outro, igual ou diferente, é conseqüência da redução desses conceitos. Isso reflete não somente nas relações de hospitalidade ou à área do turismo, mas sim às demais áreas do conhecimento e práticas do dia-a-dia.

Ao invés do ser humano tentar buscar dentro de si o equilíbrio, ou respostas, ele se atém às condições externas para auferir o "controle", a segurança e a busca da felicidade. As pessoas assim, de geração a geração, se enrijecem numa ótica preservacionista com apego ao objetivo, ao ter. Fecham-se, tornando-se cada vez

mais difícil se abrirem ao outro, se entregarem, receberem, acolherem ou conviverem.

> Os mitos complementares do bem-estar e das necessidades possuem assim uma poderosa função ideológica de reabsorção e supressão das determinações objetivas, sociais e históricas, da desigualdade. Todo o jogo político do *Welfare State* e da sociedade de consumo consiste em ultrapassar as próprias contradições, intensificando o volume dos bens, na perspectiva de uma igualização automática através da quantidade e de um nível de equilíbrio final, que seria o bem-estar social para todos. (BAUDRILLARD, 2005, p.48).

Esses mitos estão muito presentes nos discursos ligados à "indústria da hospitalidade" que visam ao turismo como objeto econômico, entradas de receitas, investimentos, crescimento, "tábua de salvação". Torna-se, assim, difícil a ligação da teoria à prática no setor e a implementação de projetos mais sustentáveis ambientalmente e socialmente, uma vez que os envolvidos esperam resultados e lucros imediatos a qualquer custo.

Valor de troca mercadológica, então, é aquela troca motivada pelo lucro, em que se consome um produto presente no mercado. O contrato é estabelecido simplesmente com objetivo financeiro, de pagamento. A hospitalidade, quando reduzida a treinamento com qualidade para melhor atender o cliente, é vista sob o ponto de vista de *troca mercadológica*, de números, contabilidades e gráficos, enfim, de hospitalidade "comercial". Esse valor é o que predomina muito nas sociedades atuais, nas quais os valores do ter se sobrepõem aos do ser e a relação eu-tu em detrimento das relações eu-coisa. O consumo e o valor monetário regem a sociedade e se sobrepõem nas relações humanas. Essa categoria se torna contrária ao *valor de troca do sujeito.*

A visão não complexa das ciências humanas, das ciências sociais, segundo nos traz Morin, é pensar que, de um lado, está a realidade econômica, de outro a realidade psicológica, de outro a realidade demográfica. Esquece-se de que na economia, por exemplo, existem as necessidades e os desejos humanos. "Por trás do dinheiro, há todo um mundo de paixões, há a psicologia humana. A dimensão econômica contém as outras dimensões e não pode compreender nenhuma realidade de maneira unidimensional". (1990, p.100).

Para Morin, a palavra sujeito é uma palavra muito difícil. Difícil porque como na visão da ciência tudo é determinismo, não há lugar para o sujeito e, consequentemente, para consciência e autonomia.

> Ser sujeito não quer dizer ser consciente; também não quer dizer ter afetividade, sentimentos, ainda que evidentemente a subjetividade humana se desenvolva com a afetividade, com sentimentos. Ser sujeito é colocar-se no centro do seu próprio mundo, é ocupar lugar do eu. (MORIN, 1990, p.95).

Para a análise da hospitalidade, não se pode excluir o sujeito como princípio do estudo. Trata-se de um sujeito inserido numa totalidade de mundo, histórico, com sentimentos, dúvidas, medos, conflitos, oscilando entre prosa e poesia, na busca de completudes para sua existência.

A hospitalidade é uma prática social e humana, na qual os agentes são sujeitos complexos e subjetivos. Daí a importância da teorização da hospitalidade valorizando o sujeito. É o sujeito que acolhe, que é acolhido. São os sujeitos que convivem. É por meio das relações e deslocamentos dos sujeitos que se torna possível a existência da hospitalidade e do turismo.

O dar-receber-retribuir (Mauss, 2002) é analisado em diversas sociedades arcaicas, onde as trocas envolvidas nesses povos ignoravam a hospitalidade como fim comercial, como explicitado anteriormente no capítulo um. O autor dirigiu sua atenção ao estudo dos regimes contratuais e sistema de trocas de populações arcaicas, onde a moral, a ética e o princípio da reciprocidade estavam fortemente presentes. O compromisso interno, de ser humano e de esperar gratidão, é o que está ligado ao doar-se, ajudar, receber. O respeito entre as pessoas, a solidariedade, a obrigação com a ética, a cordialidade são reproduzidas no "fenômeno social total". São coletividades que se abrigam mutuamente, trocam e contratam. As pessoas presentes no contrato são pessoas morais que não trocam exclusivamente bens e riquezas, mas antes de tudo amabilidades, banquetes, ritos, festas.

O que se pode constatar das vivências dos melanésios e polinésios é que já se delineava uma figura bem formada de um regime da dádiva; é uma parte da humanidade, relativamente rica, trabalhadora, criadora de excedentes importantes, que soube e ainda sabe trocar coisas consideráveis, sob outras formas e por razões diferentes das que se conhece na sociedade capitalista.

Nas sociedades estudadas, o autor coloca que tudo se conserva, se confunde. A circulação dos bens acompanha a dos homens, das mulheres e das crianças, dos festins, dos ritos, das cerimônias e das danças, mesmo a dos

gracejos e das injúrias. Se coisas são dadas e retribuídas, é porque se dão e se retribuem “respeitos”.

Mauss nomeia essa relação de respeito e troca como “o sistema das prestações totais”, ou seja, o legítimo *potlach,* que, simplificando, é a própria dádiva em si. A questão do orgulho, explicitado pelo autor no que diz respeito ao povo hindu é uma analogia muito importante no que tange também ao estudo da hospitalidade. A linha de raciocínio é que se a hospitalidade é o ato do encontro, do dar, receber, retribuir; se ela é algo do ser humano, da sociedade, em forma de prestações totais, dificilmente um local vai conseguir ser hospitaleiro se seus próprios moradores não a virem como tal. É o entendimento da enraização da auto-estima dos povos pelo que é seu, e que o que é seu tem valor, que propiciará um entendimento àqueles que estão recebendo num sentindo de querer mostrar sua cultura, seus costumes e raízes.

O turismo, segundo Moesch (2004) é um campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento do sujeito, em tempos e espaços produzidos de forma objetiva, possibilitador de afastamentos simbólicos do cotidiano, coberto de subjetividades, portanto explicitadores de uma estética diante da busca do prazer.

No turismo, ocorre o encontro, a proximidade dos seres e a hospitalidade promove como se dará esse encontro, como será o acolhimento entre os visitantes e visitados. A pergunta: como serei recebido? está presente na maioria das pessoas que viajam. A hospitalidade é interação entre seres humanos, por isso está repleta de aspectos subjetivos, simbólicos e sensoriais. A análise de seus aspectos subjetivos e objetivos, com consistência teórica, torna-se importante para suas práticas.

A categoria *valor de troca do sujeito* exemplifica para a hospitalidade turística a relação ritualística, moral, do outro que tem necessidades mutuamente supridas. Os vínculos sociais que se estabelecem através da reciprocidade de quem recebe e de quem é acolhido – pois se pode fazer distinção nas ações do receptivo turístico, aquilo que faz parte do sistema comercial que é regido apenas pelo contrato e aquilo que é derivado do ser humano no sistema de reciprocidade (dar-receber-retribuir) –, podem estar presentes na hospitalidade turística. É, justamente, a ampliação da teoria sobre o tema que isso poderá ser possível mais frequentemente.

Nem todas as ações turísticas se desenrolam apenas sob a visão do sistema comercial, pois, no processo de acolhimento do outro, mesmo que seja por serviços previamente pagos, são as pessoas, como seres humanos que recebem antes de seus cargos ocupacionais. A hospitalidade sempre foi atributo de pessoas e espaços, e, portanto, a observação deve ser norteada para além do combinado valor monetizável de um serviço prestado, para o que as pessoas e os espaços proporcionam além do contrato previamente estabelecido.

Uma conscientização do que venha a ser a hospitalidade, o resgate de suas práticas histórico-sociais, culturais, internas do sujeito, podem propiciar o engrandecimento das relações humanas também nos ambientes de prestação de serviços, com o reconhecimento e respeito do outro em sua diferença. A hospitalidade familiar, da acolhida ao conhecido (amigos, parentes) pode ser propulsora da hospitalidade turística, mas o importante a destacar é a dificuldade da hospitalidade para com aqueles que nos são estranhos, diferentes.

Benveniste (1995) aborda e resgata terminologias como a dádiva, a troca e a hospitalidade, constituintes de um capítulo riquíssimo do vocabulário indo-europeu.

A idéia de dar, para o autor, poder-se-ia julgá-la como uma idéia simples. No entanto, ela comporta variações bastante singulares nas línguas indo-européias e, de uma língua a outra, contrastes que merecem exame. Além disso, ela se prolonga em noções que não se pensaria em lhe associar. A atividade de troca, de comércio, se caracteriza de uma maneira específica em relação a uma noção que nos parece diferente, ao do dom desinteressado; é que a troca é um circuito de dádivas, mais do que uma operação propriamente comercial. Da troca à compra e à venda, irá se definir uma relação graças ao estudo dos termos empregados para esses diferentes processos e existe, nesse domínio, uma estabilidade lexical bastante grande; os mesmos termos permanecem em uso por longo tempo; muitas vezes não se renovam à diferença do que ocorre com noções mais complexas.

O estudo da etimologia da palavra agrega sentidos antigos e explica ainda mais a complexidade do termo hospitalidade. A historicidade do termo comprova sua importância e a explica nas relações dos povos antigos. O termo de base, latim *hospes,* é um antigo composto *hosti-pet-s*, significando “o senhor do hóspede”. Daí a ligação dos termos *hostis* (inimigo) a *hospes* (hóspede), os quais derivam do sentido de “estrangeiro”, que é também atestado em latim, sendo que estrangeiro favorável é hóspede e estrangeiro hostil é inimigo. Ou, seja, para o autor, nomes

primários ou derivados, verbos ou adjetivos, termos antigos da linguagem religiosa ou da linguagem rural, todos atestam ou confirmam que o sentido original é *aequare,* "compensar, igualar". (BENVENISTE,1995, p.93).

A hospitalidade, segundo o autor, também se esclarece com a referência ao *potlatch*, constituindo uma forma atenuada. Ela se funda sobre a idéia de que um homem está ligado a outro (*hostis* tem sempre um valor recíproco) pela obrigação de compensar um certo préstimo de que foi beneficiário.

Benveniste (1995, p.98) retrata uma cena homérica de um episódio célebre do canto VI da Ilíada, versos 120-236, para ilustrar a hospitalidade numa sociedade antiga:

Glauco e Diomedes, face a face e tentando reconhecer um ao outro, descobrem que seus pais foram ligados por laços de hospitalidade (174). Diomedes então se refere a Glauco:

> Sim, tu és para mim um hospedeiro (xeînos) hereditário e de longo tempo (215)... assim sou teu hospedeiro no coração da Argólida e és o meu na Lícia, no dia em que eu for até esse país. Por isso evitemos ambos o dardo um do outro (224-6)... Troquemos nossas armas, para que todos saibam aqui que nos alegramos em ser hospedeiros hereditários (230-1).

Essa situação, segundo o autor, confere a cada contratante direitos mais fortes do que o interesse comum, nacional; os direitos são em princípio hereditários, mas convém renova-los periodicamente com dons e trocas para que continuem pessoais: é por isso que os parceiros propõem trocar suas armas:

> Tendo assim falado, eles saltam de seus carros, dão as mãos, empenham sua palavra de honra. Mas, naquele momento, Zeus [...] faz Glauco perder a razão, visto que trocando suas armas com Diomedes [...] ele lhe dá ouro em troca de bronze, o valor de cem bois em troca de nove! (232-6).

O episódio é adequado, segundo Benveniste, para evocar as representações que, nessa sociedade, acompanham o tipo de compromisso que chamamos de "contrato". Assim, termos muitos diferentes entre si levam ao mesmo problema: o das instituições de acolhida e reciprocidade graças às quais os homens de um povo encontram hospitalidade em outro povo, e as sociedades realizam alianças e trocas. Constata, assim, uma profunda relação entre essas formas institucionais, e a recorrência das mesmas noções sob denominações por vezes renovadas.

A dádiva não se limita apenas às sociedades arcaicas, pois essas leis não escritas perpetuam-se até hoje nos seres humanos e se manifestam num convite para ir à sua casa, oferecer abrigo e comida a alguém, etc., ou seja, a dádiva acaba desencadeando o processo de hospitalidade, seja ela dentro de casa, seja na atividade turística. O estudo etimológico de Benveniste, quando retrata as origens da linguagem e dos termos que são utilizados até hoje, que são milenares, originados nas culturas gregas, romanas, hebraicas etc., comprova a abrangência de significados que o termo hospitalidade oferece, sempre atrelados aos vínculos sociais da humanidade.

O valor de troca estabelecido é um valor antes de tudo humano, de reciprocidade, de laços sociais e não de fim comercial. A subsistência, a moral e os valores culturais estão acima do mercado de trocas com fins lucrativos. A raiz está na cultura e nas necessidades humanas.

A categoria *valor de troca do sujeito,* então, tem em sua raiz trocas do ser humano, de valor simbólico, de contatos com os sujeitos que recebem e são recebidos, com o outro e com o diferente. Por isso, a hospitalidade turística é carregada de aspectos subjetivos, onde o eu, o sujeito supera a troca mercantil. Os seres humanos, quando se encontram e estabelecem um contato, passam, em alguma situação, a se desvincularem de suas posições ou situações formais a que estão designados, afirmando-se como indivíduos e não somente como prestadores de serviço ou consumidores.

Vivemos numa lógica onde o trabalho, as obrigações, as responsabilidades são dissociadas da felicidade. O cotidiano é visto como algo negativo, e o lazer, as férias são vistas fora do cotidiano. Essa visão faz com que passemos a vida idealizando, externando de nós mesmos a felicidade, pois vivemos do futuro e muitas vezes esquecemos do presente.

Para Morin (2003), o homem habita a Terra prosaicamente e poeticamente. Prosaicamente (trabalhando, visando a objetivos práticos, procurando sobreviver) e poeticamente (cantando, sonhando, gozando, amando, admirando):

> A vida humana é tecida de prosa e poesia. A poesia não é apenas uma variedade de literatura, é também um modo de viver na participação, o amor, o fervor, a comunhão, a exaltação, o rito, a festa, a embriaguez, a dança, o canto, que efetivamente transfiguram a vida prosaica feita de tarefas práticas, utilitárias, técnicas. (MORIN, 2003, p.170).

A civilização ocidental, segundo o autor, separou prosa e poesia. Rarefez e em parte esvaziou as festas em proveito do lazer, noção-sacola que cada um preenche como puder. A vida de trabalho e a vida econômica foram invadidas pela prosa (lógica do ganho, da rentabilidade), e a poesia refugiou-se na vida privada, de lazer e de férias, e teve seu desenvolvimento próprio com os amores, os jogos, os esportes, os filmes e, evidentemente, a literatura e a poesia propriamente ditas.

A prosa, as tarefas práticas, utilitárias e técnicas do homem, fazem parte do valor mercadológico, pois vê no outro um valor utilitário, funcional e economicista. A poesia é o amor, o fervor, a comunhão, o sonho, a festa, o prazer. Ela tenta traduzir as emoções e os sentimentos, faz uso da analogia e da metáfora e permite à alma exprimir-se. Ela tem valor simbólico, do sujeito, da alma, é valor de troca do sujeito. A hospitalidade e o turismo fazem parte da poesia na vida das pessoas. Ela é valor de troca do sujeito, é subjetiva.

> Vale dizer que a política do homem não tem por objetivo apenas "a sociedade industrial evoluída", "a sociedade pós-industrial" ou o "progresso técnico". A política do desenvolvimento, no sentido em que a entendemos, e que comporta dentro dela a idéia de meta-desenvolvimento, requer a plena consciência das necessidades poéticas do ser humano. (MORIN, 2003, p.170).

O padrão de organização do mercado de trabalho atual, na ótica do consumo e da competitividade em que vivemos, minimiza o sentido de valores como a solidariedade, a lealdade e a confiança, que passam a ser entendidos numa lógica diretamente produtiva e mecanicista. Santos (2003, p.97) complementa quando diz: "Os trabalhos de equipe passam a ser cada vez mais efêmeros e as relações humanas, progressivamente, adquirem o mesmo nível de formalidades comerciais".

Segundo Morin (2003), a lógica da máquina artificial se impôs inicialmente na indústria onde, apesar de liberar os músculos humanos dos trabalhos pesados, sujeitou o trabalhador a suas normas mecânicas e especializadas, bem como a seu tempo cronometrizado. A máquina subjugada às necessidades humanas subjugou ao mesmo tempo em que se tornou um apêndice da atividade humana, fez do trabalhador seu apêndice. A lógica da máquina artificial espalhou-se para fora do setor industrial, notadamente no mundo administrativo onde sua organização já estava prefigurada na organização burocrática. Apoderou-se a máquina de numerosos domínios da atividade social.

Essa lógica, quando aplicada ao humano, desenvolve o programa em detrimento da estratégia, a hiperespecialização em detrimento da competência geral, a mecanicidade em detrimento da complexidade organizacional. Isso significa a estrita funcionalidade, a racionalização e a cronometrização que impõem a obediência dos seres humanos à organização mecânica da máquina. Assim, também ocorre o treinamento com qualidade e a robotização do atendimento em detrimento às práticas de hospitalidade do sujeito; a economia em detrimento do meio ambiente e sociedade; o individual em detrimento do coletivo; os interesses políticos em detrimento do bem comum e do ético; as teorias "redondas" em detrimento das complexas e dialéticas; do seguimento de dogmas religiosos em detrimento de algo maior; do apego do sujeito ao exterior em detrimento do autoconhecimento; das certezas em detrimento às incertezas da vida, do conhecido ao desconhecido, que não cause desconforto. Assim sendo, o ser humano estaciona numa praticidade de vida, por ser mais fácil, e não questiona, não quer se incomodar, se expor, em prol de uma máscara societal baseada nas aparências. Foge do afeto, dos conflitos que são bases estruturais do tecido humano. É mais fácil encobrir, não ir a fundo nos sentimentos, nas relações, em prol de uma vida estacionária, tranqüila, mas que não questiona o sistema e que não beneficia os outros. A lógica da supervalorização da máquina, do consumo, do desenvolvimento econômico, ignora o indivíduo vivo e sua qualidade de sujeito e, portanto, as realidades humanas subjetivas.

Conforme relatado no capítulo 1, Boff (2005) resgata a tradição da hospitalidade através de um mito milenar, o de Báucis e Filêmon, onde classifica a hospitalidade por meio das diversas dimensões que ela assume no mito: a sensibilidade, a com-paixão, a acolhida, o oferecer água fresca, lavar os pés, dar de comer e dar de beber vinho. Servir superabundantemente é representado pela sobremesa; oferecer tudo, como o teste da hospitalidade incondicional representa o último pedaço de toucinho que Báucis e Filêmon oferecem aos andarilhos. E, por fim, oferecer a própria cama, que é tão expressivo quanto lavar os pés, dar de comer e beber, completa ao máximo o sinal de benquerença e confiança no outro, alcançando a hospitalidade, sua culminância intransponível. Ou seja, há primeiramente um *acolhimento* por parte de Báucis e Filêmon. Para ocorrer hospitalidade, é necessário primeiramente o acolhimento.

Acolher generosamente, segundo o autor, significa aceitar sem preconceitos e jovialmente o outro como outro, em sua diferença. Como quem vê no outro um próximo, um companheiro de caminhada, um irmão e uma irmã, membros da grande família humana.

Na hospitalidade turística ocorre a transposição do mito de forma diferente, mas com as mesmas necessidades humanas. O turista, visitante, procura, além do que o leva a determinado lugar (como as motivações de viagem: lazer, cultural, religiosa, de negócios, etc.), ser acolhido por aqueles que o receberão. Independente de, na maioria das vezes, haver pagamento pelos serviços prestados, – geralmente de turismo receptivo – prevalecerá como se dará a ação do atendente/ cidadão no processo da troca vivenciada. O sentimento que a pessoa que visita terá em relação ao local, seus costumes e seus habitantes ficam gravados como algo simbólico de sua passada**.**

O acolhimento estabelece-se além do contrato estabelecido entre turista (consumidor) e os serviços prestados. Isso se torna fácil explicar em situações nas quais se vai além do proposto pelo "pacote", como, por exemplo, quando fazemos questão de conhecer e agradecer ao *chef* de cozinha depois de termos saboreado um delicioso prato; quando se atende a um turista num Centro de informações turísticas, além da entrega de folderes e de explicações dos atrativos turísticos locais, pois a pessoa foi roubada, ou perdeu o avião ou precisa encontrar um hotel para passar a noite, mesmo que os hotéis da cidade estejam lotados; quando escrevemos elogios nas pesquisas de um hotel ou restaurante para aquele que nos foi cordial; ou quando fomos atendidos depois do horário do turno da recepcionista por querermos saber mais informações da cidade; ou quando uma camareira trata de nossa roupa como se fosse sua e perde seu tempo de descanso para entregar a peça a tempo; quando também recebemos solidariedade por parte do atendente por nos ter acontecido algo que nos aborrecemos ou entristecemos visivelmente? Não se pode perder a noção de que o ser humano torna-se frágil perante o desconhecido, necessitando ainda mais de acolhimento, e que as situações exemplificadas relatam a marca da solidariedade humana, e isso tudo não está previsto anteriormente ao "pacote turístico" comprado.

Segundo Boff (2005), agora, como nunca antes, faz-se urgente a hospitalidade, a mútua acolhida, a abertura generosa que supõem o despojamento dos conceitos e preconceitos, pois só assim é possível captar as diferenças como

diferenças e não como desigualdade e inferioridade. Essas visões necessárias nos dão conta da singularidade de nosso momento histórico. Mudou a percepção de fundo:

> Somos todos interdependentes; não podemos viver e sobreviver sozinhos sem a comunidade de vida e as demais energias do universo; o destino comum foi globalizado; ou cuidamos da humanidade e do planeta Terra como um todo ou não teremos mais futuro algum. Estamos definitivamente vinculados uns aos outros. (p.29).

O mito relatado pelo autor, por fim, revela que, quando exercida em sua plenitude, a hospitalidade e a *convivência* revelam aquilo que ocultam, ou seja, a lógica do universo e da vida. Hospedar estrangeiros, forasteiros, pobres e necessitados e conviver, mesmo por um momento, com eles, é realizar a estrutura básica do universo. Como diz Boff (2005, p.103), "Ela é feita de teias de inter-retro-relações e de cadeias de solidariedades includentes". Porque complementa, todos os seres foram hospitaleiros uns com os outros, todos puderam chegar até aqui. O universo continua a se expandir e a criar ordens cada vez mais complexas, belas e carregadas de sentido porque todos se comportam como hospedeiros, "co-existem, com-vivem e cooperam para tal produção".

Segundo Santos (2003), as decisões humanas nunca são completamente racionais, estando sempre coloridas por emoções, e o pensamento humano está sempre encaixado nas sensações e nos processos corporais que contribuem para o pleno espectro da cognição. Sendo o ser humano um ser emocional, inseparável de sua racionalidade e sentimentos, não se pode estudar a hospitalidade e o turismo esquecendo do agente principal, o que recebe e o que é recebido, ambos envolvidos num processo de troca que, antes de ser econômica e de valor de "mercadoria comprada", é humana, social.

No turismo, há uma descentralização do sujeito; quando se viaja, para a centralização no outro. O encontro com diferentes culturas faz emergir inúmeras sensações no visitante. Dentro dessas diferentes emoções, ele espera ser bem recebido, pois se a natureza humana foi destinada a conviver uns com os outros, o acolhimento faz parte do ser humano.

Para Boff (2005), a hospitalidade se define sempre a partir do outro, – o desconhecido que bate à porta, o forasteiro que vem de fora, o outro enquanto classe social – ou seja, a hospitalidade, em moldes mais abrangentes, é

incondicional, e ninguém resiste ao olhar suplicante sem ser afetado em sua humanidade. A hospitalidade vem nos proporcionar a superação de preconceitos e confiança, e que, por sua natureza, supõem também generosidade, abertura de coração e sensibilidade pelo desamparo do outro.

Segundo Boff (2006), a hospitalidade abre a porta e acolhe. A convivência permite sentar juntos, coexistir e intercambiar. Uma é tão importante quanto a outra, pois se prolongam e se completam. Normalmente a hospitalidade é por um tempo determinado, pois ninguém fica hóspede de alguém permanentemente. Surge, então, a convivência, como situação permanente ou de longa duração. A virtude da *convivência* é categoria central da fase planetária da humanidade.

Através da história do bom samaritano (Lc 10, 30-38), o autor explica um pouco sobre o que vem a ser a *convivência*:

> Descia um homem de Jerusalém a Jericó. Pelo caminho caiu nas mãos de assaltantes. Estes, depois de lhe tirarem tudo e de o espancarem, foram embora, deixando-o quase morto.
> Por acaso, desceu pelo mesmo caminho um sacerdote. Vendo-o, desviou-se dele.
> Do mesmo modo, um levita, passando por aquele lugar, também o viu e passou adiante.
> Mas um samaritano, que estava de viagem, chegou até ele. Quando o viu, sentiu compaixão. Aproximou-se, tratou das feridas, derramando nelas azeite e vinho. Depois colocou-o em cima de sua própria montaria, conduziu-o à hospedaria próxima e cuidou dele.
> Pela manhã, tirando do bolso duas moedas de prata, deu-as ao hospedeiro e disse-lhe: "Cuida dele e o que gastares a mais, na volta te pagarei".
> "Quem destes três te parece ter-se tornado o próximo daquele que caiu em poder dos assaltantes?, perguntou Jesus. O interlocutor respondeu: "Quem usou de misericórdia para com ele".
> Então Jesus sentenciou: "Vai e faze tu o mesmo". (BOFF, 2006, p.18).

A *convivência* envolve aproximar-se, ver, compadecer-se e cuidar, daí a utilização dessa passagem bíblica para absorção do sentimento de *convivência*. Há que se entender o conceito de convivência não como uma definição fechada, mas como uma visão com contornos claros, visão que significa o resultado final de processos de aproximação e de conhecimento do outro e do diferente.

Segundo Boff (2006), o outro representa sempre um desafio, seja pela estranheza que provoca, seja pelo fato de não ser alguém do nosso mundo, um desafio de compreensão e deciframento. Compreender o outro supõe, na medida do possível, a superação da distância que nos separa dele. Trata-se de estabelecer uma ponte entre dois que se consideram mutuamente diferentes.

> Quando abordamos a hospitalidade consideramos a acolhida, a escuta, o diálogo entre outros passos como formas de compreensão que possuem um lado intelectual e também um lado prático de acercamento. Na medida em que se supera o estranhamento e se afastam os medos, nesta mesma medida se abre uma via de compreensão viva e concreta [...] Assumida essa atitude, entra-se na fase da observação participante e comprometida que é sempre uma estrada de duas mãos. Um se interessa pelo outro. Apresentam-se mutuamente e acontece a reciprocidade. (BOFF, 2006, p.29).

Para o autor, como a filologia da palavra *convivência* claramente sugere, trata-se de uma vivência vivida sempre com os outros (com) e jamais sem os outros. Vivência que não deve ser tomada, em primeiro lugar, como um dado psicológico, como uma moção da psique e da mera subjetividade humana. Ela comporta tudo isso, mas vai muito além, pois envolve todo o ser humano em todas as suas dimensões, para além daquela meramente psicológica. Vivência deriva de conviver e de coexistir. Con-viver e co-existir são modos de ser globalizantes e inclusivos. É conseqüência da vida, tomada em sua plena complexidade, partilhada junto com outros, coexistindo com eles e participando dinamicamente de suas vidas, de seu sentido de ser, de suas lutas, de suas buscas, de suas derrotas e de suas vitórias. Nessa *convivência,* dá-se o aprendizado real como construção coletiva do saber, da visão de mundo, dos valores que orientam a vida e das utopias que mantêm aberto o futuro. A convivência não apaga nem anula as diferenças. Ao contrário, é a capacidade de acolhê-las, deixá-las ser diferentes e, mesmo assim, viver com elas e não apesar delas.

> Esse sentimento de comunhão que envolve a espiritualidade, o amor e o afeto, geralmente, não entra nas análises sociológicas e políticas de quem maneja categorias da tradição crítica, estruturalista e sistêmica. Estas vêem o funcionamento do sistema, mas não têm olhos para perceber os atores concretos, carregados de emoção e de sentido humano, sem os quais o sistema não funcionaria. É nesse âmbito de percepção que ganha relevância o fenômeno da comunhão como a densidade maior da convivência. (BOFF, 2006, p.37).

Devido a este olhar é que a realidade nos mostra a supervalorização das análises estatísticas e econômicas do turismo. Os livros e manuais de atendimento com qualidade da “indústria da hospitalidade”, como se que os sujeitos envolvidos não fossem pessoas, mas máquinas ou objetos ou números.

Para Boff (2006), *a convivência* mostra sua realidade concreta e força de coesão através da festa e da celebração. Uma comunidade não vive apenas de lutas e coexistências, mas também da festa e da celebração. É condão da festa aparar diferenças, tolerar arestas, colocar em parênteses, por um momento, os conflitos e fortalecer o sentimento de pertença e de familiaridade. A festa, para o autor, não é lugar para discussões e elaboração de estratégias e táticas. Deve ser o mundo das excelências, o momento da celebração da vida, das lutas, das vitórias e da pura gratuidade de estar juntos. É esse momento em que a convivência pode ganhar sua irradiação maior, uma verdadeira aura mágica que potencia o sentido de vida comunitária e reforça as razões de viver junto e de junto construir um mundo que valha a pena.

Assim como a festa, o turismo também pode alavancar a *convivência* e pode ser analisado sob olhar de hospitalidade humana, sob o encontro de culturas. No turismo ocorrem trocas entre os diferentes (visitantes e visitados), proporcionando a hospitalidade, a aceitação e o respeito do outro, do desconhecido.

A convivência, para Boff, se estende às dimensões cósmicas:

> Somos resultado de um processo evolucionário de bilhões de anos. Em nós atuaram e atuam energias que sustentam o cosmos, que sustentam o cosmos, que sustentam cada célula de nosso corpo e cada vibração de nossa mente e de nosso coração. Conviver com o cosmos é entrar em sintonia sutil com ele, com sua grandeza e complexidade, com sua beleza aterradora e integridade. (2006, p.42).

Ainda para o autor, devemos conviver com nossas dimensões de sombra: pessoais, grupais e coletivas. "Ao lado do *sapiens sapiens* somos também *demens demens*" (2006, p.42), pois carregamos dentro de nós dinamismos de exclusão e de ódio que convivem com as dimensões de inclusão e de amorosidade. Eles sempre coexistem dentro de nós. Cabe ao trabalho civilizatório de cada povo com sua cultura manter sob controle as sombras, não permitir que os mecanismos de destruição ganhem hegemonia e produzam sua obra de devastação e morte.

> Importa criar mais e mais espaço para a luz para que ela imponha limites à sombra, embora conscientes de que jamais poderemos espancá-la totalmente. Temos que conviver com nossos demônios, mas também sob a vigilância de nossos anjos benfazejos. Isto significa que sempre haverá tensões e conflitos em toda convivência. Esta nunca é um dado, mas um feito a ser construído continuamente. Esta coletiva não elimina as rupturas, mas obriga a construir continuamente formas civilizadas e não violentas de equacionamento. (BOFF, 2006, p.43).

Para Boff, é indispensável o respeito diante de cada pessoa humana, de outros povos, de suas culturas, tradições, religiões e diante de cada ser. As pessoas têm dificuldade em acolher os que simplesmente nos causam estranheza e nos desagradam.

> A convivência, o respeito e o pluralismo inevitável do encontro das culturas no processo de globalização não abolem conflitos e tensões que ocorrem entre pessoas e grupos. Nem todas as coisas agradam a todo mundo. Nem todas as filosofias de vida e religiões respondem aos anseios das pessoas e das comunidades concretas. Há dimensões culturais de outros povos que não só são diferentes dos de nossa cultura, mas até são opostos, especialmente no que se refere aos hábitos familiares, à relação para com a mulher e às visões de moral sexual. Como se comportar face a tais diferenças? Na história elas provocaram conflitos e até guerras. Esse caminho nunca trouxe paz e entendimento entre os povos. Antes, deixou o estopim do ressentimento e da vontade de vingança. Hoje se impõe, como nunca antes, o espírito de tolerância. Caso contrário, assistiremos esgarçamentos do tecido da sociedade civil mundial com conseqüências funestas para o convívio e para o respeito necessário. (2006, p.76).

Segundo Marías (2003), a liberdade é uma das condições essenciais, se não a maior, da convivência, ou seja, é necessário aceitar os diversos tipos de teses, propósitos e atitudes. A mentira causa um dano irreparável às relações de convivência, viola os direitos da realidade, e para o autor, se examinassem um pouco mais detalhadamente os grandes males que afligiram a humanidade, ver-se-ia que em sua origem está quase sempre a mentira. Outra condição imperativa da convivência é a vontade de não prejudicar os outros, favorecer seu mal e também a redução da agressividade ao mínimo, falar sem caluniar, sem insultar. O conserto pode estar em evitar a rudeza mental, dos pensamentos.

> Enquanto a concórdia e a convivência se mantiverem, tudo poderá ocorrer bem; podem-se cometer erros, mas têm conserto; podem ser corrigidos, ou ao menos compensados, talvez com outros erros de outro caráter. O mau é quando se cometem erros sempre na mesma direção, que é o que ocorre nas tiranias e nos totalitarismos, que às vezes se disfarçam com uma roupagem democrática. (MARÍAS, 2003, p.203).

Santos (2003) coloca que, no momento em que o mundo se globaliza, aproximando as diferentes raças, culturas e crenças, torna-se de primordial importância aprender a respeitar, reconhecendo o direito de todos a habitar este planeta e ser flexível para lidar com a diversidade da espécie humana, sem o

autoritarismo de querer eliminar o diferente, acreditando na validade somente do seu próprio modo de ser. E para o autor, o início dessa atitude começa na sala de aula, com a prática da flexibilidade para lidar com a diversidade humana.

É disponibilizando um ensino mais totalizador, em que o entendimento de sermos seres, uma parte, que fazemos parte de um todo, que o individualismo e o egoísmo podem ser minimizados no mundo. É um processo que faz parte desde o início do conhecimento, da educação e das relações.

> A necessidade da convivência tem-lhe (ao homem) desenvolvido o amor, sentimento este que se desdobra em solidariedade, cooperação, amizade, confiança, as quais, por sua vez, possibilitam a vida social e identidade em relação a outros seres do planeta, tornando prazerosa a existência em grupo. (SANTOS, 2003, p.98).

Valores e ideais utópicos, se plantados aos poucos, são muito importantes no existir futuro das pessoas. A explicação de ter-se utilizado de teorias de cunho espiritual, religioso, social é devido ao ser humano não ser dissociado. Ele é um todo, que possui emoções e sentimentos e dificilmente separável de sua vida profissional e particular. Vive numa totalidade repleta de elementos contraditórios, convive com opostos (objetividade, subjetividade, prática, teoria) e tenta buscar, na sua história, o entendimento para complementação de sua existência.

Receber pessoas, mesmo que por meio de trabalho remunerado, como no caso da hospitalidade turística (que envolve profissionais da área que estão diretamente em contato com os turistas, como os atendentes dos hotéis, de informações turísticas, dos restaurantes, do comércio, da área de transporte, etc.), muito além do treinamento profissional que essas pessoas venham a ter, o entendimento da hospitalidade como algo do ser humano será fundamental para as futuras e atuais práticas hospitaleiras.

Nem tudo é negociável no que diz respeito aos laços dos indivíduos. O ser humano é um ser social e precisa um do outro para sobreviver, o que implica acolhimento. Todos os seres foram hospitaleiros uns com os outros, todos puderam chegar até aqui. Nós fomos acolhidos pela natureza, pelos nossos pais e *acolhemos* aos outros necessitados filhos ou não. O universo continua a se expandir e criar ordens cada vez mais complexas, belas e carregadas de sentido porque todos somos hospedeiros, co-existimos e *convivemos*. Isso é fato, mesmo com a existência de tantas calamidades.

Ao co-existir *convivemos* num *espaço*. *Espaço,* para Castells (1997) é expressão da sociedade: não é uma fotocópia, é a sociedade em si. As formas e os processos espaciais estão determinados pela dinâmica da estrutura social geral, que incluem tendências contraditórias, derivadas dos conflitos e estratégias existentes entre atores sociais, que põem em jogo seus interesses e valores opostos. Ademais, os processos sociais conformam o espaço a atuar sobre o entorno construído, herdado de estruturas socioespaciais prévias.

Como efeito, o *espaço* é tempo cristalizado. O autor o aborda como um produto material, em relação a outros produtos materiais, incluindo as pessoas que participam em determinadas relações sociais (históricas) e que demarcam nos *espaços* uma forma, uma função e um significado social. O *espaço* seria o suporte material das práticas sociais, que divide o tempo. É necessário quebrar com a premissa do suporte material das práticas simultâneas em relação à noção de contigüidade/ proximidade do tempo, para dar conta da possibilidade da existência de suportes materiais da simultaneidade que não se baseiem na contigüidade física, caso das práticas sociais dominantes na era da informação.

Nas sociedades modernas, segundo Castells (1997), o tempo de trabalho remunerado estruturou o tempo social. O número de horas trabalhadas e sua distribuição em ciclos vitais e em ciclos anuais, mensais e semanais das vidas dos sujeitos são uma marca ventral do modo em que sentem, desfrutam ou sofrem.

Para Santos (1982), o *espaço* humano é fato histórico, e somente a história da sociedade mundial, aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem, pois a história não se escreve fora do *espaço* e não há sociedade a-espacial. As mudanças históricas conduzem a mudanças paralelas da organização do espaço. “O *espaço*, ele mesmo, é social”. (p.10).

Daí, segundo o autor, a categoria Formação Econômica e Social parece ser a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Essa categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação às forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta.

O *espaço* submete-se às mutações da experiência histórica que se impõem como continuidades que fluem e invadem a percepção da existência e dos valores culturais, a interferir nos comportamentos e nas opções dos sujeitos nas tramas de todos os dias, constituindo a busca de novas experiências, por meio das viagens, segundo Moesch (2000).

Também interferem diretamente no encontro, pois são complexos e possuem vida e história. São *espaços* de *acolhimento*, *espaços* de hospitalidade influenciados pelos confrontos e estratégias existentes entre sujeitos históricos e culturais, que receberam e recebem. Diferentes *espaços* numa mesma cidade, *espaços* de *convivência* de atores sociais, *espaços* materiais repletos de subjetividades. Espaços com raízes culturais distintas que absorvem e representam o modo de agir, de *acolher*, de *conviver* das pessoas.

Para Maffesoli (2001) *imaginário* é a relação entre as intimações objetivas e a subjetividade. Se opõe, no geral, ao real, ao verdadeiro. O *imaginário* seria uma ficção, algo sem consistência ou realidade, algo diferente da realidade econômica, política ou social, que seria palpável, tangível.

Para o autor, há proximidade entre cultura e *imaginário*. A cultura, no sentido antropológico dessa palavra, contém uma parte de imaginário. Mas ela não se reduz ao imaginário. É mais ampla. Da mesma forma, o imaginário não se reduz à cultura. Tem certa autonomia. A cultura é um conjunto de elementos e de fenômenos passíveis de descrição. O imaginário tem, além disso, algo de imponderável. Ele é ao mesmo tempo mais do que essa cultura, "é a aura que a ultrapassa e a alimenta". (2001, p.76). É o estado de espírito que caracteriza um povo. Não se trata de algo simplesmente racional, sociológico ou psicológico, pois carrega também algo de imponderável, um certo mistério da criação ou da transfiguração.

> A cultura pode ser identificada de forma precisa, seja por meio das grandes obras da cultura, no sentido restrito do termo, teatro, literatura, música ou, no sentido amplo, antropológico, os fatos da vida cotidiano, as formas de organização de uma sociedade, os costumes, as maneiras de vestir-se, de produzir, etc. O imaginário é uma força social de ordem espiritual, uma construção mental, que se mantém ambígua, perceptível, mas não quantificável. (MAFFESOLLI, 2001, p.75).

Para o autor, o *imaginário* é sempre coletivo, ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo. O *imaginário* pós-moderno, por

exemplo, reflete o que ele chama de tribalismo. Ele é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado – nação, de uma comunidade, etc. O *imaginário* estabelece vínculo. É cimento social. Logo, se o imaginário liga, une numa atmosfera, não pode ser individual.

O mundo imaginal, para Maffesoli (1996, p.133) é constituído por meio de um conjunto de imagens, imigrações e símbolos que constroem a vida social, ou seja, um *imaginário*, limitado pelo sociocultural, mas com um espaço de autonomia criativa.

Segundo o autor, não é a imagem que produz o *imaginário*, mas o contrário. A existência de um *imaginário* determina a existência de um conjunto de imagens. A imagem não é suporte, mas resultado. Todo tipo de imagem: cinematográficas, pictóricas, esculturais, tecnológicas. Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc. O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens. Há um *imaginário* parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc.

A postura intelectual adequada, para Maffesoli (1996), quando se é confrontado com uma cultura nascente – que é sempre instável, complexa, o que na maior parte do tempo traduz-se por uma eflorescência de mitos, uma multiplicidade de imaginários dificilmente explicáveis por simples procedimentos racionalistas –, é favorecer ao seu conhecimento, preocupando-se com a verdade. São esses momentos que tornam a dar importância à aparência das coisas. Seja na ordem do político, do religioso ou da simples organização social, ligando, cada vez mais, ao que essas coisas são nelas mesmas, em vez da racionalização a *posteriori.*

O *imaginário*, mesmo que seja difícil defini-lo, segundo o autor, apresenta um elemento racional, ou razoável, mas também outros parâmetros, como o onírico, o lúdico, a fantasia, o imaginativo, o afetivo, o não-racional, o irracional, os sonhos, enfim, as construções mentais potencializadoras das chamadas práticas:

> De algum modo, o homem age porque sonha agir. O que chamo de "emocional" e "afetual" são dimensões orgânicas do agir a partir do espírito. Evidentemente que a prática condiciona as construções do

> espírito, mas estas também influenciam as práticas. (MAFFESOLI, 2001, p.77).

Segundo o autor, o *imaginário* também é a aura de uma ideologia, pois, além do racional que a compõe, envolve uma sensibilidade, o sentimento, o afetivo. Em geral, quem adere a uma ideologia imagina fazê-lo por razões necessárias e suficientes, não percebendo o quanto entra na sua adesão outro componente, que chama de não-racional: o desejo de estar junto, o lúdico, o afetivo, o laço social, etc. O *imaginário* é, ao mesmo tempo, para Maffesoli, impalpável e real.

O imaginário, para o autor, funciona pela interação. Por isso, a palavra interatividade faz tanto sentido na ordem imaginária. Há processos interacionais que criam aura. Há sempre uma parte de razão, de ideologia, de conteúdo, no processo descrito, mas também uma alquimia um tanto misteriosa que detona, em certas situações, uma interação. Esse momento de vibração comum, essa sensação partilhada, eis o que constitui um imaginário. Mesmo os campos mais racionais, como as das esferas política, ideológica e econômica, são recortados por imaginários. O imaginário tudo contamina.

> O imaginário político trabalha a argumentação através de um arsenal de mecanismos emocionais, como os símbolos de um partido, as datas que devem ser comemoradas, os heróis e mitos que devem ser lembrados, os ritos que precisam ser atualizados. O marketing, em política, resume o cruzamento da razão – o planejamento publicitário racional – com a valorização do emocional. De resto, toda a publicidade funciona assim. (MAFFESOLI, 2001, p.78).

Segundo o autor, fazer do *imaginário* uma instância necessariamente revolucionária significa dar-lhe um estatuto que, por mais nobre, o limita. Há, mais uma vez, rigidez nessa apropriação. Desaparece, justamente, a autonomia do *imaginário*. O *imaginário* coletivo repercute no indivíduo de maneira particular. Cada sujeito está apto a ler o imaginário com certa autonomia. Porém, quando se examina o problema com atenção, vê-se que o imaginário de um indivíduo é muito pouco individual, mas, sobretudo grupal, comunitário, tribal, partilhado. O *imaginário* é determinado pela idéia de fazer parte de algo. Partilha-se uma filosofia de vida, uma linguagem, uma atmosfera, uma idéia de mundo, uma visão das coisas, na encruzilhada do racional e do não-racional.

Para Gastal (2005), imagens e *imaginários* sempre andaram juntos, daí sua importância para o turismo. Enfrentar o desconhecido, ou simplesmente adentrar o

novo, causa uma certa instabilidade nas pessoas em relação a ele, sentimentos que serão materializados de diferentes maneiras em diferentes momentos históricos.

Para a autora, se viajantes preenchem os territórios ou lugares desconhecidos com seus imaginários sobre eles, de certa maneira o mesmo se dá com os nossos desejos, sobre os quais nem sempre temos clareza e que, assim, se transformam, também eles, em espaços a serem preenchidos pelos *imaginários*.

Para Maffesoli (2001), a religação alimenta todas as formas menores do sagrado que florescem nas sociedades. Isso pode incitar-nos a pensar que, além e aquém das diversas racionalizações e legitimações políticas, há, no fundamento de todo estar-junto, um conglomerado de emoções ou de sentimentos partilhados.

Assim, no processo de hospitalidade, ocorrem *imaginários*. Eles se criam entre as pessoas que se encontram, trocam, e eles regam as expectativas quanto aos *espaços* conhecidos e desconhecidos.

O *imaginário* coletivo possibilita também a inserção de um determinado paradigma numa sociedade. Ele pode ser responsável por uma imagem criada ou pré-conceitos estabelecidos de uma determinada cultura, sociedade. Ele é complexo e ultrapassa o limite da verdade ou inverdade, e ele poderá contribuir, enquanto categoria de análise desta pesquisa, fundamentar e tentar desvelar a relação da cidade de Caxias do Sul com suas práticas hospitaleiras, por meio do recorte da Festa da Uva.

Para ocorrer a hospitalidade, é necessário primeiramente *acolher*. O encontro, as trocas humanas se dão num determinado *espaço*, onde as pessoas *convivem* e daí emergem complexos sentimentos, olhares e diferentes *imaginários* no contato com o outro, com o diferente. O mais difícil é acolher e conviver com o que nos é estranho, pois a hospitalidade para aquele que é conhecido é muito mais fácil. A conscientização da hospitalidade como *troca do sujeito*, humanizadora, vivenciando e não tecnicizando suas práticas, poderá modificar a concepção do receber turístico sob a visão apenas de *troca mercadológica.* Isso, numa concepção de mundo, de ecossistema, possibilitará o respeito e o encontro das diferentes culturas existentes no planeta que, mesmo “globalizadas”, nunca estiveram tanto em conflito.

2.3 Estratégia metodológica

A opção por uma metodologia qualitativa dialética para esta pesquisa significa esforço para apreensão do singular em seus limites/ possibilidades e contradições/ mediações articulados à totalidade mais ampla, tornando produtiva a associação de idéias antagônicas que são, também, complementares.

A investigação visa recuperar o conceito de Hospitalidade, o desvelamento de seus diferentes usos, e os conceitos já existentes na literatura descritos por diferentes autores. Compreende movimentos reflexivos, sistemáticos e críticos, objetivando estudar aspectos da realidade como fonte de conhecimento, numa atitude de busca de constante superação, incluindo as reconstruções das categorias**:** *valor de troca do sujeito, valor de troca mercadológica, imaginário, espaço, acolhimento e convivência*. Este é o objetivo epistemológico deste trabalho.

Espera-se, dessa forma, contribuir para o conhecimento e para a reconstrução das práticas de hospitalidade e sua complexidade.

A finalidade deste estudo é ir além da aparência do tema hospitalidade, é fundamentar conceitos já existentes e criar novos, sendo, portanto, uma pesquisa teórica. Nesse sentido, o aprimoramento de fundamentos teóricos tem em vista o entendimento daquilo que se inclui na designação de hospitalidade, levando-se em conta suas polêmicas e acordos, seus conteúdos explícitos e implícitos, contribuindo, assim, na reconstrução da teoria da hospitalidade.

Tendo em vista os objetivos do trabalho, a pesquisa qualitativa é a que melhor se adequa para seu desenvolvimento, uma vez que seu enfoque central, segundo Minayo (1997), está nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e representações sociais, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se nas ações e relações humanas, um lado perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, como na natureza da pesquisa quantitativa.

Na pesquisa qualitativa, segundo Goldenberg (1999, p.14), a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado,

mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória.

Segundo Triviños (1987, p.132), na pesquisa qualitativa existe pouco empenho por definir operacionalmente as variáveis. Elas são apenas descritas e seu número pode ser grande, ao contrário do que apresenta o enfoque quantitativo, preocupado com a medida delas e a verificação empírica das hipóteses. Não é preocupação da pesquisa qualitativa a quantificação da amostra.

A pesquisa qualitativa tem caráter exploratório sobre algum objeto, lida com aspectos subjetivos e atinge motivações não explícitas, ou mesmo não conscientes. Essas características relacionam-se também com o objeto de estudo do presente trabalho, configurando-se como a abordagem mais apropriada.

Entre os tipos de pesquisa qualitativa, o estudo de caso é muito relevante, pois é uma categoria de pesquisa, segundo Triviños (1987, p.133), cujo objeto é uma unidade que se analisa aprofundamente. Na presente pesquisa, se investigou a concepção de hospitalidade utilizando como estudo de caso a cidade de Caxias do Sul – RS com recorte para análise a Festa da Uva, como espaço reproduzido.

O estudo de caso, segundo Goldenberg (1999, p.33), supõe que se pode adquirir conhecimento sobre o fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. É uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. Reúne o maior número de informações detalhadas, por meio de diferentes técnicas de pesquisa, com o objetivo de apreender a totalidade de uma situação e descrever a complexidade de um caso concreto. A autora ainda complementa: através de um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado, o estudo de caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida pela análise estatística.

Segundo Bruyne (1977), o estudo de caso reveste-se de uma análise intensiva, empreendida numa única ou em algumas organizações reais, reunindo informações numerosas e detalhadas com vistas a apreender a totalidade de uma situação. Por isso, recorre-se a técnicas de coleta das informações igualmente variadas, como observações, entrevistas e documentos. Nessa posição, o investigador estará pessoalmente implicado a um nível de um estudo aprofundado de casos particulares. Ele aborda o seu campo de investigação a partir do interior.

A sua “atitude compreensiva” pressupõe uma participação ativa na vida dos sujeitos observados e uma análise em profundidade do tipo introspectivo.

O motivo da escolha da cidade de Caxias do Sul deve-se ao fato de ser natural desta cidade e querer entender e contribuir para análises mais aprofundadas sobre as práticas de hospitalidade, processos históricos, sociais e turísticos da cidade.

No caso da presente pesquisa, o estudo de caso concreto possibilitará analisar como se encontram presentes e expressas de forma particular – todas as categorias propostas – *valor de troca do sujeito, valor de troca mercadológica, imaginário, espaço, acolhimento e convivência.* Para a investigação proposta, o estudo de caso escolhido (Caxias do Sul/Festa da Uva), propicia como recorte da totalidade, representações das relações e contradições que não se mostram na aparência do fenômeno da hospitalidade, mas estão presentes na expectativa do sujeito produtor desta hospitalidade, por suas ações, histórias pessoais, condições de vida. Desse contexto, será preciso categorizar, fazer um exercício teórico de análise - síntese de dedução, para descobri-las, compreendê-las e saber atuar entre elas. O objeto de análise deverá corresponder a uma unidade abrangente que expresse práticas de hospitalidade e de seu imaginário social através da história da cidade.

O desenvolvimento da trajetória da investigação compreenderá os movimentos previstos por Triviños (1987, p.138), na técnica de triangulação da coleta de dados.

A técnica da triangulação, segundo o autor, tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social.

Segundo a técnica de triangulação, e supondo que estamos estudando sujeitos determinados, o interesse deve estar dirigido aos *processos e produtos centrados no sujeito*; em seguida, *aos elementos produzidos pelo meio em que está inserido o sujeito* e que têm a incumbência em seu desempenho na comunidade e, por último, *aos processos e produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural* do macroorganismo social no qual está inserido o sujeito.

Na presente pesquisa, os processos e produtos centrados no sujeito

correspondem a um recorte dos cidadãos caxienses: as pessoas fontes escolhidas para a entrevista em sua relação social, histórica, cultural ou turística com a cidade; os elementos produzidos pelo meio do sujeito será representada pela análise da reprodução da Festa da Uva ao longo dos anos; e os processos e produtos originados da estrutura sócio-econômica e cultural em que os sujeitos estão inseridos podem ser analisados pela cultura do trabalho, pelo processo de desenvolvimento do capitalismo e da industrialização da cidade.

O processo de investigação percorreu:

- um inventário provisório das próprias idéias, indicando a direção da pesquisa e incluindo as origens do interesse pela temática;

- o resgate crítico da produção teórica, buscando identificar perspectivas de análise inicial;

- o recorte da totalidade mais ampla explicitada a partir de condições já existentes e de uma prática anterior;

- a coleta de informações junto a pessoas fontes que representam o processo econômico, social, cultural e turístico de Caxias do Sul;

- o inventário do ideário dos entrevistados sobre hospitalidade; dificuldades, avanços, contradições e mediações relativas à proposta de hospitalidade - prática humanizadora;

- o recorte de análise: Festa da Uva como espaço de reprodução da concepção e práticas de hospitalidade caxiense.

2.3.1 Movimentos básicos da investigação

CONTEXTUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA

REFERENCIAL TEÓRICO INICIAL

ITENS BÁSICOS DA ENTREVISTA

- caracterização da hospitalidade como prática –sócio- cultural
- avanços da hospitalidade
- concepção de hospitalidade
- contradições entre cultura do trabalho e hospitalidade
- o papel da Festa da Uva no processo de hospitalidade caxiense.

ITENS BÁSICOS DO ROTEIRO DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

- historicidade
- o processo econômico e suas influências na cultura
- as contradições entre o discurso e as práticas de hospitalidade.

TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

- leitura global exploratória
-leituras sucessivas de cada entrevista
-identificação dos indicadores potenciais dos temas

DISCUSSÃO DE CUNHO DIALÉTICO A LUZ DO REFERENCIAL TEÓRICO QUANTO:

- à historicidade
- à concepção de hospitalidade
- às dificuldades da hospitalidade na sociedade industrial/capitalista
- aos avanços
- às contradições e mediações
- às relações objetivas e subjetivas
- às práticas socioculturais

SÍNTESE CONCLUSIVA

PROPOSIÇÃO DE PONTOS REFERENCIAIS PARA RECONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE HOSPITALIDADE

Para a investigação da pesquisa foi utilizada entrevista semi-estruturada, que segundo Triviños (1987), as perguntas fundamentais que as constituem, em parte, no enfoque qualitativo, não nasceram a priori. Elas são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas.

A escolha das pessoas entrevistadas se deve ao fato das diferentes e importantes relações que possuem com a cidade, seja em nível histórico, econômico, social, turístico ou cultural. Foram entrevistados sete sujeitos com formação acadêmica em nível de pós-graduação, com produção intelectual e na maioria professores universitários, escritores sobre temas culturais, econômicos e históricos, com análises da cidade de Caxias do Sul. A faixa etária dos sujeitos entrevistados varia entre 50 a 80 anos. Todos são residentes na cidade a muitos anos. Os sujeitos entrevistados serão identificados como sujeito A, B, C, D, E e F.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Por ser um questionário aberto, houve a interação do pesquisador no desmembramento das perguntas feitas no desenrolar dos diálogos. Os sujeitos escolhidos são um dos tripés da técnica de triangulação de dados explicitada na metodologia deste trabalho. Além desses sujeitos que representam os “processos e produtos centrados no sujeito” a presente pesquisa também utilizará dados da dissertação de Dartora (2005) a qual trata de uma pesquisa realizada com trabalhadores no setor hoteleiro da cidade de Caxias do Sul, com foco no imaginário desses sujeitos na relação da cidade com o Turismo.

Foram dados os seguintes passos quanto às entrevistas: transcrição; leitura das entrevistas e demarcação de unidades temáticas; criação de uma estrutura de categorias temáticas tendo por base as questões da entrevistas e os conteúdos emergentes nas entrevistas durante a leitura; identificação das unidades temáticas nas entrevistas e análise propriamente dita.

O objetivo principal desta pesquisa é reconstruir fundamentos teóricos sobre a concepção de hospitalidade como um processo de ênfase voltada a um saber-fazer humano, contrapondo ao reducionismo estabelecido em suas práticas mercantis. E isso será possível à luz da dialética histórico-estrutural analisando e relacionando os fatos apresentados no quadro de referência teórico e estudo de

caso escolhido.

A concepção da dialética histórico-estrutural é um modo de perceber a realidade e de possibilidade de modificá-la, transformá-la. O fato de sermos históricos faz com que não possamos desvincular a existência de um fenômeno social, sem raízes culturais e históricas e sem ligação com a realidade social. Partindo desse pressuposto, pretende-se avançar sobre o tema Hospitalidade, rompendo os limites impostos e contribuindo para um saber-fazer turístico.

> Em qualquer processo histórico, existe sempre algum elemento fundamental (objetivo e subjetivo) invariante, que influi no desenvolvimento do acontecimento e que implica de uma determinada forma o rosto dos elementos integrantes. Todavia, esta tendência não surge nem se mantém de forma passiva, sendo como uma opção que se impõem sobre outras possibilidades, que, portanto, são usadas por ele. Como os acontecimentos não se detêm, a tendência dominante é de enfrentarmos as novas condições e o surgimento de outras opções que, por sua vez, negam e que se impõem atualmente. Esta relação de confrontação permanente entre opções opostas ou distintas origina a transformação contínua dos processos históricos. (MOESCH, 1999, p.150).

Assim, os objetivos perseguidos por este projeto são:

1. Demonstrar a importância, complexidade e abrangência da hospitalidade para o turismo;
2. Desvelar o reducionismo que é dado à hospitalidade atualmente por meio de conceitos empíricos, sinonimizando-a à gestão hoteleira, indústria e qualidade no atendimento;
3. Reconstruir as categorias constituintes da hospitalidade a partir da DHE e concepções da teoria da complexidade, através das práticas de hospitalidade na cidade de Caxias do Sul.

E as questões de pesquisa possibilitadoras da construção deste trabalho são:

a. O processo de transformação das trocas dos sujeitos por trocas mercadológicas desumanizou as práticas de hospitalidade ao longo do tempo?

b. O desenvolvimento econômico supervalorizando o capitalismo através do tempo ocasionou uma transformação de hospitalidade como prática social, lúdica e cultural, em um serviço dentro do sistema turístico?

c. Qual o imaginário que atores sociais de Caxias do Sul tem sobre a hospitalidade caxiense?

d. Que fatores influenciaram/influenciam no desenvolvimento do turismo e na concepção e práticas de hospitalidade de Caxias do Sul?

e. Quais as práticas de hospitalidade possibilitadas pela Festa da Uva e quel sua contribuição para a construção da imagem da cidade de Caxias do Sul como hospitaleira?

A análise do conteúdo das entrevistas com a descrição do estudo de caso escolhido e o recorte representando o espaço reprodutor, a Festa da Uva, serão abordados no capítulo 3.

No terceiro capítulo também serão analisadas as evidências coletadas pelas entrevistas e documentos permitindo a aplicação e verificação das categorias propostas, visando a reconstrução conceitual do objeto de estudo.

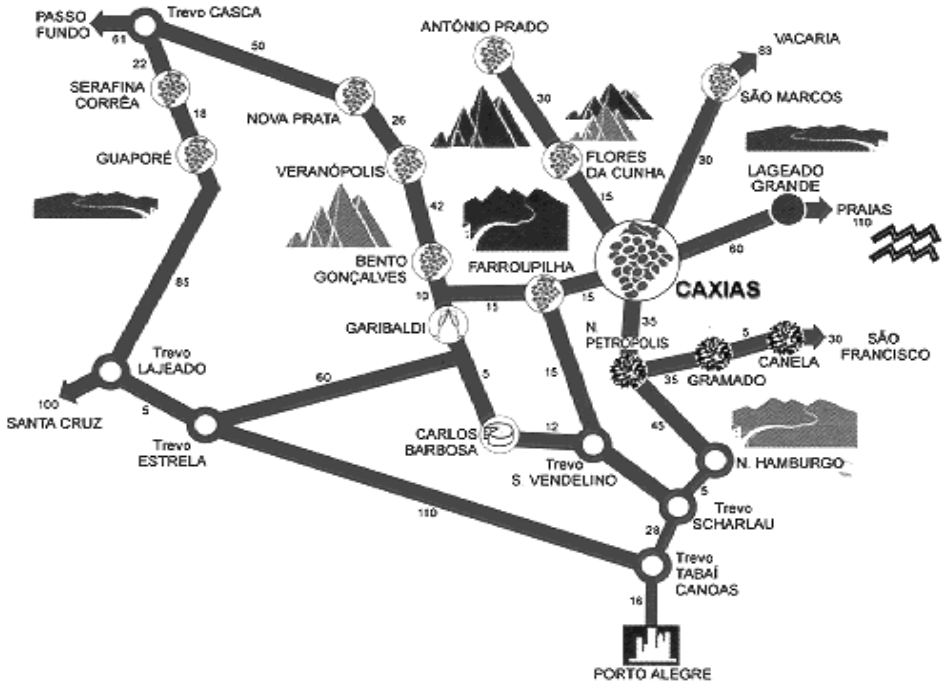
3 HOSPITALIDADE: A DIALÉTICA DE SUAS PRÁTICAS

3.1 O mapa das práticas de hospitalidade

O município de Caxias do Sul está localizado na Serra Gaúcha, região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 127 quilômetros da capital do Estado, Porto Alegre, no extremo sul do Brasil.

Mapa do Brasil com destaque em amarelo para o Estado do Rio Grande do Sul (fonte: www.mj.gov.br).

Mapa da Região onde Caxias do Sul está situada (fonte: www.mj.gov.br).



Sua área corresponde à área formadora do Planalto de Vacaria e encontra-se, a "grosso modo" (BOLSANI, 1992, p.47) entre os rios Caí, ao Sul; Antas e São Marcos, ao Norte; Bururi e Arroios Joá, Dois Irmãos e Raposo, a Leste; e os arroios Herval e Ouro, a Oeste.

A latitude sul é de 29º 10'25"e longitude oeste é 51º 12'21". Ocupa uma área territorial de 1.644.00 km², que corresponde a 0,55% da área do Estado. (IBGE 2006).

A altitude varia de 760 a 800 metros acima do nível do mar. O clima é subtropical de altitude com variação de temperatura de –1,4ºC a 33,6ºC durante o ano, sendo que a média se situa ao redor dos 16º. Além disso apresenta chuvas periódicas com precipitação pulviométrica de 250,65 mm por ano, com invernos frios e verões com temperaturas bem agradáveis. Há ainda, como característica, a ocorrência de geadas (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Possui densidade de 25º,65 hab/km² (IBGE 2006), estando estruturado em seis distritos: Fazenda Souza, Santa Lúcia do Piai, Vila Seca, Vila Oliva, Vila Cristina e Criúva, e quatro regiões administrativas urbanas: Ana Rech, Galópolis, Forqueta e Desvio Rizzo.

Os principais acessos são pelas rodovias BR 116 e RS 122.

A população da cidade, segundo o IBGE (2006), é de 412.053 habitantes, com taxa de crescimento de 3,05% ao ano, sendo que 92,5% encontram-se na zona urbana e 7,5% na zona rural.

Caxias do Sul é um dos principais centros econômicos do Estado, com um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 8 bilhões (FEE/RS). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aponta a cidade como 6ª colocada em qualidade de vida do Rio Grande do Sul e em 16º no ranking nacional (PNUD ONU, 2000). Já no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), a cidade é a primeira colocada entre os municípios do Estado. O IDESE é o resultado da agregação de quatro blocos indicadores: domicílio e saneamento, educação, saúde e renda (FEE, 2003).

A economia de Caxias do Sul está constituída por um universo de aproximadamente 28.310 estabelecimentos industriais, comercias e de serviços (CIC 2006).

Somente o setor industrial participa com um número estimado de 5.895 empresas e, dentre elas, 1.759 constituem o pólo metal-mecânico do município. Toda essa economia emprega aproximadamente 123.281 trabalhadores. Desse total, 58,33% no setor industrial, gerando aproximadamente 61,96% PIB de Caxias do Sul; 33,22% no setor de comércio varejista, atacadista e de serviços; e 4,82% na agricultura. Tudo isso faz com que a economia do município seja a terceira do Estado do RS, com 5,89% do PIB estadual (FEE/RS).

A renda per capita do município é de aproximadamente US$ 9.307, enquanto a renda per capita do Estado está no patamar de US$ 4.700. Em outras palavras, vale dizer que a renda de Caxias do Sul é 50% maior que a renda do RS. A massa salarial anual é de US$ 460.000,00. (CIC, 2002)

O peso maior da atividade industrial está concentrado no segmento metal-mecânico, um dos mais dinâmicos e diversificados do Brasil. É o segundo maior pólo do RS, ficando atrás somente da região metropolitana de Porto Alegre.

Apesar de esse pólo estar localizado distante dos principais centros consumidores do país, a indústria local consegue colocar seus produtos a preços bastante competitivos, disputando mercado com fornecedores privilegiados geograficamente.

Na área de bens de capital, o município abriga um dos cinco maiores fabricantes de carrocerias para ônibus do mundo e é também um dos maiores fabricantes de veículos e implementos rodoviários da América do Sul.

Dentre os segmentos industriais pode-se destacar: material de transporte, metalúrgica, mecânica, material elétrico/eletrônico, material plástico, madeira, mobiliário, têxtil, vestuário, produtos alimentícios, bebidas, editorial e gráfico e construção civil.

Com o resultado de um parque industrial competitivo, Caxias do Sul apresenta permanente superávit na sua relação de negócios com o mercado externo, colocando produtos de qualidade e atualizados tecnologicamente nos vários continentes. Quanto ao comércio, a cidade possui uma atividade intensa e diversificada, sendo a segunda do Estado.

Segundo a CIC (2002), o espírito empreendedor da cidade se traduz em várias ações.São muitos os grupos empresariais locais que buscam parceiros no exterior, enquadrando-se dentro da nova visão de globalização da economia.

O setor primário de Caxias do Sul destaca-se pela presença marcante da atividade agropecuária, cuja característica é a de pequena propriedade. Os principais produtos são: uva, maçã, pêssego e alho. Também há a criação de frangos, perus e bovinos. A área de serviços pode ser comparada a das grandes metrópoles. São mais de 10.000 empresas de serviços na cidade como as de telefonia, televisão, rádio, hospitais, universidades, faculdades e centros técnicos (FEE/RS).

Caxias do Sul responde por uma das economias mais sólidas e reconhecidas do Brasil e do exterior, constituída por 61,96% de indústrias, 33,22% do comércio e serviços e 4,82% da agricultura (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

De acordo com o Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS (Ministério do Trabalho 2003) –, Caxias do Sul concentra uma empresa para cada 14,04 habitantes, ficando próximo ao índice da região de maior empreendedorismo do mundo, conhecido como Arco Alpino, região que engloba o Centro, Norte e Nordeste italiano além do noroeste da Alemanha e parte da França e Suíça, onde existe uma empresa para cada 10 habitantes (CIC, 2004).

3.2 A reprodução do capitalismo e a construção da cidade

A expansão do capitalismo, no final do século XIX, foi o contexto sobre o qual se desenrolou a história da imigração européia para o Brasil e, mais especificamente, para o Rio Grande do Sul. Em território brasileiro, especialmente nas lavouras cafeeiras, os imigrantes europeus gradativamente substituíram a mão-de-obra escrava que vinha tornando-se escassa e cara desde a abolição do tráfico com a África em 1850.

Segundo Herédia (1993), o resultado do processo de colonização do Rio Grande do Sul foi extremamente original, uma vez que os italianos trouxeram de seu país uma soma de experiências que permitiu a construção de uma nova sociedade, baseada nas condições naturais encontradas e no forte desejo de vencer. A posse da terra foi o grande estímulo do querer progredir e da luta pela manutenção da propriedade, mantida pela força familiar, o que permitiu a esse imigrante transformar o núcleo colonial numa zona de comércio e de indústria.

Apesar da situação diversa da antiga pátria, a mentalidade do colono imigrante encontrava raízes bem definidas, que se manifestaram nos valores morais, na família, no trabalho e na religião. A identidade enfraquecida pelo abandono da pátria renascia como reprodutora de uma cultura a ser valorizada nas gerações subseqüentes.

Para Iotti (1996), a unificação política da península itálica desempenhou o papel de uma revolução burguesa, porém apresentou características diferentes das demais ocorridas na Europa. Foi resultado de uma aliança política entre as forças detentoras do poder econômico, que excluíram do processo os trabalhadores pobres e a pequena burguesia.

> A emigração, portanto, tem suas raízes fundadas no processo de implantação do capitalismo na Itália, no qual os emigrantes desempenharam um duplo papel. Por um lado, foram objetos e, por outro, atuaram como sujeitos deste processo. Mas o fenômeno emigratório italiano foi, acima de tudo, o resultado da ação de um Estado liberal rumo ao desenvolvimento de relações capitalistas. A estratégia empregada garantia a manutenção da estrutura socioeconômica e dos privilégios das camadas que o apoiavam: burguesia e proprietários de terra. Os custos deveriam ser pagos pelos excluídos do poder, ou seja, pela massa de trabalhadores pobres. Expulsos do processo produtivo nacional, milhares de italianos foram obrigados a buscar, em outros países, as condições de vida que a Itália lhes negava. (IOTTI, 1996, p.40).

Assim, segundo a autora, os interesses capitalistas determinaram a condução da política emigratória, que variou de acordo com a pressão exercida pelos vários setores econômicos do país, entre os quais podem ser citados os latifundiários, armadores, industriais e comerciantes.

O Estado italiano, fiel representante das classes dominantes, encontrava-se diante da eminente ameaça de conflitos sociais, por isso era preciso encontrar uma saída que garantisse a manutenção dos privilégios das camadas que o apoiavam.

Paralelamente, o Imperador D. Pedro II resolveu trazer ao Sul imigrantes italianos. Em 1875, chegaram a Porto Alegre as primeiras famílias vindas da Itália; foram levados para o antigo Porto Guimarães, hoje cidade de São Sebastião do Caí; subindo o rio Caí, chegaram ao chamado "Campo dos Bugres".

Em solo gaúcho, a política imigratória justificava-se pela necessidade de colonização e povoamento. A experiência positiva com a imigração teuta possibilitou o surgimento de novos núcleos coloniais que seriam ocupados por imigrantes italianos. Estes núcleos foram organizados na Encosta Superior do

Nordeste, região formada por terras devolutas, delimitadas pelos Campos de Cima da Serra e pela região dos vales, de colonização alemã. A opção por esta área coube ao governo da província que, em 1869, decidiu pela ocupação do território mais tarde denominado Região Colonial Italiana.

> A colonização do Rio Grande do Sul foi fundada sob o regime da pequena propriedade. Os pequenos proprietários de terra tornaram-se pequenos produtores que, através da mão-de-obra familiar, iniciaram a história da zona colonial com muito trabalho e esforço. (HERÉDIA, 1993, p.38).

A organização dos trabalhos coube aos órgãos governamentais responsáveis pela identificação e exploração das terras, medição, demarcação e recepção dos imigrantes nas colônias. Nas sedes das colônias a responsabilidade pelos trabalhos ficava a cargo da Diretoria da Colônia, subordinada a Inspetoria Especial de Terras e Colonização. No caso do Rio Grande do Sul, sediava-se em Porto Alegre, e esta, por sua vez, subordinava-se à Inspetoria Geral de Terras e Colonização do Rio de Janeiro.

A estrutura administrativa, prevista pela Lei de Terras de 1850 e legislação posterior, era mantida pelo trabalho de engenheiros, agrimensores, desenhistas, topógrafos, tradutores e escriturários e sustentou a criação na região da serra gaúcha, entre 1872 e 1875, de três colônias: Colônia Caxias, Colônia Dona Izabel (Bento Gonçalves) e Colônia Conde D'Eu (Garibaldi). A área compreendida de cada uma das colônias era de 4 léguas quadradas ou 174.200.000 metros, dividindo-se em lotes rústicos e lotes urbanos (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Tais lotes situavam-se dentro das denominadas Linhas ou Travessões, conhecidos como caminhos traçados no meio da mata, com seis a 13 quilômetros de extensão, que serviam como divisores dos lotes. Os travessões agrupados formavam as léguas. Contudo, nem todas as léguas possuíam o mesmo tamanho e mesma quantidade de travessões, diferenciando-se em decorrência da topografia dos terrenos.

Dentro dessas linhas e travessões, surgiam os lotes. Os denominados lotes rústicos ou rurais possuíam uma extensão, conforme a legislação, entre 22 e 25 hectares. Na prática, contudo, seu tamanho era ainda mais variado tendo alguns lotes até 80 hectares. Mesmo assim, eram lotes pequenos se comparados àqueles destinados aos imigrantes alemães e às extensas sesmarias do período colonial

brasileiro. Valorizava-se, dessa forma, a formação da pequena propriedade rural cuja principal força de trabalho era a familiar, destinada à produção de bens para subsistência e abastecimento do mercado interno.

Os denominados lotes urbanos possuíam menor extensão do que os lotes rurais e tinham seu tamanho determinado pela proximidade da sede ou do centro da colônia. A sede da colônia ou área determinada como urbana, previamente planejada, reservava locais para logradouros públicos, escolas, igrejas, administração pública e destinava áreas para o comércio e a instalação de pequenas fábricas.

O assentamento dos imigrantes nas colônias italianas obedeceu a critérios ordenados de ocupação do território com a criação de áreas rurais e de áreas urbanas e a um projeto que contemplava a expansão econômica e a autonomia administrativa dos núcleos de colonização.

> Durante muito tempo, por falta de estradas e de outras formas de comunicação, as colônias italianas permaneceram como uma espécie de ilha em relação às demais sociedades existentes no Estado. O isolamento rural a que se viram submetidos favoreceu a projeção por muitas décadas, de seu modo de vida peculiar, baseado na pequena produção agrícola independente, na economia familiar de subsistência e, culturalmente baseada na relação de coesão do mundo rural com a igreja. (RIBEIRO, 1998, p.25).

A história de Caxias do Sul começa antes dos italianos, ainda quando a região era percorrida por tropeiros e ocupada por índios. A ocupação por imigrantes italianos, em sua maioria camponeses da região do Vêneto (Itália), deu-se a partir de 1875, localizando-se inicialmente em Nova Milano. Estes imigrantes, por sua vez, buscavam um lugar melhor para viver, no entanto, encontraram por aqui lombardos, trentinos e outros. Mesmo que tivessem ganhado auxílio do governo, como ferramentas, alimentação e sementes, esse auxílio teve que ser reembolsado aos cofres públicos.

Embora o povoamento efetivo da região tenha iniciado em 1876, já dois séculos antes os jesuítas tinham tentado cristianizar esta zona. Por vários motivos as reduções fracassaram, e os índios continuaram sua vida semi-nômade, daí o nome original de Campo dos Bugres, porque encontraram ali vestígios de antigo acampamento.

O Governo Imperial era responsável pelo transporte oceânico, divisão e distribuição dos lotes com 63 hectares de área para cada família, abertura de estradas para as novas colônias, ferramentas e sementes. Como os lotes eram muito grandes, gradativamente foram reduzidos para 44, 30 e 25 hectares. Estes lotes eram pagos no prazo de 5 e 15 anos.

> Através dessa política, o governo imperial pretendia povoar as terras devolutas do Nordeste do Rio Grande do Sul com a instalação do trabalho livre, o regime de pequena propriedade, a agricultura subsidiária, a mão-de-obra branca, assegurando a hegemonia nas regiões de fronteiras. (HERÉDIA, 1997, p.31).

A longa e dura viagem dos imigrantes italianos começava pela travessia do Atlântico, realizada em navios sobrecarregados e em jornadas com duração de quase um mês. No Rio de Janeiro, após a quarentena na Casa dos Imigrantes, os imigrantes, em barcos a vapor, rumavam até Porto Alegre. De Porto Alegre, seguiam até Montenegro, São Sebastião do Caí ou Rio Pardo. A subida em direção à serra gaúcha demorava de dois a três dias, a pé, no lombo de animais ou em carretas. Nas colônias, os imigrantes eram abrigados em barracões, onde, com suas famílias, aguardavam, normalmente por muito tempo, até seu destino final e principal objetivo: a terra, sua terra para plantar.

A conquista do sonho de *far la Mérica* exigia muito esforço. A mata virgem tinha de ser desbravada, a casa para morar tinha de ser construída e a terra preparada para receber as primeiras sementes. Nessa fase, enquanto esperavam o resultado das primeiras colheitas, o pinhão, a caça e a coleta, a comercialização da madeira e, eventualmente, o trabalho assalariado e periódico na abertura de estradas e caminhos ajudaram a afastar a fome.

> Era preciso conquistar a terra pelo trabalho. Trabalhar para viver e trabalhar para pagar a terra. Nos depoimentos de imigrantes, o sonho de colheitas abundantes e as facilidades de plantio que e velha Itália não podia mais oferecer seria concretizado na serra gaúcha, através de muito trabalho. Um trabalho estafante, recompensado por colheitas fartas em uma terra ainda virgem.
> Plantava-se de tudo, trigo, milho, arroz, feijão, batata, cebola etc. Desenvolviam-se pomares, criavam-se suínos e gado pasteiro para retirar o leite. A mesa tornou-se menos pobre, a casa mais confortável, mantinha-se, com austeridade, a prole que se tornava numerosa.
> Na Mérica, o imigrante italiano venceu o medo da fome, dos baixos salários, do alto aluguel da terra, tristes lembranças da pátria mãe. Apesar

> de todas as dificuldades iniciais a América era de fato uma terra farta e generosa. (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Um ano depois, no local onde hoje está localizada a sede, estavam instalados dois mil colonos, que foram distribuídos em 17 léguas pela Comissão de Terras. A área da Quinta, Sexta e Sétima Léguas era chamada Campo dos Bugres, conforme já mencionado, para onde, mais tarde, foi transferida a sede dos lotes coloniais, devido a seu rápido crescimento.

Os lotes dos “Fundos de Nova Palmira”, colônia fundada pelo Governo Imperial, foram povoados a partir de 1875. Imigraram para lá famílias inteiras e também alguns jovens.

Em 1877, como homenagem a Duque de Caxias, foi denominada "Colônia de Caxias". Embora as condições geográficas fossem favoráveis, os materiais eram deficientes, mas prevaleceu a vontade de vencer dos colonos era superior a tudo. No ano seguinte, já contava com uma população de 3851 habitantes composta principalmente de italianos, mas também de imigrantes portugueses, alemães, poloneses e espanhóis.

Em 12 de abril de 1884, com a anexação da Colônia Caxias ao município de São Sebastião do Caí como seu 5º distrito, seu nome mudava para Freguesia de Santa Tereza de Caxias. A categoria de Freguesia designava a menor divisão administrativa das províncias e cidades portuguesas (e como tal foi adotada também no Brasil Imperial) e, ao mesmo tempo, denunciava que aquela localidade sediava uma paróquia. O que de fato acontecia, Caxias, naquela época, desligava-se da Paróquia de São João do Hortêncio de Feliz e sediava a sua própria, a Paróquia de Santa Tereza.

Em 20 de junho de 1890, por ato do governo estadual (Ato n°257), o então distrito de São Sebastião do Caí foi emancipado, ou seja, tornou-se município, e passou a denominar-se Vila de Santa Tereza de Caxias. Naquele mesmo ano, em 06 de novembro, tornou-se Comarca Judicial. Dessa forma, o Termo de Santa Tereza de Caxias, ficaria então divido em três distritos: a sede na Vila de Santa Tereza de Caxias, o distrito de Nova Trento e o de Nova Milano.

Em 1895, as linhas do telégrafo cruzavam a Vila de Caxias, retirando-a de seu isolamento. Alguns anos depois, em 1906, era inaugurada a primeira rede telefônica e, em 1910, Santa Tereza de Caxias integrava-se ao número significativo

de municípios rio-grandenses ligados pela viação férrea. Em 1º de junho de 1910, Caxias festivamente inaugurava sua estação ferroviária. Na mesma data, o Decreto nº 1607, eleva a vila à condição de cidade, simplificando seu nome para Caxias.

Em 1901 é criada a Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul, embrião da futura e atual CIC (Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul).

Em 1913, a iluminação elétrica chegava a Caxias, iluminando as casas e ruas e oferecendo à cidade a energia que movimentava o progresso. Outra modificação na denominação da cidade seria realizada através do Decreto nº 720, de 29 de dezembro de 1944, que, além de fixar nova divisão territorial, acrescentou ao nome da cidade, um elemento indicador de sua posição geográfica. Dessa forma, adota a denominação de Caxias do Sul.

Em 1934 é criado o Bispado de Caxias do Sul, com a posse do primeiro Bispo, Dom José Barea, culminando, em 1936, com a consolidação da Igreja Católica em Caxias do Sul e região.

Para Giron (1977, p.69), na história administrativa de Caxias do Sul, é possível constatar três fases distintas: a fase colonial, de 1875 a 1884, dirigida pela comissão da terra; a fase distrital, 1884 a 1890, com a administração dividida por São Sebastião do Caí e a comissão; fase municipal, de 1890 até hoje.

Vários ciclos econômicos marcaram a evolução do Município ao longo do século XX. O primeiro deles está ligado ao traço mais forte da sua identidade: O cultivo da videira e a produção de vinho. Num primeiro momento, para consumo próprio e mais adiante, para comercialização.

Apesar de terem sonhado com a terra prometida, os italianos que aqui chegaram encontraram grandes dificuldades. As colônias para onde eles foram destinados eram de terras ainda virgens de difícil acesso, e o caminho era todo percorrido a pé, com os filhos nas costas e pouca bagagem.

Os imigrantes eram, na sua maioria, agricultores que buscavam sua própria terra para cultivar, já que, no seu país de origem, a propriedade era privilégio somente de uma pequena parcela da população. Outros, porém, possuíam outras profissões. Instalaram-se na região, urbanizaram-na e deram início a um acelerado processo industrial.

> O ideal desses imigrantes seria, portanto, a terra virgem e promissora, onde pudessem construir com as próprias mãos o seu lar, uma existência desembaraçada, uma pátria nova para si e seus filhos. (LAZZAROTTO, 1982, p.50).

> Chegados ao destino, ali os aguardava o mais completo desabrigo, atirados que foram ao mato e à intempérie. Não fosse o pinhão e a caça muitos morreriam de fome. A chegada de novas levas, nas mesmas condições, agravava a situação. (p.57).

Na zona rural, instalou-se a agricultura de subsistência que se concentrava na produção de uva, trigo e milho, começando a industrialização em nível doméstico. Todo o excedente era comercializado. No início, era a uva e o trigo. Com o correr do tempo, diversificou-se a indústria caseira para, juntamente com o processo humano da colônia, a ampliação do leque de manufaturados, das pequenas oficinas caseiras, às grandes indústrias de hoje, internacionalmente conhecidas.

Foi o milho, porém, a base de sustentação da agricultura colonial italiana. Este fato se justifica visto que a polenta era o principal alimento consumido por este imigrantes no seu país de origem:

> Na nova terra, essa refeição era muitas vezes acrescida de folhas de salada, um copo de vinho e, quando possível de complementos como o queijo, ovos, salame, etc. (HERÉDIA, 1997, p.55).

Segundo Herédia (1993), os colonos usavam o sistema de exploração de terra, baseado na rotação de terras e não na rotação de culturas, como era comum no modelo de agricultura europeu, visto que os indígenas desta região, os primeiros habitantes destas terras, alimentavam-se à base dos pinheiros nativos e seus frutos. Com o tempo, os imigrantes italianos alteraram o sistema de plantio, devido aos contatos com os alemães situados na parte superior da Encosta da Serra. Entretanto, não havia preocupação nenhuma com a proteção à natureza, nem defesa contra a erosão.

Em 1878, a Colônia Caxias possuía 3.849 habitantes, a maioria deles agricultores. Apesar desse perfil, na sede, agrupavam-se algumas casas comerciais e pequenas fábricas, como funilarias, carpintarias, marcenarias, olarias, ourivesarias, ferrarias, moinhos, seleiros, sapatarias e alfaiatarias, responsáveis pela produção de bens de consumo que caracterizavam a auto – suficiência da colônia.

Contudo, nos primórdios da colonização italiana, prósperas foram as casas comerciais, conhecidas como armazéns de secos e molhados, local onde se

encontrava de tudo, desde tecidos e artigos de perfumaria até ferragens e produtos provenientes da colônia. O crescimento econômico da Colônia foi rápido e pode ser medido pelo expressivo número de casas de negócios. Em 1883, existiam na Colônia Caxias 93 estabelecimentos comerciais para uma população de 7.359 habitantes. Um número impressionante se considerarmos que, em 1878, existiam somente três casas desse gênero.

As casas de negócios e os pequenos artesãos, na zonas urbanas e no interior dos travessões, assumiam relativa importância na vida da Colônia, como centros de informações e de trocas. Eram os lugares para onde se dirigiam os colonos com suas mercadorias e de onde saiam com insumos para sua produção e gêneros para seu consumo. Gradativamente, os produtos da Colônia passaram a ser vistos como possibilidades de negócio.

Havia imigrantes e descendentes em outros locais do estado e do país, que possibilitaram o surgimento de um mercado para produtos como vinho, graspa, banha, queijos e embutidos. Assim, coube ao comércio a tarefa de colocar a produção colonial em mercados consumidores potenciais. Os mesmos tropeiros e cargueiros, condutores de tropas de animais e de cargas que abasteciam a Colônia com gêneros e bens de consumo mais sofisticados do que aqueles assegurados pela produção local, levavam, em suas bruacas e canastras, o produto do trabalho do colono.

Paralelamente, a policultura de subsistência logo seria superada em área de plantio pela monocultura mercantil. A indústria da transformação dos produtos agrícolas, entre eles, o trigo, a uva, o linho e a seda, cresceriam significativamente, sendo que grande parte do capital investido nessas atividades seria gerado pelas trocas comerciais.

Apesar das diversas culturas empregadas pelos colonos, a viticultura era a atividade mais lucrativa. Inicialmente se restringia ao consumo doméstico, mas, com a ascensão das vinhas, tornou-se o principal produto comercial da região.

Em 1910, quando a cidade passou a se comunicar com a capital do Estado, através da estrada de ferro, a produção do vinho tornou-se ainda mais significativa e foi responsável pela inserção de Caxias do Sul no mercado nacional consumidor deste produto. Em 1936, existiam várias cantinas que vendiam o vinho para outros estados brasileiros.

Além dos italianos, que plantavam e colhiam uva e produziam o vinho para a região, os imigrantes portugueses utilizaram essa cultura e fizeram dela um de seus principais ofícios: o da tanoagem, a arte de fazer os barris onde se guardava a bebida.

Seguindo o processo de desenvolvimento, Caxias do Sul logo passou do sistema de agricultura de subsistência, com mão-de-obra familiar, para uma agricultura comercial que abrangia o mercado local e regional. Foi em conseqüência desse período de transição que o comércio caxiense e, mais tarde, a indústria deram seus primeiros passos.

Assim, a cidade se transformou em um centro de intensa produção agrícola de intercâmbio cultural entre as colônias, e o artesanato foi sendo substituído pelo processo industrial.

Segundo Herédia (1993), alguns imigrantes italianos e seus filhos conseguiram penetrar no mercado de São Paulo diretamente já em 1900, como foi o caso de Abramo Eberle e Pieruccini, com a venda de vinho e graspa. A relação entre as colônias e os mercados era efetuada pelo comerciante ao controlar a produção do agricultor. À medida que o comerciante enriquecia, os colonos ficavam mais dependentes. As contas aumentavam nas cadernetas abertas pelos colonos, não bastando os poucos produtos da colônia entregues na venda para suprir os débitos. As casas comerciais se fortaleciam, e os colonos cada vez mais diminuíam a capacidade de desenvolvimento interno da produção de pequena propriedade.

O comerciante era conhecido por todos e possuía um considerável prestígio social no meio colonial. Com o passar do tempo e o crescimento da colônia, a venda se torna o ponto mais importante para a vida econômica local.

A circulação era antes baseada na troca de mercadorias, um processo limitado, já que a maioria dos colonos plantava os mesmos produtos. Com o acúmulo de capital, através do início da comercialização do excedente, os colonos passam a conceber o lucro como seu principal objetivo.

A agricultura de subsistência já não se adequava ao crescimento econômico do local. O modelo da pequena propriedade esgotava-se, e a zona urbana atraía um novo contingente de trabalhadores. O processo de substituição da agricultura para o comércio explicaria, mais tarde, a substituição do comércio pela indústria:

> Desta forma, pode-se analisar que à medida que os colonos imigrantes deixaram de produzir apenas para a subsistência e passaram a produzir excedente de produtos agrícolas, transformaram a agricultura colonial em um dos elementos formadores do capital comercial, possibilitando, através dessa acumulação, novos investimentos direcionados à indústria. (HERÉDIA, 1997, p.59).

À medida que o processo industrial se expandia, o artesanato tendia a desaparecer, apesar de alimentar ainda as pequenas empresas familiares. Com o passar dos anos, o aumento do excedente de mão-de-obra foi sendo canalizado para a indústria regional, o que contribuiu para a desvalorização da produção agrícola e da subordinação do colono ao capital. O fracionamento da propriedade, a política agrícola, o baixo preço dos produtos agrícolas, a evasão e o êxodo rural foram reflexos desse processo.

Caxias do Sul transformou-se rapidamente em um forte centro de produção agrícola e de intenso comércio, sendo o entreposto entre os Campos de Cima da Serra, as colônias do nordeste do Estado e a capital. Essa função lhe deu certa autonomia perante as cidades vizinhas e, ao mesmo tempo, fortaleceu a rede de seu comércio, garantindo sua expansão econômica decorrente de seu crescimento urbano e principalmente da sua agricultura.

Na virada do século (1900), a vila de Santa Tereza já apresentava feições urbanas. Para uma população de 16.000 habitantes, havia 168 casas comerciais e 204 oficinas. Na avenida Júlio de Castilhos (atual via principal do centro econômico da cidade) concentrava-se a maior parte dos negócios.

A força do comércio se manifestou através da Associação de Comerciantes (atualmente Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul – CIC), fundada em 1901, a qual passou a defender os interesses do setor, não apenas da sede urbana, mas praticamente os interesses da pequena propriedade da região, dos produtos agrícolas no mercado, dos preços, das condições de troca, interferindo até na escolha dos trajetos das estradas que beneficiariam o comércio da região. Defendeu sempre os interesses dos colonos refletindo a íntima ligação atribuída pela organização dos comerciantes à agricultura.

A Associação manteve sempre um papel dinâmico, demonstrando que a Colônia de Caxias tinha todas as condições de enfrentar o mercado regional e de questionar as regras impostas por ele e pelo Estado.

Em 1902, segundo Herédia (1993), a produção agrícola e industrial se sustentava no "vinho, banha de porco, erva-mate, salame, presunto, cevada, centeio, trigo, milho, feijão, aguardente de cana-de-açúcar, mesas serradas, cerveja, linho, seda e legumes. O valor aproximado das exportações nessa data foi de dois mil e quinhentos contos de réis. Nesse período, a Colônia já contava com uma série de atividades artesanais que revelavam a organização inicial do núcleo, ressaltando a atividade de troca, a transformação do produto agrícola em comercializável.

Levando em consideração que a maioria dos colonos era composta de agricultores, devido à exigência da política imigratória em uma das cláusulas dos contratos da imigração subsidiada, existia uma grande diversidade de profissões, o que leva a supor a experiência diversificada do trabalho artesanal desses imigrantes. Essa vocação se fez presente com o surgimento das fábricas de oficinas que se especializaram na produção do vinho, no trabalho da madeira, na conservação de alguns alimentos e no desenvolvimento da fundição.

Em 1882, a vila já possuía uma fábrica de cerveja, uma de sabão, várias oficinas de ferreiro, coreiro, latoeiro, relojoeiro, carpinteiro, barbeiro, sapateiro. Havia 73 moinhos e uma população de 7.259 habitantes. (Herédia 1993, p.45).

Com a chegada da ferrovia na cidade, em 1910, a estrada de ferro, ligando a colônia à capital do Estado e transportando mercadorias, favoreceu a queda no custo e também o aumento do volume de produtos que poderia ser carregado. Antes da estrada de ferro, as mercadorias eram transportadas por tropas de mulas ou cavalos, mas parte da produção apodrecia nas colônias mais distantes, e outra parte estragava durante a longa viagem até o mercado consumidor. Além disso, foi eliminada a intermediação dos comerciantes alemães que antes era indispensável, pois as mercadorias eram escoadas até São Sebastião do Caí, onde se encontrava uma grande comunidade desses imigrantes. Através do trem, as casas comerciais da cidade passaram a receber produtos como cal, areia, açúcar, café, bacalhau e outros.

Com o tempo, o surgimento das oficinas, segundo Herédia (1993), foi um fenômeno comum provocado pela expansão do comércio e investimento do mesmo, como se constata nos dados oficiais, sendo que, em 1919, Caxias já possuía 235 indústrias e 186 casas comerciais.

Também no período, logo após essa época, com a melhoria dos meios de comunicação, foi possível a expansão dos produtos pelo interior do Estado com maior rapidez e melhores preços, o que, juntamente com todo o processo de industrialização, ocasionaria, mais tarde, o desaparecimento de algumas atividades artesanais como a ferraria, a sapataria e a marcenaria entre outras.

Foi na década de 1930 que as casas comerciais se fortaleceram, e muitos dos comerciantes locais acumularam riquezas com a venda de mercadorias que não eram produzidas pelos moradores. A vida na colônia, a partir de então, passou a ser regida pelas transações monetárias. Os produtos que sustentavam as vendas eram aqueles que não podiam se fabricados pelos colonos, como tecidos óleo, sal, ferramentas, louças e lampiões. As casas comerciais também passaram a vender óleo diesel e gasolina com a chegada do primeiro automóvel. Nesse ano, o município de Caxias apresentava um total de 325 estabelecimentos comerciais. Na indústria, o número era de 190 em 1930 e 280 em 1932, sendo que as principais indústrias eram a têxtil, a metalúrgica, a de madeiras e a de alimentos. Muitas estavam voltadas ao beneficiamento de produtos agrícolas.

Além da função de suprir a colônia de produtos excedentes das lavouras e de outros artigos que não eram fabricados ali, as casas comerciais exerciam papel de bancos e hospedaria para tropeiros, caixeiros-viajantes e cargueiros. Esses estabelecimentos, além dos armazéns de Secos e Molhados, muito populares na época, acabavam por reter quase todo o lucro da venda dos colonos, o que lhes permitiu a acumulação de capital para que as futuras transações pudessem ser mais volumosas e contar com melhores preços, além da possibilidade de comercialização de uma gama maior de produtos, diferenciados dos então existentes. Esse fato, mais tarde, seria assinalado como sendo uma das causas do início da diferenciação de classes sociais no município.

3.3 A consolidação da prosa em Caxias do Sul

Pela década de 30, a cidade já contava com uma população de 18.000 habitantes, a atividade comercial era intensa e a indústria se sustentava principalmente dos alimentos, bebidas, madeira e da metalurgia, sendo que esta

seria a atividade industrial mais significativa nas décadas de 60 e 70:

> No início do século, em Caxias, a indústria do vinho, conjuntamente com a de produtos alimentícios e têxteis, teve um desempenho superior aos demais segmentos. A produção do vinho foi, sem sombra de dúvida, a mais importante atividade até a década de 60. Se associada com a produção de alimentos, a sua dominância permanece até meados da década de 70, quando o conjunto de produções ligadas a bens não duráveis são suplantadas definitivamente pelos segmentos de indústria ligados à produção de bens duráveis, com destaque para a produção de material de transporte, mecânica e metalúrgica. (FRIZZO, 1997, p.83).

Como exemplo da origem da indústria e modelo metalúrgico pode-se citar a Metalúrgica Abramo Eberle S.A., que foi fundada em 1884 e caracterizou-se pela sua diversidade de produtos. Em 1905, Abramo Eberle dedicou-se ao comércio de ferro em geral, originando a produção de ferramentas em 1920. Em 1923, apostou também na especulação imobiliária. O primeiro produto da metalúrgica foram as lamparinas de folhas de flandres, e a empresa alcançou seu auge com a fabricação de motores elétricos em 1939. Em 1975, a Metalúrgica empregava mais de 4 mil funcionários.

Em 1929, Caxias do Sul também sofreu as conseqüências da crise da bolsa americana. O período de recessão atingiu, principalmente, as atividades de nível local e regional que ainda não haviam se inserido no mercado capitalizado, como a carpintaria, moinhos e ferrarias.

Já na década de 30 era visível o processo de industrialização na cidade. Gradativamente, a população urbana ia tornando-se maior que a rural. As indústrias tradicionais já existentes estavam em pleno desenvolvimento, enquanto que surgiam as indústrias têxtil, de edificação, dos transportes e a mecânica:

> Portanto, a primeira fase da industrialização de Caxias caracteriza-se pela presença de uma estrutura produtiva diversificada, mas com algumas produções já assumindo destaque. Esta era composta por um número elevado de pequenas oficinas e fábricas adotando uma base tecnológica de tempos diferentes que coexistiam num mercado em expansão. (FRIZZO, 1997, p.69).

Uma das formas que os investidores da época encontraram para focar investimentos na indústria foi a junção dos seus escassos recursos para a criação de novas firmas que se dedicaram a atividades inexploradas. Como exemplo, temos

Evaristo de Antoni que, em 1894, fabricava trilhadeiras e já atuava na área de fundição e serraria, além do Lanifício São Pedro, da indústria têxtil, que surgiu a partir do cooperativismo de um grupo de imigrantes italianos.

Em 1937, a cidade já ocupava a 5ª posição dentre os dez municípios mais industrializados do Estado, sendo superada por Porto Alegre, em primeiro lugar, Rio Grande, Bagé e Livramento. Em sexto lugar, logo depois de Caxias do Sul, vinha Pelotas seguida por São Leopoldo, Novo Hamburgo, Tupanciretã e, por último, São Gabriel.

Com 54.000 habitantes, em 1950, Caxias do Sul contava com 413 indústrias e 450 casas comerciais e, nessa época, as antigas colônias rurais tornaram-se bairros da cidade.

Com a Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945, tornou-se mais difícil o processo de importação de máquinas e equipamentos, o que fez com que as firmas locais passassem a construir o seu próprio maquinário. Esse fato provocou impulso nos setores ligados à indústria metalúrgica, à mecânica, à têxtil, à alimentícia e à de bebidas.

Segundo Herédia (1993), à medida que aumentava a distância entre a produção agrícola e a industrial, houve um certo empenho por parte das lideranças municipais em estimular as atividades agrícolas, incentivando a diversificação e racionalização das culturas. Porém, percebe-se um constante crescimento na produção industrial, o mesmo não ocorrendo com a produção agrícola. A cidade crescia, mas havia uma sensível redução nas terras dedicadas à agricultura. Convém salientar que durante os quinze anos da gestão de Vargas (1930-1945) prevalecia o discurso da importância da indústria e do modelo de substituição às importações. Por outro lado, com o conflito mundial, várias das empresas da região haviam sido declaradas de interesse militar, o que levou a um ritmo acelerado de produção, usando toda capacidade industrial instalada. Consequentemente, em 1945, a produção industrial estava dividida entre seus 420 estabelecimentos de ordem industrial, 350 de ordem comercial e, em 1948, a produção industrial era orçada em quatrocentos e cinqüenta milhões de cruzeiros. Essa situação refletiu o crescimento produtivo no período.

Em 1956, a BR-116 é ampliada e passa a ligar Caxias do Sul ao centro do país. Em 1941, a rodovia havia sido aberta, mas somente até Santa Catarina. Com o transporte rodoviário em ascensão, o tempo que os produtos levavam para

chegar ao mercado consumidor diminuiu, da mesma forma quando a cidade ganhou a estrada de ferro em 1910. A construção da rodovia aumentou as chances de competição dos empresários locais e favoreceu a produção de implementos rodoviários e autopeças, além de permitir o surgimento de diversas outras empresas atuantes na área de bens duráveis, como metalurgia, mecânica e materiais elétricos.

A propensão de Caxias do Sul para o desenvolvimento industrial se deu em virtude de todo um processo de transformação ocorrido na sociedade. A própria urbanização propiciou o aparecimento de novas indústrias, além de novas tecnologias, investimentos externos direcionados ao país, aparecimento de diferentes classes sociais e um relevante capital local acumulado:

> A industrialização de Caxias do Sul é um processo histórico que resultou de transformações locais combinadas com transformações mais amplas de expansão do sistema capitalista do país. (FRIZZO, 1997, p.212).

Também não podemos esquecer que Caxias do Sul foi colonizada por pessoas que deixaram um país quando este se encontrava inserido na Revolução Industrial. A Itália propiciou a estes imigrantes o acúmulo de conhecimento técnico suficiente para ser utilizado como força de trabalho qualificada na implantação de indústrias no seu novo país. Além disso, os imigrantes investiram em produtos inexistentes, tendo sido, então, os pioneiros de muitas tecnologias:

> Portanto, Caxias do Sul e outros núcleos de colonização se industrializaram porque existia entre os imigrantes de cultura européia as pré-condições técnicas de um fluxo tecnológico constante, viabilizado pela potencialidade de um mercado interno em expansão. (FRIZZO,1997, p.218).

Na década de cinqüenta e no início da década de 60, ampliou-se o quadro industrial, principalmente no setor de transformação, desencadeando um acelerado crescimento econômico, decorrente da política desenvolvimentista adotada no país. Entretanto, essa fase nacional é substituída, nos meados dos anos 60, pela alteração do modelo econômico, caracterizado pela intervenção de capital estrangeiro. A conjuntura vigente no país, para que muitos industriais não perdessem o capital investido, forçou a união com o capital estrangeiro como

única alternativa viável à expansão da produção, através de tecnologias modernas importadas.

Em 1975, Caxias já apresentava um definido parque industrial, na qual predominavam as indústrias metal-mecânicas, com a fabricação especialmente de implementos agrícolas, de transporte, motores, produtos metalúrgicos e autopeças.

Em 1976, é criada a Universidade de Caxias do Sul, núcleo da cultura sistematizada.

> Caxias do Sul é hoje o pólo centralizador da região mais diversificada do Brasil, com seus laboriosos colonos, seus vastos parreirais, suas vinícolas, seu variado parque industrial e um comércio rico e dinâmico; dando a esta terra uma dimensão ainda maior, razão essa que "Caxias do Sul", a "Capital da Montanha", a "Pérola das Colônias", a "Colméia do Trabalho" é, por si só, o pólo centralizador da marca italiana no sul do Brasil. (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

O próprio processo de produção criou a demanda pelos artigos fabricados na cidade, o que garantiu a expansão das oficinas e das fábricas.

A política de substituição às importações, implantada no país inteiro por volta da década de 50, também favoreceu o surgimento de indústrias em Caxias do Sul:

> Após a década de 50, quando se estabeleceu um novo padrão de acumulação no país, fundamentado em bens duráveis, novamente muitas produções pioneiras foram instaladas em Caxias, em substituição aos produtos até então importados. (FRIZZO,1997, p. 224).

Segundo Herédia (1993), Caxias apresentava uma série de fatores desfavoráveis à sua industrialização, entre eles a carência de certas matérias primas, a sua situação geográfica, que não propiciava as fontes de energia, e ainda a sua distância dos grandes centros comerciais. Porém, Caxias soube aproveitar os elementos de que dispunha para transformar esta zona no parque industrial do Estado. A disponibilidade da mão-de-obra, barata, abundante e especializada, representada pelos imigrantes europeus, atrelada ao espírito empresarial presente em suas lideranças econômicas, conduziu ao resultado de tal núcleo.

A Colônia Caxias transformou-se de um simples núcleo colonial em uma das zonas industrias do Estado em menos de um século. Logo, as condições oferecidas pelo governo brasileiro na ocupação das terras, o regime da pequena propriedade, o papel da agricultura colonial, do comércio, e das casas comerciais e, essencialmente, a disponibilidade da mão-de-obra abundante e semi-especializada da zona colonial italiana foram fatores do desenvolvimento dessa região. A história dessas indústrias reflete, portanto, quem foram os seus expoentes e qual era o perfil cultural da mão-de-obra da região.

3.4 O espaço da poesia em Caxias do Sul

A cidade de Caxias do Sul é o retrato fiel dos 120 anos de imigração italiana no Rio Grande do Sul. Bastou pouco mais de um século para que os primeiros imigrantes vindos da Lombardia, Vêneto e Piemonte e seus descendentes transformassem a pequena colônia num dos maiores pólos econômicos do sul do país.

O progresso segue o ritmo da locomotiva a vapor e, em 1931, já com 35 mil habitantes, a cidade realiza uma pequena exposição de uvas na praça central, dando início a um dos maiores eventos populares do país: a Festa da Uva. Desde então, o evento cresceu, projetou o nome de Caxias do Sul no Brasil inteiro.

Ao longo das últimas sete décadas, os desfiles de carros alegóricos da Festa da Uva fascinaram presidentes da República, autoridades estrangeiras e milhares de turistas. A festa marcou época na história brasileira, como a inauguração do Monumento Nacional ao Imigrante pelo presidente Getúlio Vargas, em 1954, a visita do presidente italiano ao país, em 1958, e a realização da primeira transmissão ao vivo da TV em cores brasileira, diretamente do centro de Caxias, em 1972, conforme já relatado anteriormente.

É durante a realização da Festa que a cidade recebe o maior número de turistas, que movimenta a rede hoteleira, gastronômica e os postos de informações turísticas da cidade.

Na década de 1930, o turismo já teria sido bastante significativo em Caxias do Sul devido à criação da Festa da Uva. Na década de 1940, a região administrativa de Ana Rech, pertencente a Caxias do Sul, tornou-se referência no Estado como local e recreio em finais de semana em família ou lua-de-mel:

> Em Ana Rech quase todos se conheciam. Vivia-se muito em função da igreja e dos hotéis: Hotel Bela Vista, Hotel Familiar, Veraneio Bela Vista. Em Vila Seca também tinha o Hotel dos Guerra. Os bailes aconteciam neste locais. Lembro muito dos veranistas. Vinha muita gente de São Leopoldo, de Porto Alegre [...] Não havia o costume difundido de ir à praia, até porque não existiam muitas estradas de acesso. Então, nos verões, as pessoas vinham para a serra desfrutar de bons ares e da boa comida [...]. Os veranistas passeavam muito pelas colônias, iam comer frutas. Eram tempos bons aqueles! (TONET, 2005, p.45).

Devido à sua localização geográfica privilegiada, às margens da BR 116, estrada que por muito tempo foi a única ligação entre o Rio Grande do Sul e o resto do país, além de destino de veranistas, Ana Rech também seria local de passagem e hospedagem para viajantes. Antes da estrada, por ali passava o caminho percorrido por tropeiros que levavam o gado e transportavam outros alimentos entre as regiões. Essas contingências propiciaram a formação de uma rede de serviços de apoio a estes viajantes. Instalaram-se casas de pasto, de comércio, hospedarias, ferrarias, “que foram dando um caráter próprio a Ana Rech, marcando época pela sua tradição comercial e turística”. (SCHERER, 1992, p.186).

> Essa região era caminho dos tropeiros. Eles faziam o trajeto entre Caxias e o litoral [...]. Existiam os pousos: na Boca da Serra; ali em São Nicolau, em frente à igrejinha de madeira, tinha os Amoretti que tinham pousada e serviam refeições , junto com uma casa de comércio muito grande que vendia de tudo; no De Lazzer a área era tão grande, a água era tão boa que chegaram a fazer um balneário, isso anos mais tarde. (TONET, 2005, p.28).

De acordo com dados da Secretaria da Fazenda da cidade, o orçamento para o turismo, nos últimos anos cresceu em quase 43% alterando os R$ 302.607 em 1996 para R$ 430.241, 32 em 2003, período em que a cidade contava com um Serviço Municipal de Turismo (PMCS, 2004).

Em agosto de 2003, foi criada a Secretaria Municipal de Turismo, o que beneficiou o setor com um aumento de 54% no orçamento de 2004, que atingiu R$ 801.560,00. É importante também salientar o trabalho do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), integrado por 28 entidades, que possui plano incluindo ações de comunicação e fomento do turismo em Caxias do Sul (COMTUR, 2003).

Caxias do Sul localiza-se na encosta superior do Nordeste do Rio Grande do Sul, parte na extremidade leste da microrregião vitivinícola e parte no planalto dos Campos de Cima da Serra. Essa região também é conhecida como "Roteiro da Uva e do Vinho".

> A Festa da Uva mostra também o desenvolvimento da cidade, que hoje se orgulha de produzir desde um simples parafuso até um caminhão fora-de-estrada. As marcas da imigração, porém, não se restringem à economia. A herança dos italianos está nos monumentos, no dialeto vêneto, nos restaurantes, na arquitetura, nas magníficas obras do pintor Aldo Locatelli. E, por que não, também no cenário, moldado por parreirais, capelas e cascatas que serviriam de ambiente para o filme O Quatrilho, recentemente indicado para o Oscar de melhor produção estrangeira. (Site SEMTUR).

O acesso a Caxias do Sul pode ser feito via importantes rodovias nacionais e estaduais: BR 116, RS 122 e RST 453 (Rota do Sol). Além de transporte intermunicipal nos limites do Estado, ainda oferece serviços de transporte interestadual rodoviário e aéreo.

Segundo site da Secretaria Municipal de Turismo, os atrativos turísticos de Caxias do Sul estão divididos em seis roteiros, cada um deles com diferentes opções para conhecer conhecer e apreciar a cidade:

La Città – Este roteiro se constitui numa série de atrativos turísticos inseridos no perímetro urbano de Caxias do Sul, especialmente na área central. Entre os principais destacam-se: o Casario em volta da Praça Dante Alighieri, a própria praça, a Catedral Diocesana, o Museu Municipal, o Parque Getúlio Vargas (Parque dos Macaquinhos), a Igreja de São Pelegrino, o Museu de Ambiência Casa de Pedra, o Monumento Nacional do Imigrante, a Réplica de Caxias do Sul de 1885, o monumento Jesus Terceiro Milênio e outros.

Caminhos da Colônia – Este roteiro compõe áreas de Caxias do Sul e Flores da Cunha. Além da paisagem, os visitantes podem estar em contato com descendentes de imigrantes italianos e suas tradições, representados no canto, no dialeto e na gastronomia. Encontram-se também na visita produtos coloniais, artesanatos, igrejas, restaurantes e vinícolas.

Estrada do Imigrante – Com sua arquitetura e paisagens, resgata a história do caminho que os primeiros imigrantes percorreram quando chegaram na Serra Gaúcha, no século XIX. Nela se pode saborear a gastronomia típica da colônia e também visitar igrejas de pedras centenárias, participar de festas, comprar artesanato e produtos coloniais, passear de carretão e praticar várias modalidades esportivas.

Ana Rech – Um encontro com a natureza, pinheiros centenários, cascatas e ruas enfeitadas de flores e com os costumes, tradições e culinária típica dos imigrantes italianos, com seus restaurantes e cantinas. Em dezembro, Ana Rech se

torna a Vila dos Presépios, com presépios iluminados pelas ruas feitos pela comunidade.

Criúva – Verdes campos, paisagens, gastronomia típica, tranqüilidade e ar puro podem-se encontrar neste roteiro de turismo campeiro. Distante aproximadamente 52 quilômetros e situada ao norte de Caxias do Sul, ocupa cerca de 33% do território do município. O nome do distrito teve origem na época do tropeirismo, mesmo nome da árvore típica da região: a Criúva.

Vale Trentino – Nesse roteiro, encontram-se muitas paisagens e parreirais. Podem ser visitadas cantinas e vinícolas e ver o que acontece na vindima, desde o plantio da videira até o descanso do vinho que preservam os costumes e as tradições italianas trazidas pelos seus antepassados. Lá poderá o visitante degustar vinhos, sucos e grapa produzidos pelos empreendedores do roteiro. É o único lugar no município que possui plantio de Mertilo e Goiaba. O turista também poderá visitar e conhecer a trajetória da primeira cooperativa da América Latina, fundada em 1929, e a instalação da estação férrea em 1908. Além disso, conta com esportes de lazer como *jetski* e *paintball*.

A infra-estrutura local é composta por 25 estabelecimentos hoteleiros, que disponibilizam aproximadamente 3.350 leitos. (SHRBS 2006).

Quanto à gastronomia, são 272 estabelecimentos, entre restaurantes e similares, churrascarias e galeterias (SHRBS, 2006).

Em termos de transporte aéreo, a cidade conta com um aeroporto regional, com pista de 1940 metros de comprimento total e equipamentos para operar com aviões de grande porte. (Prefeitura Municipal de Caxias do Sul). A ligação aérea é feita com São Paulo, Curitiba, Navegantes e Porto Alegre. Atualmente operam três companhias aéreas, a GOL, a TAM e a NHT, com quatro vôos diários. (SEMTUR).

3.5 O espaço de reprodução da poesia: a Festa da Uva

A história da Festa da Uva confunde-se com a própria história de Caxias do Sul e de toda a região que ela polariza. Ela é o espelho da cidade, a sua identidade:

> [...] o núcleo da celebração da Festa da Uva é a própria identidade da sociedade que a realiza, expressa nos seus feitos. Em outras palavras, festeja-se para “mostrar o que somos e o que fazemos” até porque

> "somos o que fazemos". As transformações e mudanças que "nós operamos", o modo de fazê-las, a forma de organizá-las são o que "nós somos". O ambiente construído é, ele também, revelador, da dinâmica das interações da natureza transformada e a sociedade que a transformou. Isto é, esse ambiente, "somos nós". (RIBEIRO,1998, p.23).

Ribeiro (1998) analisa a Festa da Uva relacionando-a passo a passo com o processo de construir e de dar a conhecer a identidade da comunidade que a realiza, por meio de uma "colcha de retalhos" retratando momentos decisivos da trajetória da Festa, seja no sentido da definição do seu formato, seja por oferecerem respostas renovadas diante da mesma questão posta dentro de novas circunstâncias: mostrar o que se é e o que se faz.

Para Ribeiro (1998, p.33) o fato de a festa ter sido e continuar sendo estudada por teólogos, filósofos, sociólogos, antropólogos, historiadores, entre outros, é um claro testemunho do quanto esse fenômeno é, ao mesmo tempo, complexo e problematizável. A festa, para a autora, sob todas as formas, faz parte da paisagem humana e cultural das sociedades antigas e modernas. Cita Rousseau que coloca que as festas podem promover a sociabilidade e, em decorrência, fortalecem as bases da sociedade instaurando a harmonia entre os homens, como idéia germinal do contrato social. Outra particularidade da festa é a de que ela é sempre um ato coletivo, um ato social.

Segundo a autora, a história, os usos, costumes, tradições, modos de produzir, relações de poder, enfim o *ethos*, a visão de mundo de cada um, é que irá definir o conjunto festivo-ritual. Para decodificá-lo e interpretá-lo, é preciso conhecê-lo na sua relação com os modos com que os grupos humanos constroem e vivem a própria história social e cultural. Novas relações são estabelecidas, facilitando a comunicação; enfim, criando elos temporários que aproximam e igualam os indivíduos festejantes, normalmente separados na vida cotidiana.

A festa, por ser um ato social, envolve trocas humanas, recebe pessoas num espaço de acolhimento e convivência. É no contato com o outro, como que num ritual, que o valor dos sujeitos que interagem na festa torna-se presente como ato humanizador, de hospitalidade e de troca recíproca.

A festa faz parte da poesia na vida das pessoas. Ela permite liberar-se, sonhar, trocar, conviver. Ela tem valor subjetivo e simbólico, acarreta comunhão, celebração e prazer.

Celebrar a vindima: esse era o objetivo da primeira festa agrária realizada em Caxias do Sul, na década de 30. O dia 7 de março de 1931 foi marcado por uma exposição discreta e elegante de uvas, na sede do Recreio Cruzeiro (esquina com as ruas Visconde de Pelotas e Sinimbu).

A 1ª edição da Festa aconteceu nesta data, porém já havia sido antecedida por dez "Exposições Caxienses", como era chamada desde o ano de 1881. Nestas ocasiões, os moradores da colônia expunham os principais produtos agrícolas da região, como o trigo, o centeio, o milho, o vinho tinto e branco, além de ferraduras de animais e tecidos.

Em 1931, a Comissão que dirigiria a 11ª Exposição Caxiense optou somente pela mostra de uvas, surgindo então o nome atual do evento. O Prefeito da época, Coronel Miguel Muratore, e o diretor da Estação Experimental de Viticultura e Enologia, doutor Celeste Gobatto, deram o apoio necessário à realização do evento.

A importância é ressaltada pela fala do entrevistado F :

> "Então em questão de turismo a Festa da Uva foi o máximo, a primeira festa, antes de 1931 nunca teve nenhuma festa, e a Festa da Uva para mim foi o marco mais importante e que ajudou a melhorar, se não tivesse a Festa da Uva o que seria Caxias?!". (Sujeito F).

Nos anos seguintes, a Festa da Uva consistiu em exposições discretas de diferentes castas de uva, além de desfiles de carros alegóricos, puxados por juntas de bois e cavalos, que reverenciavam a produção das colônias da região. Além disso, na Festa de 1933, iniciou-se a tradição da escolha da Rainha da Festa da Uva que, naquele ano, foi representada por Adélia Eberle.

Pode-se dizer que, inicialmente, o principal objetivo da Festa da Uva era engrandecer o esforço do colono de transformar e aperfeiçoar a terra, extraindo dela tudo o que havia de melhor. Todos os discursos de inauguração da Festa faziam alusão à produção do vinho e da uva, segundo Ribeiro (1998).

> "O papel foi enorme, pois a Festa da Uva é o espelho da cidade, a identidade. A cidade se abriu ainda mais depois da Festa". (Sujeito E).

Ainda em 1933, juntamente com a tradicional exposição de uvas, acontecia também uma mostra de máquinas e utensílios utilizados na vitivinicultura. A partir deste ano, a Festa passa a atrair pessoas de grande interesse político para a região e para o Estado. A Comitiva Oficial era recebida na estação férrea por autoridades locais e por outras pessoas da sociedade caxiense. À noite, sempre acontecia o baile de abertura da Festa e a coroação da rainha. Os convites eram distribuídos de maneira a permitir que todos os ilustres visitantes e a imprensa comparecessem ao evento.

> No dia 05 de março de 1932, aconteceu a II Festa, sob a direção da Associação dos Comerciantes de Caxias. Essa segunda edição aconteceu na praça Dante e contou com um desfile de alegorias sobre rodas, puxadas por juntas de bois ou cavalos, representando a produção de alguma colônias da região.
> Terceira edição e primeira rainha coroada, a Festa da Uva de 1933 aconteceu no dia 18 de fevereiro de 1933, no Cine Teatro Central. O então governador do Estado do Rio Grande do Sul, Coronel Flores da Cunha, colocou na cabeça de Adélia Eberle uma pequena coroa e, após seu discurso, cortou a fita simbólica, declarando inaugurada a III Festa da Uva.
> A rainha, muito aplaudida pelos presentes na cerimônia, foi saudada pelo Dr. Olmiro de Azevedo, que iniciou seu discurso dizendo: "Adélia! Senhora nossa e rainha!".
> Em 24 de fevereiro de 1934 foi inaugurada a IV edição da Festa. Dr. Olmiro Azevedo mais uma vez saudou a rainha, que desta vez era Odila Zatti. Vários discursos marcaram o início do evento, entre eles, o do Comandante da 3ª Região Militar, José Franco Ferreira, que se referiu a cidade como "Pérola das Colônias". (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Nos anos de 1935 e 1936, a celebração foi interrompida por problemas econômicos no setor da vitivinicultura que afetaram a realização da festa nesses dois anos. De 1938 a 1949, a celebração foi interrompida mais uma vez, e a Festa da Uva não foi realizada devido à segunda grande guerra, que trouxe instabilidade interna, afetando profundamente a Região Colonial Italiana.

Onze anos depois da realização da última Festa da Uva, novamente a festa começa a ser preparada, desta vez com mais de um ano de antecedência: no dia 02 de abril de 1949, na sede da Associação Comercial local, foi constituída a Comissão da Festa da Uva. Na época, foi convocada a ajuda de dez municípios da região, bem como a ajuda da comunidade caxiense.

A tradicional escolha da rainha aconteceu no dia 11 de fevereiro de 1950, tendo como campeã Teresinha Morganti, de Bento Gonçalves. A Festa da Uva aconteceu no dia 25 de fevereiro de 1950.

Neste ano, em homenagem à Festa, foram levadas ao palco, no Cine Teatro Real, óperas de renome e figuras líricas de grande importância no universo artístico. Além da temporada cultural, foram promovidos um torneio de bochas e também uma prova automobilística de 755 quilômetros que passou por várias cidades do Nordeste do Estado.

Este pequeno conjunto de inovações mostra a evolução da Festa da Uva enquanto evento comunitário. Naquela época, a Festa ainda era centrada na vida do imigrante e de seu trabalho:

> O que mais prendeu a atenção e alegrou imensamente a quantos visitaram o Pavilhão Histórico Cultural, foi o grupo de velhinhas imigrantes, remanescentes daquela cruzada santa, que teciam em seus respectivos teares trazidos de sua pátria, ao mesmo tempo que cantavam canções regionais de sua terra natal. (ADAMI, 1975, p.88).

Enquanto a Festa da Uva se tornava sinônimo de glamour e os grandiosos bailes de gala para a coroação da rainha e das princesas deslumbravam a todos os participantes, Caxias do Sul encontrava-se em meio a um processo de industrialização crescente e de mudanças na sociedade, conseqüentes da urbanização e desenvolvimento econômico:

> Se a simplicidade, o relacionamento amistoso, a variedade de gêneros eram característicos das velhas Casas de Negócios, uma nova maneira de comprar e vender marcaria o final dos anos 50. Comprar e comprar, acompanhar a moda que muda tão rapidamente como os anúncios de televisão, despertou uma euforia pela modernidade. O antigo era desprezado em função do novo. Iniciava a massificação e padronização dos costumes. Nascia uma geração sem raízes, por isso, sem lembranças. As casas, os objetos passaram a ser descartados rapidamente, sem tempo para envelhecer. As raízes da cidade começavam a partir-se." (Boletim Memória, n°16, nov. 93).

No ano de 1950, no plano cultural, a Festa da Uva já apresentava características de um atrativo turístico da cidade, fato este sustentado por esta nota publicada no jornal local, "O Momento":

> (...) unam-se todos para que Caxias do Sul se apresente aos olhos dos forasteiros com aquela sua jovialidade característica, que encanta a todos quantos a visitam. (ADAMI,1975, p.90).

Na noite do dia 20 de fevereiro de 1954, o baile de coroação da rainha, Maria Elisa Eberle, inaugurou oficialmente a VII Festa da Uva. Durante essa edição da festa, aconteceu a inauguração do Monumento ao Imigrante, com a presença do então Presidente da República, Getúlio Vargas, que também inaugurou o Parque de Exposições da Festa da Uva, na rua Alfredo Chaves.

O Corso Alegórico aconteceu na tarde do dia 28 de fevereiro, contando com carros que representavam os distritos da zona suburbana de Caxias, os vários estabelecimentos comercias da cidade e região, sociedades esportivas e recreativas, além dos carros da Miss Rio Grande do Sul, da Rainha da Vindima Do Uruguai e da Rainha da Festa da Uva.

Neste ano, também, começou a ser realizada a Feira Agro-industrial, juntamente com a Festa da Uva.

Na Festa da Uva de 1954, a terra e o trabalho do colono ainda eram claramente aclamados e reverenciados pelos organizadores do evento, assim como o era a cidade de Caxias do Sul enquanto destino de visitação. Em ocasião desta edição da Festa, a cidade recebeu alguns uruguaios, convidados pela Comissão da Festa da Uva, em virtude da similaridade de uma festa que acontecia naquele país. Sustentamos estes fatos no discurso do então prefeito da cidade, Euclides Triches, na coroação das princesas da Festa daquele ano:

> Esta festa nos lembra os suores dos bravos agricultores junto à lavoura, neste esforço dinâmico para trabalhar a terra e dela arrancar os alimentos que reaviva o mourejar pertinaz dentro das fábricas, que nos recorda enfim toda esta sinfonia do progresso que caracteriza a nossa gente.
>
> Festejos que vem se realizando de longa data e que num crescendo cada vez mais pronunciado estenderam a sua fama a todos os recantos do Brasil, a ponto do nome de Caxias do Sul estar associado intimamente no espírito dos nossos patrícios com o das festas, que mais do que qualquer outra razão serviram para projetar o nome de toda a região vitivinícola do Estado para dentro da Federação. (ADAMI, 1975, p.113).

Nota-se, na passagem da fala do então prefeito, o imaginário de uma cidade hospitaleira construído através da Festa. A Festa da Uva projetava a região e o Estado fortemente como símbolo do receber.

Em 1954, Caxias também ganhou o Monumento do Imigrante, inaugurado pelo então Presidente da República Getúlio Vargas e por diversas outras personalidades políticas de grande importância para o Estado.

Na metade da década de 50, o corso alegórico da Festa da Uva já não colocava mais em destaque somente a vida do colono, a produção agrícola e a epopéia do imigrante. Juntamente com o processo de crescimento industrial que estava acontecendo na cidade, a Festa da Uva, aos poucos, passava por modificações que marcariam todas as suas edições futuras. Naquela época, desfilavam pelas ruas de Caxias carros representando os núcleos de grande concentração urbana da cidade, entidades recreativas e importantes centros industriais.

No ano de 1961, a Festa da Uva havia definitivamente se consolidado enquanto atrativo turístico da cidade. A imprensa internacional divulgava não somente a Festa, mas também a cidade de Caxias do Sul, sua evolução industrial e vinícola. O corso alegórico, as exposições, os bailes de gala e outros atos programados para o evento atraíam milhares de pessoas:

> Caxias do Sul está assistindo a sua maior Festa da Uva de todos os tempos. Milhares de pessoas já lotam por completo a tradicional `Pérola das Colônias´, que vive os dias mais festivos desde a sua fundação. O aspecto de movimento e colorido é observado em todos os detalhes pela cidade que vibra com um acontecimento de repercussão internacional. Turistas e jornalistas de todas as partes do Brasil acompanham atentos os acontecimentos ligados com a IX Festa da Uva e Feira Agro-Industrial que se realiza em Caxias do Sul. (ADAMI, 1975, p.177).

A visita do Presidente Jânio Quadros e de sua esposa, Dona Eloá, foi o ponto forte no dia da inauguração da festa, em 27 de fevereiro. Recebido pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ganhou presentes da metalúrgica Eberle e foi muito saudado pela população local. Foi nessa data, também, que ele determinou o asfaltamento da BR/2 (atual BR 116). Outra presença marcante nos festejos foi a de Miss Brasil, Gina Mac Pherson, que vestiu trajes típicos italianos e participou do corso. Também foram realizados uma Feira do Livro e um Festival da Canção Colonial junto à Festa e, pela primeira vez, foi realizada uma exposição sobre a vida no norte da Itália.

Em 1965 a Festa se tornou o maior evento do gênero na América Latina. O Presidente da República, Humberto Castello Branco, participou intensamente dos festejos. Compareceu para o encerramento da festa, hospedou-se na casa de Júlio Eberle, assistiu o corso (especialmente realizado em sua homenagem) com muita atenção e deixou uma boa impressão a todos os que o avistaram naquele tempo. Neste ano, a Festa da Uva e a Feira Agro-Industrial foram considerados o maior evento no gênero na América do Sul, com cerca de 300 mil visitantes. Não era uma festa somente da cidade, mas de toda a região. Por isso, o governo estadual começou a ter uma participação mais ativa no evento.

No final da década de 60, a atividade industrial estava se diversificando. Além das indústrias metalúrgicas e moveleiras, surgiram malharias e indústrias eletro-eletrônicas. A exposição de uvas e vinho perdia-se no meio dos demais produtos. Momento que a poesia da festa foi paulatinamente sendo substituída pela prosa do contexto econômico desenvolvimentista.

Houve também, na Festa de 1969, o Congresso de Literatura, Encontro Interestadual de Apicultores e Simpósio Internacional de Viticultura e Enologia. O encerramento oficial da festa contou com a presença do presidente Costa e Silva.

Constata-se, na fala do sujeito A, a importância da Festa na criação de uma postura mais receptiva:

> "Eu acho que a Festa da Uva foi a grande responsável pela educação ou pela formação das pessoas no sentido de hospedagem. Mesmo porque, na época em que a rede hoteleira de Caxias não comportava e como ainda hoje não comporta o fluxo de visitantes que a Festa da Uva trás, eles hospedavam os turistas em casas particulares. Presidente da República, grandes autoridades que vinham sempre ficavam em casas particulares. Mas o turista comum ele venho e se hospedou em residências. A residência que tinha um quarto de casal, um quarto de solteiro e um banheiro aqui e nós ocupávamos a parte de cima, nos fizemos isso, então um casal venho se hospedou aqui. Então eu acho que isso foi um grande achado da Festa da Uva sensibilizando e educando as pessoas para bem receber. Porque a rede hoteleira não comportava e não comporta o fluxo turístico na época da Festa da Uva. Então eu acho que a Festa da Uva tem o mérito de ter mantido um fluxo turístico importante, te mérito da divulgação da cidade do ponto de vista da sua potencialidade comercial, industrial e agrícola e o grande embrião de tudo isso. O mérito de manter o turismo, de divulgar e promover a cidade de despertar no cidadão o gosto por bem receber, bem hospedar, o gosto por saber hospedar, porque utilizou muitas residências, não só para hospedagem das autoridades como também do turista comum. Então as pessoas que tinham espaço disponível em casa hospedavam as pessoas. Teve outros casos, de pessoas que foram para a praia e deixaram a chave da casa para a Festa da Uva." (Sujeito A)

Houve também, na Festa de 1969, o Congresso de Literatura, Encontro Interestadual de Apicultores e Simpósio Internacional de Viticultura e Enologia. O encerramento oficial da festa contou com a presença do presidente Costa e Silva.

O âmbito da festa de 1972 (XII Festa da Uva) foi sensivelmente ampliado e a presença das autoridades nacionais foi maciça. O Presidente Médici inaugurou a festa e o Ministro das Comunicações, Hygino Corsetti, caxiense, inaugurou, aqui, a TV a cores no Brasil, durante o corso do dia 19 de fevereiro. Pela primeira vez, a festa foi registrada, em cores, pelas câmeras de televisão.

Por outro lado, observa-se, no sujeito D, a opinião de que a Festa contribuiu mais depois da sua "nacionalização" como atração turística, e que não exerceu um papel constituinte da hospitalidade caxiense:

> "A Festa da Uva tem papel importante após a década de 1960 quando começam as excursões organizadas pelas recém criadas empresas de turismo. A Festa foi usada como atração turística. Antes dela a cidade era procurada pelo seu clima e seus hotéis, sendo assim parte de um processo histórico e não um fator determinante". (Sujeito D).

A partir dessa Festa, algumas mudanças estruturais que se faziam necessárias na organização do evento começaram a acontecer. A transferência dos pavilhões de exposições da Rua Alfredo Chaves para a rua Ludovico Cavinato começou nesse ano.

Em 12 de fevereiro de 1974, a Sociedade Civil Comissão da Festa da Uva foi transformada em Festa da Uva Turismo e Empreendimentos SA e, em 31 de março, foi inaugurada a TV Caxias, canal 8.

A Festa de 1975 foi uma celebração do centésimo ano decorrido desde a povoação do nordeste do Estado pelos imigrantes. O evento contou com o apoio dos governos federal, estadual e municipal.

Em 1975, Caxias do Sul havia chegado aos 180 mil habitantes. Por isso era necessário um espaço maior. Os antigos pavilhões deram lugar ao Centro Administrativo, e a festa foi transferida para um novo parque de exposições, coberto por uma estrutura metálica.

> A presença do presidente Geisel foi muito marcante para todos os caxienses. Ele caminhou pelos estandes, conversou com expositores e, durante o corso alegórico, saudou, de pé, um grupo de mais de cinqüenta lavradores, que representavam a saga da colonização italiana, segurando enxadas e pás. (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

A XIV Festa da Uva, em 1978, foi marcada pela construção da réplica de Caxias 1885, na área do Parque de Exposições. O projeto, com base em fotos da época, constituiu ao todo 20 casas construídas, além da igreja. O Presidente Geisel retorna a Caxias para visitar a festa, renovando as emoções da festa anterior.

Apesar da grande crise econômica que já se insinuava na época de 1981, O Presidente Figueiredo esteve presente na abertura dos festejos, visitando a Exposição e tecendo vários elogios ao trabalhador do nordeste gaúcho. Depois do encerramento da festa, foi realizado histórico saneamento das finanças da Empresa.

Há uma forte alteração na descrição dos fatos importantes da Festa a partir desta data, passa-se da citação da vinda dos diferentes Presidentes da República para falar do tema da festa, por quê?

> "Está mais voltada para a produção industrial, comercial, para o trabalho e acho que ela se voltou menos para essa questão da festa, e depois acho que o tamanho também, Caxias já é uma cidade grande, de certa maneira, ela tem muita influência na região, o tamanho da cidade e a mentalidade influem no modo de ser da região." (Sujeito B).

O êxito da festa anterior levou os organizadores em 1984 a prosseguirem no resgate das tradições italianas, para que o evento da feira agro-industrial não diminuísse o seu brilho. Mas o evento coincidiu com o auge da recessão econômica. O tema escolhido, foi então, "Volta às Origens".

Será que foi o desejo da volta da poesia ou uma forma de questionar o desenvolvimentismo devido a crise do setor industrial?

Com a retomada do crescimento, a empresa decidiu realizar a festa de dois em dois anos, sendo inaugurada em fevereiro de 1986, com a presença do presidente José Sarney. Neste ano foram comemorados os 55 anos de Festa.

A Festa de 1989 coincidiu com o auge da escalada inflacionária. O presidente Sarney decidiu não comparecer ao evento, deixando o governador Pedro Simon ouvir as reclamações dos agricultores e dos operários contra a política econômica do governo. Uma das atitudes mais marcantes foi ter fomentado a memória histórica da festa. Calcula-se que 400.000 pessoas percorreram os pavilhões durante os dias do evento. "A maior festa do século". (Site prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

> "A Festa da Uva mudou porque ela decaiu, ela foi muito melhor, em sentido cultural, em beleza [...] É um regredir, os carros alegóricos de outros anos eram belíssimos [...] é só artificial. Eu posso estar errada. Tu vais lá toda fantasiada, tu recebes todo mundo bem porque tão ganhando dinheiro. Foi aberto, na Festa da Uva se abria a casa para receber turistas, mas só porque se recebia dinheiro, não era por prazer não... Eu também sempre hospedei. Veja a não ser parentes tu não hospedava. Eu recebi uma porção de gente. Mas eles hospedavam para ganhar dinheiro. Não deixa de ter um espírito hospitaleiro de tu servir um cacho de uva lá na Festa da Uva, mas é tudo montado... Eu acho que é forjado [...] o caxiense recebe mal os que vêm de fora, sempre com uma certa resistência. Por exemplos, delegados, toda essa gente que precisa vir para Caxias, juízes, de imediato eles não são bem recebidos, a não ser que tenham um bom status... Sai na rua e pergunta para caxienses quais são as atrações turísticas de Caxias. Eles não sabem e não foi por falta de informações. Tu falas com uma pessoa, quando alguém que tu encontra na rua, tu seria hospitaleiro, tu levaria para tua casa? Ninguém leva. Na colônia foi dificilíssimo que abrissem as portas para o turismo, estão abrindo agora, faz 20 anos". (Sujeito F).

Em 1991 a XIX Festa da Uva, para aumentar o público, inclui novas atrações como espetáculos musicais gratuitos, contribuindo para trazer as pessoas das cidades vizinhas, que se voltavam contra o seu artificialismo. Neste ano, o presidente e a rainha da Festa percorreram várias cidades do país divulgando o evento.

Com o tema "Uma história que vem de longe", a Festa da Uva de 1994 teve a sociedade civil Comissão Festa da Uva reativada para a organização da festa. A festa de 96 foi um mega-evento que celebrou os 120 anos da imigração italiana com o tema: "A América que nós fizemos". Houve grandes atrações paralelas: corso alegórico, distribuição de 250 mil quilos de uvas, espetáculo Som & Luz. Além disso, a Festa da Uva foi tema no desfile de escola de samba Vila Isabel, do Rio de Janeiro.

A inauguração da XXII Festa da Uva (1998) foi feita pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, pelo Governador do Estado, Antônio Britto, Ministro da Agricultura, Francisco Dorneles, Prefeito de Caxias do Sul, Gilberto Pepe Vargas, além de deputados federais e estaduais. O tema escolhido para este ano foi "A Festa das Festas".

A Festa da Uva de 2000 aconteceu com o objetivo de marcar o novo milênio. O tema escolhido foi - "O trabalho e os dias de um povo. Venha ver e festejar". A Mulher Imigrante foi o tema da 24ª edição, que ocorreu entre 15 de fevereiro a 3 de março de 2002. A XXV Festa Nacional da Uva teve como tema central a terra e os produtos do trabalho do homem no seu cultivo. Através das

palavras "Terra, pão e vinho", a festa prestou uma homenagem aos imigrantes de todas as origens em especial aos italianos que chegaram ao Estado no século XIX em busca de terra e ao fruto do trabalho do cultivo do solo.

Mesmo diante de mudanças estruturais ocorridas num mapa de atuação do processo histórico de Caxias do Sul, não se pode imaginar o sujeito totalmente consciente, racional, clarividente, porque em grande parte faz história de modo inconsciente, levado por razões que desconhece, pois a história sendo aberta não concebe seu fim. Há, assim, uma negação, no sentido dialético, da origem do colono e uma nova síntese da italianidade sob a forma do sucesso econômico-industrial.

A Mulher Imigrante foi o tema da 24ª edição, que ocorreu entre 15 de fevereiro a 3 de março de 2002. No ano de 2006 o tema tratou da convivência entre os povos, tendo como tema: A Alegria de Estarmos Juntos. Assim, o evento continua sendo realizado a cada dois anos, no mês de fevereiro, quando se dá a safra da uva, no Parque de Exposições Mário Bernardino Ramos:

> Se até hoje ela é uma festa emblemática não só para os caxienses, mas para toda a Região Colonial Italiana, é porque ela provavelmente foi, e talvez continue sendo, a oportunidade mais destacada para o povo de Caxias do Sul e da região contar e cantar, para si próprio e para os que celebraram com ele, a sua própria história. (RIBEIRO, 2002, p.16).
> É, através da Uva e do Vinho, que Caxias se notabilizou, sendo o berço do turismo do Estado quando, em 1931, lançava a maior festa do sul: a Festa da Uva. Vinhos, uvas, frio e neve, aliados ao clima europeu destas montanhas, com muita gente bonita, comida farta, hospitalidade e muitos atrativos reiteram o convite: Venha e comprove. Tome conosco um gostoso vinho e se delicie com as mais saborosas uvas. (Site Prefeitura Municipal de Caxias do Sul).

Para Cleodes (1998, p.52), entre os imigrantes italianos, na serra gaúcha, que se dedicaram à vitivinicultura, foram, e ainda o são, os ritmos do cultivo da videira que determinam os períodos de trabalho, de descanso e da celebração. O ritmo de trabalho imprimido ao viticultor no período da colheita da uva exige a participação de toda a família (e, dependendo da extensão da área cultivada), de vizinhos e até a de vindimeiros contratados, é determinada pela necessidade de fazer a colheita da uva madura o mais rápido possível para fugir do mau tempo. Nessas ocasiões, o grupo familiar e de vizinhança reforçam sua unidade, cooperação e seus interesses comuns. Ao período da colheita da uva, está

relacionado um tempo de ritualidade particularmente significativo na vida dos colonos. A prévia preparação para a colheita da uva, que implica conserto, limpeza, confecção ou substituição de utensílios destinados à vindima como cestos, caixas, dornas, etc., soma-se aquela do armazenamento de alimentos como salames, queijos, compotas doces e salgadas, entre outros. Essa preparação ritualizada da colheita, e da vindima propriamente dita, encontra sua culminância, de tempos em tempos, na celebração da Festa da Uva. A importância do calendário agrícola, que define o tempo das colheitas, está diretamente ligado em tempos, na celebração da Festa da Uva.

> O caráter simbólico da uva enquanto elemento veiculador de significados culturais em torno do qual gira a mais antiga e a mais importante dessas festas, a Festa da Uva, está relacionado, de forma emblemática, às vicissitudes históricas dos imigrantes italianos na serra gaúcha e à conquista de sua independência econômica. Resgatar, por meio do objeto-símbolo da festa, a memória dessas vicissitudes e dessas conquistas é uma das funções dessa ritualização que, colocando em destaque essa experiência humana, permite que ela seja mais e melhor conhecida. (RIBEIRO,1998, p.56).

Destacar a uva, fruto da terra, segundo a autora, para inseri-la como símbolo de uma região por meio de um ritual festivo é transformá-la, pela ação coletiva, em coisa social, em valor. O valor da troca humana, dos sujeitos da Festa estão presentes de forma ritualística na Festa da Uva. O fato de os vizinhos ajudarem com a plantação demonstra o acolhimento e a convivência entre os agricultores, na qual a hospitalidade, o receber, o ajudar o outro começa em casa. A virtude da convivência está presente, pois envolve aproximar-se, compadecer-se e cuidar.

Para Boff (2006), a convivência mostra sua realidade concreta e força de coesão através da festa e da celebração. É condão da festa aparar diferenças, tolerar arestas e fortalecer o sentimento de pertença e de familiaridade, deixando de lado os conflitos.

O processo ritual pode ser utilizado naquelas situações em que uma dada coletividade necessite operar um ajustamento de percepção do outro em relação a si própria. Para tal, põe em cena uma realidade sócio-cultural para que passe a ser percebida e considerada pelos que estão “de fora” dessa realidade. Nesse caso, o processo ritual pode auxiliar o grupo que almeja ser reconhecido e prestigiado a encontrar na ritualidade uma via eficaz para a auto-representação.

Exemplo de uso dessa estratégia, de expressar e divulgar anseios de auto-representações por meio de ações ritualizadas como representação simbólica da própria identidade, foi dado pelos habitantes de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, ao "inventarem" a Festa da Uva, no ano de 1931, segundo Ribeiro (1998).

Porém, há também controvérsias nas falas dos sujeitos, pois retratam a não permanência do sentido da Festa como elemento fundador da hospitalidade na cidade, ou seja, algo que é somente pensado e praticado no período da Festa e que antigamente era mais forte:

> "A Festa da Uva teve um papel muito importante na divulgação de Caxias. Hoje eu acho que o Juventude divulga mais. Eu não saberia te dizer, teria que medir isso. Acho que ela teve um papel, ela ajudou, agora se essa hospitalidade ela educou pra uma hospitalidade permanente, básica, como um hábito de cultura, eu não sei, eu tenho dúvidas. Ela educou mais pra um caráter comercial de uns anos para cá, as pessoas se deram conta da importância da festa, que seriam um meio de conseguirem algo[...] quando tem uma festa e vejo ainda na Festa da Uva, tem caxienses que ainda não se integram com a Festa da Uva, tanto no passado quanto hoje. Não sei se é orgulho, se é mentalidade atrasada, criticam, é sempre a mesma coisa, é um pouco essa inveja que todo mundo fala que é um dos elementos importantes de nossa cultura, é uma inveja ligada à ambição, ao poder, quando algumas pessoas se destacam, aparecem, então elas desprezam essas pessoas, eu não saberia te dizer em dados quantos por cento, mas que há uma parte da população é assim é, também, não sei te dizer se isso não é uma coisa comum em todas as comunidades, mas eu acho que há uma parte que não se integra, que não quer se integrar, tem uma certa aversão às coisas que são feitas pelos outros, uma dificuldade de aceitar os outros. Então minha resposta seria que ela educou para a hospitalidade, mas não é uma educação tão universal, no sentido de abranger todas as pessoas e nem é tão profunda, ela é um pouco superficial". (Sujeito B).

É importante ressaltar o fato de que os rituais de celebração da Festa da Uva tiveram um papel essencial no interior da própria sociedade local: a necessidade compartilhada – do colono viticultor, ao intelectual; do comerciante ao Prefeito, dos operários à emergente classe média –, de realizar a celebração festiva como recurso para dar a conhecer "quem somos e que fazemos", conforme Ribeiro (1998).

.

> "Eu acho que na época toda aquela intenção do José Lisboa, de organizar a feira, de abrir a cidade para o mundo, de mostrar o potencial de Caxias, a Festa da Uva teve de positivo. Só que a Festa da Uva trabalha só o evento isolado do contexto da cidade, então ela poderia trabalhar diferente, de ter espaço, de ter memória e eu acho que ela não conseguiu fazer isso. Então ao mesmo tempo em que é positivo nesse sentido de abrir a cidade para o mundo e muita gente conhece a Festa da Uva no país, fora do país, mas ela não soube explorar isso para ser um elemento de integração dela com

> o processo de envolver a comunidade. A comunidade precisaria resgatar um outro sentido da festa comunitária, como elemento de hospitalidade [...] Ela abriu esse espaço, mas ela não conseguiu manter o elemento de integração daquilo que ela se propunha, que era expor o potencial e ao mesmo tempo, manter isso como um sentimento. Então acho que ela também é expressão dessa competição da cultura." (Sujeito C).

A forma escolhida para realizar a ritualidade da celebração da Festa da Uva auxiliou a conceitualizar a comunidade local, para si e para os outros, em termos de afirmação de uma identidade baseada, não na etnicidade, mas no mérito das suas realizações: "o que somos e o quanto valemos".

A mesa comum, a comida compartilhada, cria entre os participantes da celebração festiva o espírito de comunidade. Ao mesmo tempo é dádiva, sinal de hospitalidade e manifestação de regozijo pela presença de todos. É um espaço que se cria de acolhimento e convivência entre os diferentes e semelhantes que se "visitam".

Para os ofertantes da Festa de Uva de 1932, essa comunhão parece ter assumido a força simbólica de confirmação da aliança com a nova terra que os acolheu. A comunhão, para a autora, simboliza o resultado e a renovação do compromisso de trabalhar para a "riqueza e a prosperidade", para "a vida e a glória do Brasil", na expressão de um dos encarregados de falar pelos promotores da Festa.

> É preciso reconhecer, no entanto, que não obstante terem sido preservadas algumas semelhanças entre as atuais festas celebrativas e as festas gregas, foi perdida a essência do que elas significavam para os gregos: a celebração do momento da consumação de uma obra humana ou divina. Essa perda, segundo Grassi, está associada à generalização tecnológica que acelerou o ritmo dos acontecimentos e privou a sociedade, nos dias de hoje, da capacidade de fazer da festa a referência para os acontecimentos de que sejam o ápice. Dito de outro modo: dado que a sociedade atual é dominada pelo tempo mensurável, um tempo quantitativo – o tempo dos relógios – diferentemente do que acontecia com os gregos – que ordenavam o tempo por festas e não por acontecimentos, vale dizer, por um tempo qualitativo no qual as festas era a baliza – a referência dos acontecimentos já não é a festa, porque esta já não é mais o acontecimento fundamental da história. (RIBEIRO, 1998, p.64).

Assim, a referência da Festa da Uva não é mais a vindima e sim o processo industrial, o tempo de receber não é mais natural, mas determinado pelo custo-benefício, o tempo da indústria.

A festa é um instrumento de educação que opera como transmissor de conhecimentos ou de valores; são formulações tangíveis, materializações de noções, atitudes, julgamentos e crenças.

As celebrações coletivas que exaltam o trabalho e as conquistas sociais e econômicas do imigrante – como a Festa da Uva e outras festas similares que realizam há mais de meio século na Região Colonial Italiana – fazem alusão à "Conquista da América". Trata-se de fazer a América por meio do trabalho penoso e estafante.

O grande desenvolvimento vitivinícola de Caxias do Sul e região, que acontece mais intensamente no período de 1915-1925, mas que se dilata e amplia até 1940, foi um dos responsáveis pela expansão econômica das antigas colônias italianas. Foi, também motivo para realização da festa mais importante da região: a Festa da Uva. A exaltação do trabalho do imigrante e de seus descendentes, simbolizada no cultivo da videira, foi o motivo de todas as edições da festa, segundo Ribeiro (1998).

As comemorações de 1950 tiveram um formato particular, entre outras razões, por estarem embutidas na mais tradicional das Festas da região: a Festa da Uva que, na sua gênese, é a festa que celebra e comemora o fruto do trabalho do imigrante.

Os acontecimentos recentes, ocorridos, especialmente durante o Estado Novo, havia posto sob ameaça para o imaginário social da região a consistência dos pressupostos que estavam na base da representação que faziam de si próprios, o que vale dizer, da própria identidade. Diante disso parece plausível que os promotores da grande Festa de 1950 tenham querido, já então sob condições favoráveis, retomar o processo interrompido e, para tanto, tivessem de voltar a percorrer o caminho aberto na década de 1930, cujo instrumento havia sido a Festa da Uva. Tendo como uma tarefa adicional acrescentar-lhe a comemoração do marco histórico da origem de toda uma região. Com isso, poderiam não só vivificar a memória que havia sido silenciada como, também, tornar a reinventar e reconstruir a própria identidade.

De fato, segundo a autora, o exame dos discursos dos diferentes atores na Festa da Uva de 1950 é elucidativo do quanto são interdependentes naquele momento histórico as noções de "imigrantes para o Brasil", "brasileiros por imigração" e "brasileiros por vontade", quer de direito, quer de fato. Revela,

também, que o processo foi retomado por meio de um pacto tácito entre os promotores da festa e as autoridades constituídas do país. Para celar o pacto, alguns rituais foram cumpridos. O primeiro deles, simbolizando a reparação pública pelo agravo cometido, foi a reposição da placa comemorativa do Cinqüentenário da Imigração Italiana, no obelisco de Nova Milano, no dia 19 de fevereiro de 1950.

Toda festa ocorre num determinado espaço. Espaços pré-existentes ou construídos especialmente para abrigá-la, que são o palco no qual diferentes sujeitos (atores, indivíduos e comunidade) desempenham seus respectivos papéis.

O espaço da festa, embora pré-existindo como área física, é um espaço construído, ritualmente. Esse espaço, segundo a autora, não é um espaço qualquer. É um espaço vivido, domesticado, transformado pelos que nele vivem.

O trabalho, para o imigrante italiano, foi árduo e constituinte de seu próprio ser. A América feita pelas mãos, mãos do trabalho, constitui o valor do que é produzido e a necessidade de expor seus frutos. O desenvolvimento comercial e industrial da cidade através da sua história é visto como um progresso pela população e pelo país.

A proeminência da produção industrial em relação à produção vitivinícola se impôs, no cenário da celebração festiva, inclusive pela exigência de ter cada vez mais espaço para exibir seus produtos na Feira Agro-Industrial. Em contrapartida, assegurava, com seu aporte financeiro, a oferta de novas e diversificadas atrações nos festejos populares, além da participação de um maior número de carros no Corso Alegórico. Por sua vez, a própria população, graças à mobilidade social, de um lado, e ao processo inclusivo encorajando a participação mais ampla possível, de outro, exigia maior cuidado e esmero em cada um dos signos do ritual de auto-representação. Em outras palavras, já não havia como fazer frente aos gastos necessários à sua realização que, a cada edição, se tornava mais complexa em sua elaborada liturgia festiva, sem falar da necessidade de um novo espaço, mais amplo e melhor qualificado para ser o *locus* da festa.

> O novo empreendimento, fruto de um projeto arquitetônico de vanguarda, inspirado em conceitos revolucionários em se tratando de pavilhões para feiras não temáticas, recebeu equipamentos de apoio como restaurantes, áreas de serviço e lazer, parque de estacionamento, sede administrativa, além do ajardinamento e valorização dos bosques que formam o seu entorno. O novo espaço parecia ser a metáfora da cidade e da região: representava o espírito empreendedor ao mesmo tempo em que exibia, no seu interior, um acúmulo de objetos fruto do domínio tecnológico

> conquistado até então. O Brasil tomava conhecimento, por exemplo, do primeiro caminhão "fora da estrada" produzido em território nacional e construído por uma empresa caxiense, ao mesmo tempo em que admirava a "obra de ourivesaria" nas espadas para o Exército brasileiro e a elegância dos barcos para marinas de outros estados. (RIBEIRO, 1998, p. 236).

Ao mesmo tempo em que era projetado o pavilhão como local da festa, outra medida, de impacto, foi tomada com o propósito de viabilizar o empreendimento e, também, como uma forma de assegurar recursos para a realização das Festas futuras: a constituição da Empresa Festa da Uva com o estatuto jurídico de Sociedade Anônima, como explicitado anteriormente.

A decisão de instituir uma empresa para gerenciar a organização da Festa associava um projeto destinado a fazer da Festa da Uva um empreendimento auto-sustentável ao mesmo tempo em que se fazia caudatária da ideologia do estado-empresa, vigente na década de 1970 e postulado entre outros, pelo próprio Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Passava-se da festa comunitária para a atividade empresarial. Passava-se do ciclo romântico para o ciclo real. Passava-se da Festa da Uva para a Empresa Festa da Uva Turismo Empreendimento S.A., da afirmação da identidade para a atração turística, da celebração para o negócio, segundo a autora.

A Festa, assim, passa da poesia para prosa, da importância de manter os vínculos sociais, do valor de troca dos sujeitos da Festa para o valor de troca mercadológica. Não cabe julgar e condenar a ação, o que se percebe é a intrínseca relação entre a evolução do capitalismo e industrialização com as relações e o modo de agir da sociedade como um todo. O foco de valorização passa a ser o tecnicista, o de consumo, de produção, de "desenvolvimento" econômico, de geração de empregos. Reproduzindo a alienação das mercadorias e a supervalorização do consumo, do ter, em prol do ser, nas relações.

Passou para "outras mãos" e agravou, em decorrência, a crise de identidade da Festa da Uva ao se distanciar mais ainda da comunidade local. Somente em 1993, quando as ações do governo estadual foram compradas pelo município, a Festa da Uva reconquistou seu estatuto original: o de ser um patrimônio dos caxienses.

Tão visível quanto a ameaça gerada pela necessidade de expansão da estrutura física para os Pavilhões de Exposição, era a crise da vitivinicultura decorrente da diversificação da estrutura econômica que se afastava da atividade

primária para o setor industrial. Segundo a autora, embora a situação de crise da vitivinicultura deva ser considerada como fenômeno pendular, a partir dos anos de 1930, alternando ciclos de boas safras e bom comércio dos vinhos com outros de perdas consideráveis, é no início dos anos de 1960 que o desenvolvimento industrial parece solapar a posição de destaque do cultivo da videira e da produção vinícola, particularmente no município de Caxias do Sul. Não deixa de ser significativo, portanto, que na Festa da Uva de 1972 a exposição da uva, a "rainha da festa", tendo sido feita em pavilhão de alumínio inadequado para aquele fim (a temperatura no interior do pavilhão fez as uvas murcharem em poucos dias).

A uva fora simbolicamente marginalizada em um espaço periférico e menos nobre, uma vez que o pavilhão principal, que contava com um espaço funcional adequado e valorizado sobremaneira pelo impressionante mural de Aldo Locateli, com 30,5 m de comprimento e 2,75 m de largura, representando a saga da Imigração Italiana, havia sido ocupado pela produção industrial. De fato, a exposição de uvas que, desde 1931, expressava a identidade dos ofertantes da Festa, a partir dos anos de 1970 perde espaço e prestígio em favor dos produtos industriais.

> O simbolismo da uva que fornecia a justificativa para o ritual de auto-representação dos ofertantes da festa perecia ameaçado, e a comunidade não se reconhecia nos novos símbolos. Não é, pois, de estranhar as reiteradas manifestações de desacordo com a minimização conferida à uva nas Festas das décadas de 1970 e 1980. A pergunta recorrente era sempre a mesma: "É a Festa da Uva, mas onde está a uva?". (RIBEIRO, 1998, p. 240).

A ambigüidade passou a ser um elemento visível na ritualidade festiva, e isso permite avaliar em que medida os novos símbolos (ainda que eficazes para impressionar os fruidores da Festa e garantir parte da receita necessária para sua execução) mostravam-se insuficientes para expressar a verdadeira essência da Festa da Uva. Isto é, a despeito da criação de um novo "pólo positivo" para a identidade dos ofertantes – o da região de Caxias do Sul ser o primeiro pólo metal-mecânico do estado –, a uva continuou sendo o núcleo da retórica e da liturgia festiva.

Assim, a uva que era a razão da Festa, a totalidade, passa a ser parte do todo, e, este todo reduz-se ao somatório das partes. A exposição de uva de um

lado é somado às diferentes atrações (exposição industrial) que a Festa-feira passa a representar.

Nas comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, cujos festejos inaugurais são fundidos à Festa da Uva de 1975, o conceito e a interpretação do selo comemorativo são, a propósito, eloqüentes e significativos. A crise de identidade se manifestava também no plano simbólico. Para a autora, uma nova relação do símbolo da uva, não mais carregado de sua força econômica, teria de ser buscada.

Os contornos da celebração da Festa da Uva de 1975, ampliados pela comemoração da importante data jubilar, não deixam dúvidas sobre a gravidade e a complexidade da crise em que esta auto-representação simbólica da comunidade acabou por mergulhar.

A Festa da Uva, segundo Ribeiro (1998), deve ser uma celebração da comunidade, em duplo sentido: no de celebrar seu passado e a experiência da trajetória contida nele e no de incorporar a comunidade como um todo na própria realização da Festa.

A gênese dessa crise, em sua aparência, parece estar num problema de ordem estritamente operacional: a falta de espaço condizente com a grandiosidade crescente da Festa da Uva. Mas, na realidade, havia outros aspectos envolvidos nesse problema, na aparência, simples. O principal deles é que, de acordo com o depoimento do prefeito Mário Ramos, o crescimento industrial da cidade era tão grande que muitas empresas não conseguiam espaço para expor os seus produtos e as suas realizações. Em outras palavras, a carência de espaço não era de espaço para a Festa, e sim para a Feira, uma de suas manifestações correlatas.

É importante ter em vista, segundo a autora, que a década de 1970 é conhecida com a do “milagre brasileiro”, com forte incremento dos índices nacionais de desenvolvimento econômico. A cidade de Caxias do Sul, com uma estrutura industrial diversificada e, relativamente ao restante do estado e do país, com razoável domínio tecnológico (inclusive por motivos ligados à sua tradição cultural), seria uma das cidades brasileiras mais beneficiadas – como também certamente mais afetadas em sua identidade cultural – pelas realizações do “milagre”.

Talvez seja desnecessário demonstrar que a modernidade – como ocorreu de modo geral em todo o país – significava, na realidade, um passo a mais na implantação da lógica de produção capitalista. Segmentos produtivos que, ou não

haviam se incorporado a ela, ou viviam num estágio ainda “arcaico” de produção capitalista, como as empresas familiares, passaram a se integrar progressivamente à nova modernidade, como condição de sobrevivência econômica.

Dentro desse quadro, não é de estranhar que a solução do problema de falta de espaço para a Festa da Uva tenha sido buscada num rumo diferente do seguido até aquele momento. Vale dizer, o princípio regulador que orientava o processo, centrado na comunidade, deslocava-se para o eixo “moderno” de empreendimento econômico.

Não chega a ser relevante, segundo Ribeiro (1998), o fato de os promotores da Festa, nessa década, invocarem valores tradicionais da comunidade para justificar a transformação da Festa da Uva em empresa turística. Tenham eles percebido ou não a relação, o fato é que essa decisão se insere na ordem de valores do novo modelo de desenvolvimento. Assim, a Festa da Uva, uma instituição, sob todos os seus aspectos, eminentemente comunitária, ao transformar-se em empresa, dissociava-se da comunidade.

> Como observa Mauss, quando não há limite à especulação da usura, desaparecem também “a alegria de dar em público, o prazer da despesa artística generosa, o prazer da hospitalidade e da festa privada e pública”. O caráter de dádiva espontânea e alegre parece de fato ser condição para a Festa, característica que entra em conflito com o espírito e com as regras da mais-valia. (1988, p.190 apud RIBEIRO, 1998, p.252).

Muitos sintomas da crise da Festa da Uva com a comunidade e, portanto, do papel que vinha cumprindo na construção da identidade local, poderiam ser enumerados. Basta, no entanto, citar um deles: a criação e a divulgação, por parte da Comissão Organizadora da Festa da Uva, do slogan “A Festa da Uva somos todos nós”. Mais uma vez, na aparência, o slogan remete ao princípio regulador da Festa da Uva. Na realidade, na medida em que é percebida a necessidade de enfatizar que todos são a Festa, é porque a comunidade já não é a sua orquestradora nem se considera incluída nela.

Para a autora, as queixas que a comunidade deixa perceber até vinte anos depois, são especialmente duas: a perda do lugar central que vinha sendo ocupado pela uva, como símbolo já cristalizado de toda trajetória da comunidade desde as suas raízes rurais, e a transformação da Festa numa espécie de quermesse de produtos à venda, muitos deles sem a menor relação com os fazeres locais. A título

de exemplo, nos *stands* da Feira, nesse período, encontravam-se à venda potes de cerâmica na Ilha de Marajó, rendas de bilro, do Nordeste, entre outros de igual procedência.

A sociedade é produzida pelas interações entre os indivíduos que a constituem. A própria sociedade, como um todo organizado e organizador, retroage para produzir os indivíduos pela educação, pela linguagem, pela escola. Assim, os indivíduos, nas suas interações, produzem a sociedade, que produz os indivíduos que a produzem, e isto se faz num circuito espiral através da evolução histórica.Não há d,e um lado, o indivíduo, e de outro, a sociedade; de um lado, a espécie, e de outro, os indivíduos; de um lado, a empresa com o seu diagrama, o seu programa de produção, os seus estudos de mercado, e de outro, os seus problemas de relações humanas, de pessoal, de relações públicas. Os dois processos são inseparáveis e interdependentes.

Como visto em Mauss, na Polinésia, por exemplo, dois elementos essenciais do *potlach* propriamente dito são o prestígio e a honra existindo para eles uma obrigação de retribuir as dádivas sob a pena de perder o *mana*, ou seja, a autoridade, o talismã, a fonte de riqueza que acaba sendo a própria autoridade.

O prestígio e honra para o nativo são fundamentais no processo de reciprocidade. Assim, pode-se explicar que o prestígio e honra de uma comunidade em fazer parte da reprodução de suas origens e reconhecimento da sua cultura torna-se fundamental para vivenciar a hospitalidade. O entendimento da comunidade como parte do processo cultural, o sentimento de honra da sua origem proporciona um acolhimento e uma convivência mais harmoniosa. O conhecimento de sua história e o respeito pelas diferenças de outras culturas proporciona a hospitalidade humana com mais valores de troca do sujeito e poesia.

A Festa da Uva deixou de ser dádiva para se transformar em mercadoria. Uma degradação que, aos olhos da comunidade, tirou dela o significado.

No sistema econômico atual, a dilapidação espetacular deixou de ter o significado simbólico e coletivo determinante que poderia assumir na festa e no *potlatch* primitivos. O consumo prestigioso também acabou por personalizar-se e comunicar-se através dos meios de massa. Os objetos se ordenam não só como diferenças significativas no interior de um código, mas como valores estatutários no seio de uma hierarquia, manipulando-se como signos que distinguem o indivíduo a um determinado grupo social.

Misturam-se e reduzem-se, assim, valores-sentimentos a valores-monetários, relações subjetivas a relações objetivas, complexidades a simplicidades, sujeitos a mercadorias. Uma vez assumidos os valores de produção acima dos valores culturais, a Festa deixa de ser um espaço de convivência e troca dos sujeitos para tornar-se um espaço de trocas mais mercadológicas, onde a lógica do consumo se sobrepõe à sócio-cultural.

A mistura de produtos que são comercializados na Feira estão no mesmo espaço da exposição das uvas e do que poderia resgatar os tempos da Festa. O maior espaço do pavilhão onde ocorre a Festa é destinado à exposição dos produtos da Indústria e dos patrocinadores. O Corso Alegórico inicia com maior destaque também aos produtos dos patrocinadores.

Nem a modernidade e a grandiosidade dos pavilhões construídos para abrigar a Festa e a Feira Agro-Industrial conseguiram, como talvez fosse o seu intuito, atrair a população para aquela que pretensamente deveria ser sua Festa.

Na retomada do processo de construção de uma identidade local por meio da Festa da Uva, nos anos de 1994 e 1996, segundo a autora, emerge um novo aspecto que cabe ser considerado, inclusive para demonstrar como o evento, ao mesmo tempo em que obedece a um princípio regulador, tem a flexibilidade suficiente para torná-lo capaz de se adequar a novas circunstâncias e a novas necessidades. Essa nova faceta poderia ser chamada de “globalização” da Festa.

Em todas as festas anteriores, a representação simbólica da identidade local tinha como endereço principal demarcar um espaço reconhecido no âmbito da nacionalidade brasileira. Com uma história e uma cultura feitas por imigrantes e seus descendentes, sofrendo por vezes, como durante a Segunda Guerra, o estigma de suas origens e do seu modo de ser e de viver, Caxias do Sul usou a Festa da Uva para, reiteradamente, reafirmar, para si e para os demais, a sua inserção na nacionalidade brasileira, não por suas origens, mas pelo mérito de suas realizações, consideradas dignas de destaque no contexto do país. As festas da década de 1950, para Ribeiro (1998), foram talvez as que representaram a culminância desse processo, associado à construção do Monumento Nacional ao Imigrante, já agora identificado como pioneiro e não mais como colono.

Dentro desse modelo de produção e de comércio, torna-se coerente a idéia de apresentar uma imagem da cidade capaz de ser identificada, sem maiores explicações, nesse novo plano de inserção da economia local, e de utilizar, para

tanto, a grande representação simbólica que é a Festa da Uva. Pelo menos na visão dos empresários locais, a Festa da Uva assume um papel utilitário bem caracterizado: o de ser um instrumento de propaganda institucional. Ottoni Minguelli, antigo empresário e também ex-presidente da Festa, assim definiu a missão deste evento, como aborda a autora (1998, p. 304):

> A Festa da Uva de Caxias é a maior propaganda da cidade. Ela fez Caxias crescer em todos os sentidos. A Festa mudou mas continua com sua missão: divulgar a cidade.

Trabalhar com comunidades e festas culturais envolve conhecimento do objeto de análise. Pensar no contexto histórico-social, refletir sobre as ações propostas com significados para os sujeitos envolvidos é essencial. Se a hospitalidade pode ser vivenciada e analisada por meio de uma festa, o planejar turístico de uma cidade para receber e ser hospitaleira envolve ações complexas que devem ser refletidas com conhecimento, diálogo e humanização.

3.6 O processo histórico da hospitalidade de Caxias do Sul

A noção de hospitalidade que os sujeitos entrevistados têm torna-se relevante como evidências para a análise proposta e reconstrução das categorias que constituem o conceito da hospitalidade. O conceito e a visão que se tem de um determinado objeto de análise influencia diretamente nas práticas dos sujeitos envolvidos.

Na busca da essência da hospitalidade o método DHE permite a reconstrução teórica em um nível de realidade que não pode ser quantificado. Assim, procura-se, pelo estudo de caso escolhido, o maior número de informações detalhadas com objetivo de apreender a totalidade de uma situação – as categorias que compõem a hospitalidade – pela descrição da complexidade de um caso concreto.

> "Eu deveria definir hospitalidade como uma virtude, porque para bem receber, seja na área que for, a recepcionista da empresa, a telefonista da empresa, o secretário municipal de turismo, o prefeito municipal, as pessoas envolvidas nessa área, os hotéis, os bares, os restaurantes envolvidos nessa questão da hospitalidade devem ter a virtude de bem hospedar, de bem receber... Então hospedagem eu acho que é isso, todos os agentes envolvidos... Então os hotéis têm que se preocupar com isso,

> os restaurantes têm que se preocupar com isso, o cidadão comum tem que se preocupar com isso, a ponto de se colocar a disposição. Quando ele ver uma pessoa que esta solicitando informações e que ele pode ajudar, auxiliar." (Sujeito A).

A hospitalidade para o sujeito A é uma virtude. Virtude, no dicionário de Língua Portuguesa Houaiss (2004) significa "qualidade de moral, a prática do bem, poder de produzir um efeito ou atingir um objetivo". A virtude é valor do sujeito, logo, a hospitalidade enquanto virtude é humana, é subjetiva, é ritualística e é moral.

Também aparece no conceito do Sujeito A que hospitalidade é ajudar, auxiliar. Uma vez que a hospitalidade se define a partir do outro, a *convivência* com o que é estranho, respeitando o outro em sua diferença é fundamental para a hospitalidade. A *convivência* envolve aproximar-se, ver, compadecer-se, cuidar, ajudar e auxiliar.

> "Eu meu habituei a entender a hospitalidade desde a leitura dos diálogos de Platão, que hóspede é o estrangeiro... Acho que é um tema que ficou muito relegado em segundo plano na história da humanidade... Isso devido a um problema do reconhecimento do outro, a história da humanidade, a história ocidental é a história da reconquista de aos poucos se aprender a reconhecer o outro. Por exemplo, quando os portugueses chegaram aqui encontraram os índios e depois voltaram para a Europa e ficaram discutindo nas universidades se os índios tinham alma, enfim, puseram em dúvida a identidade deles, essas viagens que desde as cruzadas eram viagens, onde do idêntico para o idêntico e não idêntico para o outro, para o diferente, só hoje as minorias começam a ser reconhecidas. Você podia também examinar essas questões sobre o ponto de vista da história da mulher, quanto tempo foi necessário para a mulher conquistar a cidadania. Então eu acho que a questão da hospitalidade esta ligada com a questão de reconhecer o outro. (Sujeito B).

A cultura grega, que dá origem à civilização ocidental tem como ponto de partida a idéia da identidade. Esta idéia no decorrer da história fez com que fossem esquecidas as diferenças. Procura-se sempre o conceito geral, verdadeiro, único, entretanto com o advento da ciência contemporânea descobriu-se que os conceitos, por exemplo, de cultura, de educação e etc., são conceitos que podem variar entre um povo e outro. O mesmo se pode dizer do conceito de hospitalidade, porém o fundamental na observação do sujeito B é de que a hospitalidade implica aceitar o outro, isto é, as diferenças, como ele é e por si mesmo, por seu valor intrínseco, ético e não apenas fundado em interesses comerciais de troca.

O grau amplo de conhecimento do sujeito B na área de Filosofia, etc., permite a transposição histórica do conceito (Grécia/Platão) indicando uma das categorias

da essência da hospitalidade, a *convivência*. Verifica-se, assim, um processo de consciência dos fundamentos da hospitalidade, por parte do entrevistado.

O conceito do sujeito B é o que mais se aproxima da tentativa desta análise em aprofundar a concepção de hospitalidade, pois aborda a importância do reconhecimento do outro para existência de hospitalidade: “Então eu acho que a questão da hospitalidade está ligada com a questão de reconhecer o outro.”

Ainda o sujeito B recorda que o conceito de hospitalidade nos diálogos de Platão se referem ao receber o estrangeiro, o que vem de fora, o estranho, o diferente: “Eu meu habituei a entender a hospitalidade desde a leitura dos diálogos de Platão, que hóspede é o estrangeiro [...]”.

Hospitalidade é algo complexo que implica uma percepção de profundidade, que aborda o reconhecimento do outro, ou em termos mais adequados, o *acolhimento* e a *convivência*. Como no mito de Glauco e Diomedes que retrata o reconhecimento de um ao outro, retratado no capítulo dois.

> “Como hoje a existência das minorias esta reconhecida pela própria legislação, pelos direitos fundamentais, há uma mentalidade favorável a isso que antes não havia. Agora, a um outro aspecto que é o seguinte, existe uma hospitalidade natural, por exemplo eu acho que o povo brasileiro tem uma hospitalidade natural, espontânea, eu acho que em alguns lugares do Brasil se é bem recebido naturalmente sem problema nenhum, agora existe uma outra hospitalidade, que é uma hospitalidade interesseira, comercial, a gente é bem recebido em muito lugares da Europa atualmente por motivos comerciais”. (Sujeito A).

Também distingue a hospitalidade daquela que vem da educação e da cristã, ambas mais profundas: “Eu acho o tema muito profundo, eu faria essa distinção essa hospitalidade que nasce da educação, da pessoa ser gentil com o outro, uma hospitalidade muito mais profunda, mais cristã, na linha da caridade, na linha do cristianismo, o cristianismo sempre educou para o reconhecimento do outro”.

> “Quando o turista que leva para o país dinheiro ele é bem recebido só por este motivo, fora este motivo ele é um estorvo só atrapalha a vida das pessoas. Eu acho o tema muito profundo, eu faria essa distinção essa hospitalidade que nasce da educação, da pessoa ser gentil com o outro, uma hospitalidade muito mais profunda, mais cristã, na linha da caridade, na linha do cristianismo, o cristianismo sempre educou para o reconhecimento do outro”. (Sujeito B).

O sujeito B ainda afirma que existe uma outra hospitalidade, aquela com *valores de troca mercadológica*, regidas pelo mercado, pelo interesse monetário, que não olha o outro como um ser humano, mas sim, como um número com qualidade comercial: “existe uma outra hospitalidade, que é uma hospitalidade interesseira, comercial, a gente é bem recebido em muitos lugares da Europa atualmente por motivos comerciais. Quando o turista que leva para o país dinheiro ele é bem recebido só por este motivo, fora este motivo ele é um estorvo só atrapalha a vida das pessoas”.

> “O meu entendimento sobre hospitalidade tem a ver com alguns verbos que seriam o receber, o abrir, o compartilhar e o dividir e também com alguns cenários, onde poderia ser a casa, a família e a cidade, tem a ver com as instituições como pano de fundo e tem a ver com hábitos que possam representar essa possibilidade de dividir aquilo que tem de mais agradável.”(sujeito C).

O sujeito C define a hospitalidade com o receber, o abrir, o compartilhar e o dividir, ou seja, estão presentes as categorias de análise *acolhimento, convivência e valor de troca do sujeito*. Observam-se nessa perspectiva dois momentos: o do acolhimento e o momento propriamente da troca. Para ocorrer a hospitalidade, primeiro se *acolhe*, depois há a *convivência* com *valores de troca* do sujeito, de valor humano, pois são sujeitos que visitam e são visitados. Também aborda “o abrir a casa”, como Baucis e Filêmon o fizeram, conforme retratado no mito da Hospitalidade no primeiro capítulo.

> “Acho que o conceito de hospitalidade ele dá a idéia que o hóspede sempre tem algo a oferecer que cria uma atração para aquele que recebe, lógico dependendo da cultura isso se altera, por exemplo, os esquimós, eu uso isso sempre na aula com meus alunos, em algumas leituras mostram que eles ofereciam as mulheres e isso tem a ver com o ponto de atração. Então eu diria que o conceito de hospitalidade ele passa a ser compreendido no momento em que se define realmente essa questão do poder compartilhar, do abrir a casa” . (Sujeito C).

Conceitua hospitalidade também sob uma ótica cultural, onde cada povo receberá e acolherá de maneira diferente, dependendo da cultura em que está inserido: “Acho que o conceito de hospitalidade dá a idéia que o hóspede sempre tem algo a oferecer que cria uma atração para aquele que recebe, lógico dependendo da cultura isso se altera, por exemplo, os esquimós [...]”.

A idéia de reciprocidade também está presente na concepção do sujeito C quando aborda que: “Acho que o conceito de hospitalidade, ele dá a idéia que o hóspede sempre tem algo a oferecer que cria uma atração para aquele que recebe [...]”.

> “Significa ato ou efeito de hospedar. Na verdade parece estar ligado a uma forma de acolhimento temporário de um viajante. Assim se estabelecem as relações entre: quem hospeda? Como hospeda? Quem é o hospede?” (Sujeito D).

Já para o sujeito D hospitalidade significa “ato ou efeito de hospedar” e “acolhimento temporário de um viajante”, ou seja, percebe-se uma concepção que reduz a noção de hospitalidade a um serviço dentro do sistema turístico, o da hospedagem, hotelaria.

Ocorre, no entanto, o *acolhimento* de um sujeito viajante, mas a teoria da hospitalidade é estudada de forma muito mais complexa, e, o turismo se apropria dela por ser um fenômeno humano de extremo valor para as práticas e análises turísticas. São os sujeitos (turistas) e os sujeitos (população local) que acolhem, trocam, convivem. A hospitalidade é vivenciada entre esses sujeitos.

> “É algo de dentro do ser humano. Que ocorre de dentro para fora. É o receber, principalmente o estranho. É acolhida, sentimento.” (Sujeito E).

A troca de valor do sujeito, como algo do ser humano, está presente no conceito do sujeito E, que diz que hospitalidade: “É algo de dentro do ser humano. Que ocorre de dentro para fora. É o receber, principalmente o estranho. É acolhida, sentimento”.

Como demonstram as concepções abordadas, a maioria dos sujeitos entrevistados tem em vista a intersubjetividade, a humanidade, o *acolhimento* e a *convivência*, fundamentos da hospitalidade. Nisto observa-se o receber, o ajudar, o abrir-se, o reconhecimento do outro em sua diferença, ou seja, uma visão de hospitalidade mais complexa e aprofundada em laços sociais, ritualísticos e de reciprocidade, constituintes da hospitalidade como *valor de troca do sujeito*, portanto humanizador.

> "Eu acho que hospitalidade é uma das coisas mais importantes da pessoa humana. É tu saber receber, querer receber, é tu aceitar o receber". (Sujeito F).

Entretanto, notam-se alguns pontos contraditórios presentes na idéia sobre hospitalidade, onde por um lado há um aprofundamento do tema como segue no conceito A: "Eu deveria definir hospitalidade como uma virtude...", mas que logo após, o sujeito utiliza a palavra "hospedagem" como sinônimo de hospitalidade:"[...] então hospedagem eu acho que é isso, todos os agentes envolvidos [...]. O sujeito acaba ligando também a hospitalidade a um sentido comercial, de receptivo turístico quando aborda que: "Então os hotéis têm que se preocupar com isso, os restaurantes têm que se preocupar com isso [...]". Nota-se também que o sujeito demonstra a contradição entre o ideal da hospitalidade (teoria) e as práticas exercidas (trocas mercadológicas), pois inicia dizendo: "Eu deveria definir hospitalidade [...]", ou seja " deveria".

Por outro lado aparece, em menor quantidade, uma tendência do uso do conceito de hospitalidade como sinônimo ao ato de hospedar, englobando a questão do hóspede, do hotel e da "atividade" voltada ao mercado turístico e de serviços. Uma ótica representada pela visão de mercado, de consumo e de gestão, ou seja, de *valor de troca mercadológico.*

Percebe-se, em conseqüência, níveis de concepção de hospitalidade de caráter mais existencial, humano, de trocas dos sujeitos com sujeitos, um outro nível da gentileza, da educação, da presteza e aquele nível mais comercial, de interesse.

Embora nem sempre se perceba a passagem de um nível para outro é importante salientar que a hospitalidade em termos do Turismo, além de possuir uma dimensão mercadológica tenha também uma dimensão humana, portanto ética.

Quanto ao questionamento sobre se os sujeitos consideram a cidade de Caxias do Sul uma cidade hospitaleira ou não, inúmeros e distintos pontos de vista surgiram. Diferentes temáticas foram abordadas, como que Caxias era mais hospitaleira no passado do que agora:

> "E infelizmente nós passamos a ser uma cidade turística de passagem, ou seja, o turista vem para cá fica poucas horas e vai embora para Gramado e Canela, onde ele vai se hospedar... antes eles ficavam, os hotéis estavam sempre lotados". (Sujeito A).

O que foi relatado demonstra uma similaridade aos depoimentos da pesquisa de Dartora (2005) onde há um *imaginário* de que a cidade passou a se voltar mais para a indústria. Há também um certo saudosismo de que "antes" era diferente, que muita coisa se modificou em detrimento do desenvolvimento econômico da cidade representado pela indústria e, nota-se também a comparação da cidade de Caxias a outros municípios vizinhos que são considerados mais Turísticos e hospitaleiros do que a cidade.

> "Caxias foi mudando e se transformou num centro metal-mecânico, que tem grandes indústrias, mas que algumas tão morrendo também, o que acho lamentável e Caxias vai ter que achar um rumo porque ela perdeu o vinho, ela perdeu a uva, agora ela esta perdendo a metalurgia, o turismo morreu. Porque Caxias é a cidade mãe do turismo do Brasil, foi a primeira festa e todo mundo copiou, a Festa da Uva. Esse esquema de ter Rainhas, todas são netas, bisnetas da Festa da Uva. Os caxienses são muito criativos". (Sujeito F).

Para Dartora (2005) é unânime a afirmação de que a relação da cidade com o Turismo seria frágil e deixaria muito a desejar, principalmente em relação ao Turismo de lazer.

Constatou, em sua pesquisa, que a percepção dos entrevistados é de que a cidade pode orgulhar-se do seu vasto setor industrial e do reconhecimento nacional do seu nome como pólo metal mecânico. Ao mesmo tempo, nota certo sentimento de perda em relação aos reduzidos incentivos no setor turístico da cidade, uma vez que no passado, o Turismo foi uma atividade mais marcante. Ocorre que, naquela época, segundo a autora, a cidade ainda estaria por encontrar sua atividade econômica principal, que viria a ser a indústria. Na indústria, principalmente na metal mecânica, estavam as promessas de lucro e de desenvolvimento. Atribui o maior desenvolvimento da indústria ao fato da imigração italiana que se deu na região.

A pesquisa da autora foi aplicada somente para pessoas que atuam diretamente com o Turismo. Os discursos são similares inclusive à outra pesquisa realizada sobre o tema em Caxias no ano de 2001, para conclusão do Curso de Turismo na PUCRS, em Porto Alegre: a de que há um imaginário caxiense sobre a fragilidade do Turismo na cidade, as pessoas demonstram ter consciência da perda ao mesmo tempo em que demonstram ser difícil e não saber como retornar, talvez, àquele nível de visão turística para progredir. A forte presença e a "escolha" da indústria seria a causa mais relacionada ao não desenvolvimento do Turismo na cidade.

> "Acho que Caxias tem uma criatividade que em outros lugares não tem, Caxias se dedica ao trabalho com uma seriedade, se dedica a produção, mas não tem sensibilidade para convívio social. Isso é cultural e acho que passa um pouco também com a história da imigração ligada com o capitalismo [...] as pessoas tem um traço de desconfiança, que acho que faz parte de nossa cultura [...] não só, cultura que nasce do processo histórico que tem determinações, por exemplo um traço de racismo ligado a isso". (Sujeito B).

O imaginário do "não" desenvolvimento turístico da cidade e a não vocação para o turismo de lazer, está diretamente ligado à noção e práticas de hospitalidade da comunidade, ou seja, o povo não poderia ser hospitaleiro, pois se não há turismo, não há acolhida e, assim, a cidade não é hospitaleira e, se não há hospitalidade não se consegue desenvolver o turismo e receber bem. Esse imaginário torna-se um ciclo vicioso, de baixa auto-estima da comunidade na valorização de suas raízes, de sua cultura.

Já, outros sujeitos responderam que Caxias é uma cidade hospitaleira, por diversas razões ligadas à infra-estrutura hoteleira atual e pelo seu histórico de receber:

> "Sim, pois ao contrário do que muitas pessoas pensam, Caxias é uma cidade que sempre acolheu diversos povos desde o início da imigração até hoje. Grande parte da população não nasceu aqui. Caxias é aberta." (Sujeito E)

Evidencia-se na fala do sujeito E a noção de hospitalidade caxiense exemplificada pelo *acolhimento* de diferentes povos que na cidade foram se estabelecendo: "[...]Caxias é uma cidade que sempre acolheu diversos povos desde o início da imigração.", mas se, parte-se da análise de que para ocorrer a hospitalidade não basta somente a *acolhida*, mas também a *convivência* e a troca entre os sujeitos que recebem e são recebidos. Não fica claro se ocorre reciprocidade na idéia do sujeito E, uma vez que a hospitalidade é uma via de duas mãos.

Também se observa na fala do sujeito E o imaginário dos cidadãos caxienses, confirmando a idéia anteriormente exposta sobre o desenvolvimento do Turismo na cidade: "Sim, pois ao contrário do que muitas pessoas pensam [...]".

> "Creio que sim já que apresenta as condições de hospedagem, ou seja, a infra-estrutura necessária para receber visitantes. Tal condição é histórica, aliás, teve desde seus primeiros tempos uma vocação para a hospedagem.O hotel Bela Vista e o Hotel Menegotto foram famosos nos primeiros anos do século XX. Faziam almoços e festas requintadas. Havia ainda os hotéis de Ana Rech, entre os quais o Bela Vista (antes Basso) que servia para *as luas de mel* da região e do estado...A serra era procurada por viajantes que vinham vender produtos das importadoras da capital... Os hotéis de Caxias eram famosos por sua comida com sua culinária internacional vasta e variada e ainda as docerias como a Passeti. Lembranças de entrevistados dão conta que os hotéis mandavam buscar os hospedes na estação ferroviária com carruagens e mais tarde com carros como os melhores hotéis atuais [...]".(Sujeito D).

Já na fala do sujeito D há duas linhas de explicação para a hospitalidade de Caxias: uma voltada à infra-estrutura hoteleira: "[...] Creio que sim já que apresenta as condições de hospedagem, ou seja, a infra-estrutura necessária para receber visitantes." E outra que exemplifica o atendimento diferenciado que antigamente se dava aos hóspedes que aqui chegavam na cidade: "[...]Lembranças de entrevistados dão conta que os hotéis mandavam buscar os hospedes na estação ferroviária com carruagens [...]". Nota-se, porém, que as duas linhas acabam voltadas ao ato de hospedar, que consequentemente adotam uma postura mais comercial, pois prestam um serviço ao visitante.

> "Alguns momentos sentimos a cidade muito hospitaleira no sentido que ela se prepara para receber seus hóspedes, ela se prepara para receber seus visitantes, por outro lado, ela não tem uma infra-estrutura para esse recebimento, no sentido de pontos de atração, a questão da própria rede hospedeira, a questão turismo, dos hotéis, dos bares, teatros, cinemas. Então, eu diria que historicamente a cidade de Caxias tem uma série de contradições para essa idéia que ela gostaria de receber, mas ela não investe nesse recebimento. E isso se comprova no sentido dos próprios horários de funcionamento de seus restaurantes, dos bares. Ela não tem bares seletos, ela não tem bares para faixas etárias diferenciadas, ela não tem essa cultura que reflete uma certa mentalidade nessa questão de atender públicos diversos [...] Ela tem ao mesmo tempo espaços de grande hospedagem vinculados com interesses econômicos, mas mesmo ao mesmo tempo, na vida cotidiana da cidade, ela não tem bem essa cultura ainda de receber, de dividir, de abrir, ela tem uma agenda, um calendário que de certa forma nas últimas décadas não modificou". (Sujeito C).

Constata-se também a similaridade da fala do sujeito D com o sujeito C quanto à explicação da hospitalidade caxiense ligada à infra-estrutura e serviços necessários para receber um visitante ou turista: "[...] ela não tem uma infra-estrutura para esse recebimento, no sentido de pontos de atração, a questão da própria rede

hospedeira, a questão turismo, dos hotéis, dos bares, teatros, cinemas". Ou seja, a hospitalidade é abordada e voltada a um interesse comercial, econômico. Também, como relata o sujeito C, não há uma cultura de bem receber a não ser pelo calendário programado anteriormente de eventos, o que fortalece a idéia de uma hospitalidade "montada" para um determinado fim.

Nas respostas dos sujeitos entrevistados quanto à hospitalidade de Caxias do Sul, surgiram categorias emergentes de análise, que relacionam a cidade de Caxias do Sul com o seu processo de hospitalidade, como: trabalho, lazer, indústria, educação e cultura.

Percebe-se, no conteúdo das entrevistas, uma relação de oposição, uma "dicotomia" entre indústria e hospitalidade e, trabalho e hospitalidade como explicação de fenômenos recorrentes à cidade ser hospitaleira ou não, já explicitado anteriormente com o *imaginário* da população em relação ao desenvolvimento do turismo na cidade.

> "Com o desenvolvimento industrial da cidade ela tomou rumos mais do trabalho que da hospitalidade, ela passou a esquecer um pouco, embora tenha sido um esforço da Secretaria do Turismo, a divulgação que é feita da cidade, mas a essência da cidade mudou. Então ela deixou de ser um atrativo turístico em si e passou a ser uma cidade industrial [...] Antigamente eu acredito que seria até mais, porque as pessoas tinham mais tempo e podiam dedicar mais atenção a essas pessoas. Acho que o impacto das visitas dos turistas se tornava bem maior". (Sujeito A).

Conforme exposto pelo sujeito A, a cidade tomou mais rumos do trabalho que da hospitalidade. Nota-se a intrínseca relação entre o desenvolvimento industrial com a maneira de receber das pessoas, uma vez que pensa que "[...] a essência da cidade mudou". Nota-se também a referência que o sujeito faz com a mudança da quantidade de tempo dos cidadãos caxienses em receber:"[...] as pessoas tinham mais tempo e podiam dedicar mais atenção a essas pessoas [...]".

> "O que está por trás da mentalidade, das ações e das práticas culturais de Caxias é o espírito da cultura do trabalho... o colono sempre teve vontade de progresso. Se criaram fábricas e depois indústrias, inicialmente por necessidade, função, pois não podiam ir até o Caí comprar panelas, por exemplo... existe a cultura do trabalho, da terra, da valorização da posse das coisas pois vieram para cá sem nada [...] Hoje mudou um pouco a mentalidade, mas não muito. Por ex. as pessoas viajam mais, dão mais valor para os estudos, lazer, teatro, mas ainda está bastante enraizado nas pessoas a cultura do trabalho. Produção. Os imigrantes italianos sempre trabalharam muito com as próprias mãos e a fabricação das coisas foi importante pois eles não tinham acesso...As pessoas dizem que a cidade

> não possui barzinhos como Floripa, por exemplo, isso nunca vai ocorrer pois nosso clima não permite. É diferente de lá. Dizem também que não se tem onde ir aos domingos ou os restaurantes não abrem aos domingos à noite, isso ocorre pois segunda é dia de trabalhar e acordar cedo. Um restaurante não fica aberto até as três horas pois para eles esse não é mais horário de almoço/ trabalho. A população está voltada para o trabalho, por isso a valorização do trabalho antes do lazer". (Sujeito E).

O sujeito E e o Sujeito B abordam fortemente a idéia da cultura do trabalho enraizada na população caxiense como explicação para suas ações e modo de ser: "[...] O que está por trás da mentalidade, das ações e das práticas culturais de Caxias é o espírito da cultura do trabalho[...] ", para o sujeito E, e para o sujeito B além da presença da cultura do trabalho, aborda a dificuldade dos caxienses em conviverem socialmente: "[...]Caxias se dedica ao trabalho com uma seriedade, se dedica a produção, mas não tem sensibilidade para convívio social."

Estas análises nos remontam às idéias de De Masi (1999), que aborda que a humanidade prefere hoje em dia perder o reino da felicidade do que o hábito de trabalhar. Quem sua por seu pão sonha com tempo livre, mas quando o consegue entra em profunda depressão nervosa. É, portanto, mais do que provável que o homem comum se insurja contra a idéia de se libertar do trabalho porque receia que se alastre um colapso nervoso generalizado, provocado pela necessidade de descartar, num prazo de algumas décadas, uma infinidade de costumes e instintos que foram se enraizando durante inúmeras gerações e que continuam ainda regidos pela necessidade de ganhar o pão com o suor do próprio rosto. Para o autor, a humanidade prefere hoje em dia perder o reino da felicidade do que o hábito de trabalhar.

Pode-se incluir a cidade de Caxias do Sul, conforme histórico relatado anteriormente e pela fala dos entrevistados, na idéia do autor, que a sociedade do desenvolvimento foi também uma sociedade do trabalho. A vida dos homens era construída em torno do trabalho. A educação era orientada como preparação para o mundo do trabalho, o tempo livre como descanso para novo trabalho, a aposentadoria por uma vida de trabalho, Além disso, o trabalho não era apenas considerado necessário para ganhar com o que viver, mas também como valor em si. Havia um orgulho no próprio trabalho e nas realizações do trabalho. A preguiça era severamente estigmatizada. Pode-se até mesmo dizer que a figura do homem trabalhador representou o ideal desta sociedade.

> [...] a centralização da produção no pólo metal mecânico deixando de lado a produção tradicional vinícola, moveleira e moageira transformou a paisagem e a cidade. Os velhos moinhos e as velhas vinícolas familiares são abandonadas dando inicio a uma nova indústria familiar mais condizente com os dias e as necessidades do mercado atual.Hoje há os roteiros turísticos que tem agradado os visitantes. O turismo tem se tornado importante ramo dos serviços da região,bem mais atrasado que a de Bento Gonçalves, que com seus caminhos de pedra e seus caminhos do vinho trazem milhares de visitantes para a cidade..As pequenas propriedades também se especializaram mudando a antiga produção vinícola (caramanchão) pela de espaldeiras.as castas americanas pelas européias Há ainda associação com as grandes empresas produtoras de produtos alimentícios com a adoção dos "galinheiros " vinculados ao empresas. As novas relações de produção trazem uma nova forma de ser". (Sujeito D).

A cultura do trabalho é um valor. Tem uma dimensão ética e moral para se constituir em valor. Pode ser analisado como uma diretriz da construção social, em que percebe-se que há uma "ordem" nesta sociedade cultural que determina que as pessoas devem trabalhar. Esta mentalidade, segundo conversa com Piazza, pode estar ligada à raiz da mentalidade camponesa e feudal. O camponês italiano, imigrante, veio para cá com o objetivo de ser dono de uma terra. Com muita luta e esforço conseguiu, o que aumenta o sentimento de posse ligada ao orgulho de vencer, como sentido para sua vida.

Assim, o tempo da população está mais voltado para o trabalho, do "gerar para". É o tempo da prosa. O tempo do lazer, do ócio, do turismo, que é um tempo para usufruir e sentir prazer, são minimizados por uma espécie de "culpa coletiva" ligada historicamente à mentalidade do trabalho e a dogmas religiosos.

A fala do sujeito B explicita as raízes históricas determinadoras do modo de ser da população caxiense: "[...] as pessoas têm um traço de desconfiança, que acho que faz parte de nossa cultura"... não só, cultura que nasce do processo histórico que tem determinações [...]".

Ligando o processo histórico da cidade, a hospitalidade com uma forma implícita de interesse pode ser observada na fala do sujeito C, que aborda que a criação dos centros tradicionalistas da cultura gaúcha foram estratégias econômicas de recebimento das pessoas que migraram para a cidade como mão-de-obra para a indústria:

> "Caxias hoje é um dos lugares que tem o maior índice de instituições tradicionalistas do estado. Porque foi uma estratégia econômica para o recebimento de pessoas que vinham de fora, que não eram italianas e que absorveram isso como seu... E nós vamos ter isso muito forte, pois é nesse período que as indústrias do ramo metal-mecânico elas vão crescer, vão se

> expandir com mão de obra que não é italiana... mas que vai se dizer italiana através desses hábitos. Então esse modelo ele é forte, ele vai ter essa força principalmente no meio metal-mecânico, no elétrico e no metalúrgico, onde ela vai levar para fora da cidade a imagem de uma cultura italiana que é fruto dessa massa". (Sujeito C).

Fatos econômicos são relatados para explicação histórica do processo de hospitalidade na cidade:

> "Acho que a cidade perde porque ela acaba não fazendo investimentos lá ainda no passado na rede hoteleira. A medida que tem a rede hoteleira, teria que fazer investimentos em infra- estrutura, mas sempre restringiu muito seus atrativos, no sentido do turismo. Já é tempo de termos museus da indústria, museus do trabalho, museus que poderiam ser vinculados com o processo pedagógico e a cidade nunca fez esses investimentos. Então acho que a cidade perdeu porque ela se restringiu a suas atividades, ela não transformou isso na parte de infra-estrutura como algo que pudesse agregar e ter retornos posteriores para a própria indústria". (Sujeito C).

Aparece constantemente, nas entrevistas, a ligação do processo histórico da cidade de Caxias do Sul com a evolução provinda do capitalismo. O desenvolvimento industrial como orgulho, de mostrar o que se tem para saber quem se é. Percebe-se que é a ocupação econômica que irá coordenar o espaço da cidade. É o modelo econômico industrial, de supervalorização do trabalho, da culpa do ócio, talvez pelas necessidades passadas pelos imigrantes, que irá respingar no modo de vida da população. No modo de ser, pensar e agir.

Em virtude disso, a hospitalidade também será influenciada por esse processo, uma vez que a cultura predominante, como se percebe também pela fala dos entrevistados, é a do trabalho. O receber, o se abrir para o outro não será completo. A troca mercadológica acaba prevalecendo a troca dos sujeitos, como explicitadas nas falas dos entrevistados a seguir:

> "Eu acho que Caxias não é muito hospitaleira ainda [...] ela se volta muito para si, para os próprios interesses. Explicar esse fenômeno eu não sei, acho que deveria ser explicado através de variáveis colocadas por um método sem ser puramente opinião. Agora assim em termos de conhecimento comum, em termo de opinião eu acho que Caxias por cultura, ela é uma comunidade isolada, eu também vivi muito tempo em POA e percebi um pouco essa diferença. Sei por exemplo, que as coisas daqui são sempre consideradas importantes, são consideradas melhores, então tem uma dificuldade de reconhecer. Então a indústria e comércio daqui se acham pujante, a universidade se acha mais importante e assim por adiante. Um grau de superioridade porém sem objetividade, há muita coisa interessante fora daqui que nós podemos aprender ". (Sujeito B).

Na fala do sujeito B, constata-se a existência de um sentimento de superioridade, de fechamento para o diferente, de comunidade um tanto isolada em seus princípios: "[...] ela se volta muito para si, para os próprios interesses". Se uma comunidade se volta muito para si, ela não propiciará o acolhimento generoso e conviverá com o diferente em harmonia, sem medo. Nota-se , na cidade, uma existência de cultura de julgamentos, de paradigmas sociais, de valores muitas vezes ultrapassados que pregam o que a pessoa é pelo que ela tem ou pelo que ela faz.

O sujeito C também aborda essa idéia, de que há um interesse específico na hospitalidade caxiense, voltada a valores mais econômicos. Também aborda a questão da abertura, do compartilhamento:

> "A cultura de Caxias é uma cultura muita fechada, [...] muitas vezes nós recebemos pessoas na nossa casa e o italiano não recebe na sua casa, só realmente o conhecido depois que ele já criou um hábito, ele já tem um conhecimento ou ele tem um interesse específico naquele ato de recebimento. Então acho que tem uma diferença sim, nessa questão de abertura, e os nossos italianos, principalmente os italianos mais da colônia, eles são muito receptivos, eles são mais abertos, eles se colocam numa cultura mais de compartilhar [...] Então aqueles que saem da cidade e vão estudar fora e retornam sentem essa diferença em relação a práticas culturais, hábitos que a cidade de alguma forma não desenvolveu." (Sujeito C).

Ao mesmo tempo de certa crítica à não abertura da comunidade, a receber o outro, o diferente, percebe-se diferentes opiniões entre os entrevistados:

> "O cidadão caxiense se contenta em ter uma vida interna muito fechada, muito familiar, no circuito de amigos e muitas vezes no circuito de clubes. E ele faz, muitas vezes, esse alimento cultural, nas suas férias quando ele viaja, quando ele vai ao exterior. Isso tem a ver com a cultura e eu acho que a educação aqui é muito conservadora. Acho que se nós tivéssemos uma educação mais ampla que permitisse isso, certamente nós teríamos um outro retorno [...] Acho que a cultura é sempre o conjunto de práticas que define as relações sociais, que tem todo esse simbolismo, que dá essa idéia do conjunto, então entra a questão da educação, na questão da educação entram os valores, nos valores entram os princípios, os princípios estabelecem prioridades e isso mostra o modo de ser do indivíduo. E eu acho que Caxias tem esse limite ainda por ser uma cidade conservadora. Acho que um dos responsáveis por esse conservadorismo é a educação." (Sujeito C).

O estranhamento daquilo que não é mais cultivado culturalmente e na memória do cidadão – pela sua história –, relaciona-se a um vazio que é

preenchido pelo “progresso” e desenvolvimento da indústria. Pelos valores do consumo e de produção. As práticas de hospitalidade, o receber da população, ou seja, o acolhimento e a abertura para convivência também passam a ser regidos, mesmo que inconscientemente, pelo valor de troca mercadológico.

PARA CONCLUIR: CAMINHOS PARA A HUMANIZAÇÃO DA HOSPITALIDADE

O desafio proposto nesse projeto de investigação tenta reconstruir fundamentos teóricos sobre a concepção de hospitalidade como um processo com ênfase voltada a um saber-fazer humano, contrapondo ao reducionismo estabelecido em suas práticas mercadológicas.

A hospitalidade vista e analisada por conceitos empíricos, igualada à gestão hoteleira, à indústria e à qualificação no atendimento turístico, reduz o entendimento subjetivo das trocas culturais e humanas estabelecidas entre os sujeitos visitantes e visitados no processo do encontro.

O reducionismo não abrange a totalidade do mundo em que vivemos nem contribui positivamente para a desordem, para a degradação do ecossistema e para a violência urbana cada vez mais presentes no nosso cotidiano.

A abertura teórica pode ser um início ao desvelamento e rupturas pragmáticas do pensamento mutilador da humanidade.

A análise do crescimento do turismo de forma contraditória gera o afastamento humano e, conseqüentemente, restringe o conceito de hospitalidade a "uma nova marca no produto" e não mais a uma relação de encontro e convívio interpessoal.

Um novo paradigma nascente se opera em progressivas travessias: passamos da parte para o todo, do simples para o complexo, do local para o global, do nacional para o planetário, do planetário para o cósmico, do cósmico para o mistério e do mistério para Deus, conforme Boff (2006). Esse novo paradigma compreende a Terra não mais como uma adição ao físico, do vital, do mental e do espiritual. Ela é simultaneamente todas estas dimensões, formando uma totalidade complexa e um sistema aberto a novas incorporações. Todos os seres se entrelaçam em redes inter-retro-conexões no interior desta totalidade complexa, cósmica, terrena, biológica, antropológica e espiritual. Nem a Terra nem o ser humano estão prontos. Continuam evoluindo, se expandindo e nascendo em processos de gênese continuada.

O pensar complexo abre caminhos vastos e mais abrangentes que outras teorias coerentes. Precisamos de mais discursos multidimensionais não totalitários, teóricos, mas não doutrinais, abertos para mais incertezas, não somente ideais, pois as coisas nunca serão totalmente encerradas no conceito, e o mundo também nunca será aprisionado no discurso, conforme nos coloca Morin (1990).

A questão da complexidade não surge apenas a partir de novos desenvolvimentos científicos. É preciso enxergá-la na vida cotidiana dos seres humanos, onde ela parece em geral ausente.

Como pensar complexo, então, em hospitalidade, sem cair na armadilha da ótica de mercado? Onde poderíamos "encaixar" a concepção da valorização do sujeito numa realidade capitalista em que fazemos parte? Como quebrar barreiras para se pensar em hospitalidade voltada para o *trade* turístico, para o planejamento turístico ou para o "preparo" de uma cidade para um grande evento? Não existe uma fórmula que pode ser aplicável e que se obtenha um resultado, como um mais um é igual a dois na matemática. Justamente por nos depararmos com algo complexo é que não podemos reduzir a hospitalidade a uma ótica de aplicabilidade, como nos programas de qualidade da indústria. Acreditamos que o início do caminho é o entendimento de sua grandeza e imensuração.

A hospitalidade incondicional, do *acolhimento*, da *convivência* e do *valor de troca do sujeito* deve inspirar a hospitalidade condicional organizada pelas políticas do Estado e pela sociedade, propiciando assim, a formulação de boas leis e inspirando políticas públicas mais generosas.

A hospitalidade condicional, "comercial" precisa da hospitalidade incondicional para não cair no burocratismo e engessar suas práticas, evitando assim, a perda do espírito de abertura, essencial a toda acolhida humana.

A desordem, o medo e as incertezas fazem parte do processo. É difícil para os seres humanos, numa concepção de mundo em que vivemos, na busca da praticidade das coisas, priorizarem a complexidade de análises. Não é utopia, é algo claro quando paramos para enxergar os acontecimentos ao nosso redor. O caos do mundo nas relações humanas, relações entre os seres humanos e com o meio ambiente e a sociedade em que vivem. As respostas da natureza contra o

homem, o aumento da violência, da falta de humanismo com o todo do qual fazemos parte.

A complexidade situa-se num ponto de partida para uma ação mais rica, menos mutiladora. Quanto menos um pensamento for mutilador, menos mutilará os humanos. Muitos dos sofrimentos que milhões de seres suportam resultam dos efeitos do pensamento parcelar e unidimensional, segundo Morin (1990).

É preciso abrir a possibilidade de um conhecimento simultaneamente mais rico e menos seguro. Os seres humanos são educados dentro de uma simplificação de conhecimentos, objetivos e quantificáveis, não desenvolvendo autonomia e capacidade de reconhecimento das complexidades e subjetividades que fazem parte do processo de suas vidas. O pensar complexo não é uma receita para conhecer o inesperado, ela não resolve por si própria os problemas, mas torna-se fundamental para se pensar em estratégias para resolvê-los.

Não se pretendeu chegar a um novo conceito de hospitalidade, um conceito redondo, fechado. Um conceito fechado reduz sua complexidade. Esta análise abre possibilidades de olhar a hospitalidade mais subjetivamente. O exercício da reflexão é que faz surgirem pensamentos mais iluminados para discussão. Não existem fronteiras nítidas. Não se deve procurar definir as coisas importantes por fronteiras. As fronteiras são sempre vagas, são sempre interferentes. É preciso pois, procurar definir o coração, e esta definição exige frequentemente macroconceitos.

Também não se pretendeu negar o desenvolvimento econômico e sua importância em muitos aspectos. O que acontece é uma supervalorização do econômico em função do social e, para perceber isso não precisamos da "comprovação científica" como a verdade absoluta. Basta olharmos, com a percepção de seres humanos que somos, para a realidade que nos cerca, para se constatar a inversão de valores que só trazem sofrimento, preconceitos, violência e destruição ambiental.

A proposta da reconstrução de categorias dialéticas possibilitadoras de uma análise mais aprofundada da hospitalidade surgiu em busca da superação das práticas reducionistas existentes. A dialética da hospitalidade propõe um novo olhar teórico para as futuras práticas hospitaleiras. A relação entre a teoria fundamentada

e a possível prática posterior é um desafio, mas que não deve ser minimizada por sua dificuldade.

Para ocorrer a hospitalidade, é necessário primeiramente o *acolhimento.* O abrir-se para receber, acolher generosamente. O *acolhimento* estabelece-se além do contrato estabelecido entre turista (consumidor) e os serviços prestados, é humano, subjetivo.

A hospitalidade abre aporta e acolhe, a *convivência* permite sentar juntos, coexistir e intercambiar. É uma vivência inclusiva, de coexistência, de aceitação das diferentes culturas.

A categoria *valor de troca do sujeito* exemplifica para a hospitalidade turística a relação ritualística, moral, do outro que tem necessidades. Nem todas as ações turísticas se desenrolam apenas sob a visão do sistema comercial, sob valor de troca mercadológica, pois, no processo de acolhimento do outro, são seres humanos que recebem e são recebidos.

O *imaginário* está presente nas pessoas, é alimentado por relações subjetivas, do encontro entre as pessoas. Na hospitalidade ocorrem encontros que irão propiciar diferentes *imaginários*, expectativas, sentimentos entre os visitantes e visitados.

A cada época, novos objetos e novas ações unem-se, modificando o todo, o *espaço*. Atualmente os objetos culturais tendem a tornarem-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a objetivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas econômicas, políticas ou culturais.

Mundializado, o *espaço* fragmenta-se por meio de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Deste modo, o *espaço* fragmenta-se em pedaços separados, parcelas fixas, como conseqüência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O *espaço* aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos. Com isso o lugar tranforma-se constantemente, como o ocorrido com a Festa da Uva, na cidade de Caxias, e,

produz-se também, o estranhamento do lugar com a perda das referências. A feira comercial e a exposição dos produtos da indústria em maior destaque e evidência do que a história da Festa demonstram a passagem de valores no qual a Festa foi sendo reproduzida.

As mercadorias substituíram as relações diretas entre as pessoas; até as relações de troca modificaram-se formalmente, distanciando os agentes das relações. Como conseqüência, surge o estranhamento do indivíduo diante do produto, a normatização das relações sociais, o desencantamento do mundo e a rarefação dos lugares destinados às festas. A vida urbana impõe conflitos e confrontos e o processo de fragmentação aparece como justaposição de atividades parcelares cujo conjunto escapa ao indivíduo.

O sistema de mercado transforma os *espaços* urbanos e, atualmente, também os rurais, em produtos culturais para consumo durante o tempo de lazer. Também não aproxima o encontro dos moradores da cidade a estes espaços, como exemplo no caso da Festa.

O que deve ser mantido perde-se, o moderno impõe-se ao efêmero. O cidadão acaba preso ao universo da necessidade, num cotidiano repetitivo, banalizado. É a prosa acima dos valores da poesia nos sujeitos e no dia-a-dia. As transformações no processo de reprodução colocam-nos diante de uma nova noção de tempo, imposto pela ciência e pela técnica. O ritmo acelera e cria novas formas. Ocorre, muitas vezes, uma não identificação em relação ao lugar como conseqüência do processo de reprodução espacial que tende a eliminar e destruir o que existe e que causa o estranhamento do ser humano.

O estranhamento daquilo que não é mais cultivado culturalmente e na memória do cidadão – pela sua história –, relaciona-se a um vazio que é preenchido pelo "progresso" e desenvolvimento da indústria e pelos valores do consumo e de produção. As práticas de hospitalidade, o receber da população, ou seja, o *acolhimento* e a abertura para a *convivência* também passam a ser regidos, mesmo que inconscientemente, pelo *valor de troca mercadológico*.

O *espaço*, além de produto da existência humana, é também condição e meio do processo de reprodução geral da sociedade. Ele se dará pelo modo como a sociedade organiza sua existência, logo, a reprodução dos *espaços,* seja de

moradia, lazer ou o *espaço* da Festa, vincula-se direta ou indiretamente ao processo de industrialização e desenvolvimento do capitalismo. Invertem-se valores.

A cidade, numa ótica de urbanização e industrialização, passa a ser controlada por agentes privados e por uma burocracia centralizada, supervalorizando o foco de acúmulo de capital. Ela vem sendo o lócus de produção da indústria e do comércio, ponto de confluência das vias de comunicação, lugar de gestão, e onde se concentra a população. Ao se desenvolver a indústria, o planejamento urbano da cidade, com os seus espaços de interações pessoais, de encontro, de lazer e da festa, se desenvolvem numa ótica resultante da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho.

A visão do valor de *troca mercadológico* acima do *valor de troca do sujeito* produz a divisão do coletivo e minimiza as relações sociais. O comportamento dos sujeitos e seus movimentos, sentimentos, aspirações e necessidades passam a ser determinadas pelo exterior.

No caso específico da formação econômica da sociedade capitalista, para Carlos (2001), não se separa espaço e capital. O espaço é produzido através de relações sociais determinadas pelo modo de produção capitalista.

O *espaço* é produto do confronto entre o que é bom para o capital e o que a sociedade, como um todo, espera. Sociedade e espaço obedecem à mesma racionalidade, assim, o espaço da Festa e as práticas de hospitalidade se darão à concepção de *acolhimento* e *convivência* que a sociedade tem. E, se a sociedade é influenciada pelo sistema no qual está inserida, ou seja, da supervalorização *dos valores de troca mercadológicos*, cria-se-se um ciclo vicioso de reprodução. Torna-se assim, fundamental, o aprofundamento teórico nas relações humanas para a quebra de valores e de paradigmas petrificados.

A década de 1950 pode ser considerada como um divisor de águas entre um universo de características predominantemente rurais e o processo de industrialização crescente em Caxias do Sul, e, em maior ou menor grau, em toda a área das antigas Colônias Italianas. O domínio tecnológico nas manufaturas de metal, da madeira e das fibras vegetais não-industrializadas havia sido largamente demonstrado ao longo de mais de meio século pelos descendentes de imigrantes

italianos. Tal capacidade, associada ao desenvolvimento da indústria (que recruta essa mão-de-obra especializada) alavancada pelo uso de novas tecnologias introduzidas na região, no final dos anos de 1930 e na década de 1940, são indicativos que autorizam presumir a razão do entusiasmo com que foi apreciada a Exposição Agro-Industrial da Festa da Uva de 1950. Os produtos expostos, qualificados como "conjunto maravilhoso de realizações" são alguns traços da identidade dos expositores que eram, também, os promotores da Festa.

À medida que a produção industrial foi se desenvolvendo, muito do que era produzido em pequenas oficinas domésticas passou a ser produzido em escala industrial. Mudaram os processos de produção e a cidade atraiu, para trabalhar nas fábricas, os filhos dos colonos, detentores eles próprios de habilidades artesanais, desenvolvidas no âmbito familiar ou nas pequenas oficinas domésticas. Tanto o pequeno ou médio empresário, em muitos casos ele próprio um camponês, quanto seus operários recrutados na zona rural, são pautados pelo mesmo "princípio básico de valor" em relação ao que produzem. Sem que tenha sido explicitado pelo observador da Exposição Agro-Industrial, o que parece ter sido reconhecido tanto por ele quanto por outros que a esse propósito se manifestaram, foi exatamente isso: uma multiciplidade de produtos cujo traço comum era o de serem "bem feitos". (Ribeiro, 1998)

Todas as mercadorias têm de mudar de mãos. Mas essa mudança de mãos constitui sua troca, e sua troca as relacionam umas com as outras como valores e realiza-as como valores. O que ocorreu com a cidade de Caxias foi também uma passagem, uma mudança da produção agrícola, do colono, para o desenvolvimento do comércio e consequentemente da indústria. Os produtos em si, mudaram de valor. As mercadorias têm de realizarem-se como valores, antes de poderem realizarem-se como valores-de-uso. Assim, as mercadorias passam a ter mais valor provindo do comércio e da indústria do que da colônia.

A variação que apresentaram entre a Festa da Uva de 1932 e a de 1950 faz supor que há um projeto que se atualiza e que, de tempos em tempos, deve responder a essa necessidade de auto-representação, para Ribeiro (1998). Isso significa que o contexto político, econômico, social e cultural em que se desenvolveram uma e outra Festa determinou não só a sua organização, mas as

suas estruturas de significado, por meio das quais os ofertantes da Festa da Uva deram forma à sua experiência e, com isso, à sua identidade.

As significativas urbanização e industrialização de Caxias do Sul acabaram por se refletir na organização da própria Festa da Uva. Percebe-se que a festa, poesia, representante do coletivo, da comunidade, passa a ser mais valorizada sob outros olhares: sob o olhar de feira, de prosa, que mostra individualmente a produção de cada indústria expositora. O que, para Marx, explica-se pelo fato de que cada proprietário de uma mercadoria só a cede por cujo valor-de-uso satisfaz necessidade sua. Assim, para ele, a troca é processo propriamente individual, como na exposição das mercadorias na feira da Festa da Uva.

Nota-se que a Festa, assim, passa por um processo de mudanças de valor na qual a importância dos valores simbólico e ritualístico – que expressam a comunidade e os valores dos sujeitos que a realizam, que *acolhem* os visitantes e *convivem* entre si – é minimizada, abrindo espaço para uma relação mais comercial, de *valor de troca mercadológica*.

A passagem do valor de uso da Festa e o que ela representava para a comunidade caxiense para valor de troca (de mercadorias) contribui na modificação do seu sentido. As mercadorias produzidas em alta escala pelo "trabalho" *fetichizam* o valor simbólico e humano. As relações sociais acabam, muitas vezes, obscurecidas pelo valor dado às mercadorias, respingando no modo de ser, sentir, pensar e conviver das pessoas.

A hospitalidade não pode ser analisada e lincada somente sob ótica do mercado de trabalho, pelas trocas mercadológicas, pois como aborda Polanyi, o trabalho é uma atividade humana que acompanha a própria vida. Ele convive com o homem e não o escraviza.

À medida que a troca de mercadorias rompe os laços e que se cristaliza cada vez mais o trabalho humano em geral no valor das mercadorias, passa a forma dinheiro a localizar-se nas mercadorias, que, por natureza, se prestam à função social de equivalente universal, como, por exemplo, para Marx, os metais preciosos. Ou seja, no turismo ocorre uma inversão de valores e rompem-se as relações sociais de hospitalidade, sob a ótica, muitas vezes, apenas de mercadoria, do produto de valor econômico.

A hospitalidade, uma vez constituída pelo *acohimento, convivência, trocas dos sujeitos* e poesia sofre alterações em suas práticas, onde também será pensada e vivenciada de forma "obscura" em relação ao seu sentido humano. A relação entre coisas e pessoas se misturam, prevalecendo as trocas mercadológicas, o status de consumo. A concepção das relações de hospitalidade são um tanto enrijecidas e reduzidas ao serviço de receptivo turístico e à postos de informações turísticas. O receber bem passa a ser olhado pelo marketing e pelos cursos de avaliação de qualidade. A prestação de serviços é importante para o turismo, mas não é sinônimo de hospitalidade.

Entre as mudanças sofridas pela cidade sob o aspecto social e cultural, a mais visível é a do seu crescimento populacional, resultante de um forte processo migratório de mão-de-obra de outras regiões do Rio Grande do Sul e de outras unidades da Federação, com outros padrões de vida e de cultura, o que certamente traria novos desafios para o processo, em curso, de construção da identidade local. Mas o crescimento industrial e econômico trouxe consigo, também, importantes mudanças de comportamento, aglutinadas sob o título genérico de "modernização".

O desenvolvimento de empresas caxienses que hoje são reconhecidas nacionalmente e mundialmente trazem certo orgulho e ajudam a constituir a imagem da cidade. O que se deve questionar é a supervalorização dos produtos, das mercadorias, do discurso da geração de empregos no impacto sócio-cultural da comunidade.

A visão de administração dos espaços públicos, o pensar a cidade culturalmente, urbanisticamente, turisticamente deve avançar a concepção da cultura do trabalho e da alienação que o valor do trabalho na indústria lançou. O lazer, a poesia, os espaços verdes e o transporte para os locais culturais são menos pensados do que os espaços e transportes criados para o trabalho. A vida é tecida de prosa e poesia, não somente de prosa.

Se a supervalorização do trabalho em prol da vida pessoal, do desenvolvimento desenfreado da tecnologia e dos cientistas – que se dizem deuses da verdade e que precisam cientificar e comprovar tudo o que os cerca – tivesse contribuindo para a aproximação e convivência das pessoas, não estaríamos vivendo num mundo com tanta violência, degradação do meio ambiente e desigualdades sociais. Precisamos sim nos posicionar frente às doutrinas, aos

órgãos que se dizem donos da verdade e inquestionáveis, pois o mundo é complexo, as situações e as pessoas não podem ser avaliadas sem um contexto histórico-social.

A Festa da Uva deixou de ser dádiva para se transformar em mercadoria. Uma degradação que, aos olhos da comunidade, tirou dela o significado, pois a comunidade não tinha em comum a uva e seu simbolismo, e sim um lugar na linha-de-montagem da fábrica e seu processo alienador.

Conceber, construir e administrar festas populares são ações que implicam em conhecimentos e tecnologias que não necessariamente, e nem apenas, devem decorrer da prática ou do senso comum. Um exame dessas práticas, feitas com a precisão maior dos instrumentos das ciências, pode revelar nelas potencialidades a serem ainda melhor exploradas. Independente do objeto a ser analisado e projetado, os processos históricos, o entendimento de planejamento, envolvendo a comunidade, as práticas refletidas na teoria e vice-versa, o saber-fazer e não o fazer para depois saber são fundamentais no processo de construção tanto do conhecimento quanto na responsabilidade de trabalhar com algo que não é somente seu.

Para ocorrer a hospitalidade, é necessário primeiramente *acolher*. O encontro, as trocas humanas se dão num determinado *espaço*, onde as pessoas *convivem* e daí emergem complexos sentimentos, olhares e diferentes *imaginários* no contato com o outro, com o diferente. O mais difícil é acolher e conviver com o que nos é estranho, pois a hospitalidade para aquele que é conhecido é muito mais fácil. A conscientização da hospitalidade como *troca do sujeito*, humanizadora, vivenciando e não tecnicizando suas práticas, poderá modificar a concepção do receber turístico sob a visão apenas de *troca mercadológica.* Isso, numa concepção de mundo, de ecossistema, possibilitará o respeito e o encontro das diferentes culturas existentes no planeta que, mesmo “globalizadas”, nunca estiveram tanto em conflito.

É necessária uma educação mais totalizadora, pois conforme Santos (2003) educar não é domesticar e sim desenvolver o ser humano em função dele mesmo, das suas potencialidades e de uma sociedade mais justa. E por que não também no sistema de gestão turística, no aprender tanto nas academias como no ambiente de trabalho? A teoria não pode ser desvinculada da prática. Crescemos com

aprendizados acumulativos, sem conseguirmos, muitas vezes, lincar a importância do estudo com nossa vida cotidiana, compreendermos a prática em nossas atividades diárias, como no trabalho e também em nossas relações pessoais.

O conhecimento é um bálsamo que nos permite engrandecer o entendimento de tudo o que nos cerca. Devemos romper barreiras. Principalmente aquelas que nos desassociam da teoria e da prática.

Se quem recebe são as pessoas, mesmo que existam os profissionais responsáveis por uma organização dentro da hospitalidade organizada para um receptivo turístico, por exemplo, antes muitas vezes da obrigação e do trabalho, pode estar a poesia. A diferença no receber das pessoas que trabalham no turismo pode estar no entendimento da complexidade da hospitalidade. O entendimento do vínculo e relações sociais, trocas culturais e humanas que ocorrem no ato de receber pode ser uma luz para os profissionais em turismo, para uma localidade visitada. Uma vez que somos seres humanos e carregamos a necessidade de *acolhimento* e compreensão, não precisamos tentar criar fórmulas prontas, de aplicabilidade de gestão no que envolve o ato de receber. É importante a qualidade, o treinamento, sim. Mas ele sozinho não avança e não é suficiente para o entendimento da hospitalidade.

A importância de um espaço de construção coletiva de um trabalho hospitaleiro, como o turismo, só é possível com a compreensão do ato de receber, como sendo o encontro de “diferentes que se respeitam nessa diferença”, portanto, humano e humanizador, subjetivo e individual.

Evidentemente que não vivemos num mundo totalmente pacífico, onde as desigualdades são berrantes e onde existem muitos sofrimentos. Mas devemos iniciar plantando sementes, pequenas que sejam, para a humanização das trocas futuras. A mera troca de mercado em que somente os valores materiais reinam e comandam as relações desqualificam o objetivo da existência da vida. O que será do turismo sem as vivências, experiências e sensações de poesia que ele pode proporcionar?

A hospitalidade envolve trocas, encontros, o ato do ir e do vir, de receber e dar, do dom e da dádiva, entre seres humanos e não somente como meros atendentes e serviçais. É o respeito entre as pessoas como indivíduos,

independente da classe social que pertencem. É *acolhimento, convivência*, poesia, trocas entre sujeitos, entre seres humanos.

O objeto de estudo não esgota aqui, pelo contrário, ele se abre cada vez mais a novos olhares humanos. É importante e fundamental a continuidade do estudo e da valorização da hospitalidade como encontro, *acolhimento* e convívio. O mundo está carente de amor, de afeto. O medo enraíza a raiva e os conflitos sociais existentes desde as guerras antigas por conquistas de terras e poder ainda existem; o que está mudando infelizmente é somente o tipo de arma, avançada pela tecnologia. Nunca o mundo esteve tão globalizado e, a sociedade tão individualizada. Vivemos num caos de degradação do meio em que habitamos. Precisamos cuidar do nosso *espaço* de encontro, *acolher e conviver* com os outros, trocar valores simbólicos acima dos valores mercadológicos para criarmos um mundo melhor para nós e para as próximas gerações.

Infelizmente, cada um garante o seu e, o medo de aparecer, se impor e tentar mudar o que enxergamos é sempre corrompido pelas trocas de favores e benefícios particulares. A reforma é interior e não partidária. A reforma está no que passamos aos descendentes, pois nem sempre o mais prático é o melhor.

Precisamos retomar os sentimentos nas relações, precisamos respeitar as diferentes culturas existentes na Terra. Nenhum povo é superior ao outro. E, quem sabe, estudos mais humanizadores do turismo possam plantar sementes de paz para um melhor convívio de todos. Estudos de valorização do sujeito, onde a hospitalidade seja contemplada de maneira mais humana.

A complexidade do tema reforça a importância da hospitalidade e o seu inegável valor para um outro turismo possível na construção de uma sociedade mais humana. Sendo assim, a hospitalidade poderá, em sua totalidade, resgatar as regras da boa *convivência*, do bem-estar, da cordialidade e da qualidade de vida por tanto tempo esquecida pelas pessoas e pelos espaços em que convivem.

REFERÊNCIAS

ADAMI, João Spadari . **Festas da Uva.** Caxias do Sul: São Miguel,1975.

BAUDRILLARD, Jean. **A Sociedade de Consumo.** Lisboa, Portugal: Edições 70, 2005.

BENVENISTE, Émile. **O Vocabulário das Instituições Indo-européias**. Volume I. Campinas: Unicamp,1995.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOULLÓN, Roberto C. **Las actividades Turísticas y Recreacionales. El hombre como protagonista.** México: Trillas, 1990.

BOFF, Leonardo. **Virtudes para um Mundo Possível**. Hospitalidade: Direito e Dever de Todos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

_____. **Virtudes para um Mundo Possível**. Convivência, Respeito e Tolerância.Volume II, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

BOLSANI, Loyre A. **A Configuração Espacial do Município de Caxias do Sul in Caxias do Sul: Homem, Tempo e Espaço**. Caxias do Sul: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1992.

BRUYNE, Paul de**. Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

BUENO, Marielys Siqueira (org); DENCKER, Ada de Freitas M. **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades.** São Paulo: Thomson, 2003.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. Turismo, hotelaria e hospitalidade. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (org). **Hospitalidade: Reflexões e Perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

_____. Os Domínios da Hospitalidade. In BUENO, Marielys Siqueira (org); DENCKER, Ada de Freitas M. **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades.** São Paulo: Thomson, 2003.

_____. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CARLOS, Ana F. A. **Espaço e Indústria**. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información. Economia, sociedad y cultura. La Sociedad Red,** v.1, Madrid: Alianza: 1997

CHATFIELD, Robert E. **Hospitality Financial Management.** Prentice Hall, 2004.

CHON, Key-Sung (Kaye); SPARROWE, Raymond T., **Hospitalidade: conceitos e aplicações.** São Paulo: Thomson, 2003.

CLARCK, Mona. **Interpersonal skills for hospitality management.** London: International Thomson Business Press, 1996.

CONRAD, Lashley; MORRISON, Alison. **Em busca da hospitalidade – perspectivas para um mundo globalizado.** Barueri, SP: Manole, 2004.

DARTORA, Juliana. **Turismo e suas Narrativas: Percepção e Atribuição na Cidade de Caxias do Sul/RS.** Dissertação de Mestrado em Turismo. Caxias do Sul: UCS, 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

_____ **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DE MASI, Domenico. **Desenvolvimento sem Trabalho**. São Paulo: Esfera, 1999.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti (coord). **Planejamento e Gestão em Turismo e Hospitalidade.** São Paulo: Thomson, 2004.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; BUENO, Marielys Siqueira Bueno (organizadoras**). Hospitalidade: Cenários e Oportunidades.** São Paulo: Thomson, 2003.

DERRIDA, Jacques. La hospitalidad. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2000.

DIAS, Célia Maria de Moraes (org). Hospitalidade**: Reflexões e Perspectivas**. São Paulo: Manole, 2002.

GISLER, Ann ; BROTHERS, Linda ; EBERTS, Marjorie. **Carrers in Travel, Tourism and Hospitality.** MCGRAW-HILL PROFESSI, 1997.

FOLEY, Malcom; LENNON, J. John; MAXELL, Gillian A. **Hospitality, Tourism and leisure management: issues in strategy and culture**. New York: Cassell, 1997.

FORD, Robert C. **Managing the guest experience in hospitality.** Paraninfo, 2000.

FUSTER, Luiz Fernandez. **Teoría y Técnica del Turismo**. Madrid: Nacional, 1974. v. 1 e 2.

FRIZZO, 1997. Leoni Massochini. **Industrialização de Caxias do Sul: da gênese às exportações.** Curso de Pós-graduaçao em Geografia. São Paulo: USP, 1997.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginário**. São Paulo: Aleph, 2005.

GIRON, Loraine Slomp. **Caxias do Sul: evolução histórica.** Caxias do Sul, RS: UCS, 1977

GOELDNER, Charles R.; MC INTOSCH, Robert W.; RITCHIE, J. R. Brent**. Turismo: Princípios, Práticas e Filosofias.** Porto Alegre: Bookman, 2002.

GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOLDSMITH, Alistair. **Human Resourse Management for Hospitality Services.** Business Pubns,1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Processo de Industrialização na Zona Colonial Italiana.** Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti. **Apontamentos para uma História Econômica de Caxias do Sul: de Colônia a Município.** V.2 Número 2. Cadernos de pesquisa. Caxias do Sul: UCS, 1993.

HOLANDA, Buarque de in PIRES, Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil.** Barueri: Manole, 2002.

IOTTI, Luiza Horn. **O Olhar do Poder**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

INSTITUTO DE HOSPITALIDADE. **Guias de treinamento.** Salvador: Instituto de Hospitalidade, 2000.

JENKINGS, Carson L.; LICKORISH, Leonard J. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KHAN, Mahmood Hasan; OLSEN, Michael D; VAR, Turgut. **VNR's encyclopedia of hospitality and tourism.** New York: Van Nostrand Reinhold, 1993.

KATCHIKIAN, M. In: REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

KANDAMPULLY, Jay. **Service Quality Management in Hospitality, Tourism.** *Haworth Press.* 2001.

KAVANAUGH, Raphael e NINEMEIER, Jack D. **Supervisão em Hospitalidade.** São Paulo: Qualitymark, 2004.

KUAZAQUI, Edmir. **Marketing turístico e de hospitalidade: fonte de empregabilidade e desenvolvimento para o Brasil.** São Paulo: Makron Books, 2000.

KOTLER, Philip; BOWEN, Jonh; MAKENS, James C. **Marketing for hospitality and tourism** 1999. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1999.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2000.

LANE, Harold E.; DUPRÉ, Denise. **Hospitality world: an introduction**. New York: J. Wiley, 1996.

LAZZAROTTO, Danilo. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Sulina,1982.

LEMOS, Leandro de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade.** São Paulo:Aleph, 2005.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências.** Petrópolis: Vozes, 1996.

_____.**O Imaginário é uma Realidade**. Entrevista à Juremir Machado da Silva. Revista FAMECOS. N. 15. Agosto de 2001. Porto Alegre, PUCRS.

MARÍAS, Julián. **Tratado sobre a Convivência**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**: livro I. 18°edição. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2001.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** O ensaio sobre a dádiva. Cosac e Naify. São Paulo, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org*).* **Pesquisa Social - Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MOESCH, Martini Marutschka. **Construção Metodológica Dialética: por uma epistemologia do Turismo.** Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, 1999.

_____. **A Produção do Saber Turístico.** São Paulo: Contexto, 2000.

_____. O Fazer-saber turístico: possibilidades e limites de superação. In: Gastal, Susana (org). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre, EDIPUCRS. 2002

_____. **Epistemologia Social do Turismo**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 2004

MONTANDON, Alain. **A Hospitalidade Perdida**. Trabalho apresentado ao NP 19 – Comunicação, Turismo e Hospitalidade do IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Porto Alegre, RS 2004.

_____. Hospitalidade Ontem e Hoje. In: BUENO, Marielys Siqueira (org); DENCKER, Ada de Freitas M. **Hospitalidade: Cenários e Oportunidades.** São Paulo: Thomson, 2003.

MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo.** Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1990.

_____. **Terra - Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

MULLINS, Laurie J. **Gestão da Hospitalidade e Comportamento Organizacional.** São Paulo: Bookman, 2004

PIRES, Mário Jorge. **Raízes do Turismo no Brasil**. Barueri: Manole, 2002.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: as origens da nossa época**. São Paulo: Campus, 2000.

POWERS, Tom. BARROWS, Clayton. **Administração no Setor da Hospitalidade.** São Paulo: Atlas, 2004

RAYMOND, Kye – Sung Chon. **Hospitalidade: Conceitos e Aplicações.** São Paulo: Thomson. 2003

RANSLEY, Josef; INGRAM, Hadyn. **Developing hospitality properties and facilities.** Oxford; Elsevier, 2004.

REJOWSKI, Mirian (org). **Turismo no Percurso do Tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **A Celebração da Festa: Conhecer e dar de conhecer a própria identidade**. Tese de doutorado. Universidade de São Carlos. São Carlos, 1998.

SANTOS, Akiko. **Didática sob a ótica do pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

SANTOS, Milton. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Milton. Técnica**, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997

SENAC. **Referência em Turismo e Hospitalidade**. Rio de Janeiro: Senac, 2003.

TANKE, Mary L.. **Administração da recursos humanos em hospitalidade**. São Paulo: Thomson, 2004.

THEOBALD, Willian F. **Turismo Global.** São Paulo: Senac, 2001.

THOMAS, Rhodri. **The hospitality industry, tourism and Europe: perspectives on policies.** New York: Cassel,1996.

TRIVIÑOS, Augusto N. S**. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

WALKER, Jonh R. **Introdução à Hospitalidade**. São Paulo: Manole, 2002

WEBSTER, Kathryn. **Environmental management in the hospitality industry:a guide for students and managers.** London: Cassell, 2000.

WILLIAMS, Anna Graf. **Hospitality cases in marketing and operation**. Norfolk: Prentice Hall, 1996.

Outras fontes:

CIC – Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.cic-caxias.com.br>

DICIONÁRIO Português. Lisboa, 1958.

DICIONÁRIO Britannica. Disponível em : < http://www.britannica.com >

DICIONÁRIO Vox. Disponível em : < http://www.diccionarios.com >

DICIONÁRIO Michaellis. Disponível em : < http://www.diccionarios.com >

FEE – Fundação de Economia e Estatística. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br>

IBGE. Disponível em: <http:// www.ibge.gov.br>

Prefeitura Municipal Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.rs.gov.br>

SEMTUR – Secretaria Municipal de Turismo de Caxias do Sul. Disponível em: <http://www.caxias.tur.br>

SHBRS – Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Caxias do Sul Disponível em: <http://www.sindiregiao.com.br>